

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
CAMPUS DE MARÍLIA  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS**

**GUILHERME PIGOZZI BRAVO**

**EM GUARDA CONTRA O LATIFÚNDIO: TENENTISMO E REFORMA  
AGRÁRIA (1930-1935).**

**Marília  
2016**

GUILHERME PIGOZZI BRAVO

**EM GUARDA CONTRA O LATIFÚNDIO: TENENTISMO E REFORMA  
AGRÁRIA (1930-1935).**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Doutor Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha

**Marília  
2016**

Bravo, Guilherme Pigozzi.

B826e Em guarda contra o latifúndio : tenentismo e reforma agrária  
(1930-1935) / Guilherme Pigozzi Bravo. – Marília, 2016.  
222 f. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual  
Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e  
Ciências, 2016.

Bibliografia: f. 214-222.

1. Brasil – História – Tenentismo – 1922-1934. 3. Brasil –  
História – Coluna Prestes – 1924-1927. 3. Reforma agrária – Brasil –  
1930-1935. I. Título.

CDD 333.10981

GUILHERME PIGOZZI BRAVO

**EM GUARDA CONTRA O LATIFÚNDIO: TENENTISMO E REFORMA  
AGRÁRIA (1930-1935).**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista - UNESP – Campus de Marília, como requisito para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

Presidente e Orientador \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha – UNESP- Marília

2<sup>o</sup> Examinador \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr. José Milton Pinheiro de Souza – UNEB-Bahia

3<sup>o</sup> Examinador \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dr. José Miguel Arias Neto – UEL - Londrina

4<sup>o</sup> Examinador \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dra. Marina Gusmão de Mendonça – UNESP- Marília

5<sup>o</sup> Examinador \_\_\_\_\_

Prof<sup>o</sup> Dra. Angélica Lovatto – UNESP-Marília

Marília, 02 de agosto de 2016

## AGRADECIMENTOS

Todo agradecimento traz consigo o reconhecimento da importância, do valor que têm todos aqueles que, num dado momento de nossas vidas, estiveram conosco e aos quais nos tornamos, de alguma forma, sempre devedores.

Assim sendo, agradeço ao professor Dr. Paulo Ribeiro da Cunha a confiança, a competente orientação, a dedicação, o empenho e, sobretudo, a amizade e o compartilhar do conhecimento.

Aos professores Dr. Jefferson Rodrigues Barbosa e Dra. Angélica Lovatto as importantes e significativas contribuições e sugestões em meu exame de qualificação.

Aos professores Dr. José Milton Pinheiro de Souza, Dr. José Miguel Arias Neto, Dra. Marina Gusmão de Mendonça e Dra. Angélica Lovatto, Dra. Marly Gomes Vianna, Dr. Angelo Priori e Dr. Jefferson Barbosa o privilégio de tê-los como meus examinadores.

Aos meus professores e amigos da UNESP-Marília e Assis, especialmente a professora Dra. Valéria Barbosa Veríssimo, Tiago Siqueira de Oliveira, Ricardo dos Santos, Alexandre Andrade da Costa e João Vicente Nascimento Lins. Ao Yuri Abiaza Costa, pelo constante diálogo e pelo material disponibilizado.

Aos meus pais, o amor, a dedicação, o companheirismo, a paciência, o exemplo de integridade e honestidade, o gosto pela cultura e a presença constante. Ao meu irmão Alexandre a amizade e o incentivo. A minha namorada Cyn o companheirismo, a compreensão, a alegria e o amor.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. **Em guarda contra o latifúndio**: Tenentismo e reforma agrária (1930-1935). Marília, 2016. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2016.

## RESUMO

Esta Tese pretende analisar as propostas de reforma agrária formuladas pelo movimento tenentista, no período de 1930 a 1935. Para tanto, é mister verificar a sua gênese e evolução política, na década de 1920, e, em que momento, a questão fundiária passou a ter relevância para os tenentes, em sua trajetória político-ideológica. Nossa primeira hipótese é que, para uma fração destes jovens militares, o despertar para a necessidade de transformação do panorama agrário deu-se a partir da marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa. Entretanto, como nossa segunda hipótese, esta parcela do movimento tenentista mostrou-se dividida, no decorrer dos anos, quanto às propostas acerca da questão fundiária. Enquanto um dos segmentos, o mais conservador, apresentava um programa de modernização do panorama agrícola brasileiro, no qual o Estado aparece como o responsável pela implantação de núcleos coloniais e, também, pela distribuição de lotes de terra, o outro, objeto principal de nossa análise, ao adotar um comportamento político à esquerda, e conduta mais radical, entendia ser a reforma agrária o caminho ideal para o combate às oligarquias rurais e ao imperialismo.

**Palavras-chave:** Tenentismo. Coluna Prestes-Miguel Costa. Reforma Agrária.

BRAVO, Guilherme Pigozzi. **On guard against the latifundium**: Tenentismo and agrarian reform (1930-1935). Marília, 2016. Thesis (Doutorate) – Program of Postgraduate studies in Social Sciences – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2016.

### ABSTRACT

This thesis aims to analyze the agrarian reform proposals made by tenentista movement in the period from 1930 to 1935. Therefore, it is necessary to verify its origin and political, in the 1920s, and in that time, the land question has been relevant to the lieutenants in their political and ideological trajectory. Our first hypothesis is that for a fraction of these young soldiers, the awakening to the need for transformation of the agrarian landscape took place from the march of the Prestes Column-Miguel Costa. However, as our second hypothesis, this portion of the lieutenants' movement proved to be divided, over the years, as the proposals on the land question. As one of the segments, the most conservative, had a Brazilian agricultural panorama modernization program, in which the state appears as responsible for the implementation of colonial settlements and also the distribution of plots of land, the other main object of our analysis, to adopt a political behavior to the left and more radical behavior, understood to be an agrarian reform the ideal way to combat rural oligarchies and the imperialism.

**Key-Words:** Lieutenants. Prestes-Miguel Costa Column. Agrarian Reform.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 A HEGEMONIA EMANA DA TERRA.....</b>	<b>28</b>
1.1. Do “sentido” da colonização à formação da propriedade territorial no Brasil.....	28
1.2. A apropriação da terra ao longo do século XIX: do apossamento à mercantilização da propriedade.....	34
1.3. Liberalismo e a grande propriedade agrícola.....	42
1.4. O panorama agrário na Primeira República: descentralização política e concentração fundiária.....	48
<b>2. DO QUARTEL ÀS RUAS: AS MANIFESTAÇÕES POLÍTICO-MILITARES TENENTISTAS NOS ANOS 1920.....</b>	<b>60</b>
2.1. Crise oligárquica e o surgimento do tenentismo.....	60
2.2. O tenentismo no cenário político nacional.....	65
2.3. O Brasil visitado pela Coluna.....	75
2.4. Tenentismo e a Questão Agrária nos anos 1920.....	90
<b>3. REFORMA AGRÁRIA OU MODERNIZAÇÃO ECONÔMICA DO CAMPO?.....</b>	<b>99</b>
3.1. Tenentismo e Aliança Liberal.....	99
3.2. O Governo Provisório: ascensão e apogeu do Tenentismo.....	104
3.3. As Legiões Revolucionárias.....	107
3.4. O Clube 03 de Outubro.....	116

<b>4. A REFORMA AGRÁRIA VEM PELA ESQUERDA.....</b>	<b>137</b>
4.1. O Rural e a Revolução Brasileira.....	137
4.2. O PCB e o Movimento Tenentista.....	145
4.3. Aliança Nacional Libertadora: formação e programa.....	154
4.4. Os preparativos para o golpe.....	162
4.5. A eclosão dos levantes: Natal, Recife e Rio de Janeiro.....	173
<b>5. DA CONCILIAÇÃO ÀS POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO: A QUESTÃO AGRÁRIA NA ERA VARGAS.....</b>	<b>176</b>
5.1. A Revolução de 30 e a reestruturação econômica do país.....	176
5.2. Crise política e acomodação oligárquica.....	180
5.3. Colonizar é ocupar: o espaço rural na política do Estado Novo.....	198
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>208</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>214</b>

## INTRODUÇÃO

O meu particular interesse em pesquisar o Tenentismo e as diferentes propostas formuladas por frações militares do referido movimento quanto à questão agrária surgiu à época do mestrado em Ciências Sociais, na UNESP de Marília, ocasião em que analisei a formação discursiva do jornal *O Estado de S. Paulo* em relação à Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente popular organizada em março de 1935, e aos Levantes Nacional-Libertadores, ocorridos em novembro daquele ano.

Busquei, a partir de um projeto já iniciado na minha Graduação em História, na UNESP de Assis, demonstrar que a ANL, ao contrário do que dizia o referido jornal, cujo discurso apresentava um explícito tom anticomunista, não foi criada pelo Partido Comunista Brasileiro, mas, sim, por uma parcela do movimento tenentista que, descontente com o processo de reconstitucionalização do país e com a aproximação de Getúlio Vargas junto aos setores oligárquicos, organizou a ANL, uma frente popular cujos objetivos eram a “regeneração” da Revolução de 1930 e o combate às oligarquias dissidentes, por meio da luta contra o imperialismo, o latifúndio e o integralismo.

Pude, então, constatar que tal parcela do Tenentismo, ao adotar uma postura à esquerda<sup>1</sup>, buscou destruir os pilares que sustentavam o poder econômico, social, cultural e político das oligarquias latifundiárias. Assim, uma das formas de fazê-lo seria por meio de uma ampla e profunda modificação nas relações socioeconômicas predominantes no âmbito rural. Dessa frente, viriam a participar os militares que, juntamente com Luiz Carlos Prestes, aderiram ao comunismo, e passaram a pregar uma revolução agrária e anti-imperialista.

Ao tentar compreender, ainda no mestrado, os ideais reformistas defendidos pelo movimento tenentista em suas várias manifestações, ao longo dos anos 1920 e 1930, percebi que não foram apenas os tenentes “aliancistas” e comunistas que se sensibilizaram com a questão agrária.

---

<sup>1</sup> Ao analisar as manifestações políticas empreendidas pelos diversos setores das Forças Armadas, João Quartim de Moraes (2005) identificou a existência de uma “Esquerda Militar”, ao recuperar a trajetória política desta instituição desde o regime imperial. Nesta trajetória, “[...] a presença da esquerda fora marcante entre os militares”, como, por exemplo, na participação de uma fração do Exército na questão abolicionista, na proclamação da República e no Tenentismo. (2005, p. 42). Assim, adotaremos tal perspectiva analítica, calcada na “[...] polarização esquerda/direita, [...]”, no estudo do movimento tenentista, já que este foi um movimento que, ao longo de sua trajetória político-militar, viveu contradições, crises internas, cisões e vicissitudes próprias, em consonância com os principais acontecimentos políticos, sociais e econômicos ocorridos nas décadas de 1920 e 1930.

Outra vertente do Tenentismo, que apoiara a Aliança Liberal e participara do movimento revolucionário que alçou Getúlio Vargas ao poder, compondo o bloco político dominante nos primeiros anos da década de 1930, propôs, em seus projetos e instituições políticas, tais como, por exemplo, o Clube 03 de Outubro, criado em 1931, e as Legiões Revolucionárias, modificações no panorama agrícola nacional, muito embora tais mudanças variassem quanto à intensidade, sentido e conteúdo, em relação às demandas formuladas pelos tenentes à esquerda.

Nesse sentido, embora tenha havido profundas divergências entre aquelas diferentes frações do movimento tenentista, nos anos 1930, constatei que a questão fundiária esteve presente no horizonte político de cada uma delas, ou seja, ela permeou distintos projetos políticos formulados por uma parcela do Exército.

A partir de então, despertou-me o interesse em analisar não apenas as diferentes propostas formuladas pelas referidas frações, como, também, identificar o momento, ao longo da trajetória político-militar do Tenentismo, nos anos 1920 e 1930, em que o universo agrário do país passou a figurar nos discursos e ideais políticos das principais personalidades do movimento tenentista.

Embora este não constituísse um todo coeso e homogêneo, mas, ao contrário, apresentasse cisões, conflitos e diferentes feições ao longo daqueles anos, foi possível formular, enquanto uma primeira hipótese, em nosso projeto e pesquisa de doutoramento, que, para uma fração desses jovens militares, o despertar para a necessidade de transformação do panorama agrário deu-se a partir da marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa.

Vale dizer, enquanto hipótese, que o contato com a população pobre e marginalizada, que habitava o meio rural brasileiro, teria sido fundamental para a conscientização dos tenentes quanto à questão agrária.

Entretanto, agora como nossa segunda hipótese, essa parcela do movimento tenentista teria se mostrado dividida, no decorrer dos anos, quanto às propostas acerca da questão fundiária. Enquanto um dos segmentos, o mais conservador, apresentava um programa de modernização do panorama agrícola brasileiro, no qual o Estado aparece como o responsável pela implantação de núcleos coloniais e, também, pela distribuição de lotes de terra, o outro segmento, objeto principal de nossa análise, ao adotar um comportamento político à esquerda, e conduta mais radical, entendia ser a reforma agrária o caminho ideal para o combate às oligarquias rurais e ao imperialismo.

Para a consecução dos objetivos propostos, estabelecemos a seguinte metodologia: leitura da bibliografia pertinente à temática escolhida para análise, ou seja, o movimento tenentista e a questão agrária e a importância desta na formação e cristalização das relações de poder no Brasil, no contexto da Primeira República e na década de 1930. No que se refere à relação entre terra e poder, fundamentamos nossa análise, basicamente, a partir da leitura das obras de Caio Prado Júnior (1985;2011), Gilberto Freyre (2004), Nelson Werneck Sodré (1990), Sérgio Buarque de Holanda (1997), José de Souza Martins (2010), Lígia Osório Silva (1996), Raymundo Faoro (2012), dentre outros.

No tocante ao Tenentismo, completar-se-á uma reflexão crítica pautada no percurso histórico e no universo ideológico do referido movimento, nos decênios de 1920 e 1930, sob a ótica e perspectiva de diferentes autores que enfocaram, em suas obras, esse movimento, em suas várias faces e colorações. Dentre tais autores, podemos destacar Edgard Carone (1975; 1976), Maria Cecília Forjaz (1977; 1978; 1988), Nelson Werneck Sodré (1965; 1985), Anita Prestes (1997). Da mesma maneira, serão apresentados levantamentos e análises de fontes documentais primárias, impressas e orais, como, por exemplo, as entrevistas de Barbosa Lima Sobrinho, João Punaro Bley, Cordeiro de Farias, Aristides Correa Leal e Augusto do Amaral Peixoto, que se encontram no acervo de “História Oral” do CPDOC-FGV.

Em uma segunda etapa, além das entrevistas, serão analisados arquivos pessoais como, por exemplo, os de João Alberto, Juarez Távora, Juracy Magalhães, Getúlio Vargas e Góes Monteiro, também disponíveis no CPDOC-FGV. Serão analisados, ainda, textos memorialísticos, como os de João Alberto (1953) e de Juarez Távora (1973), e manifestos e manuscritos institucionais e das organizações tenentistas como, por exemplo, o Clube 03 de Outubro e a Aliança Nacional Libertadora.

Tais fontes encontram-se disponíveis no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), no Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), no Arquivo Público do Estado de São Paulo e no acervo do Ministério do Exército no Rio de Janeiro. Serão analisadas, ainda, teses e dissertações referentes à temática como, por exemplo, as de Fabrícia Viviani (2009) e Luís Alberto Zimbarb (2001).

Por fim, somam-se a essa reflexão e ao desenvolvimento deste trabalho, reuniões do grupo de estudo sobre Militares a Esquerda Militar, coordenado pelo professor Paulo Rodrigues da Cunha, na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Marília; nesses

encontros, discutiram-se as relações entre as Forças Armadas e a política no Brasil, ou seja, de que maneira ocorreram a participação e a influência dos militares nos acontecimentos políticos e sociais. O debate abrangeu, também, a gênese e a atuação do Movimento Tenentista nos anos 1920 e a participação dos tenentes na Revolução de 1930 e na vida política nacional ao longo destes referidos decênios. As leituras sugeridas nesse grupo propiciaram novas e ricas reflexões. Também foi de grande relevância a participação em congressos como, por exemplo, o da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED).

Nesse sentido, há que prosseguirmos nesse diálogo teórico-metodológico. Desta feita, cabe retomar algumas reflexões conceituais sobre o debate da questão agrária e sobre o Tenentismo, para, então, iniciarmos o desenvolvimento dos capítulos.

Para o estudo e a pesquisa acerca do panorama agrário nacional, foi necessário empreender uma investigação acerca de como se deram a apropriação e a exploração econômica da terra, ao longo da história nacional, analisando-se de que maneira foi se afirmando e cristalizando o poder político, econômico, social e cultural dos grandes proprietários rurais e o predomínio do latifúndio na economia nacional, desde os tempos coloniais até o contexto histórico que nos interessa. Dentro desse quadro, será apresentada, ainda, uma análise quanto à forma de como o presidente Getúlio Vargas lidou com a questão agrária, ao longo de seu primeiro governo, e em que medida o legado tenentista foi considerado nesse campo.

Inicialmente, vale dizer que a concentração da propriedade rural constituiu, ao longo do tempo, a base da economia agrária no Brasil. O monopólio da propriedade agrícola influenciou, de maneira determinante, não só na organização sócio-política do meio rural como, também, nas relações entre o meio urbano e o campo, e no domínio político, econômico e social das elites agrárias.

A questão agrária representou um importante fator, no que se refere às diversas configurações que o Estado brasileiro assumiu ao longo da sua História. Além disso, importantes acontecimentos políticos, econômicos e sociais foram determinados, entre outros fatores, pelas características que o universo agrícola do Brasil assumiu, nas diferentes fases da história nacional<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> De acordo com Octavio Ianni (1984, p.241), “O poder moderador, a política dos governadores, o Estado Novo, o populismo e o militarismo têm muito a ver com as forças sociais do campo, (...). Da mesma maneira, a abolição da escravatura, a proclamação da República, a Revolução de 1930, o golpe de Estado de 1945 e o golpe de Estado de 1964 revelam a presença e a influência das controvérsias e interesses que se desenvolvem no campo”. Assim, “(...) é inegável a importância da questão agrária na conformação da

O sistema latifundiário não permaneceu com as mesmas características, no decorrer dos anos. Contudo, as transformações pelas quais a estrutura agroexportadora passou não representaram qualquer modificação no monopólio da propriedade fundiária. Isso decorre do fato de que tais transformações se concentraram, basicamente, na introdução de técnicas modernas de plantio, de colheita e de armazenamento. Tais mudanças não alteraram o panorama das relações sociais no meio rural. A exploração da terra se faz, ainda nos dias de hoje, em benefício de uma minoria política e economicamente dominante.

Portanto, o verdadeiro sentido da reforma agrária, ou seja, promover a melhora das condições de vida e trabalho do trabalhador rural, por meio da concessão de terras, tem sido escamoteado até mesmo por setores governistas que carregam, em sua plataforma de governo, tal bandeira. Para tais setores, a reforma consiste, basicamente, em uma modernização das técnicas de plantio e de comércio, com o objetivo de aumentar a oferta e a qualidade dos produtos. Trata-se de incrementar um sistema de exploração que ainda conserva algumas características herdadas do período colonial: obtenção de maior lucratividade mediante a expansão do latifúndio e a utilização de grandes contingentes de mão-de-obra barata.

Assim sendo, torna-se relevante revisitar as propostas do movimento tenentista, particularmente de segmentos que adotaram um comportamento político à esquerda, acerca da reforma agrária, pois tais propostas buscaram destruir os pilares que sustentavam o poder econômico, social, cultural e político das oligarquias latifundiárias; uma das formas de fazê-lo seria por meio de uma ampla e profunda modificação nas relações socioeconômicas predominantes no âmbito rural.

Embora a produção bibliográfica referente ao Tenentismo seja vasta, uma análise acerca do comportamento destes militares diante da questão agrária faz-se, ainda, necessária, visto que este aspecto tem sido negligenciado ou tratado, muitas vezes, de maneira superficial pelos historiadores, sociólogos e cientistas políticos. Além disso, voltar a tais propostas é reacender um debate tão necessário e tão atual, em um país que,

---

fisionomia do Estado brasileiro; e nas rupturas que marcam momentos notáveis da sua história” (1984, p. 242). Segundo Caio Prado Júnior (1979, p. 07), uma das motivações principais para a deflagração do Golpe civil-militar de 1964 foi o despertar de parcelas significativas da população brasileira para a questão da reforma agrária. À pressão popular para a efetivação de políticas que tinham por objetivo transformar a configuração de nossa estrutura fundiária seguiu-se a reação conservadora e autoritária de segmentos políticos e sociais interessados na manutenção da organização socioeconômica vigente no meio rural.

por razões políticas e econômicas, ainda não resolveu a sua grave situação fundiária, responsável pelo atraso, no que tange a um real desenvolvimento democrático, em uma nação de tão grande extensão territorial.

Com a Proclamação da República, os militares conquistaram uma posição de relevo no cenário político. Tal papel de destaque assenta-se nas características das Forças Armadas, como uma instituição identificada constitucionalmente com os interesses nacionais e que possui o recurso às armas como forma de intervenção. Entre as diversas correntes militares, os tenentes, nas décadas de 1920 e 1930, também foram fiéis à tradição intervencionista-salvacionista do Exército, com seus ideais regeneradores de moralização da política e igualdade social<sup>3</sup>.

Para que se possa compreender o movimento tenentista<sup>4</sup>, deve-se, antes, entender o comportamento político do Exército, desde o final do século XIX. Por exemplo, foram os militares que lideraram o movimento que pôs fim ao regime imperial e instaurou a República. Até 1930, foram várias as oportunidades em que o Exército atuou ativamente no cenário político nacional, tendo, por vezes, alguns de seus oficiais ocupando a chefia do Executivo. Diante desse quadro, construiu-se, entre os militares, a consciência de serem eles os principais defensores do regime republicano e artífices de uma identidade nacional<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> Foi por intermédio de Benjamin Constant, no início da década de 1870, que o Positivismo ganhou espaço nos colégios militares, constituindo-se, assim, na matriz filosófica-política por meio da qual os militares constroem uma visão crítica acerca da sociedade e do papel do Exército enquanto instituição responsável pela construção de uma consciência nacional e pela salvaguarda dos princípios republicanos.

<sup>4</sup> A análise de Vavy Pacheco Borges (1992), acerca do “Tenentismo”, parte da reconstrução histórica da própria origem desta expressão. Tal origem está intimamente ligada à atuação político-militar de uma fração da oficialidade do Exército nos anos 1920 e 1930. De acordo com a referida autora (1992, p. 20), durante as manifestações militares nos anos 1920, as expressões “tenentismo” ou “tenentes” não eram utilizadas na referência à fração militar rebelde. Neste período, os sediciosos receberam outras denominações tais como: “militares revolucionários”, “revoltosos”, “rebeldes”, “militares dos dois cinco de julho”. O surgimento das alcunhas “Tenentismo” e “tenentes” remete ao contexto das disputas entre frações da elite oligárquica paulista e os militares pelo controle político do Estado de São Paulo nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas.

<sup>5</sup> De acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p.114), “[...] particularmente o exército brasileiro, entre as organizações militares, evoluiu e se constituiu como organização, quer dizer, com normas, hierarquias, padrões de carreira, canais de comunicação etc., independentemente da hegemonia política e ideológica da burguesia. [...] Aberto a diversas formulações ideológicas e influências profissionais - o positivismo, a geopolítica, o nacionalismo, as missões alemã e francesa -, o exército brasileiro necessitou acomodar concepções divergentes quanto à natureza da boa sociedade a ser criada e quanto ao modo de criá-la. Por isso foi levado a desempenhar historicamente o papel de definidor dos limites constitucionais do sistema político brasileiro, [...]”.

O domínio político exercido pelos militares, após a Proclamação da República, durou pouco tempo devido às cisões e conflitos políticos existentes no seio das Forças Armadas (CARVALHO, 2006, p. 45) e à intensa oposição das elites civis. Ancorada no forte poder econômico proveniente do plantio e comercialização do café, a fração oligárquica cafeicultora não tardou a conquistar a hegemonia política no cenário nacional.

O Brasil mantinha-se como um país essencialmente agrário, e os grandes proprietários submetiam a vida política nacional a seus interesses. Assim, mantinha-se inalterada a estrutura fundiária, baseada na concentração da propriedade privada da terra. Conforme já mencionado, o regime capitalista espalhava-se no Brasil, sem destruir o principal sustentáculo do poder político, econômico e social dos grandes proprietários: o latifúndio. Assim, “[...] a política dos governadores, [...], substituiu a república florianista”. (McCann, 2007, p. 244).

A maioria da população brasileira estava localizada na área rural, submetida econômica, social e politicamente aos chefes locais, os “coronéis”, cujo poder político mostrava-se forte, graças à manutenção, durante o período republicano, da estrutura econômica herdada do período colonial, baseada na concentração da propriedade rural.

Com pouca, ou sem qualquer tipo de instrução, dependente do trabalho e dos “favores” oferecidos pelos grandes proprietários, essa população atuava de maneira tutelada no cenário político, de forma a fornecer uma quantidade de votos suficiente para a manutenção do situacionismo político. Paralelamente, o processo de desenvolvimento urbano e industrial acarretou não só o surgimento do proletariado como, também, dos setores médios, ou seja, pequena e média burguesia, que compunham a população das cidades<sup>6</sup>.

As camadas médias também se mostravam incapazes de atuar no cenário político nacional de maneira organizada e autônoma, dada a sua debilidade político-organizativa e dependência ideológica junto às classes dominantes. Suas manifestações de contestação ao regime oligárquico permaneciam restritas a uma reação contra o aumento do custo de vida, decorrente das contingências políticas e econômicas. O movimento operário dos anos 1920, por sua vez, embora tenha conquistado um importante espaço de atuação e representação no cenário político-econômico, por meio de movimentos grevistas, sindicatos, organizações operárias, e da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB)

---

<sup>6</sup> Segundo Emília Viotti da Costa (2010, p. 465), a pequena burguesia compreendia os indivíduos que atuavam nas mais diversas áreas e funções: bancos, transporte, comércio, cargos públicos e ofícios liberais, constituindo, assim, o núcleo da população urbana.

em 1922, ainda carecia de sólida organização e de consciência política, o que dificultava qualquer tentativa de ascensão do proletariado, enquanto ator político e social capaz de aglutinar, sob a sua liderança, outras forças político-sociais e, assim, ameaçar a hegemonia das oligarquias estaduais.

A burguesia industrial, associada à burguesia comercial e ao capital estrangeiro, limitada aos seus interesses de classe, “[...] Não construiu nem constrói um projeto de cunho hegemônico, porque não interpreta os interesses de outras classes e muito menos da sociedade como um todo”. (IANNI, 2004, p.90).

A economia agroexportadora brasileira mostrava-se totalmente dependente das oscilações na demanda do mercado internacional. Tal situação “obrigou” o Estado, em várias ocasiões, a “socorrer” os grandes produtores, mediante empréstimos no estrangeiro, concessão de créditos agrícolas e políticas cambiais. Dada a dependência da economia brasileira em relação ao café, seu principal produto, as políticas cambiais sempre tiveram, por objetivo, a defesa e a valorização da rubiácea no mercado externo<sup>7</sup>.

Entretanto, se tais medidas beneficiavam a fração oligárquica agroexportadora que exercia a hegemonia política, prejudicavam, por outro lado, as camadas médias e o proletariado urbano. A insatisfação desses setores sociais, diante da situação política e econômica, encontrou ressonância entre os jovens militares do Exército, oriundos, em sua maioria, da pequena burguesia<sup>8</sup>.

Contudo, os tenentes, apesar de muitos deles terem tal origem, possuíam certas características que lhes possibilitavam assumir o papel de ator político e social capaz de confrontar o domínio oligárquico. A posição deles, enquanto membros das Forças Armadas, permitia-lhes a organização em âmbito nacional e o recurso às armas. Além disso, a educação militar deu-lhes a noção do papel do Exército na construção de uma consciência nacional e na promoção da modernização política, econômica e social do País. Nesta direção, o movimento tenentista será analisado a partir de suas origens, em

---

<sup>7</sup> De acordo com Dulce Pandolfi (1980, p.342), dada a posição proeminente do café no cenário político-nacional, os Estados do Norte e Nordeste passam a ocupar uma posição subordinada em relação aos interesses da oligarquia cafeicultura dominante. Tal situação provocou divergências entre as elites políticas estaduais.

<sup>8</sup> Segundo Frank McCann (2007, p.276), os quadros do Exército estavam em constante contato com a população civil, pois não só as unidades militares nas quais aqueles serviam localizavam-se na área urbana, como os próprios oficiais não residiam nos quartéis, mas, sim, nos diferentes bairros cariocas. Neste sentido, McCann chama a atenção para o fato de que a vida cotidiana dos oficiais e de seus familiares era semelhante à dos setores civis. Além disso, os baixos salários colocavam os oficiais à mercê das “flutuações econômicas”.

suas várias nuances sociais, ideológicas, econômicas, culturais e políticas e, também, pela sua posição enquanto militares, ou seja, membros do aparato estatal.

Portanto, abrigam-se aí as duas concepções analítico-metodológicas quanto à atuação e comportamento do Exército, ou seja, a instrumental e a institucional. Diante deste panorama, em linhas gerais, há dois modelos teórico-analíticos de interpretação sobre a ação das Forças Armadas na política: a concepção Instrumental e a Institucional-Organizacional.

De acordo com Antônio Carlos Peixoto (1982, p.29-30), a concepção Instrumental concebe as ações militares a partir de motivações externas à corporação, ou seja, é na sociedade civil que residem as razões impulsionadoras das intervenções das Forças Armadas. Para esta vertente analítica, as organizações militares são permeáveis à influência de civis, partidos políticos, associações, clubes, sindicatos, intelectuais, lideranças políticas, Governos Federal e Estaduais, empresários, etc.<sup>9</sup>

Os tenentes, enquanto membros das Forças Armadas, assumiram o papel de porta-vozes da pequena-burguesia<sup>10</sup>. Nesta, “[...] os militares apresentavam-se como os elementos mais ativos e interessados em mudanças políticas” (SODRÉ, 1985, p.21).

A eclosão dos levantes tenentistas de 1922, cujo epílogo foi a “aventura” dos Dezoito do Forte de Copacabana, em 1924, e a marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa foram motivadas, principalmente, por um descontentamento em relação à realidade política, econômica e social brasileira. Embora, no período entre 1922 e o exílio da Coluna Prestes, os tenentes lutassem por reformas de cunho liberal-democrata, já apareciam, em sua plataforma de ação, tendências elitistas<sup>11</sup> e centralizadoras<sup>12</sup>.

A consciência desses tenentes acerca do atraso político e econômico do país amadureceu durante os anos de marcha da Coluna Prestes-Miguel Costa<sup>13</sup>. Ao conhecer

---

<sup>9</sup>Por outro lado, a concepção institucional-organizacional explica o comportamento dos militares enquanto pertencentes a uma organização cujos valores institucionais norteiam as ações destes. Assim, “o aparelho militar” é visto como um sistema monolítico, autônomo em relação à sociedade civil e que obedece a um comando hierárquico. Assim, valorizaremos, em nosso trabalho, a concepção instrumental.

<sup>10</sup> Diante da fragilidade estrutural e política da burguesia industrial e do movimento operário, “[...] coube à jovem oficialidade do Exército cumprir a função de ‘espírito aglutinador’, [...], que faltava à baixa classe média e à pequena burguesia urbanas”. (BOITO JÚNIOR, 2005, p.42).

<sup>11</sup> Boris Fausto (1997), Anna Martinez Corrêa (1976), Mário Cleber Lanna Júnior (2003) e Maria Spina Forjaz (1978), por exemplo, ressaltam, em suas respectivas obras, a face elitista que o Tenentismo assumiu em suas manifestações político-militares.

<sup>12</sup> Além de Boris Fausto (1997), Maria Spina Forjaz (1978) e Virgínio Santa Rosa (1976), também ressaltam a influência de Alberto Torres e Oliveira Vianna no ideário político dos Tenentes. Assim sendo, empreenderemos, ao longo da presente pesquisa, a análise crítica do pensamento destes dois autores e de sua apropriação pelo Tenentismo, principalmente no tocante à questão agrária.

<sup>13</sup> É importante ressaltar que concentraremos nossa atenção, no que se refere à Coluna Prestes-Miguel Costa, aos efeitos e condicionantes políticos, sociais e econômicos que a marcha pelo interior do Brasil

o interior do Brasil, esses militares encontraram populações vivendo na mais absoluta miséria, submetidas ao poder econômico e político dos chefes municipais, os “coronéis”. Os tenentes surpreenderam-se ao encontrar um “Brasil” que ainda não conheciam, distante daquele urbano e desenvolvido, no qual viviam. Os militares da Coluna sensibilizaram-se com a situação precária em que vivia a maioria da população do campo<sup>14</sup>.

Dessa forma, a trajetória tenentista pelo interior do país, como nossa primeira hipótese, pode ter sido decisiva para uma mudança na consciência desses jovens militares, pois puderam perceber a ineficiência do programa liberal baseado no lema “Representação e Justiça”, que, até então, defendiam. O contato com a população rural, portanto, foi fundamental, um dos pontos centrais de nossa pesquisa, para o despertar de uma parcela do movimento tenentista quanto à necessidade de transformações no cenário agrícola nacional. Todavia, é importante ressaltar que tal parcela, nos anos posteriores à Coluna, dividiu-se, seguindo seus principais personagens orientações políticas distintas.

Dessa cisão, nascem duas vertentes no movimento, que exercerão um papel de destaque no cenário político nacional dos anos 1930: a de esquerda, cuja maior expressão é Luiz Carlos Prestes e outros militares que ingressam no PCB, mas, que engloba, também, os tenentes de orientação esquerdista, porém, não comunistas. A outra, caracterizada como “centrista” (CARVALHO, 2006, p. 128), congregava a maioria dos militares, sendo Juarez Távora uma das suas principais lideranças. Assim, como nossa segunda hipótese, essas duas correntes, em suas respectivas plataformas políticas, apresentarão, na década de 1930, profundas divergências quanto ao sentido e ao conteúdo das propostas relativas à questão fundiária.

Para Luiz Carlos Prestes e outras figuras do tenentismo que aderiram ao comunismo, por exemplo, a reforma agrária seria implementada mediante um programa radical contra o latifúndio e contra o imperialismo, baseado em uma proposta revolucionária, com a participação das massas camponesas e do proletariado urbano. O PCB já estava sob forte influência da Internacional Comunista (IC), quando houve aquela

---

proporcionou à uma parcela do Tenentismo. Desta forma, não nos preocuparemos em descrever a Coluna em sua trajetória, ou seja, o caminho por ela percorrido. A descrição pormenorizada da epopeia dos militares poderá ser vista, entre outros, no relato de Lourenço Moreira Lima (1987), nas memórias de Juarez Távora (1973) e de João Alberto de Lins e Barros (1954), e nas obras de João Cabanas (2014), Nelson Werneck Sodré (1978;1965), Hélio Silva (1975) e Neil Macaulay (1977)

<sup>14</sup> Tal fato fica claro com a atitude dos líderes do movimento em destruir documentos de cobrança de impostos nos cartórios, ferramentas utilizadas para torturas e castigos, além de libertar presos que não tinham qualquer acusação formulada.

adesão. A IC considerava o Brasil como sendo um país semicolonial, regido economicamente pelo imperialismo assentado nos latifúndios e na exploração da população camponês. Assim sendo, sob a égide da Internacional Comunista, o partido passa a vislumbrar o proletariado e o contingente camponês como verdadeiras forças capazes de mover a revolução, definida como “agrária e anti-imperialista”. Credo que as massas estivessem preparadas e conscientes de sua atuação na revolução, o partido acreditou ser possível iniciar uma insurreição que, sob gritos de ordem, formaria um governo operário-camponês.

A outra parte daquele segmento, de orientação “centrista”, cujos representantes, em sua maioria, apoiaram a Aliança Liberal, embora sensibilizada quanto à necessidade de transformação do panorama agrário brasileiro, compreendia a reforma agrária no interior de um projeto de modernização da estrutura agrária brasileira, viabilizado por um poder centralizado. Nesse projeto, fortemente inspirado nas concepções autoritário-nacionalistas de Alberto Torres e de Oliveira Vianna, o Estado seria o órgão responsável pela distribuição dos lotes de terra como, também, pela promoção do uso social de terras devolutas ou ocupadas ilegalmente, por meio de núcleos coloniais.

Nos anos 1920, de acordo com Raymundo Faoro (2012, p. 751), o pensamento antiliberal reformista, cujos teóricos mais significativos são Alberto Torres e Oliveira Vianna, ganha espaço na vida nacional, na crítica às elites políticas identificadas com os ideais liberais e suas promessas de modernização e prosperidade. Apontavam-se as falhas e o esgotamento de um modelo político que não se encaixava plenamente na realidade nacional.

As críticas desses pensadores autoritários em relação ao abismo existente entre as instituições políticas e as verdadeiras necessidades do país ganham sentido se entendidas sob o paradigma de constituição de uma ordem burguesa em uma sociedade oligárquica e latifundiária. Tratava-se de expandir a capacidade do poder público para que este garantisse o pleno desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Era o complexo oligárquico latifundiário que se tornava obstáculo à evolução da sociedade brasileira.

Assim, formaram-se duas correntes no interior do movimento tenentista, que apresentaram programas distintos em relação à transformação da configuração agrícola brasileira. Ambos os programas serão analisados em nosso trabalho, embora o objetivo principal concentre-se na análise das propostas formuladas pelos tenentes que adotaram um comportamento à esquerda, após a Coluna.

Passados os acontecimentos revolucionários de 1930, e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, os grupos que apoiaram a Aliança Liberal começaram a divergir em relação aos rumos políticos que deveriam ser tomados pelo Governo. Assim, os primeiros anos do governo de Getúlio Vargas foram marcados pelas disputas entre os grupos oligárquicos e os militares “revolucionários”. Os tenentes propunham um Estado centralizado, com capacidade de intervir nos setores político, econômico e social. Por outro lado, as oligarquias estaduais defendiam uma organização política baseada no federalismo, na limitação do Poder Executivo, e na preservação da autonomia política e econômica dos Estados.

Entretanto, nenhum desses setores apresentava um projeto político concreto, amadurecido, nem capacidade para converter-se em força hegemônica no quadro político nacional. Assim, “vitoriosa a revolução, abre-se uma espécie de vazio de poder, por força do colapso político da burguesia do café e da incapacidade das demais frações de classe para assumi-lo, em caráter exclusivo, [...]” (FAUSTO, 1997, p.113). Segundo esse autor, diante daquela situação de vácuo político, “o Estado de compromisso, expressão do reajuste nas relações internas das classes dominantes, corresponde, [...], a uma nova forma de Estado, que se caracteriza pela maior centralização, [...]” (FAUSTO, 1997, p. 109).

Já no seu primeiro ano de governo, Vargas iniciou as profundas transformações pelas quais passou o País, em relação à Primeira República. Com o movimento de outubro de 1930, as velhas oligarquias, que até então dominavam a máquina política do País, foram alijadas do poder e substituídas pelos grupos que compunham a Aliança Liberal, como os tenentes.

Surge, assim, um novo modelo de Estado, cujas características principais são a centralização e o intervencionismo no plano político, econômico, social e cultural. Este “assume concomitantemente o papel de ‘representante direto’ dos interesses cafeeiros e de guardião dos interesses nacionais” (FAUSTO, 1997, p. 121). Entretanto, as mudanças<sup>15</sup> não permaneceram apenas no campo político; atingiram também o da ideologia e o da natureza do Estado e de suas funções na sociedade<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> É importante ressaltar que, segundo Boris Fausto (1997, p. 116), “ao se caracterizar a Revolução de 1930 é preciso considerar que suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade”.

<sup>16</sup> “Apoiando-se em novos códigos e legislação, e estruturando seus aparelhos centrais, os conteúdos da soberania serão redefinidos e atualizados, assim como se processará a extensão e ampliação da autoridade pública sobre os setores estratégicos, sobre as instituições de conformação ideológica da nacionalidade, no

Contudo, muito embora tenha o aparelho estatal ampliado seu raio de ação, o novo pacto político resultou de rearranjos no seio das classes dominantes, ao conjugar os “[...] interesses da cafeicultura, indústria, comércio e imperialismo.” (IANNI, 2004, p.218), e manter intacta a estrutura econômico-social vigente no espaço agrícola. Portanto, nessa nova configuração político-econômica, as relações de produção, fundamentadas nas grandes propriedades rurais, permaneceram inalteradas.

Dessa forma, as transformações econômicas, políticas e sociais promovidas pela Revolução de 1930, muito embora tenham provocado significativas transformações no “sistema coronelista”, não alteraram o principal pilar sobre o qual se assentava o poder político dos coronéis: a concentração da propriedade fundiária. A própria legislação trabalhista, implantada por Getúlio Vargas nos primeiros anos de seu governo, permaneceu restrita aos trabalhadores urbanos.

Os dois primeiros anos do governo Getúlio Vargas foram marcados pela ascensão política do movimento tenentista<sup>17</sup>, em especial a sua corrente majoritária, de orientação “centrista”, que procurou organizar-se por meio da elaboração de projetos políticos e da criação de instituições como, por exemplo, o *Clube 03 de Outubro*, criado em fevereiro de 1931, e as *Legiões Revolucionárias*, nos Estados. Tais ações tiveram por objetivo o fortalecimento político dos tenentes, junto ao Governo Federal<sup>18</sup>, como forma de pressioná-lo em favor das necessidades das lideranças estaduais (interventores) e da nomeação de nomes ligados ao Tenentismo para funções e cargos públicos.

Nesse sentido, em julho de 1931, o Clube 03 de Outubro iniciou uma “ofensiva” em defesa do governo Vargas, diante da forte oposição dos grupos oligárquicos, principalmente os de São Paulo. Fez parte desta ofensiva a elaboração dos princípios

---

controle da informação, no reforço das bases fiscais e centralização dos recursos, na estruturação mais densa do Poder Judiciário e das organizações Policial-Militares”. (DRAIBE,2004, p.54)

<sup>17</sup> Na década de 1930, o movimento tenentista fragmentou-se politicamente. Alguns de seus representantes converteram-se ao comunismo e a outras matrizes de esquerda, outros se mantiveram fiéis à plataforma de cunho liberal que era majoritária nos anos 1920. Outra parcela retomou suas funções militares. No interior do movimento, a corrente “centrista” foi numericamente dominante, o que contribuiu para a posição de destaque que conquistou no cenário político nacional. Além disso, de acordo com Edgard Carone (1974, p. 387), nos anos 1930, o termo tenentismo ampliou-se, congregando novos setores sociais. Além dos militares revolucionários e seus antigos aliados civis, novos setores passam a ser identificados com o movimento. Tal fato mostra que o tenentismo foi um movimento político-militar que transcendeu os muros dos quartéis, congregando, em seu seio, lideranças civis.

<sup>18</sup> De acordo com Robert Alexander (1979, p. 167), Getúlio Vargas serviu-se, habilmente, de uma estratégia que consistia em promover disputas e cisões no seio do movimento tenentista e, também, entre os representantes deste e os grupos oligárquicos, como forma de minar a força organizativa e política dos tenentes. Como exemplo, vide o caso da nomeação de João Alberto para o governo de São Paulo.

políticos do Clube, que se tornaram públicos em fevereiro de 1932, no *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*<sup>19</sup>.

De acordo com Aspásia Camargo (1996, p.134), o Estado, nesse *Esboço*, constitui-se órgão responsável pela distribuição dos lotes de terra como, também, em promover o uso social “[...] de terras devolutas, [...]” e das que foram apropriadas de maneira ilegal, por meio da formação de “[...] núcleos coloniais cooperativos”. Importante, também, é o fato de que o programa propõe a regulamentação do trabalho agrícola, por meio da inserção da mão-de-obra rural na “legislação trabalhista” (1996, p.134).

Além dessas propostas, defendem-se, ainda, a limitação dos latifúndios, a obrigação de se desenvolver a produção nas propriedades próximas às rotas de comunicação, sob pena de desapropriação para fins de formação de núcleos coloniais, a colonização dos territórios “incultos” e o aprimoramento da produção agrícola nas regiões onde as condições climáticas dificultam o aproveitamento do solo<sup>20</sup>.

No caso das Legiões, o manifesto apresentado pelos legionários de São Paulo, em 1931, no tocante à questão fundiária, é muito semelhante ao do Clube 03 de Outubro. Os legionários defendem o incremento da produção agrícola e da pecuária, a obrigação de promover o cultivo das faixas de terra próximas às vias de comunicação, sob pena de sua transformação, pelo Estado, em núcleos coloniais, e a diminuição dos latifúndios, principalmente os que estiverem localizados próximos à zona litorânea. Além destas medidas, os legionários propõem políticas de incentivos à fixação do trabalhador no campo, mediante créditos e acesso à tecnologia, a formação do “Tribunal de Terras”, dentre outras.

A debilidade organizativa e o fracionamento político-ideológico do Tenentismo atingem o Clube 03 de outubro e as Legiões, provocando desarranjos e cisões internas. A Revolução Constitucionalista de 1932 e o conseqüente fortalecimento dos grupos oligarcas estaduais constituíram um dos principais fatores<sup>21</sup> para o enfraquecimento

---

<sup>19</sup> No documento, o projeto político, econômico, social e cultural dos tenentes do Clube 03 de outubro aparece dividido nos seguintes itens: nacionalidade; economia; finanças; administração pública; sociedade brasileira; política; justiça; defesa nacional; relações exteriores. Vale ressaltar que, embora este projeto atenha-se, principalmente, às propostas acerca da questão agrária, todos os itens do *Esboço* serão analisados.

<sup>20</sup> Embora enfatizassem que a propriedade deveria atender às necessidades coletivas, os tenentes “centristas” eram contrários à coletivização dos meios de produção (CONNIF, 1979, p.143). Não pretendiam, também, subverterem o regime econômico vigente. As propostas no tocante à questão fundiária tinham como objetivo principal o desenvolvimento do sistema capitalista no país.

<sup>21</sup> Além das crises e cisões internas e a forte oposição das elites civis, setores da oficialidade do Exército mostravam-se receosos quanto à participação “autônoma” dos tenentes na política. Assim, outro motivo

político-organizacional dessas agremiações e de seu prestígio junto à cúpula governista. As principais lideranças tenentistas, como, por exemplo, Juarez Távora, João Alberto, Cordeiro de Farias, dentre outras, buscaram adaptar-se às sucessivas reorientações políticas que o Governo Vargas apresentou de 1930 a 1945, ocupando cargos na administração pública, nos órgãos policiais ou regressando ao serviço ativo no Exército (ALEXANDER, 1979, p.167)<sup>22</sup>.

Os tenentes que adotaram um comportamento político-social à esquerda apresentaram uma conduta mais radical, no tocante às propostas acerca da reforma agrária. Para os comunistas, o Brasil era um país semifeudal, cujo desenrolar político era causa do embate entre dois imperialismos: o inglês e o norte-americano. A partir de então, na concepção desta fração do movimento tenentista, o atraso político, econômico e social do Brasil assentar-se-ia no predomínio de um sistema político-econômico baseado no latifúndio, na monocultura e alinhado aos interesses das nações imperialistas.

Em março de 1935, foi instituída a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma frente popular cujos objetivos eram a recondução do movimento revolucionário de 1930 ao seu curso “ideal” e o combate às oligarquias dissidentes, por meio da luta contra a Lei de Segurança Nacional, o imperialismo, o latifúndio e o integralismo.

Os militares que participaram da criação da ANL acreditavam que, tanto a estrutura agrária, quanto o domínio exercido pelas potências imperialistas na economia e na política brasileira, constituíam um entrave ao desenvolvimento econômico e social do país. Além disso, representavam a base de sustentação da hegemonia política, econômica, social e ideológica dos “barões do café”.

O programa da ANL defendia, entre outros pontos, a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultivava; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra, etc.;

---

que contribuiu decisivamente para o enfraquecimento político dos tenentes, de acordo com José Murilo de Carvalho (2006, p. 108), refere-se à um fator fundamental para a viabilização das propostas tenentistas: a conquista de hegemonia no interior do Exército. Além disso, o domínio da instituição pela baixa oficialidade subverteria a ordem e a disciplina hierárquica, o que enfraqueceria politicamente a corporação.

<sup>22</sup> Juarez Távora foi um dos mais importantes nomes do movimento revolucionário de 1930, liderando as forças revolucionárias no Nordeste. Após ocupar o Ministério da Agricultura, nos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas, retornou às fileiras do Exército. No final dos anos 1940, ascendeu ao generalato. Osvaldo Cordeiro de Farias foi nomeado interventor federal no Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1936 a 1938. João Alberto Lins de Barros após exercer, por um curto período, o cargo de interventor federal em São Paulo, desempenhou funções no aparelho burocrático estatal, principalmente no aparato policial. Em alguns estados, representantes do Tenentismo conseguiram manter-se no poder, graças à alianças e conciliações com grupos oligárquicos locais. Tais são os casos, por exemplo, de Juraci Magalhães, na Bahia, de João Punaro Bley, no Espírito Santo, e de Carlos de Lima Cavalcanti, em Pernambuco.

a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem. Contudo, os aliancistas não almejavam a conquista do poder, muito menos a implantação de um regime comunista no Brasil. Tal comportamento representaria a mentalidade nacionalista e democrática dos tenentes aliancistas, que acreditavam, assim, poder transformar econômica e socialmente o país sem modificar o regime.

Em onze de julho de 1935, Getúlio Vargas, amparado na Lei de Segurança Nacional, fechou provisoriamente a ANL. Após ser posta na ilegalidade, a Aliança perdeu todo o prestígio conquistado nas várias camadas sociais, principalmente na classe média. A partir desse momento, o controle da organização ficou nas mãos dos comunistas e dos tenentes ligados ao PCB, que prepararam um levante armado em nome dela.

Visto o viés conciliatório que fundamentou a construção do bloco político dominante após 1930, ainda que o projeto varguista tenha apresentado um sentido desenvolvimentista, dificilmente seriam adotadas, enquanto política de governo, as propostas tenentistas referentes ao universo agrário nacional. Seria improvável que a plataforma da ANL fosse encampada pelo Governo Federal. Diante deste quadro, pode-se compreender a incorporação de parcelas do referido movimento ao *status quo* governista, ao longo da década de 1930, e a repressão que se abateu sobre os militares que, adotando um comportamento político à esquerda, enveredaram-se pelo caminho da contestação, seja ela de cunho político- popular (ANL) ou de caráter insurrecional (PCB).

Dessa forma, o tenentismo, ou, melhor dizendo, uma parcela deste movimento pode ser considerada como um segmento político e social que buscou romper com a dominação das oligarquias cafeicultoras ao propor, dentre outros pontos, uma profunda mudança na estrutura fundiária brasileira.

Assim, no primeiro capítulo desta Tese, buscou-se verificar que um dos traços marcantes da história política nacional é a relação entre propriedade fundiária e poder político. O predomínio de uma estrutura econômica basicamente agrária, firmada na grande propriedade e na produção destinada ao mercado internacional, garantiu, desde os tempos coloniais e, particularmente, no contexto que ora analisamos, a manutenção de uma estrutura política, na qual o bloco dominante expressava, também, os interesses agroexportadores. Assim sendo, o objetivo deste capítulo foi o de analisar essa relação propriedade fundiária, poder econômico e poder político, ao longo da história nacional e, principalmente, no contexto da Primeira República, avançando até meados da década de 1930.

No segundo capítulo, foram tratadas a gênese e a evolução político-ideológica do Tenentismo, nos anos 1920. Dado o fato de que o movimento não tenha tido um caráter único ao longo do tempo, antes sofrendo transformações, nosso objetivo foi identificar, naquela evolução, o momento em que uma fração à esquerda do movimento tenentista passou a considerar necessária uma profunda transformação na estrutura sócio-político-econômica brasileira, via reforma agrária e, também, por meio da luta contra o imperialismo. Assim, será apresentada e discutida nossa primeira hipótese, que relaciona a experiência da Coluna Prestes ao despertar de uma fração do movimento quanto à necessidade de mudança do panorama agrário nacional.

Além disso, daremos início à apresentação e à discussão, que será retomada e aprofundada nos capítulos subsequentes, de nossa segunda hipótese: a de que esta fração do tenentismo não constituía um todo coeso, existindo, assim, profundas divergências no tocante às propostas acerca da questão fundiária.

No terceiro capítulo, foi abordado, primeiramente, o percurso histórico do Tenentismo nos anos 1930, suas disputas e cisões internas, as suas relações com o Exército, com Getúlio Vargas e com os grupos oligárquicos estaduais, destacando-se a trajetória da fração tenentista que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e compôs o bloco político que ascendeu ao poder em 1930. Nessa direção, analisamos, ainda, as propostas fundiárias elaboradas por esta fração, tanto no *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*, formulado pelo Clube 03 de Outubro, como também, em outras frentes como as Legiões Revolucionárias. Além disso, empreendeu-se a análise crítica do pensamento de Alberto Torres e de Oliveira Viana e a apropriação de tais concepções pelo Tenentismo, principalmente no tocante à questão agrária.

No tocante à mesma questão, foi abordado, também, Virgínio Santa Rosa, cujas propostas de modificação do panorama agrário nacional dialogam com as formuladas pela ala “centrista” do movimento tenentista.

No quarto capítulo, nossa atenção concentrou-se na trajetória histórico-política, nos anos 1920 e 1930, dos tenentes que adotaram um comportamento político-social à esquerda, basicamente os que aderiram ao PCB e os que congregaram na Aliança Nacional Libertadora, enfatizando as respectivas propostas acerca da reforma agrária. Para tanto, foi necessário abordar a formação e atuação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), suas relações com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), e, também, as relações entre o PCB e as Forças Armadas, a partir da ação das lideranças partidárias e da influência exercida pela figura de Luiz Carlos Prestes.

No quinto capítulo, discutimos como o presidente Getúlio Vargas tratou a questão agrária, ao longo de seu primeiro governo, e até que ponto a herança tenentista, no que tange às propostas de modificação do panorama fundiário do País, exerceu, efetivamente, papel preponderante na orientação da política agrária formulada pelo Estado. Assim, nosso escopo foi o de verificar até que ponto o movimento tenentista, em especial sua corrente “centrista”, teve influência nos programas de colonização desenvolvidos pelo Estado, em conjunto com as lideranças políticas regionais. Desta forma, pôde-se constatar que, inspiradas nas propostas fundiárias dos tenentes “centristas”, as políticas de colonização, gestadas no Estado Novo, conceberam a ocupação de espaços geográficos a partir das estratégias de defesa e segurança nacional.

## Capítulo 1: A Hegemonia emana da terra

### 1.1. Do “sentido” da colonização à formação da propriedade territorial no Brasil

Para Aspásia Camargo (1996, p.123), se houve uma característica constante nas diferentes formas que a organização política nacional assumiu, ao longo de sua evolução histórica, é a presença, no bloco político hegemônico, de uma fração da classe dominante que representa os interesses do setor agroexportador. Ainda, segundo a referida autora, esse segmento político “agrário” comandou o processo de transformações sociais, políticas e econômicas pelas quais passou a sociedade em seu desenvolvimento histórico, podendo, assim, ajustar tais mudanças à lógica de sua dominação.

Dessa forma, manteve-se inalterada, no país, a estrutura fundiária herdada do período colonial, baseada na concentração da propriedade privada da terra. Nos séculos XIX e XX, conforme veremos adiante, o regime capitalista espalhava-se no Brasil, sem destruir o principal sustentáculo do poder político, econômico e social dos grandes proprietários: o latifúndio<sup>23</sup>.

De acordo com Caio Prado Júnior (2011, p. 15), o processo de desenvolvimento de qualquer sociedade, guarda, dentro de si, uma orientação singular, um “sentido”. Este não se torna explícito nos acontecimentos superficiais que eclodem ao longo de uma existência histórica, mas, sim, nos aspectos e elementos mais profundos desta, que se localizam no nível estrutural formadores do alicerce sobre o qual aqueles acontecimentos se realizam. Em suma, nos elementos que constituem a espinha dorsal de uma sociedade durante um longo período.

Tal “sentido”, no caso brasileiro, é, nada mais, que a natureza que assumiu, nos trópicos, o processo de colonização, ou seja, um empreendimento de cunho estritamente comercial, calcado na extração das riquezas naturais e na produção agrícola, em grandes unidades produtivas (sistema *plantation*), visando atender as demandas do mercado europeu. Assim, “É esse o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 28). Ele norteará nosso caminhar na história. Constituirá a nossa razão de ser, ao qual devemos nossa formação e a afirmação, com o passar dos anos, do destino primordial que nos foi imposto: fornecedor de produtos

---

<sup>23</sup> A Lei de Terras de 1850 aboliu a prática da doação, e transformou a terra em mercadoria. Com a lei, impôs-se um grande obstáculo ao acesso à terra a todos aqueles que não dispunham de capital suficiente para comprá-la, ou seja, ex-escravos, imigrantes, trabalhadores rurais. Ainda, além de contribuir para o recrudescimento da concentração de terras nas mãos dos grandes proprietários, favoreceu o aumento da oferta de mão-de-obra nas lavouras de café.

primários (açúcar, algodão, tabaco, café) e riquezas naturais (ouro e diamantes) para o mercado europeu.

Este propósito, que é o fundamento de nossa constituição, e que será hegemônico ao longo da existência colonial do Brasil, permanecerá tão fortemente incrustado na realidade nacional que não seria equivocado afirmar que “O sentido da evolução brasileira, [...], ainda se afirme por aquele caráter inicial da colonização”. (PRADO JÚNIOR, 2011, p.29). Esse “sentido”, portanto, fundamentará a apropriação e a exploração do território nacional e constituirá, desta forma, a matriz explicativa para a formação e consolidação do latifúndio enquanto unidade econômica, social, política e cultural, ao longo da trajetória histórica do país<sup>24</sup>.

Assim, o latifúndio representaria muito mais do que apenas uma unidade de produção na qual se explora a força de trabalho escrava. Nele se constroem relações de outra natureza que não apenas a econômica, ou seja, que são tecidas por meio de considerações de ordem sentimental e afetiva. Os laços de afetividade, que reforçam no senhor a figura de um “protetor”, ao mesmo tempo que “suavizam” as relações de desigualdade entre o grande proprietário e seus dependentes, eles as fortalecem, ao produzir consentimento quanto à posição de inferioridade.

As raízes do latifúndio devem ser buscadas na própria natureza empresarial da colonização<sup>25</sup>. O regime de Sesmarias, uma vez transferido para cá, ajustou-se à lógica mercantil que presidia a organização econômica e social da colônia, o que provocou o desvirtuamento do sentido original daquele regime, quando estabelecido em terras portuguesas:

A estruturação da propriedade do solo em termos da grande exploração esteve vinculada, [...], às conveniências da produção colonial, determinada fundamentalmente pela necessidade de fomentar a

---

<sup>24</sup> “A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte, (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião, [...]; de vida sexual e de família (patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa, [...]; de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos.” (FREYRE, 2004, p. 36.). Assim, o latifúndio representa muito mais do que apenas uma unidade de produção na qual se explora a força de trabalho escrava. Nele se constrói relações de outra natureza que não apenas a econômica, ou seja, que são tecidas por meio de considerações de ordem sentimental e afetiva. Os laços de afetividade, que reforçam no senhor a figura de um “protetor”, ao mesmo tempo que “suavizam” as relações de desigualdade entre o grande proprietário e seus dependentes, eles as fortalecem, ao produzir consentimento quanto à posição de inferioridade.

<sup>25</sup> “Não é certo que a forma particular assumida entre nós pelo latifúndio agrário fosse uma espécie de manipulação original, fruto da vontade criadora um pouco arbitrária dos colonos portugueses. Surgiu, em grande parte, de elementos adventícios e ao sabor das conviências da produção e do mercado.” (HOLANDA, 2014, p. 47).

acumulação nos países metropolitanos. [...] Foi portanto a forma de inserção da colônia no amplo mercado mundial que se abria para determinados produtos, como o açúcar, que traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista. Essas condições é que explicam tamanha liberalidade por parte da metrópole na disposição do solo colonial, [...]. (SILVA, 1996, p. 45-46).

O regime das sesmarias fora concebido em Portugal, ao findar o século XIV, com o objetivo de resolver os problemas de carência de alimentos. Desta forma, o principal objetivo daquele regime era alavancar a produção por meio da obrigatoriedade do cultivo das terras. Quando o sentido mercantil se impôs na estrutura econômica da colônia, organizada, a partir de então, para a produção em larga escala de gêneros primários, voltada para o mercado internacional, a importância da terra ficou condicionada à sua transformação em unidade de produção monocultora, transformação que dependia de altos investimentos, principalmente na aquisição da mão-de-obra<sup>26</sup>. Assim, do candidato às sesmarias deveria ser exigida a comprovação de ser ele um indivíduo materialmente abastado, plenamente capaz de adequar a utilização da terra aos propósitos mercantilistas:

A realidade americana torce o conteúdo da lei, transformando a terra, de instrumento régio de colonização e povoamento, em garantia permanente do investimento agrícola. De outro lado, dentro da mesma corrente, a sesmaria, meio jurídico para apegar a terra à capacidade de cultivo, serviu para consagrar as extensões latifundiárias. Tudo por obra do açúcar e da expansão do gado, afirmando a tendência, no plano político, da autonomia do potentado rural. (FAORO, 2012, p. 150).

Devido ao sentido mercantil que orientara a organização da produção na Colônia, a atividade agrícola para a subsistência constituía um descompasso quanto à finalidade e à natureza do sistema colonial, o que lhe garante uma existência marginalizada<sup>27</sup>. Para ser apto a receber sesmarias<sup>28</sup>, o colono deveria ser capaz de responder às exigências de

---

<sup>26</sup> Vê-se, assim, que a introdução do trabalho escravo, além de servir aos propósitos econômicos dentro da lógica do sistema mercantilista, em razão dos lucros advindos do tráfico, fora importante como fator que concorria positivamente na manutenção do grande volume de terras disponíveis aos colonizadores: “[...] No caso do Brasil, essa disponibilidade foi bastante dilatada no tempo em decorrência da grande duração do trabalho escravo. A manutenção da escravidão tornava essa permanente disponibilidade de terras ao mesmo tempo possível e necessária, porque dividia a sociedade, basicamente, em senhores e escravos (que por definição estavam excluídos da apropriação territorial) e porque esgotava rapidamente o solo.” (SILVA, 1996, p. 27). A formação e a manutenção da grande propriedade agrícola, enquanto unidade basilar de produção, está, pois, intimamente ligada com a forma como foi estruturada a questão do trabalho.

<sup>27</sup> Devido ao fato de levar uma existência marginal e secundária, no sistema econômico colonial, a agricultura de subsistência apresenta baixos índices de produtividade e organização precária. O papel secundário e marginal, no interior de uma economia colonial, dado à agricultura de subsistência, gera graves consequências, destacando-se, entre elas, a carestia e a escassez de alimentos.

<sup>28</sup> Para Manuel Correia de Andrade (2002, p. 144), “A doação de terras em sesmarias – embora estas não dessem o domínio mas tão somente a posse, ao seu titular – provocou um processo de ocupação e

produtividade, por meio da posse de recursos materiais e humanos (escravos). O empreendimento não comportaria o sistema de trabalho familiar. Assim, a terra era concedida somente a quem dispusesse de condições para explorá-la. Da mesma forma, a construção de engenhos de açúcar só era permitida a quem apresentava as condições necessárias para manter tal estrutura em funcionamento.

Neste sentido, pode-se perceber, na fase inicial do processo de colonização, um aspecto discriminatório que irá se constituir na principal marca do empreendimento colonial, refletindo não apenas na estrutura econômica, mas, também, na conformação social da Colônia. A posse de recursos materiais está na raiz dos critérios para a distribuição de terras e, também, na permissão para a construção e operação dos engenhos. Além da capacidade de tornar a terra produtiva, exigia-se outra: a de financiar a construção e do funcionamento dos engenhos.

Assim, a estrutura e a função primordial da empresa colonial, ou seja, produzir gêneros primários em grande escala para atender as demandas do mercado internacional, funcionarão como critérios aristocratizantes. Dada a posição proeminente que ocupa na escala social, o grande proprietário rural ganha foros de aristocrata, pois possui os precedentes que lhe garantem este status: poder econômico, social e militar<sup>29</sup>. Assim, o senhorio constituirá a casta privilegiada na vida social da colônia.

Ao redor dos que desfrutavam do status de “senhores”, proprietários de grandes domínios rurais, instalam-se considerável contingente populacional, formado por escravos e indivíduos livres. Todos esses lhes estão sujeitos. São-lhes dependentes. O poder das autoridades político-administrativas, de tão dispersas que estas estão, não logra ultrapassar os limites da grande propriedade. Tão rarefeita é a força dos funcionários públicos, que estes sempre recorrem, até mesmo para fazer valer sua autoridade nas regiões que estão sob sua responsabilidade, ao poder dos latifundiários: “Quem realmente

---

apropriação das mesmas, sob a égide da grande propriedade, e definiu um processo de dominação do latifúndio que ainda hoje subsiste no país”.

<sup>29</sup> Na “base” do aparelho militar da colônia, encontram-se as ordenanças, compostas pelos populares do sexo masculino, com a idade entre dezoito e sessenta anos, que não haviam sido recrutados para a tropa de linha ou nas milícias. As ordenanças tinham, como principal característica, serem locais, ou seja, fixadas nos espaços nos quais se constituía e aonde seu contingente habitava. Segundo Caio Prado Júnior (2011, p.347), o que contribuiu para o bom cumprimento das funções reservadas às ordenanças, foi o fato de já se encontrar estabelecida, na sociedade colonial, nítidas diferenciações sociais. O autor já havia sinalizado a organização social baseada em “clãs”, no qual grande contingente populacional permanecia à mercê de um grande proprietário, senhor de engenho. Assim, as ordenanças aproveitaram, em sua organização hierárquica, as relações de poder e mando construídas no interior da grande propriedade. Os senhores rurais, agora comandantes supremos das ordenanças veem-se investidos de novas prerrogativas: chefes militares e guardiões da lei e da ordem.

possui aí autoridade e prestígio é o senhor rural, o grande proprietário. A administração é obrigada a reconhecê-lo, e, de fato, [...], reconhece.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.305).

Segundo Nelson Werneck Sodré, o sentido da colonização é o que distinguirá, na sociedade colonial, a classe dirigente e dominante, visto que a organização da produção concorre decisivamente para a concentração da terra e para a concentração da renda<sup>30</sup>:

Subsistiu, finalmente, apenas aquele que dominava a unidade produtora de forma integral, que possuía os canaviais e o engenho. Isto levou à concentração da propriedade, à aristocratização, ao desaparecimento dos plantadores independentes. De uma sociedade hierarquizada em senhores de engenho, lavradores e escravos foi eliminando o segundo termo. A estrutura da produção definiria logo as suas linhas como: grande propriedade; modo escravista de produção; regime colonial. (SODRÉ, 1990, p. 75).

De acordo com Lígia Osório Silva, o sentido mercantil que norteou a estruturação do sistema produtivo colonial influenciou diretamente na forma de exploração da terra e no tipo de agricultura praticada pelos colonos. Tipo este que viria a se consagrar no padrão de exploração agrícola nacional, no porvir:

[...] o caráter externo da acumulação de capital determinou uma das características internas da produção colonial: todo o crescimento do sistema, seja açucareiro, seja da pecuária, fazia-se por extensão. Os métodos de cultivo sendo rudimentares, o esgotamento do solo fazia-se também sentir rapidamente, obrigando o contínuo abandono das zonas esgotadas em busca de terras férteis. O arado foi muito pouco utilizado. O colono não cultivava o solo de modo muito diferente do indígena, apenas o fazia em proporções muito mais amplas. (SILVA, 1996, p. 47).

O caráter predatório e pouco especializado que marcou a forma de exploração agrícola na Colônia gerava a necessidade de transferir, de tempos em tempos, diante do esgotamento e do forte desgaste do solo, a produção para novas áreas, mais férteis. Daí a natureza errante que marcaria o sistema agrícola nacional, não apenas na fase colonial. A

---

<sup>30</sup> Uma mentalidade empresarial foi o que motivou a vinda dos colonos para cá. Enxergavam no empreendimento colonial uma oportunidade para auferir grandes lucros, como um grande negócio, dentro do qual deveriam exercer a função de dirigentes, coordenadores de um sistema produtivo que lhes deveria ser rentável. Assim, como forma de atrair tais colonos, imbuídos de uma mentalidade empresarial, foram dispensados grandes espaços de terras: as sesmarias; além de amplas prerrogativas político-administrativas.

forma predatória e extensiva<sup>31</sup> com que se praticou a agricultura no Brasil, desde os tempos coloniais, gerou, também, uma forte demanda por terras<sup>32</sup>.

A grande propriedade, a ampla produção monocultora e o regime de trabalho escravo constituem, assim, os pilares sobre os quais foi erigida a estrutura produtiva que constituiu o eixo principal de nossa economia colonial. Além disso, sobre aquele tripé se organizou, também, nossa estrutura social e administrativa. Até mesmo as outras principais atividades econômicas da colônia organizaram-se nos mesmos moldes que a produção agrícola. Tal é o caso da atividade mineradora e do setor extrativista.

Dessa organização econômica resulta a concentração da renda e da propriedade agrícola e a marginalização econômica e social de grande contingente populacional, fenômenos típicos de uma economia assentada tão somente na produção de gêneros para a satisfação das demandas do mercado europeu. Esta configuração socioeconômica que não é, senão, a própria natureza do empreendimento colonial e o fundamento, por meio do qual, nossa estrutura econômica, administrativa e social foi organizada, permanecerá inalterado, em sua essência, ao longo de nossa existência histórica, fazendo-se preponderante na fase imperial e em grande parte do regime republicano, garantindo,

---

<sup>31</sup> Para Caio Prado Júnior (2011, p. 140) as técnicas de plantio e cultivo, no alvorecer do século XIX, ainda eram as mesmas do período inicial da colonização. E neste estado permanecerá por muito tempo. Dos meios rudimentares e das técnicas precárias resultava um crescente desgaste dos recursos naturais e baixos índices de produtividade. O sentido predatório e rudimentar da exploração agrícola ajustava-se à própria natureza comercial e especulativa do empreendimento colonial, sempre disposto a avançar sobre novas áreas diante do esgotamento das antigas regiões produtivas. Além disso, a baixa qualificação da mão-de-obra (escravo) e a pobreza intelectual e tecnológica que nos foi imposta pela Coroa portuguesa, contribuíram para a precária situação que se encontrava nossa produção agrícola e a conseqüente debilidade e instabilidade de nossa economia. Em estado de atraso e defasagem estavam, também, os aparelhos destinados ao processamento dos gêneros cultivados como, por exemplo, os engenhos de açúcar.

<sup>32</sup> Segundo Lúcia Osório Silva (1996, p. 60), paralelamente ao regime de sesmarias, outra maneira de ocupação da terra que fora vigente desde a fase inicial da empresa colonial era a posse. Esta, com a expansão demográfica e geográfica da colônia, ao longo do século XVIII, tornou-se prática recorrente. A posse, segundo a referida autora, era realizada de forma não criteriosa, descompassada espacial e temporalmente, à revelia do poder público. O apossamento, de acordo com a referida autora, também constituiu meio de apropriação de terras utilizado pelos pequenos produtores rurais que não possuíam recursos financeiros necessários para receber uma sesmaria. Estes agricultores mais pobres desenvolviam atividade agrícola para a própria subsistência e/ou para fornecer aos grandes domínios rurais. A apropriação por meio da posse também gerou a grande propriedade agrícola, uma vez que, realizada à revelia do poder público, o tamanho das posses era determinado pelo indivíduo que desse meio se servia. Haja vista a dificuldade encontrada pela Metrópole em impor, por meio de uma fiscalização eficiente, respeito e obediência aos ordenamentos jurídicos que fundamentava a ocupação territorial na colônia, a incorporação de novas áreas, pelos posseiros, não obedecia nenhum outro critério senão o de expandir os limites territoriais sob seu controle: “O espírito latifundiário que já pervertera a legislação das sesmarias continuou a deturpar o regime das posses. O posseiro, que era, a princípio, o pequeno proprietário, deixou-se também contagiado pela fome de terras. Calçou botas de sete léguas, como qualquer senhor de engenho, e saiu fincando marcos a distância”. (RIOS, 1950, p.134 apud SILVA, 1996, p. 61).

nestes contextos, a supremacia política e econômica das frações ligadas ao complexo agroexportador. Tão forte e marcante foi a imposição daquele “sentido” em nossa formação e desenvolvimento histórico, que a sua constância e vitalidade, a partir de um determinado momento, se fez independentemente das amarras político-administrativas que nos prendiam a Portugal.<sup>33</sup> Ele passaria a ser, com a independência política do país, o fundamento por meio do qual os grandes proprietários agrícolas e o complexo exportador/importador sustentariam sua condição hegemônica na vida política e econômica nacional.

## **1.2. A apropriação da terra ao longo do século XIX: do apossamento à mercantilização da propriedade**

O processo de conquista da autonomia política do Brasil contou com a ativa e importante participação da fração dos grandes proprietários agrícolas articulados com o complexo exportador. Esta fração buscava conquistar maior autonomia comercial em relação a Portugal. Queria tomar para si os excedentes comerciais até então monopolizados pela Coroa portuguesa por meio do chamado “exclusivismo colonial”. Contudo, daquele processo não resultaria o rompimento com as estruturas econômica e social internas. O complexo cafeeiro adotou os mesmos princípios organizativos do sistema agrícola oriundo do período colonial: cultivo especializado (monocultura) em grande escala, desenvolvido em grandes propriedades com o concurso do trabalhador escravo, primeiramente, sendo este, posteriormente, substituído pela mão-de-obra imigrante<sup>34</sup>: “O último latifúndio típico a surgir das entranhas da sesmaria foi a fazenda de café.” (GUIMARÃES, 1968, p.77).

Dessa maneira, vê-se que à conquista de uma plena autonomia, no campo político-administrativo, em 1822, não se seguiu a consolidação de uma estrutura de produção que importasse uma independência econômico-financeira ao Brasil. A manutenção de um modelo colonial de exploração e organização econômica concorreu de forma decisiva

---

<sup>33</sup> “O resultado dessa política, reduzindo o Brasil à simples situação de produtor de alguns gêneros destinados ao comércio internacional, acabou por se identificar a tal ponto com sua vida, que já não se apoiava unicamente em nossa subordinação de colônia, já não derivava apenas da administração do reino. [...] Tanto não era apenas o regime de colônia que artificialmente mantinha tal situação que, abolido ele com a Independência, vemo-la perpetuar-se.” (PRADO JÚNIOR, 2011, p.131-132).

<sup>34</sup> Tão importante quanto esta manutenção da organização produtiva, foi a consolidação da subordinação econômica do país aos interesses comerciais dos ingleses, por meio de privilégios fiscais concedidos aos produtos britânicos como, também, por meio de empréstimos: “[...] As estruturas sociais e econômicas do mundo colonial ficaram intactas, como condição mesma, seja para controle do poder pelas elites senhoriais nativas, seja por causa das necessidades do mercado mundial, em relação ao qual a *economia tropical* preenchia uma função especializada, de natureza heteronômica.” (FERNANDES, 2008, p. 24-25)

para a integração, de maneira subordinada e dependente, do país no circuito econômico-comercial internacional. Assim, ocuparia uma posição secundária na divisão internacional do trabalho, enquanto nação especializada na fabricação de artigos primários para atender as demandas do mercado estrangeiro. A fragilidade desse modelo econômico, pautado na produção agrícola para a exportação, reside no fato de que seu fator dinâmico é o comércio, ou seja, o espaço onde se realiza a acumulação, a geração de excedente. Uma vez que as trocas eram realizadas fora do país, boa parte deste excedente ficava retida no exterior. Assim, no plano interno, a capacidade de investimento e o crescimento da economia ficavam à mercê das injunções externas, ou seja, oscilações no volume da demanda e no índice de preços, oscilações estas muitas vezes conduzidas pelos especuladores estrangeiros<sup>35</sup>.

A proeminência do café em nossa estrutura econômica gerou reflexos diretamente nos campos político e social. Com a ascensão do produto em nossa pauta de exportação, os setores sociais ligados à economia cafeeira transformam-se na elite social e política da nação. A crescente importância econômica e política do Estado de São Paulo, no cenário nacional, deve-se ao comércio cafeeiro. De acordo com Caio Prado Júnior, os principais acontecimentos nos campos da política, da economia e do social, da segunda metade do século XIX até os anos 1930, ligam-se diretamente aos interesses do complexo agroexportador, dominado este pelo café: tráfico interno de escravos, migração regional, imigração estrangeira, extinção do trabalho escravo. Da mesma forma, até mesmo a “[...] Federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, [...].” (1985, p.167).

Para Lúcia Osório Silva (1996, p. 117), os grandes proprietários rurais, após a Independência, não encaravam a regulamentação jurídica do domínio privado da terra como questão candente, em razão da continuidade da estrutura produtiva herdada do período colonial, baseada no trabalho escravo e na exploração extensiva<sup>36</sup>. Resistia-se,

---

<sup>35</sup> De acordo com Nelson Werneck Sodré (1990, p. 253), da continuidade deste sistema de organização produtiva resultou a debilidade e a fragilidade da economia nacional, visto a sua dependência em relação ao mercado e capital estrangeiros. Visto que o sistema econômico estava totalmente voltado para a produção para a exportação, tal condição gerava uma necessidade crescente de aquisição de gêneros e produtos não fabricados aqui para atender às demandas de consumo da população. Dos desequilíbrios no saldo de nosso comércio exterior, em razão da desigualdade entre o valor dos produtos de exportação e os de importação, resultavam a queda da taxa cambial e déficits nas finanças externas. Para contornar as dificuldades financeiras, recorria-se aos empréstimos estrangeiros e investimentos externos, estes últimos atraídos pela grande possibilidade de retorno financeiro.

<sup>36</sup>Uma vez resguardada a estrutura produtiva herdada do período colonial, base da supremacia econômica e agora, política, dos grandes proprietários rurais, nenhuma modificação de grande vulto ocorreria no

assim, às profundas modificações na organização econômica de forma a ajustá-la às transformações ocorridas em escala mundial resultantes da expansão capitalista no continente europeu. O comportamento da fração latifundiária, em relação à propriedade da terra, seria modificado quando da extinção do tráfico internacional de escravos, em 1850<sup>37</sup>.

Com a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz<sup>38</sup>, nesse mesmo ano, a organização do trabalho transformou-se em questão candente, fazendo recrudescer as discussões referentes à adoção de outras formas de exploração da mão-de-obra e seu impacto no eixo principal da economia nacional: a lavoura de exportação. A supressão do comércio escravista fazia despontar, no horizonte, a abolição do trabalho escravo. Visto que grande porção do território brasileiro ainda não havia sido ocupada e explorada, constatava-se que não seria difícil, ao trabalhador nacional, e mesmo ao imigrante, apropriarem-se de uma dada porção de terra e nela desenvolver uma agricultura de subsistência, o que seria desastroso para a lavoura do café, ciosa em garantir uma extensa oferta de mão-de-obra e de terra. Desta forma a formação de um exército de mão-de-obra, disponível para a grande propriedade cafeeira, esteve intimamente relacionada à

---

processo de ocupação do território. Com a extinção do regime de sesmarias, em 1822, a aquisição de terras far-se-á, a partir de então, por meio da sucessão familiar, doação e, principalmente, pela apropriação mediante posse, ganhando esta caráter hereditário e alienável. De acordo com Raymundo Faoro (2012, p. 464), tal é a configuração que apresenta o panorama fundiário do país após o fim do sistema sesmarial: predomínio incontestado da grande propriedade e a existência de grande número de indivíduos que, tolhidas as suas possibilidades de ascensão à condição de proprietários, vegetam sob a dependência em relação aos grandes proprietários. Desta forma, vê-se que, no Brasil, o regime de sesmarias não serviu aos seus propósitos originais, ou seja, ao cultivo e aproveitamento produtivo do solo. Ao contrário, prestou-se, uma vez desvirtuado em seus propósitos iniciais, à consagração da posse da propriedade enquanto “status”, valor simbólico de poder.

<sup>37</sup> No Nordeste açucareiro, assiste-se a uma forma peculiar de desenvolvimento. A grande propriedade agrícola nesta região sentirá negativamente os efeitos da extinção do trabalho escravo. Diante da natureza periclitante da economia regional, decadente após o encerramento do ciclo áurico do açúcar e o deslocamento do centro econômico nacional para a região sudeste-sul, a grande lavoura entrará em fase de desagregação. Da decadência do engenho, nascerá a usina, mais moderna e complexa que aquele, cuja matéria-prima, a cana, será fornecida pelos antigos proprietários dos engenhos. Contudo, a grande propriedade não desaparece do horizonte econômico nordestino: “Notável particularidade do advento das usinas no fim do século XIX é o gigantismo do latifúndio canavieiro. Sua fome de terras não encontra limites. Compra os velhos engenhos banguês e os aposenta. O que lhe interessa é a terra. E a usina vai estendendo ilimitadamente seus domínios”. (FACÓ, 2009, p.30).

<sup>38</sup> De acordo com Caio Prado Júnior (1959, p.58), a carência de braços representou, quando da extinção do tráfico de escravos, em 1850, um sério obstáculo para a grande propriedade agrícola. Desde então, formas alternativas como, por exemplo, o tráfico interno e a adoção do trabalho livre, com o concurso do trabalhador imigrante, foram experimentadas como forma de garantir mão-de-obra para o setor agroexportador. Segundo o pensador marxista, toda ação oficial que se empreendeu no campo da imigração e da ocupação territorial foi norteada principalmente pelas necessidades da grande propriedade.

transformação da terra em mercadoria, a partir da promulgação da Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras<sup>39</sup>:

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje. Ele condenou a nossa modernidade e a nossa entrada no mundo capitalista a uma modalidade de coerção do trabalho que nos assegurou um modelo de economia concentracionista. Nela se apoia a nossa lentidão histórica e a postergação da ascensão social dos condenados à servidão da espera, geratriz de uma sociedade conformista e despolitizada. Um permanente aquém em relação às imensas possibilidades que cria, tanto materiais quanto sociais e culturais. (MARTINS, 2010, p.10).

De acordo com Lígia Osório Silva (1996, p. 175), a implementação da Lei de Terras permitiu ao governo imperial tomar para si as rédeas da questão imigratória e da ocupação territorial, cabendo ao poder público a regulamentação do direito de propriedade das terras e a localização dos espaços devolutos. Contudo, segundo a referida autora, a atmosfera de conciliação que pairava quando da escrita da lei<sup>40</sup>, fez com que fosse concedido à autoridade provincial o poder de capitanear o processo de “demarcação e medição” dos territórios ocupados. Assim, visto que a localização dos espaços devolutos ocorreria após a discriminação dos domínios particulares, o governo imperial, embora a lei lhe facultasse maiores poderes, permaneceria à mercê dos ocupantes das terras e dos poderes locais:

---

<sup>39</sup> Segundo Lígia Osório Silva, o cerne da política de terras elaborada pelo governo imperial era a delimitação dos espaços devolutos. Uma vez discriminados os territórios devolutos, estes seriam utilizados para a implantação de um programa de colonização de onde se angaria recursos para patrocinar a transferência de mão-de-obra imigrante para o Brasil. Contudo o sucesso de tal programa estaria à mercê da interrupção da prática das posses, o que não ocorreu. Além disso, o processo de demarcação das áreas devolutas não logrou êxito. Tal demarcação ficava na dependência da iniciativa dos posseiros em regulamentar a situação de seus domínios. Uma vez discriminados os domínios particulares, far-se-ia a localização das terras devolutas. Porém, a forte resistência apresentada pelos posseiros em adequar-se às exigências da lei e regulamentar as suas posses, colocou por água abaixo a realização do programa de colonização baseado na pequena propriedade e a regulamentação da propriedade privada da terra. (SILVA, 1996, p. 335).

<sup>40</sup> Lígia Osório Silva ressalta o caráter “conciliatório” apresentado pela Lei de Terras. Esse caráter fica explícito quando ficou estabelecido, na referida lei, “[...] que as posses poderiam ser legitimadas do tamanho que fossem, sem restrição da data de ocupação, e ainda se concedia outro tanto de terreno devoluto contíguo”. (1996, p. 144).

Outra determinação da lei na qual fica patente sua marca conservadora e conciliatória é a permissão de manutenção da posse, mesmo quando o indivíduo descumprisse os requisitos para regularizar a propriedade. Mesmo não podendo gozar das prerrogativas legais, continuaria ocupando o território caso tivesse desenvolvido cultivo do solo e constituído moradia. Não seriam proprietários, não poderiam realizar comércio com as terras, nem as entregar como garantia, mas não seriam expropriados. Além disso, a lei não regularizou a cobrança de tributo territorial.

[...] as oligarquias regionais não simpatizavam com a centralização administrativa e obtiveram nesse aspecto uma vitória. Conseguiram deixar nas mãos de uma figura local e inexpressiva, sujeita à pressões, portanto, a execução de uma tarefa da qual dependia todo o mecanismo de regularização da propriedade da terra. ” (SILVA, 1996, p. 169).

Mesmo com a promulgação da Lei de Terras, a prática de ocupação de territórios devolutos, à revelia dos princípios legais, não foi interrompida, contando, para tanto, até mesmo, com a complacência do poder público: “[...] De fato, a apropriação ilegal de terras devolutas continuou desenfreadamente e o próprio governo imperial muitas vezes preferiu ignorar a política oficial de vender e cedeu gratuitamente terras públicas”. (SILVA, 1996, p. 180).

Visto que o sistema econômico do Brasil está estruturado, basicamente, na produção agrícola para o mercado externo, o sistema que regulamenta o acesso à propriedade da terra constitui um dos aspectos fundamentais que estão na base do desenvolvimento econômico do país<sup>41</sup>. O outro aspecto, ao qual aquele está diretamente ligado, é o “fator exportação”, a fase comercial de nosso sistema produtivo. É no âmbito do comércio que são definidas as orientações quanto à política econômica e à organização da exploração da terra. Assim, se a produção da cana-de-açúcar, a exploração aurífera e a pecuária expandem-se sob o sistema das sesmarias, o cultivo do café “[...] participa de outras influências, [...]”. (FAORO, 2012, p. 466). O latifundiário, que vive de rendas, deveria converter-se, assim, em empresário agrícola, com seus negócios atrelados aos grupos e a firmas comerciais e financeiras situados nos núcleos urbanos<sup>42</sup>.

---

<sup>41</sup> A pequena propriedade ganhou vulto, inicialmente por meio das colônias agrícolas que são implantadas no país com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808. Ao longo do século XIX e, também, no século XX, as pequenas propriedades irão se expandir, principalmente na região sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A vinda e a instalação da mão-de-obra imigrante resultarão de ações governamentais visando a ocupação e povoamento do território como, também, de setores da sociedade civil ligados à produção para a exportação, desejosos de obter mão-de-obra para a grande lavoura. De acordo com Caio Prado Júnior (1985, p. 183), no contexto da extinção do tráfico, a questão da imigração e povoamento passa a primeiro plano. Retoma-se as iniciativas oficiais de povoamento, mas, paralelamente às colônias oficiais e às de iniciativa privada, ajustadas à um modelo de organização calcado na cessão de pequenas parcelas de terra dispostas conjuntamente, surge uma nova espécie de colonização: instalação dos colonos nas grandes propriedades, sob o regime de parceria. A seleção e instalação dos imigrantes nas fazendas, de acordo com o referido autor, recebeu o nome de “imigração subvencionada”, permanecendo o título “colonização”, ao antigo modo de fixação estrangeiros em lotes de terras reunidos conjuntamente. Este último, apresentar-se-á mais predominante na região sul do país e em partes do território do estado do Espírito Santo. Porém, dada a importância da produção agrícola para a exportação, no quadro econômico nacional, e o consequente domínio político das frações ligadas ao complexo cafeicultor, a fixação de estrangeiros como mão-de-obra nas lavouras de café foi mais intensa e numerosa.

<sup>42</sup> Para Nelson Werneck Sodré (1990, p. 267), examinada de forma criteriosa, a classe dominante brasileira, ao longo da segunda metade do século XIX, apresenta uma composição heterogênea. Pode-se nela identificar dois grupos: o que está articulado ao comércio externo e o que está alijado do setor exportador. Fundamental para essa divisão foi o declínio econômico do açúcar e do algodão e a consequente perda de

Com a dinamização da produção agrícola, a partir da ascensão econômica do café, a grande propriedade rural entra em um ciclo de expansão e, diante de sua importância econômica e de sua influência política, passa a exercer forte pressão sobre os pequenos proprietários e posseiros:

[...] conquanto subsistisse ainda grande número de pequenos posseiros, de 1830 a 1850 e mesmo mais tarde, tornou sua posição gradativamente subalterna, na medida em que a riqueza do município se concentrava nas mãos dos proprietários da grande lavoura. Prensados entre as grandes fazendas, dedicaram os pequenos sítiantes suas atividades à produção de mantimentos. (FAORO, 2012, p. 467).

Assim, em difícil situação ficaram os pequenos produtores e os trabalhadores agrícolas que não dispunham de terras, tragados pela expansão do setor agroexportador que os colocou na dependência do grande proprietário:

[...] O lavrador sem terras e o pequeno proprietário somem na paisagem, apêndices passivos do senhor territorial que, em troca da safra, por ele comercializada, lhes fornece, em migalhas encarecidas, os meios de sustentar o modesto plantio. As precárias choupanas que povoam o latifúndio abrigam o peão, o capanga, [...], servo da gleba sem estatuto, sem contratos e sem direitos. (FAORO, 2012, p.477).

Nesse sentido, o principal legado do regime de sesmarias consistiu na manutenção de um quadro fundiário marcado pela concentração da propriedade rural, pelo não aproveitamento de grande faixa de terras em poder dos grandes proprietários e pela relação de dependência que se estabeleceu entre estes, os pequenos produtores e os trabalhadores rurais sem terras. O “sentido” mercantil que ainda orientava a vida econômica nacional fez, como outrora, esmorecer a agricultura de subsistência.

A expansão da produção cafeeira no Brasil, diante do incremento da demanda e dos preços do café, no mercado mundial, fez com que o país, ainda na primeira metade do século XIX, se transformasse no principal fornecedor do produto em escala internacional. A partir da segunda metade do referido século, inaugura-se uma fase de considerável progresso econômico no Brasil, subsidiado pelo desenvolvimento das forças produtivas internas. Assim, há a fundação de vários empreendimentos industriais, instituições bancárias, comerciais e de seguros, além de empresas de navegação e viação urbana, de iluminação, de exploração aurífera. Além disso, há a expansão da malha

---

posição destes produtos na pauta de exportação do país. Desta forma, no interior do círculo social dominante vislumbra-se tanto a ascensão da fração ligada à produção e ao comércio do café, concentrada na região central e sul do país, quanto a estagnação e o declínio da fração desligada do setor exportador, presa aos regimes de produção escravista ou servil, mantendo seu status de produtora de açúcar ou algodão. Este segundo grupo, localiza-se nas regiões norte e nordeste.

ferroviária. A acumulação capitalista que resulta neste desenvolvimento econômico é proveniente, em sua maior parte, da lavoura cafeeira. Há que se ressaltar, também, a ativa participação do capital estrangeiro, em especial, do inglês, no desenvolvimento dos setores de transporte e de serviços. Tal progresso fora reclamado pelo próprio complexo cafeeiro, em constante expansão, como, também, constituiu resposta aos desdobramentos que a expansão do capitalismo industrial, na ordem internacional, acarretava no país<sup>43</sup>.

Alberto Passos Guimarães (1968, p.102-103) ressalta o caráter ambivalente que a economia cafeeira apresentou, em sua expansão, quanto à promoção do desenvolvimento do País, em bases capitalistas. Assim, ao mesmo tempo que proporcionou condições para a modernização do Brasil, o complexo cafeeiro concorreu para a manutenção da grande propriedade, enquanto principal unidade de produção, no sistema econômico nacional, sustentando, dessa forma, um quadro agrário marcado pela concentração fundiária e pelo monopólio da propriedade da terra:

[...] contribuiu, [...], para a acumulação de riquezas, para a implantação em torno de sua área de um importante sistema de transportes, incrementando ferrovias e rodovias; concorreu para o crescimento da rede bancária e para o desenvolvimento industrial. [...]. Mas, por outro lado, constituiu-se, a grande fazenda cafeeira, o principal baluarte da sustentação da estrutura latifundiária semicolonial e semifeudal, arcaica, anti-social e antieconômica que hoje representa um dos principais entraves ao desenvolvimento de nosso país. (GUIMARÃES, 1968, p. 102-103)<sup>44</sup>

---

<sup>43</sup> Caio Prado Júnior pondera que ao mesmo tempo em que a lavoura cafeeira constituía a principal fonte de divisas para o país, o sistema econômico pautado, principalmente, na produção agrícola para o mercado internacional, representava o principal fator de fraqueza, debilidade e estagnação econômica. Fonte de prosperidade ao mesmo tempo que simbolizava a base de nossa debilidade e constante instabilidade financeira. Assim, embora tenha vivido um relativo desenvolvimento das forças produtivas durante o período imperial, não logrou o país assegurar constância e solidez no campo monetário, o que resultou no fraco e descompassado ritmo que a evolução econômica do Brasil apresentou desenvolvimento de nossa economia: “Todas as iniciativas terão sempre vida aleatória; a produção viverá sempre em sobressaltos; todas as atividades terão caráter acentuadamente especulativo, [...]”. (1985, p. 201). O desenvolvimento industrial se fará, assim, descontinuamente, de forma arritmica, com sérias dificuldades de expansão.

<sup>44</sup> Luiz Alberto Moniz Bandeira (2007) chama a atenção para a polêmica suscitada entre historiadores, sociólogos e economistas, acerca da presença de traços feudais na organização colonial do Brasil e, conseqüentemente, na conformação do sistema fundiário brasileiro, até meados do século XX. Para o referido autor, na evolução do sistema capitalista nas estruturas coloniais da América pode-se perceber a persistência de modos de produção distintos em relação àquele. Isto se deve ao fato de que o desenvolvimento histórico apresenta oscilações e descompassos, o que torna possível a coexistência entre diferentes sistemas econômicos, sociais e políticos. Assim, certos traços e instituições tipicamente feudais que resistiam em Portugal foram transferidos, mesmo que de uma maneira simplificada e adaptada, para o Brasil. Na classe senhorial que para aqui veio, predominava, em seu comportamento, valores tipicamente feudais. Tais valores foram aqui praticados por meio “das funções militares atribuídas aos sesmeiros, na maioria fidalgos da Casa Real ou funcionários do reino, que se tornaram não só proprietários das terras e dos meios de produção, como, também, detentores da autoridade civil e da força armada, acumulando às vezes as funções de juízes e vereadores. Eles eram vassalos do rei, (...), que desfrutavam de sua proteção particular e, constituindo uma rede de fidelidade, lhe deviam fornecer grande parte das tropas, para a defesa da colônia, (...)” (BANDEIRA, 2007, p. 44). Outros autores como, por exemplo, Nelson Werneck Sodré,

A maciça presença e ingerência do capital externo na economia nacional constituiu, também, fator importante para a perpetuação daquele panorama fundiário, uma vez que, já na década de 1840, encontra-se o setor exportador nacional, em sua grande parte, controlado por empreendimentos estrangeiros, com destaque para o capital inglês, situação que não se alteraria nos anos seguintes. Diante de crises e instabilidades no saldo do comércio exterior do Brasil, recorria-se, para saldar os déficits, aos créditos, sob a forma de empréstimos, das firmas bancárias inglesas. Nesse sentido, o capital inglês perpassa toda a extensão de nossa economia mercantil. Além do comércio externo, o setor importador também está sob o controle do capital estrangeiro. Este não destrói o comércio interno nacional, porém, faz deste o instrumento para distribuir seus produtos. Assim, interesses exógenos regulavam grande parte da economia nacional, submetendo ao seu domínio não somente os setores de exportação e importação, como, também, os de infraestrutura e de serviços.

Esta maciça presença do capital estrangeiro no país, de acordo com Raymundo Faoro (2012, p. 473), impunha um efeito “congelante” sobre a economia nacional, uma vez que não só criava fortes obstáculos à expansão do mercado interno e ao desenvolvimento do setor industrial, como, também, dificultava o incremento da pequena produção manufatureira:

Produzir para exportar – o axioma gera todos os seus frutos, com o moto do país essencialmente agrícola, na realidade e cada vez mais, o país essencialmente exportador. [...]. Esse valor agregado sobre a economia não circula internamente, mas se verte preponderantemente no próprio círculo exportador, com as sobras consumidas em importações artificialmente criadas pelos valores da modernização e na própria subsistência, empobrecido este setor com a monocultura. (FAORO, 2012, p. 472-473).

Dessa maneira, o desenvolvimento e a modernização econômica do Brasil estavam articulados aos interesses estrangeiros, que lhes ditavam o ritmo e a intensidade, consolidando e reforçando, assim, o sentido mercantil e agrário de nossa estrutura econômica, base de nossa condição dependente, desde os tempos da Colônia.

---

também identificam, na configuração agrícola brasileira, a presença de aspectos do sistema feudal. Para saber mais sobre o pensador marxista ver: CUNHA (2002;2011).

### **1.3. Liberalismo e a grande propriedade agrícola**

A vida e a liberdade, no pensamento de John Locke, da mesma maneira que as posses materiais, estão condicionadas à atividade humana sobre a natureza, ou seja, a capacidade humana de produzi-las no instante em que se apropria de algo. A defesa da propriedade na sociedade civil significaria, então, a defesa da vida e da liberdade do indivíduo. A sociedade transforma-se, assim, em um espaço onde se estabelece uma relação entre proprietários que, por meio de um contrato, instauram um poder político, cuja finalidade é garantir a posse e o usufruto da propriedade e as condições para que as relações de troca entre eles transcorram dentro dos limites da ordem. Como a vida e a liberdade estão condicionadas à posse, qualquer atentado contra a propriedade significa ameaça à própria existência do indivíduo.

Para Maria Sylvia de Carvalho Franco (1993, p. 42), é neste ponto que se pode perceber que a igualdade dos proprietários sedimenta-se em uma desigualdade, pois todos os homens, embora biologicamente iguais, possuem capacidades e habilidades distintas, tanto para agir na natureza, quanto para conhecer a lei que a rege. Além do mais, se o contrato social fundamenta-se na necessidade de preservação da propriedade por um Estado, significa que a transgressão às leis naturais já figura como uma possibilidade real. O Estado deve punir aqueles que transgridem as leis naturais, ou seja, os não-proprietários. Neste sentido, o liberalismo pode ser considerado

[...] uma doutrina que legitima a destruição do outro, dos desiguais ou diferentes por natureza. Sua teoria explícita da preservação de toda a humanidade consiste precisamente no seu contrário, ou seja, legitima o extermínio de parte dela. Determina-se com isso, uma oposição radical: de um lado, os naturalmente iguais, os proprietários – humanos, perfeitos, pacíficos, membros da comunidade harmoniosa e legal; de outro, os naturalmente diferentes, os não-proprietários - inumanos, degenerados, animalescos, ferozes, alheios às leis da razão. (FRANCO, 1993, p. 46)

Diante do exposto, pode-se afirmar que Liberalismo não pode ser considerado como sinônimo de democracia. Ao analisar os interesses sociais que o primeiro sustenta, percebe-se que o pensamento liberal apresenta uma nítida coloração autoritária, pois ao estabelecer uma relação entre liberdade e livre gozo da propriedade, constrói uma distinção entre uma “comunidade dos livres”, os proprietários, e os não-livres, os não-proprietários, o que demonstra ser o liberalismo uma teoria que justifica a exclusão e a dominação sociais, o que explica as formas como tal teoria foi ajustada, pelos setores dominantes, à realidade brasileira.

De acordo com Alfredo Bosi (2001, p. 199), liberalismo, na ótica daqueles setores, ganhou um viés conservador, no que expressava manutenção da liberdade de uma parcela restrita da sociedade de assenhorar-se da produção, do comércio e do poder político. Outra forma de conceber os ideais liberais era a de associá-los ao gozo dos direitos políticos, encarados como privilégio, podendo aquelas frações dominantes participar, livremente, enquanto cidadãos, das eleições. Liberalismo poderia expressar-se, também, por meio do direito de exercer total domínio sobre as posses (mercadorias), aqui tendo a escravidão maior relevo, ou seja, a possibilidade de dispor livremente dos escravos. Liberalismo importaria, ainda, na transformação da terra em mercadoria, podendo ajustar a apropriação territorial a um ideal de comércio, nos moldes do capitalismo, o que concorre diretamente para a manutenção da grande propriedade rural, enquanto unidade econômica e instrumento de dominação política e social.

Nesse sentido, o Liberalismo, para a fração agroexportadora, no contexto da Independência, era concebido, dentro de uma ótica instrumental e classista, enquanto liberdade de produção e comércio, além de livre exercício da função dirigente, no terreno da política. Assim, a quebra do exclusivismo metropolitano e a abertura dos portos não importaram na subversão de uma estrutura econômica e social herdada da fase colonial: grande propriedade, produção monocultora e trabalho escravo. As fronteiras do liberalismo esposado pelas frações dominantes se estendem até a conquista da liberdade econômica e a aquisição do excedente comercial antes retido na metrópole portuguesa. A doutrina liberal, porque importada e traduzida a partir dos interesses de um setor da sociedade, carrega para os trópicos um conteúdo político e social alinhado a um ideal restrito e excludente de cidadania: “Comércio livre, primeira e principal bandeira dos colonos patriotas, não significava, necessariamente, e não foi, efetivamente, sinônimo de trabalho livre. O liberalismo econômico não produz *sponte sua*, a liberdade social e política.” (BOSI, 2001, p.198).

Assim, a fração agroexportadora fazia dos seus interesses e privilégios a forma e o “conteúdo” que o liberalismo apresentaria nos trópicos. Será por meio e em defesa dos princípios liberais, que os setores dirigentes promoverão a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho, nos circuitos comerciais nacionais, que cuidarão para que as estruturas internas de produção sejam mantidas, malgrado a onda modernizante que tomará conta do país a partir da segunda metade do século XIX, e que se oporão a qualquer iniciativa por parte do aparelho estatal que esteja em desacordo com os seus interesses políticos e econômicos:

Da mediação entre o liberalismo econômico nas relações com o mercado externo e o escravismo do engenho ou da fazenda de café, derivaria o *juste milieu*, que não visava a conservar o obsoleto, cuidando, ao contrário, de alimentar uma política de desenvolvimento gradual. [...]. E, no próprio conservantismo, adotava o nacionalismo formas adequadas para o patriarcalismo rural como classe de espírito progressista. (MERCADANTE, 2003, p. 48)

Para Nelson Werneck Sodré (1990, p. 263) existe uma aliança, em torno de interesses comuns, entre a fração agrário-exportadora, dominante no país, e as correntes burguesas dominantes no cenário europeu. Assim, em razão daquela aliança, os grandes proprietários de terras e escravos, instrumentalizando o poder do Estado em seu favor, aderem aos preceitos do pensamento econômico esposados pelos seus aliados estrangeiros. De acordo com o pensador marxista, esta adesão é fruto não de uma simples atitude mimética, mas, ao contrário, é vista como garantia para a manutenção do status quo político-econômico sobre o qual assenta a sua dominação. Daí a adoção dos princípios econômicos, vigentes no contexto europeu, na organização da economia do país, sob a garantia que tais princípios trariam estabilidade e desenvolvimento.

De acordo com Raymundo Faoro, papel de destaque na manutenção de uma estrutura econômica calcada na produção agrícola para o mercado externo coube, também, à classe política dirigente que, vislumbrada com os valores e princípios sociais, econômicos e políticos em voga nos principais países da Europa, busca trazê-los a uma realidade que lhes é estranha. A elite política brasileira quer fazer moderno um país a partir da importação, em moldes de um formalismo jurídico-político, de modelos políticos e econômicos que respondem a outro contexto. Dessa forma, “[...] na estrutura que vai do exportador inglês ao comissário nacional e deste ao agricultor, o Estado não intervinha, em favor do produtor, senão para regular o *status quo*. Ao dono do comércio entregara a disciplina da terra, a garantia do crédito, [...]” (FAORO, 2012, p. 477). Ela, a grande lavoura, enquanto principal unidade de produção econômica, voltada para o mercado externo, deveria financiar, ainda que sob o preço da manutenção da dependência econômica e da forte presença de interesses estrangeiros no cenário nacional, o processo de modernização do país: “[...] A lavoura é o parceiro que paga e não desfruta.” (FAORO, 2012, p. 478).

Assim, a primazia do setor exportador fez com que se projetasse, sobre os grandes proprietários rurais, a sombra da fração burguesa mercantil que, uma vez exercendo uma

poderosa influência na orientação da política econômica e na forma de exploração da terra, apodera-se de grande parte do lucro proveniente do comércio externo.

A partir da segunda metade do século XIX, a hegemonia da fração agroexportadora, no seio do bloco dominante, é incontestável. Todo o aparelho do Estado imperial serve aos interesses dela. Os organismos políticos, a organização eleitoral, as instituições públicas, tudo está sob seu controle. Se há disputas em torno do Poder, elas se concentram no interior daquele bloco. Os canais de participação política e as instâncias decisórias permanecem, assim, vedados às outras camadas da sociedade<sup>45</sup>.

De acordo com Lígia Osório Silva, no que tange à solução para a questão da mão-de-obra, o Estado imperial cuidou para que as medidas que fossem adotadas neste campo não interferissem negativamente no funcionamento do sistema produtivo e, também, não desagradassem as frações da sociedade economicamente dominante articuladas com a escravidão. Consonante, decidiu-se pela execução de uma política de libertação “gradual” dos cativos: “[...] Um dos principais objetivos que norteavam a estratégia gradualista era dar tempo ao fazendeiro para resolver a questão da substituição do braço escravo e, ao mesmo tempo, preparar os trabalhadores escravos e libertos para as condições do trabalho livre”. (1996, p. 213). A questão da mão-de-obra no Brasil estava ligada à forma de exploração que caracterizaria o complexo cafeeiro<sup>46</sup>.

Enquanto a corrente abolicionista reclamava urgente libertação para os escravos, a fração cafeeira estava preocupada com a forma pela qual seria realizada a

---

<sup>45</sup> De acordo com Nelson Werneck Sodré (1990), transformações ocorridas no seio da sociedade brasileira, a partir da segunda metade do século XIX, provocaram uma cisão no interior da classe dos proprietários rurais: uma parcela, voltada para a exportação, experimenta um movimento ascendente em razão da expansão do comércio cafeeiro, mostrando-se mais permeável, diante da iminência da Abolição, à adoção do trabalho livre; a outra fração, presa às estruturas arcaicas de produção herdadas do período colonial, não consegue prescindir da escravidão. Esse fracionamento da classe dos proprietários rurais permitiu a ascensão política de outros setores e forças sociais, destacando-se a pequena burguesia: militares, pequenos comerciantes. Instaurado o regime republicano, aquelas frações que até então estavam cindidas recompõem a unidade de classe, sob a liderança da fração ligada ao complexo cafeeiro. Tal unidade foi fundamental no processo de marginalização política da pequena burguesia e o conseqüente afastamento desta da órbita do poder.

<sup>46</sup> De acordo com Celso Furtado, o sucesso do empreendimento imigratório conduzido pelo governo imperial dependia da organização econômica das colônias em moldes mercantis, ou seja, estrutura-las economicamente a partir de uma mentalidade empresarial. Contudo, careciam os colonos de capitais suficientes para a organização da produção em larga escala visando o mercado externo. Por outro lado, caso enveredassem para a agricultura de plantation, concorreriam com a fração dos grandes proprietários escravistas. Por outro lado, à classe dos proprietários rurais não interessava financiar a vinda de imigrantes que não fosse para a solução do problema da mão-de-obra: “[...] demais, é perfeitamente explicável que a classe dirigente da economia cafeeira, cuja influência no governo já era decisiva, não demonstrasse nenhum interesse em subsidiar uma imigração que em nada contribuiria para solucionar o problema da mão-de-obra em suas plantações e que com ela viria concorrer no mercado de café”. (2007, p. 184).

substituição do regime escravista para o trabalho livre. Para esta última, tal processo não poderia provocar uma convulsão na estrutura econômica que lhe prejudicasse:

*Os abolicionistas queriam libertar o negro; os cafeicultores precisavam substituir o negro. Daí, a diferença de ritmo e de acento. Os abolicionistas aceleravam o processo, porque pensavam em aliviar o sofrimento do escravo; os fazendeiros retardaram quanto puderam a ação do Estado, pois só cuidavam do *quantum* de mão-de-obra que ainda lhes seria dado arrancar aos derradeiros cativos antes de despachá-los para o vasto mundo da pura subsistência ou do *lumpen*. (BOSI, 2001, p. 241).*

De acordo com Alfredo Bosi, a completa libertação do cativo só interessaria aos cafeicultores paulistas se estivesse encaminhada, por meio de auxílio oficial, a substituição do escravo pelo trabalhador livre<sup>47</sup>. Foi o que aconteceu: “[...] Proclamada a República, sob o domínio do café, põe-se em marcha a *grande imigração*.” (2001, p. 244).

A organização produtiva da lavoura cafeeira paulista, estruturada em moldes empresariais, despindo-se de qualquer traço nobiliárquico, senhorial, explica, de acordo com Raymundo Faoro, a adesão dos fazendeiros paulistas aos reclames pela descentralização política e pela autonomia local. Assim, o Federalismo, ao conjugar o poder político com o centro econômico, constituirá o polo principal de atração dos cafeicultores paulistas ao ideário republicano:

A província reclama maiores franquezas, [...], em nome de uma constelação de preocupações econômicas. Ela se sente roubada pelo centro, pelo governo geral, que lhe impede de proteger, incrementar e alentar as forças locais. Tal como nos dias de 1822, [...], a propriedade agrária adquire maior relevo, aguçando as reivindicações políticas da classe submersa nas cadeias centralizadoras. [...] Sob a bandeira da liberdade – num sopro que abrange a liberdade econômica e a política – exigem maiores franquias, num movimento que levará, em linha reta, à ‘política dos governadores, [...]’. (FAORO, 2012, p. 518).

A classe empresarial ligada ao complexo cafeeiro logo teve a consciência quanto à importância do poder público na viabilização dos seus interesses econômicos. Desse modo, a instrumentalização da estrutura política em favor dos interesses particulares de um segmento social pôde ser experimentada com o pacto federativo instituído com a

---

<sup>47</sup> De acordo com Alfredo Bosi (2001, p. 234), para a corrente abolicionista, necessário e urgente seria a pronta libertação dos escravos, inserindo-os, reconhecida a sua nova condição, no corpo da coletividade. Além disso, vislumbravam o desenvolvimento da atividade industrial, base principal do Estado, a promoção da mão-de-obra assalariada, da pequena propriedade rural, do ensino primário gratuito e do sufrágio universal. Ainda segundo o referido autor, personalidades como: Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, José do Patrocínio, André Rebouças, Luís Gama, Antônio Bento, consideravam a plena libertação dos escravos enquanto medida mais candente dentro de um projeto que continha em seu horizonte uma profunda transformação da estrutura fundiária nacional e a formação de um mercado de trabalho.

proclamação da República, que propiciou uma grande autonomia política, administrativa e econômica dos Estados com relação à União:

[...] A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa. Mas não é o fato de terem controlado o governo o que singulariza os homens do café. É sim que tenham utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos. (FURTADO, 2007, p. 172).

Proclamada a República, o poder não irradiaria de um núcleo central, mas, emanaria dos círculos políticos dominantes nos Estados. Este novo arranjo político, dentro dos limites republicanos, não contou com a participação, em sua estruturação, das camadas populares, permanecendo sua organização e condução sob a direção exclusiva das frações economicamente dominantes que se julgavam representantes da soberania popular. Permaneceria, assim, o povo, sob o domínio e tutela de frações dirigentes que emanavam dos centros regionais. O federalismo republicano não constituirá, assim, sinônimo de democracia, não importará no alargamento e na abertura dos canais de participação política e dos centros decisórios, em bases democráticas. Representará, sob a capa do Liberalismo, a velha fórmula da exclusão política:

A República buscará suas vestes civis e organizará seu sistema financeiro, para dar amplitude e florescência ao liberalismo econômico, [...]. Na base, a 'política dos governadores' apoiada no aliciamento eleitoral do 'coronelismo' dará estabilidade ao sistema. Recobrando, recobrando mais do que ordenando normativamente, a Carta de 1891 legitimará a ordem, conservadoramente imutável. (FAORO, 2012, p.532).

A adoção dos princípios liberais constituirá, portanto, apenas um artifício por meio do qual esconde, por trás de formalidades e de expedientes liberal-democráticos, as estruturas que sustentam o poderio político, social e econômico dos grandes proprietários rurais e das frações burguesas ligadas ao comércio exportador. Assim, o mandonismo,

apadrinhamento, a cordialidade<sup>48</sup>, o coronelismo, o compromisso político e o favor<sup>49</sup> constituem fenômenos que funcionam como mediadores político-sociais, possibilitando uma articulação entre os diferentes segmentos sociais em bases assimétricas, refletindo, desta maneira, as relações de poder oriundas de uma estrutura produtiva calcada no grande domínio rural e na agricultura para exportação. O sistema de governo republicano representaria, para os grandes proprietários rurais, maiores poderes sobre a organização e funcionamento da máquina político-administrativa do Estado, ou seja, um aumento da capacidade de sujeitar o poder público aos seus interesses privados.

#### **1.4. O panorama agrário na Primeira República: Descentralização política e concentração fundiária**

A proclamação da República resultaria das aspirações por maior autonomia política, administrativa e econômica por parte dos grupos dominantes regionais. A partir da instauração de um sistema político descentralizado, os Estados gozariam de uma ampla liberdade em relação ao Governo Federal, que, para os setores oligárquicos dominantes, representaria maior poder de influência nos campos político, econômico e social no cenário nacional. Assim, de uma organização política centralizadora, o Império, converteu o Brasil, com a instauração do regime republicano, em um regime político de natureza federativa, que propiciou às unidades federativas maior poder e capacidade político-administrativa, podendo estas, dentre outras prerrogativas, reter as receitas

---

<sup>48</sup> Para Sérgio Buarque de Holanda (2014), a emergência e consolidação do Estado deu-se em meio à uma luta de resistência deste frente ao poder fragmentador, descentralizador e privatista dos grandes proprietários rurais. A grande força dispersiva e fragmentadora existente no seio da sociedade, representada pelo poder “privado” exercidos pelos grandes proprietários rurais criava dificuldades para o amadurecimento e consolidação plena do poder estatal. Essa preponderância do poder privado resulta do modo como se deu a ocupação territorial no país, na fase colonial e o destacado papel que os proprietários rurais desempenharam nesta fase e, também, nos períodos subsequentes, no tocante à garantia da paz social interna e à defesa do território nacional. Tal proeminência não desapareceria do horizonte político, social e econômico do país com o processo de Independência. A força dos grandes proprietários rurais far-se-ia presente, ainda que modificada, em extensão e intensidade, em alguns momentos, nas fases históricas posteriores, ou seja, Império e República, interferindo na conformação e natureza do poder público.

<sup>49</sup> De acordo com Roberto Schwarz (1996, p. 16), “O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outro, a dos que têm. [...]. Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda a parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, [...], ou qualificações operárias, [...], eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício da sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade e o funcionário para o seu posto. *O favor é a nossa mediação quase universal.*”

oriundas do comércio exportador, contrair empréstimos no estrangeiro e organizar forças policiais próprias<sup>50</sup>.

Além disso, ficou a cargo dos Estados a organização das eleições locais, o que impossibilitou uma uniformidade no que se refere ao modo como tais eleições foram organizadas, em cada unidade federativa. Da mesma forma que o aparato policial, a fórmula descentralizada que pautou a construção da Constituição de 1891, dotou os Estados de competência para estruturar um sistema judiciário próprio. Nesse sentido, semelhantemente ao que ocorreu na organização e atuação das instituições policiais, houve manifesta interferência de interesses políticos na conformação e funcionamento do aparelho judicial, concorrendo este, de forma instrumentalizada, na manutenção das elites políticas no comando dos Estados.

No tocante às questões referentes à ocupação e demarcação das terras devolutas e regulamentação da propriedade, estas foram transferidas para a competência dos Estados. A eles também foram concedidas as terras devolutas que se localizavam em seus respectivos territórios:

[...] A Constituição de 1891 no seu artigo 83 estabelecia que os estados passariam a ser regidos pela Constituição e leis que adotassem, contanto que fossem respeitados os princípios constitucionais da União. Em relação à legislação de terras, os estados, em geral, foram adotando os princípios básicos estabelecidos pela lei de 1850 e por seu regulamento de 1854. Cada estado legislou portanto à sua maneira no tocante à discriminação das terras devolutas, revalidação das sesmarias e legitimação de posses, observando porém as normas e os princípios assentados na lei de 1850 e respectivo regulamento. (SILVA, 1996, p. 250).

Uma vez transferida a política de terras para a competência dos executivos estaduais, pode-se concluir que as elites rurais passariam a exercer grande influência na forma como esta seria conduzida pelo poder estadual, uma vez que este mostrava-se mais suscetível, em relação ao governo federal, às pressões dos grupos oligárquicos. De fato,

---

<sup>50</sup> De acordo com Victor Nunes Leal, no campo da segurança pública, o comportamento seguido pelas autoridades estaduais foi o de permitir “[...] a livre nomeação dos chefes de polícia, delegados e subdelegados.” Tal medida foi utilizada, também, na década de 1930, mesmo nos períodos discricionários que marcam, ao longo do Governo Vargas, as fases do Governo Provisório e do Estado Novo. Desta forma, permitia-se o controle político-partidário sobre a organização policial, sendo esta mobilizada em prol do situacionismo político em âmbito local, estadual e federal: “[...] Durante a Primeira República, a organização policial foi um dos mais sólidos sustentáculos do ‘coronelismo’ e, ainda hoje, em menores proporções, continua a desempenhar esta missão.” (2012, p. 191). É importante salientar a forma como as forças públicas estaduais foram estruturadas: “[...] Essas tropas recebem treinamento militar, dispõem das garantias definidas na respectiva legislação e a promoção aos postos superiores obedece à princípios determinados. Uma sensível parcela dos orçamentos estaduais é consumida na sua manutenção, verdadeiros ‘exércitos’, cuja façanhas encheriam volumes.” (LEAL, 2012, p. 191).

os Estados mostraram-se complacentes, em suas respectivas legislações, com os interesses dos grandes proprietários de terras. Assim, dentro de uma atmosfera conciliatória, de acordo com Lígia Osório Silva (1996, p. 251), uma das medidas tomadas pelos executivos estaduais foi a dilatação do prazo estipulado pela Lei de Terras de 1850 para a regulamentação da propriedade da terra. Este prazo sofreu vários reajustes ao longo da Primeira República. Além disso, a incorporação de territórios devolutos para o domínio privado, constituiu prática recorrente ao longo da Primeira República, contando com a incapacidade ou, até mesmo, má vontade, do poder público em coibir tal prática.

Esse comportamento complacente das autoridades públicas favoreceu o processo de concentração da propriedade nas mãos dos chefes políticos locais, os “coronéis”<sup>51</sup> que, uma vez submetendo econômica, social e culturalmente grande parcela da população rural, formava um grande contingente de eleitores, o que constituiu fator importante na manutenção do *status quo* político, nos âmbitos municipal, estadual e federal. Neste sentido, a Constituição de 1891, ao invés de viabilizar a solução, em bases democráticas, da questão agrária, obstaculizou a ascensão da população pobre à condição de proprietários, concorrendo, assim, para o recrudescimento da violência e coerção física, social, econômica e cultural exercida sobre a população rural<sup>52</sup>.

Dessa maneira, segundo Victor Nunes Leal (2012, p. 44), não se pode prescindir, quando da compreensão do sistema coronelista, da análise das características principais do cenário agrícola nacional, pois é justamente tais características que funcionam como esteio da força política, econômica, social e cultural dos coronéis. Tal força será estimulada pela autoridade pública estadual e federal, em razão da expansão do público votante, e a consequente importância eleitoral que assumiu, nesse contexto de ampliação do sistema representativo, a população rural.

---

<sup>51</sup> A origem do termo “coronel” liga-se ao surgimento da Guarda Nacional, em 1831. Em cada município, o comando de um destacamento da Guarda era confiado ao chefe político local que, na maioria das vezes, era representado pelos grandes latifundiários e comerciantes. Mesmo com a extinção da Guarda Nacional, em 1918, o termo continuou a ser empregado, para designar as potestades políticas, econômicas e sociais de uma determinada localidade ou região. De acordo com Vitor Nunes Leal (2012, p. 23), o “coronel” pode ser visto como uma instituição que engloba, em uma só pessoa, os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em âmbito local. A ausência e o descaso, muitas vezes intencionais, do Poder Público, constitui uma das principais causas para tal situação.

<sup>52</sup> No meio rural, a população do campo, esquecida politicamente e desamparada economicamente, canaliza seu descontentamento na forma de manifestações difusas, sob o manto do messianismo e do cangaço: “Era mais do que natural, era legítimo, que esses homens sem terra, sem bens, sem direitos, sem garantias, buscassem uma ‘saída’ nos grupos de cangaceiros, nas seitas dos ‘fanáticos’, em torno dos *beatos* e *conselheiros*, sonhando a conquista de uma vida melhor”. (FACÓ, 2009, p. 31).

De acordo com Lígia Osório Silva (1996, p. 261), a manifestação de toda a sorte de violência no meio rural atestaria que a adoção de um comportamento complacente, por parte das autoridades públicas diante dos interesses dos posseiros, não contribuiu para pacificar as relações sociais imperantes no campo e coibir as manifestações de violência entre posseiros, grileiros, coronéis e poder público. Ao contrário, tal comportamento concorreu para o recrudescimento das disputas e conflitos, para o aumento da violência, do monopólio da propriedade da terra, da manutenção do quadro de concentração fundiária, além da exclusão social, econômica, política e cultural da maioria da população rural:

[...]Nossa conclusão, observando esse conjunto de circunstâncias, é de que a aprovação de uma legislação favorável aos posseiros e ausência de uma política estadual e federal para a ocupação das terras devolutas provocaram o acirramento da luta no campo, [...]. A adoção de uma legislação permissiva em relação ao apossamento e a falta de condições (e na maioria das vezes interesse) dos poderes públicos de garantirem que ela beneficiasse todos os segmentos da população acirraram a luta entre particulares pela posse da terra, que já vinham ocorrendo desde os últimos anos do Império. (SILVA, 1996, p. 263).

Assim, as características do quadro fundiário nacional constituem o pano de fundo para o quadro explicativo da emergência e consolidação do sistema coronelista, uma vez que, conforme Victor Nunes Leal (2012, p. 47), o prestígio e a ascendência política, econômica e social dos coronéis estão fundamentados e garantidos, principalmente, pela sua condição de grande proprietário rural<sup>53</sup>. Assim sendo, o monopólio e a concentração da propriedade fundiária, que constituem aspectos imperantes em nosso cenário agrícola, ao longo da História, concorrem para a manutenção de um panorama rural marcado pela violência e pela miséria econômica e social de grande contingente populacional.

---

<sup>53</sup> Raymundo Faoro ressalta o fato de que não se pode construir uma associação direta entre grande propriedade e coronelismo, de forma a sustentar que a condição de grande proprietário agrícola é fundamental para a conformação da posição de coronel. Desta forma, este não terá de ser obrigatoriamente um grande senhor rural, da mesma maneira que tal condição não significa o requisito fundamental para legitimar e sustentar a posição enquanto liderança política. O coronelismo transcende as cercas da propriedade e o meio rural, fazendo-se presente nos círculos urbanos, assimilado às instâncias e organismos burocratizados e às carreiras liberais: “[...] no ponto extremo dessa supremacia estadual está, acima do coronel obediente, o coronel burocrata, particular ao Rio Grande do Sul. Aos caudilhos rurais, [...], o Partido Republicano Rio-Grandense opôs os chefes investidos e fortalecidos pela confiança do poder estadual. Com esse sistema, as camadas médias, funcionários públicos, oficiais da Brigada Militar, pequenos comerciantes, advogados e médicos conquistam posições políticas, [...]. Neste caso, outras categorias, que não as territoriais, podem ocupar a posição de coronel, como o coronel advogado, o coronel comerciante, o coronel médico, o coronel padre”. (2012, p. 709-710). A mesma vertente analítica pode ser encontrada, também, nos trabalhos de Eul-Soo Pang (PANG, 1979) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (QUEIROZ, 1997).

Nesse sentido, em decorrência das condições que imperavam no meio rural brasileiro, das quais resultavam a sujeição e subserviência de grande parcela das massas do campo em relação ao grande proprietário de terras, as elites políticas estaduais não podiam prescindir da mediação política exercida pelo coronel. O município rendia altos dividendos eleitorais para o situacionismo político<sup>54</sup>, uma vez controlados seus recursos materiais e a oferta de serviços básicos à sua população:

[...]O município é, no Brasil, a peça básica das campanhas eleitorais. De uma parte, os habitantes do interior, que somam para cima de 80% da população nacional, estão muito mais efetivamente subordinados ao município do que ao Estado e à União, dada à vinculação política das autoridades estaduais e federais com os dirigentes municipais; de outra, nenhuma parcela do eleitorado do interior está subtraída ao regime municipal, que cobre todo o território do país. (LEAL, 2012, p. 137-138).

O sistema político republicano, assentado no compromisso da “política dos governadores” reforçou, assim, a importância eleitoral do coronel, conferem-lhe maior autonomia em relação ao Governo Federal, porém, amarrando-o nas teias políticas das lideranças estaduais. Uma vez que a República, por meio da organização federalista, legou amplos poderes aos Estados, convertidos em eixo principal da política nacional, a legitimação do *status quo* político carecia de respaldo popular, respaldo este que seria canalizado dentro dos limites estabelecidos pelos interesses das frações dominantes estaduais, por meio de eleições farsescas. Nessa circunstância, o poder político fundamenta-se no controle dos pleitos:

[...] Cativo o município, sob intervenção, o governador, na realidade, torna-se o chefe do processo eleitoral, nomeando todos os representantes da nação, [...]. Mais uma eleição, outra eleição como as demais de outros tempos, sem que a República trouxesse, como prometera, a sonhada soberania popular. Esta dançava entre senhores, sem condições para expandir-se, desamparada da independência econômica do eleitor. (FAORO, 2012, p. 702).

À triagem dos eleitores, à formação do “curral”, seguem-se, sob orientação das autoridades locais, as eleições e a contagem dos votos. O chefe político estadual constitui

---

<sup>54</sup> Para Victor Nunes Leal o coronelismo constitui fruto da aplicação de um sistema de organização política sobre uma base econômica e social que lhe é estranha, que não se limita às injunções daquele sistema: “[...] concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do regime privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.” (LEAL, 2012, p. 43-44).

a expressão última dessa cadeia eleitoral, visto que, direta ou indiretamente, escolhia os representantes políticos do país. Nesse sentido, a soberania popular transforma-se no manto sob o qual revestem-se os interesses particulares das elites políticas. Uma vez fabricada a vontade das urnas, à revelia das leis e dos estatutos jurídicos que regulavam a organização eleitoral, os grupos opositores não lograriam ascender politicamente, galgando os postos representativos que lhes possibilitariam empreender um movimento contestatório de maior envergadura.

Os canais de expressão política não poderiam canalizar tais manifestações de descontentamento. O formalismo jurídico-político do sistema eleitoral consistia em um verniz de legalidade e de justiça sob o qual reinava uma estrutura de poder que, mediante fraudes, manipulações e controle social e econômico, exercido sobre um grande contingente de eleitores, bloqueava a ascensão de forças e de discursos discordantes em relação ao status quo político, econômico e social vigentes. Os princípios e instituições republicanas, instrumentalizados pela fração oligárquica dominante, constituíam expediente ficcionais, formalismos destinados a legitimar publicamente um ordenamento político-social construído e alicerçado em expedientes e compromissos extralegais.

Assim, para a população rural, o aparelho do Estado e as instituições político-administrativas a ele ligadas são percebidos como um espectro sintetizado na figura de um mandatário que dispõe de amplos poderes<sup>55</sup>. O Estado assume, assim, a forma personalizada de um chefe político ao qual se deve obediência e lealdade:

[...] O mecanismo estatal, na percepção dos homens do campo, lhes parece, na sua composição jurídica e impessoal, o longínquo mistério de sombras. No máximo, o presidente e o governador corporificam os donos da República ou do Estado, superfazendeiros que dispõem de tudo, da vida e do patrimônio dos cidadãos. (FAORO, 2012, p. 713).

Vale a pena ressaltar que a internalização, por parte dos habitantes do campo, da ideia de que a obediência e a submissão configura a lógica própria de uma ordem que lhes é apresentada como naturalmente desigual e hierárquica, é reforçada pela perpetuação de uma situação da miséria econômica, social e cultural no meio rural que leva à cristalização

---

<sup>55</sup> A dimensão do poderio coronelista poderá ser percebido, também, na atitude das autoridades políticas federais e estaduais em recorrer aos chefes políticos locais e seu “exército” privado no combate à Coluna Prestes: “Não é de surpreender que, por todo o país, o Presidente da República tenha se voltado para os coronéis do interior a fim de pedir ajuda militar. Em São Paulo, Washington Luís e Fernando Prestes, [...], organizaram um bando de jagunços armados. No Ceará, Padre Cícero e seu tenente, o Deputado federal Floro Bartolomeu da Costa, juntaram seus homens para lutar contra a coluna. No Maranhão, no Piauí, em Pernambuco e em outros estados do Nordeste, os coronéis locais mobilizaram seus bandos particulares para enfrentar a coluna. Em nenhum lugar do país os coronéis mostraram mais entusiasmo em atender ao apelo de Bernardes do que na Bahia.” (PANG, 1979, p.187).

de relações de dependência e sujeição que são, ao mesmo tempo, suavizadas e reforçadas pelos laços de lealdade e compadrio.

No campo econômico, a manutenção de um sistema de produção primário-exportador, enquanto eixo principal da economia nacional, concorreu positivamente para a manutenção de um panorama agrário marcado pelo monopólio da propriedade da terra e, conseqüentemente, pelo predomínio do grande domínio rural. Da mesma maneira que nas fases históricas anteriores, a produção agrícola seguirá o molde tradicional de concentrar a produção de um gênero específico em determinada região do país. Cada região desenvolverá seu sistema produtivo de forma independente e desigual em relação às outras, tendo, porém, o mesmo objetivo: atender o mercado internacional. O café constituirá o principal produto de exportação ao longo da Primeira República, fonte principal de nossa riqueza. Desta forma:

Ao se iniciar o período republicano, a grande propriedade rural ocupava as maiores extensões, sobretudo nas áreas de mais fácil acesso aos transportes; os grandes proprietários, - fazendeiros de gado ou produtores de artigos de exportação, - controlavam tanto a vida econômica como a política dos novos Estados. Os pequenos proprietários eram muito numerosos mas se localizavam em áreas menos acessíveis, dedicando-se predominantemente à produção para o mercado interno em expansão, detendo a propriedade da terra por obra do direito de posse, ou da sucessão hereditária. (ANDRADE, 2002, p. 147).

O desenvolvimento das forças produtivas e da economia que teve lugar nas últimas décadas do período imperial ganhará um maior impulso com a Proclamação da República. Os primeiros anos do novo regime e a década inicial do século XX representam o ápice do sistema econômico centrado na produção agrícola em larga escala para a exportação. Esse arranque foi ocasionado tanto por fatores internos, quanto externos, aqueles conectados a estes. No plano externo, pode-se elencar os seguintes fatores: ampliação do mercado internacional, em razão da elevação do padrão de vida e consumo da população da Europa e dos Estados unidos, da expansão e aperfeiçoamento da produção industrial como, também, dos meios de transporte e dos sistemas financeiros. Tudo isso proporcionou melhores oportunidades para o setor exportador nacional, que viu ampliadas as oportunidades de comercialização de nossos produtos primários. No plano interno, no campo do trabalho, houve a viabilização do regime de trabalho livre, com a extinção do trabalho escravo e o concurso da mão-de-obra imigrante.

Além disso, de acordo com Caio Prado Júnior (1985, p. 209), o que muda nesta nova fase política do país, ligado também a transformações na própria natureza e organização do capital financeiro internacional, é que, na nova ordem mundial imperialista, instituições e grandes sistemas econômico-financeiros globais buscarão ampliar sua influência na vida nacional, concentrando-se, principalmente, nas atividades e áreas que apresentam fortes probabilidades de alto retorno financeiro. A instalação de representantes e filiais dos grandes organismos bancários estrangeiros e a rápida ascensão de seus investimentos atestam essa nova realidade. Com o passar dos anos, a ingerência dos interesses externos na vida econômica nacional irá se acentuar até o ponto em que nossas principais atividades produtivas estarão sob controle do capital internacional<sup>56</sup>. O complexo cafeeiro, eixo principal de nosso sistema econômico, constituirá o principal negócio a atrair o interesse dos grupos estrangeiros<sup>57</sup>.

Assim, a expansão do complexo cafeeiro foi viabilizada, em grande parte, com o concurso do capital externo. Parte considerável do montante dispendido na formação dos cafezais e nos gastos com a produção eram oriundos de firmas bancárias internacionais, das casas de exportação ou outras organizações, sendo a maioria delas de origem internacional ou patrocinadas com capital estrangeiro<sup>58</sup>.

O considerável crescimento econômico concentra-se, dessa forma, principalmente no setor exportador. Além do café, outros produtos se destacam em nossa pauta de exportação: borracha, cacau, mate e fumo. O país se transformará em um dos principais

---

<sup>56</sup> De acordo com Nelson W. Sodré (1990, p.294), as modificações políticas, sociais e econômicas que ocorreram no país, nos últimos anos do século XIX, resultam do processo de “adaptação” do Brasil às exigências do sistema capitalista, cuja natureza dinâmica, havia-o conduzido à uma nova fase: imperialista. Aliás o historiador marxista ressalta o fato de que nossa evolução histórica foi toda ela marcada por transformações cujo objetivo era conciliar as estruturas internas às modificações na natureza do sistema econômico mundial. De acordo com o pensador marxista, a conciliação entre a conjuntura interna e o contexto político-econômico externo deu-se sem importar profundas modificações na organização do sistema econômico do Brasil. Ele iria continuar alicerçado na produção agrícola monocultora para o mercado internacional. A manutenção desta estrutura produtiva deu-se em razão do grande fluxo de mão de obra existente no país, o que barateava o seu custo, além da abundante oferta de terras, o que facilitava a expansão da fronteira agrícola. Tais fatores, grande oferta de terras e força de trabalho, compensavam a precariedade e o atraso nas técnicas de cultivo.

<sup>57</sup> A presença do capital externo e dos interesses estrangeiros no país, conforme visto, não constituía novidade. Com a Independência inaugura-se uma fase em que o país recorreu várias vezes aos empréstimos públicos junto aos credores internacionais. Além dos empréstimos, a penetração do capital estrangeiro fez-se por meio do investimento direto em infraestrutura e no setor privado: ferrovias, companhias de navegação e mineração, dentre outras.

<sup>58</sup> De acordo com Boris Fausto (1997, p. 210-211), “A partir do comércio de exportação, gradativamente em mãos dos grupos externos, foram se integrando as funções de comercialização, conduzindo ao desaparecimento dos ensacadores e a uma diminuição da importância das casas comissárias. [...]. Considerando-se que o total de sacas exportadas pelo porto de Santos no período foi de 86.391,503 sacas verifica-se que os dez maiores exportadores foram responsáveis por mais de setenta por cento das exportações. Dentre eles figura apenas uma empresa brasileira, [...]”

fornecedores, no mundo, de matérias-primas e artigos tropicais. Todos os esforços no campo da política e da economia serão direcionados para aquele setor, o que ocasionará uma queda na produção de artigos e gêneros de alimentação básicos para o mercado interno. Não podendo mais atender a demanda por esses gêneros, a saída será importá-los. Assim, em um país cuja economia é essencialmente agrária, produtos para a subsistência alimentar da população representam parte considerável de nossa pauta de importações:

Por dominar mais da metade de nosso território agrícola, a classe latifundiária absorve e controla muito mais da metade da renda gerada no setor agrário, recebe muito mais da metade do crédito agrícola, e controla de fato a política de crédito agrícola; determina e orienta a política de armazenagem e de transporte, a política de preços agrícolas e, em decorrência, a dos preços em geral; influi poderosamente sobre a política governamental de distribuição de favores e facilidades e canaliza para si as subvenções e outros recursos que deveriam encaminhar-se para os setores mais necessitados da agricultura. (GUIMARÃES, 1968, p.202-203).

Nesse sentido, concomitantemente ao desenvolvimento das forças produtivas do Brasil e da economia nacional, tornavam-se explícitos os elementos que imputavam, a esta, um quadro de desequilíbrio e debilidade. A proeminência, enquanto estrutura econômica principal sobre a qual está assentada a sociedade, de um sistema produtivo pautado pela produção de gêneros primários para atender ao mercado internacional, e, por isso mesmo, deste dependente, levava a uma situação de instabilidade e tibieza financeira. Ao mesmo tempo em que o setor exportador se expandia, afirmava-se mais solidamente sua passividade diante dos interesses estrangeiros e das “flutuações” do mercado internacional. Dessa maneira, não seria surpreendente que esse frágil complexo econômico apresentasse graves sinais de crise em razão de safras volumosas, retração do mercado externo ou diminuição dos preços dos gêneros primários no mercado internacional, devido, em grande parte, à concorrência de outras áreas produtoras. Assim, a economia brasileira apresentará um desenvolvimento marcado por crises e desequilíbrios de natureza cíclica<sup>59</sup>, o que levará o Estado a intervir, em várias ocasiões, em auxílio ao complexo cafeeiro. Como o eixo principal da economia nacional está na produção agrícola para o mercado externo, todo expediente político-econômico visa

---

<sup>59</sup> De acordo com Delfim Netto (2001), a economia cafeeira é inerentemente cíclica. Assim, qualquer comportamento ou orientação no tocante à política econômica geraria um quadro de desequilíbrio.

garantir vantagens e benefícios à fração de classe que controla a produção e o comércio dos artigos primários: emissões, valorizações<sup>60</sup>, política cambial<sup>61</sup> e créditos.

No que tange à produção agrícola, a organização econômica do campo ainda apresentava, ao longo da Primeira República, um persistente quadro de baixo nível tecnológico, elevados custos e reduzida produtividade. Enquanto em algumas regiões, a produção agrícola apresenta índices de superprodução, em especial nas que são destinadas ao mercado externo, nas outras áreas, voltadas para o mercado interno, a produção agrícola apresenta resultados insuficientes. Esta disparidade entre a produção voltada para estrangeiro e a produção destinada ao mercado interno revela não uma questão conjuntural, mas, antes, estrutural.

De acordo com Nelson Werneck Sodré (1990, p. 356), o sentido “exógeno” que orientou o sistema econômico nacional, alicerçado na produção de gêneros agrícolas e na extração de matérias-primas para atender as demandas do mercado internacional, provocou uma distorção no processo evolutivo da agricultura nacional, ao gerar fortes disparidades entre a produção agrícola voltada para o mercado interno (subsistência), cuja evolução foi marcada por recuos, dificuldades e limitações, e a produção agrícola, realizada em grande escala, direcionada para o comércio exterior, que concentrou a maior fatia dos investimentos públicos e privados, monopolizando os favores governamentais. Desse descompasso, no que tange à importância política e econômica e ao nível técnico

---

<sup>60</sup> Diante de uma crise na economia cafeeira, as frações oligárquicas ligadas ao complexo cafeeiro decidiram, a partir de um encontro na cidade paulista de Taubaté, em 1906, implementar um programa de valorização do café, que consistia na formação de estoques, mediante o concurso do capital estrangeiro, retirando boa parte do produto de circulação para forçar o aumento dos preços. Uma vez retomada a escalada de preços, o café retido seria reinserido no mercado. Essa orientação econômica, adotada em benefício do setor agroexportador, conduziria, por basear-se em mecanismos artificiais, a um novo contexto de crise no futuro. Uma vez mantida a rentabilidade do setor cafeeiro, seria natural que se continuasse a realizar investimentos nesta atividade, o que concorria para a expansão das lavouras. Além disso, a sustentação dos preços incentivava a produção do café no estrangeiro. Consequentemente, não tardaria para que fosse reclamada, futuramente, uma nova participação do Estado na condução da economia cafeeira

<sup>61</sup> De acordo com Celso Furtado (2007, p.236), uma vez reduzidos os preços dos produtos de exportação no mercado internacional, operava-se diretamente na taxa cambial, reduzindo o valor da moeda nacional no estrangeiro (desvalorização da moeda nacional). Uma vez diminuído o poder de compra da moeda nacional no estrangeiro, os produtos importados tornar-se-iam mais caros, o que acarretaria uma diminuição na demanda interna por eles. Desta maneira, de acordo com Celso Furtado, não seria necessário realizar a transferência de reservas metálicas (conforme o recomendado pelo padrão-ouro) para o exterior para solucionar o desequilíbrio da balança de pagamentos. Tal medida enfraquecia o poder aquisitivo dos setores que consumiam produtos adquiridos no estrangeiro, por conta da alta nos preços, além de prejudicar os grupos que realizavam a remessa de lucros para o exterior. De acordo com Celso Furtado, a baixa no valor da moeda nacional, no exterior, constituía medida amplamente favorável ao setor exportador, ou seja, aqueles que comercializavam em moeda estrangeira. Desta forma o prejuízo advindo da retração dos preços dos produtos no mercado internacional, que deveria recair principalmente nos rendimentos da classe exportadora, é transferido, por meio de ajustes na taxa de câmbio, à parcela da população economicamente ativa cuja pauta de consumo era majoritariamente constituída de produtos importados.

entre as duas modalidades de organização produtiva, resultou elevados índices de produção no setor agroexportador, o que gerou, em alguns momentos, crises de superprodução, e baixos níveis de produtividade na atividade agrícola voltada para o mercado nacional, acarretando permanentes baixas na produtividade.

A fração burguesa agroexportadora, hegemônica política e economicamente, apropria-se dos recursos financeiros nacionais, condiciona os centros de decisão política e as orientações do Governo, no campo econômico, aos seus interesses, absorve a maioria dos investimentos tecnológicos e monopoliza as culturas mais rentáveis. A atividade agrícola voltada para o mercado interno, ocupando um plano secundário na economia nacional, vê seu desenvolvimento e expansão atrelados às conjunturas de crise no setor agroexportador.

Como principal consequência do monopólio da propriedade agrícola está a profunda desigualdade econômica e social que reina no meio rural, no qual a produção e os rendimentos agrícolas atendem aos interesses das frações da classe dominante ligadas ao complexo agroexportador, enquanto uma imensa massa da população que vive no campo vegeta em um estado de vida precário. As camadas mais pobres do meio rural, os trabalhadores livres, ex-escravos, imigrantes, os pequenos proprietários e pequenos posseiros nunca dispuseram de força suficiente para fazer frente à expansão do latifúndio. Quando diante de um contexto econômico favorável ao setor agroexportador, tais camadas viram-se alijadas de seus domínios, sendo transferidas, de forma compulsória, para outras áreas, ou, à marginalidade. Em certas ocasiões eram absorvidas enquanto mão-de-obra barata.

Para Caio Prado Júnior (1985, p. 251), foram os desequilíbrios da economia cafeeira o fator principal para o parcelamento do latifúndio monocultor e a formação da pequena propriedade. A divisão da grande propriedade e a venda de suas partes para os trabalhadores do campo será, em algumas ocasiões, a única saída diante das dívidas dos fazendeiros. No contexto da Crise Mundial de 1929, haverá uma relativa expansão da pequena propriedade. Em regiões onde o cultivo de café perde atratividade, pela perda do valor econômico, também a comercialização de lotes de terra torna-se vantajosa<sup>62</sup>. Ainda

---

<sup>62</sup> Ainda no que tange à formação da pequena propriedade, será nas antigas áreas produtoras, abandonadas pelos cafeicultores em razão de seu esgotamento e depreciação, que a pequena propriedade tomará lugar. Além dessas zonas desgastadas pela grande lavoura, os pequenos proprietários se instalarão nas terras que se apresentarão impróprias para o cultivo do café. Caio Prado Júnior (1985, p. 250) salienta que o relativo sucesso que a pequena propriedade teve nas regiões em que o setor exportador era preponderante foi devido ao fato dela não se deparar com a produção em larga escala.

segundo o pensador marxista (1985, p. 251) mesmo diante destes aspectos favoráveis à pequena propriedade, no Estado de São Paulo, ela ainda sofrerá a resistência da grande propriedade rural, dada a própria natureza agrária de nosso sistema econômico e a organização político-social dele derivado.

Assim, em situações nas quais o mercado acena positivamente para os produtos primários, a grande lavoura retoma um ritmo ascendente. Nos anos 1930, foi o algodão, posteriormente com a criação de gado e, nos anos 1960, com a cana. Em uma economia, estruturada no latifúndio monocultor e na produção para o mercado externo, que apresenta, por isso mesmo, um ritmo cíclico e pendular, às fases de desintegração e fraqueza dos grandes domínios, seguem-se períodos de vigor e de força.

Conforme o já visto, ao longo da Primeira República, a questão agrária, que vinha se agravando desde a fase colonial, permaneceu intocada (ANDRADE, 2002, p. 147). As elites políticas não apenas furtaram-se à resolução do problema, como, também, buscaram resguardar, por meio do monopólio da propriedade rural e da violência no campo, a assimetria econômica, social e política entre as classes sociais. Conforme, ainda, Aspásia Camargo (1996, p. 131), esse primeiro ciclo republicano apresentou a ascensão e a consolidação do domínio político, social e econômico dos grupos oligárquicos regionais, principalmente os do Sul do País.

Uma vez no comando do aparato estatal, a fração oligárquica hegemônica, ligada ao complexo cafeeiro, estruturaria o “pacto agrário”, por meio da “Política dos Governadores”, que garantiu a autonomia e a estabilidade às elites políticas regionais, em troca de uma atitude de lealdade e apoio ao Governo Federal, no Legislativo.

Além disso, o compromisso oligárquico foi fundamental para uma hierarquização das relações sociais, envolvendo desde os grupos que detinham o controle político nos Estados, até os chefes políticos locais, os chamados “coronéis”. Da combinação entre poder econômico e dominação política, resultou, historicamente, um panorama fundiário marcado pela concentração da propriedade rural nas mãos de poucos, que detinham o controle político-social da população do campo, vedando, a esse segmento social, os meios para desenvolver-se econômica e politicamente, de forma autônoma. Assim, aos habitantes do campo, alijados da vida política e do respaldo jurídico do Estado, restou uma existência social precária e marginal. Conforme será visto no quinto capítulo, este panorama não seria alterado, em suas linhas gerais, pela Revolução de 1930.

## **Capítulo 2: Do quartel às ruas: as manifestações político-militares tenentistas nos anos 1920**

### **2.1. Crise oligárquica e o surgimento do Tenentismo**

A Primeira República, conforme exposto, representou um período no qual as frações burguesas ligadas ao café e ao comércio exportador e importador desfrutaram uma posição proeminente no bloco político dominante, o que lhes permitia conduzir, de forma hegemônica, as rédeas do poder, alinhando aos seus interesses particulares às ações do Estado nos campos econômico, político e social. Esse edifício oligárquico era sustentado pelo compromisso estabelecido entre as elites políticas estaduais e o governo federal, denominado Política dos Governadores. No plano econômico, a estrutura produtiva brasileira, ao longo da Primeira República apresentava fortes contornos coloniais, pois estava alicerçada na produção de artigos primários, em especial o café, em larga escala para o mercado externo. O comércio exportador constituía o principal eixo de acumulação capitalista. Dessa forma, o país ficava à mercê das injunções do comércio mundial e dos interesses das principais nações capitalistas do mundo. O Brasil desenvolvia-se, mas em bases dependentes.

Ao longo daquele período, o Brasil experimentou um intenso processo de diversificação econômico-social, tornando a conformação social brasileira mais complexa. Assim, paralelamente às frações burguesas ligadas ao latifúndio e ao comércio importador/exportador, que dominavam a vida política nacional, havia a pequena burguesia urbana, composta pelo funcionalismo público, profissionais liberais, militares, comerciantes; uma fração da burguesia ligada à atividade industrial; um incipiente, porém em ascensão, proletariado urbano, empregado na atividade fabril e no setor de serviços. No contexto pós- Primeira Grande Guerra, há a expansão da produção industrial, ainda que lenta e descontínua, porém, já conquistando o setor fabril importante posição na organização econômica do país.

Em razão da Primeira Guerra, houve uma crise no comércio externo nacional, o que prejudicou seriamente o setor exportador, principal base de acumulação do país. Da mesma maneira, com a diminuição do volume de exportações e importações, ocorreu uma retração na arrecadação fiscal do governo, o que incidiu negativamente no orçamento público. Diante da escassez de capital, recorreu-se às emissões que, juntamente com a desvalorização da moeda brasileira, concorreu para a inflação e o aumento do custo de

vida. Além disso, as crises no setor cafeeiro demandavam auxílio econômico por parte do governo federal.

Paralelamente, a retração do comércio externo e a concomitante redução do mercado importador, em razão do conflito mundial, provocam a dinamização de outras atividades econômicas, como, por exemplo, a industrial. A produção manufatureira é impulsionada pela necessidade de serem satisfeitas internamente as demandas que até então eram atendidas com produtos e artigos importados.

Os fatos acima mencionados não deixam de produzir reflexos na estrutura política, econômica e social do Brasil, provocando fraturas no concerto político oligárquico até então dominante. Diante da ascensão de forças políticas e sociais, que tornou mais complexa a sociedade brasileira, o situacionismo político responderia de forma intransigente, buscando reafirmar seus interesses com o intuito de impedir o desenvolvimento das forças produtivas e esmagar as demandas e aspirações das quais aquelas forças eram portadoras. Da incapacidade ou má vontade do status quo oligárquico em responder às novas vicissitudes que, até então latentes na sociedade, ameaçavam eclodir, derivar-se-ão as manifestações e movimentos políticos e sociais que ocorreram nos últimos anos da Primeira República e que trouxeram ao palco da política nacional novos atores como, por exemplo, a classe operária e a pequena burguesia urbana.

Nesse sentido, das transformações econômicas e sociais, surgem novas forças e grupos sociais cujas demandas e aspirações funcionam como um êmbolo a pressionar o círculo político dominante. A emergência de novos segmentos sociais trouxe à tona, no campo das relações sócio-políticas, interesses e aspirações que não só conflitavam com os das camadas dirigentes, mas, também, questionavam as bases do poder oligárquico e o caráter excludente da ordem liberal-burguesa imperante no país ao longo da Primeira República.

Diante desse cenário, as elites políticas, ciosas em manter o controle do Estado, reforça as estruturas e instituições político-econômicas por meio das quais concentram o poder em suas mãos. Assim, o bloco oligárquico dominante, ao longo da Primeira República, manteve-se inflexível e impermeável às modificações que vinham acontecendo nas bases econômica e social. Optou-se por marginalizar, excluir, reprimir e, até mesmo, obstaculizar o desenvolvimento das forças produtivas:

[...] As questões trabalhistas não tinham ressonância no esquema de poder. A única alternativa proposta pelo Estado era a repressão pura e simples. As camadas médias, por seu turno, não conseguiam ver refletida na estrutura política a sua importância ascendente na vida

social do país. Do outro lado, o Exército – única instituição pública efetivamente nacional – começava a sofrer perturbações em função das demandas políticas da baixa oficialidade. Finalmente, a camada mais numerosa, isto é, a população pobre dos campos, continuava dispersa e praticamente sem nenhuma expressão política como classe organizada em torno de interesses específicos. A sociedade brasileira do começo da década de 1920 já era complexa demais para ser abarcada pelo liberalismo autoritário da República Oligárquica. (MENDONÇA; PIRES, 2015, p. 218).

O enfraquecimento do poder oligárquico revelava, pois, a ascensão de novos sujeitos sociais e políticos na vida nacional. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1990, p. 314), era nítida a discrepância entre a “estrutura política” e a “estrutura econômica”, de forma que aquela se mostrava ultrapassada, obsoleta frente a esta. As orientações impressas às políticas econômicas, que visavam garantir a concentração da renda no setor agroexportador passariam a ser questionadas de modo cada vez mais contundente<sup>63</sup>. Diante deste quadro, “As oligarquias declinavam, multiplicando recursos para a defesa de suas posições, e apenas protelando mudanças inevitáveis”. (SODRÉ, 1990, p. 314).

No palco estrangeiro, os reflexos da Primeira Grande Guerra foram sentidos, também, não apenas no continente europeu. Da mesma forma o foram outros acontecimentos, em especial a Revolução Russa de 1917.

Nos anos 1920, o país vivenciou uma fase de ebulição político-social e modificações significativas. De acordo com Marieta Ferreira e Surama Pinto (2003, p. 389), o ano de 1922 foi rico em acontecimentos que, de uma forma ou de outra, foram responsáveis por tal ebulição, contribuindo, assim, para alterar o quadro político, social e cultural brasileiro. O Movimento Modernista, a organização do Partido Comunista

---

<sup>63</sup> A chamada “socialização das perdas” constituía um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do operariado urbano e dos segmentos da burguesia que não estavam associados ao comércio agroexportador. Esta parcela da sociedade era fortemente sensível às operações cambiais que, ao proteger os interesses do bloco agrário dominante, acarretavam pesados custos para a população, dentre os quais, está a elevação do padrão de vida. Na classe trabalhadora, a preocupação maior girava em torno da perda do poder de consumo. No caso da fração burguesa industrial, duas questões lhes tiravam a tranquilidade: o pagamento de salários e situação de estagnação econômica provocada pela política de elevação e/ou diminuição das taxas cambiais. O fortalecimento da moeda representava uma excelente oportunidade, para a classe industrial, de adquirir maquinário, peças e outros equipamentos no exterior. Contudo, a valorização acarretava uma maior procura por bens de consumo importados, aumentando o nível da concorrência. Quando havia uma desvalorização do câmbio, a situação se invertia, pois, o encarecimento dos produtos estrangeiros acarretava um aumento dos preços dos meios de produção, o que restringia o desenvolvimento do sistema produtivo em direção à “substituição de importações”. As medidas governamentais em prol da valorização comercial do café, em períodos de oscilações de preço e desequilíbrios no mercado internacional, trouxeram enormes prejuízos para o conjunto da população, pois foi sobre a coletividade que recaíram os custos dos empréstimos públicos contraídos para sustentar, de maneira artificial, o preço do café. Assim, o montante da dívida externa brasileira crescia em razão dos interesses da fração burguesa agroexportadora, o que contribuía para debilitar a estrutura econômica nacional, de caráter agrário, ao reforçar a posição periférica e dependente que o país ocupava no mercado mundial.

Brasileiro, eleições presidenciais e Tenentismo constituíram importantes acontecimentos que expressavam um descontentamento com relação aos modelos estético, político e econômico dominantes. Além desses acontecimentos assiste-se, nesse período um crescimento dos núcleos urbanos, expansão da classe operária e dos setores médios além de conflitos e cisões no seio das frações oligárquicas dominantes.

Desses conflitos nasceria a Reação Republicana<sup>64</sup> que consistiu em uma composição político-eleitoral, em oposição ao bloco oligarca dominante, formada no contexto da sucessão de Epitácio Pessoa, em 1921. A campanha contou com a participação de uma parcela dos militares, constituindo o marco inaugural do Movimento Tenentista no cenário nacional: “O movimento tenentista, [...], começa por confluir na campanha sucessória de Epitácio Pessoa, somando-se às forças que marcham com a candidatura de Nilo Peçanha, na Reação Republicana, [...]”. (SODRÉ, 1983, p.239)<sup>65</sup>.

Contudo, derrotada nas urnas, diante do poderio da máquina política do situacionismo oligárquico, sustentada por expedientes extralegais, como a fraude e a manipulação eleitoral, a frente civil congregada na Reação Republicana não acompanharia o ímpeto transformador dos militares. Não ousaram transcender os marcos institucionais do oligárquico. Esse recuo das hostes civis, ao mesmo tempo em que deixa as frações militares isoladas, reforçam nestas a importância de seu papel, a necessidade de ultrapassar os marcos legais como forma de contestar o status quo: “[...] O recuo *pela ordem*, ao tempo em que desampara os jovens, dá-lhes a consciência de sua missão, agora cada vez mais revolucionária, fora das regras do jogo”. (FAORO, 2012, p. 743). Em seu depoimento, Oswaldo Cordeiro de Farias lembra que:

Pessoalmente, eu senti frustrados os meus propósitos de participar da política pelas vias normais, através do processo eleitoral e do voto. Os militares se sentiram muito mal. A oficialidade jovem, como eu, ficou inconformada com a derrota, mais uma vez fruto dos velhos arranjos da

---

<sup>64</sup> As frações oligárquicas dominantes dos Estados política e economicamente hegemônicos, São Paulo e Minas Gerais, uniram-se em apoio à candidatura de Artur Bernardes e Urbano Santos. A indicação destes nomes não foi consensual entre os grupos oligárquicos estaduais. Descontentes com relação à escolha daqueles candidatos, e a posição periférica ocupada pelos seus respectivos Estados, no cenário político e econômico nacional, as elites dirigentes do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul anunciaram, ao criar uma campanha política que ficou conhecida como “Reação Republicana”, a chapa Nilo Peçanha e J.J. Seabra. Contudo, é importante ressaltar que a oposição à hegemonia paulista e mineira, sustentada na política dos governadores, não transcendeu as urnas. Ela se organizou e agiu dentro dos marcos oligárquicos.

<sup>65</sup> Em entrevista à Aspásia Camargo e Walder de Góes (2001, p. 66), Oswaldo Cordeiro de Farias afirmou que “Nas eleições de 1922, Nilo Peçanha encarnava o liberalismo contra a oligarquia representada por Artur Bernardes. Com toda aquela efervescência política, cheguei a me apresentar como fiscal de uma seção eleitoral, em nome do comitê de Nilo Peçanha. [...]. Queria participar, fazer política, e estava irremediavelmente seduzido pelas ideias liberais do candidato.”

política oligárquica. Concluímos que a situação precisava mudar. (CAMARGO; GÓES, 2001, p.66)

Além das questões relativas ao ambiente político nacional, concorreu, também, para a eclosão das manifestações tenentistas, um sentimento de revolta diante das ofensas lançadas contra a instituição militar pelo círculo político dominante, ofensas essas que atingiram os valores simbólicos que conformam os ideais e princípios internos ao Exército. As chamadas “cartas falsas”, publicadas no jornal *Correio da Manhã*, cuja escrita foi atribuída a Artur Bernardes, continha ofensas ao Exército e a Hermes da Fonseca. Além desse episódio, houve, também, a prisão deste, no dia dois de julho de 1922 e o fechamento do Clube Militar, no dia seguinte, por iniciativa de Epiácio Pessoa.

Para Nelson Werneck Sodré (1983, p. 238), o Tenentismo expressava, em sua atuação político-militar, os anseios políticos da camada burguesa que, em seu movimento ascendente, buscava romper com a estrutura de poder das oligarquias latifundiárias:

[...] em toda essa torrente de paixões, o que se condenava, inconscientemente, era um regime levado à falência pelo predomínio do latifúndio, pela sua política de submissão ao imperialismo, por tudo aquilo que, em suma, ficou conhecido como política das oligarquias, que impunham sua vontade ao país. O mal vinha dos fins do século XIX, porém, com o governo de Campos Sales, que liquidava a componente burguesa, encabeçada pelos militares, que haviam concorrido para a mudança do regime. Nessa liquidação, havia, de resto, claro e evidente, o traço do imperialismo. Numa fase em que o proletariado brasileiro mal dava os primeiros passos em sua organização, pesava no conjunto das forças renovadoras a burguesia e, entre as suas camadas, a pequena burguesia se destacava como a mais combativa. Pertenceria ao grupo militar, nesta, a função de vanguarda, função que se iniciou nos fins do século XIX e que persistiu até depois da Revolução de 1930, [...] (SODRÉ, 1965, p. 208-209)

Dessa forma, as insurreições tenentistas absorveriam o clima de insatisfação e descontentamento político reinante, no período, ao mesmo tempo em que assinalava o despertar de transformações políticas, econômicas e sociais que estavam latentes na sociedade. A condição de militares e conseqüentemente o poder das armas, constituíam fatores que garantiam aos tenentes o papel de força social e política mais expressiva da pequena burguesia.

Visto que o operariado, no contexto que ora é analisado, ainda carecia de maturidade política e de sólida capacidade de organização que lhe propiciassem desempenhar um papel de vanguarda no processo de transformação político-social que figurava no horizonte do país, caberia a outro setor social tal papel, à pequena burguesia,

mais precisamente uma parcela de sua componente militar que, dispondo do recurso às armas e de organização tática, pôde trazer à realidade o impulso renovador, por meio das manifestações político-militares, das quais a Coluna Prestes-Miguel Costa foi a de maior vulto e significado:

Apesar do conteúdo militar aparente de todos ou quase todos estes movimentos, nada existe neles contudo que os caracterize como ‘militaristas’, no sentido próprio do termo. Embora sejam militares seus principais autores e participantes, eles não agem e não pensam como militares. Expressam antes a inquietação das classes médias a que pertencem pela sua origem; de uma burguesia progressista cujos anseios de renovação encarnam, e que as forças conservadoras da República Velha comprimem num arcabouço anacrônico e rígido, que já se resvalara francamente para a mais completa degradação política e moral. Se são militares que formam na vanguarda dos movimentos de regeneração política do Brasil, é que suas armas lhe davam a possibilidade de agir; e não estava ainda em condições de substituí-los a ação das massas populares, desorganizadas e politicamente inativas. Os ‘tenentes assumirão por isso a liderança da revolução brasileira. (PRADO, 1979, p. 14).

Enquanto integrantes de um todo social, “[...] os militares rebeldes não poderiam deixar de ser produtos dela”. (CORRÊA, 1976, p.185). Por pertencerem aos “setores médios” sentiram diretamente os reflexos das injunções políticas e econômicas da década de 1920. A condição de serem parte do aparelho burocrático estatal, dotou uma fração da oficialidade do Exército de uma consciência quanto à sua responsabilidade pela purificação e regeneração dos costumes políticos nacionais e dos princípios republicanos consubstanciados na Constituição de 1891. Menosprezavam as disputas partidárias e a práxis política das elites civis, responsabilizadas pela decadência moral e política da República. O distanciamento dos militares em relação aos conflitos intra-oligárquicos é o que conferia legitimação à sua missão regeneradora.

## **2.2. O tenentismo no cenário político nacional**

Para Maria Cecília Forjaz (1977, p. 15), nessa fase da vida nacional, marcada pela crise política que abalou os alicerces do domínio oligárquico e em uma economia baseada na exportação, o tenentismo encontrava-se na fase inicial da elaboração de um programa de transformação para a sociedade brasileira. Davam-se, assim, os primeiros passos para a transformação da sociedade brasileira rumo ao capitalismo urbano-industrial. Nesse contexto, o tenentismo pode ser considerado como um dos agentes dessa transformação. Segundo José Nilo Tavares (1985, p. 62),

Os levantes militares que sacodem o Brasil, desde os eventos do Forte de Copacabana, em 1922, até a insurreição integralista, em 1938, e de que são responsáveis diretos os tenentes, se podem ser explicados, em parte, pelas suas características militares - como ‘coisas de quartéis’ - sintetizam e expressam, no entanto, as contradições existentes em toda a sociedade. Partilhando do controle de um dos instrumentos fundamentais do poder, isto é, da força de coerção e da violência, relativamente organizados e possuidores de uma cultura dos problemas nacionais acima da média da população em geral, os tenentes, pressionados aparentemente por motivos profissionais, com os suboficiais e os soldados, aparecem como espécie de ‘mediadores inconscientes’ das demandas sociais e políticas dos cidadãos.

As manifestações tenentistas, de acordo com Raymundo Faoro, podem ser apreendidas na perspectiva de um processo no qual foram amadurecendo, ao longo dos anos que marcaram a experiência político-militar dos jovens rebeldes, uma ampla gama de reivindicações que, no despertar do movimento, em 1922, permaneceram latentes:

[...] Era preciso libertar o homem do interior do coronel, os Estados das oligarquias, em movimento antitradicional. Depois de libertar, organizar e velar pelo sistema novo, conduzir e amparar. Numa palavra, renovar o *salvacionismo* de 1910, no passo, ainda obscuro, que afaste o individualismo, em favor do comando tutelado. Um Estado interventor, dirigente, autônomo, coroar a empresa, suscetível pela única categoria capaz de estruturá-lo e sustentá-lo, o Exército. (FAORO, 2012, p. 744).

Na segunda manifestação tenentista, em 1924, os militares buscavam libertar o regime republicano da ação nefasta e corrupta das oligarquias dominantes. Estas, monopolizando o poder, restringindo a liberdade de ação e opinião, controlando ferreamente a vida política nacional, deturpam os valores republicanos, ao submeter e explorar a maioria da população, por meio da fraude e da violência, em favor de interesses particulares<sup>66</sup>. Os militares rebeldes que ocuparam a capital paulista, em julho daquele ano, proclamavam-se “revolucionários” em defesa dos princípios constitucionais de 1891 que haviam sido ignorados pelas elites civis governantes.

---

<sup>66</sup> Para Juarez Távora (1926, p.19-20), ao falar do fracasso eleitoral da Reação Republicana, “Se o regime eleitoral vigente no Brasil permitisse a manifestação espontânea e livre da consciência nacional, os dois candidatos antagonistas se encontrariam com probabilidades equivalentes de vitória, porque embora o núcleo do bafejo oficial favorecesse ao Sr. Artur Bernardes, era indiscutível a superioridade do prestígio pessoal que lhe opunha o Sr. Nilo Peçanha. Dado, porém, o regime de verdadeira asfixia em que definham e se aniquilam as oposições estaduais – vítimas indefesas, [...], do arbítrio de régulos sertanejos, açulados pelos interesses inconfessáveis dos situacionismos locais, só um prodígio de dedicação cívica permitiria ao povo brasileiro da maioria de votos ao candidato da chamada Reação Republicana. E, ainda que, ao cabo desse esforço ingente saísse ele vencedor, seria muito pouco provável que o Congresso Nacional, [...], sacrificasse o Sr. Artur Bernardes.”

Embora tivéssemos a presença de princípios centralizadores e nacionalistas, o conteúdo político das manifestações tenentistas, em 1924<sup>67</sup>, ainda girava em torno de uma orientação liberal-democrática, ou seja, era preciso transformar o sistema político-administrativo do país de forma a expurgá-lo de toda a sorte de práticas e expedientes corruptos, fraudulentos dos quais se serviam os setores oligárquicos dominantes para se perpetuarem no poder<sup>68</sup>. Purificar a República brasileira consistia em eliminar os cancos oligárquicos existentes em sua estrutura. Os tenentes não se mostravam partidários de um governo militar, mas alçavam o Exército à condição de fiador das instituições republicanas, devendo expressar-se quando estas estivessem sob ameaça. Tal seria a nobre missão da referida instituição militar: regenerar as estruturas políticas e administrativas da República para, então, entregar o seu controle aos setores civis verdadeiramente comprometidos com os ideais republicanos, identificados com os princípios morais e éticos que a posição de liderança exigiria. Não se contestava a conformação da estrutura social e econômica a qual servia de alicerce ao regime vigente.

Assim sendo, aqueles militares sentiam-se no dever de “purificar” o regime republicano e as instituições públicas, de forma a garantir a correta correspondência entre Constituição e exercício do Poder: “Ao iniciar-se o ano de 1924, era já intensa, no seio do Exército, a conspiração contra os desmandos do Executivo da República.” (TÁVORA, 1926, p. 68).

---

<sup>67</sup> Em 1924, houve manifestações militares em São Paulo, Mato Grosso; Sergipe, Amazonas e Pará, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Segundo Guillaume Saes (2015, p. 127), ao se considerar as declarações e manifestos emitidos pelos militares rebeldes nestes vários Estados, podemos sintetizar as principais aspirações e demandas do Tenentismo, para além da derrubada do Presidente Artur Bernardes: adoção do voto secreto; moralização das instâncias legislativas e das eleições (fim dos expedientes fraudulentos; combate à corrupção e fraudes eleitorais); liberdade de imprensa e garantia da livre expressão do pensamento; estabelecimento de uma relação harmônica entre os três poderes, de forma a evitar os abusos e excessos que adviriam da hipertrofia do Executivo; racionalização e moralização da máquina administrativa do governo, de forma a coibir os expedientes fraudulentos e o uso desmedido do dinheiro público; centralização do poder enquanto medida corretiva diante dos abusos do sistema federalista; unificação do Direito; extinção dos tributos interestaduais; promoção da instrução pública de caráter profissionalizante; críticas quanto à ingerência do capital estrangeiro na vida econômica do país.

<sup>68</sup> De acordo com Nelson Werneck Sodré (1990, p. 318), a interpretação dos militares sediciosos quanto à realidade política era calcada no caráter dos homens, sendo que a derrubada de um situacionismo identificado com as mazelas e injustiças sociais e econômicas, com as fraudes e corrupções no campo político, em favor de um grupo identificado com os valores do regime republicano, seria suficiente para corrigi-lo, purificá-lo dos desmandos políticos, principal responsável pelo desvirtuamento dos princípios republicanos, considerados bons. Não era o regime republicano que se condenava, mas, antes, os homens que o conduzia. Neste sentido, organizaram sua visão crítica em torno do lema: “representação e justiça”. Assim, “[...] O modelo escolhido, O Estado liberal democrático, garantia a continuidade das relações de poder já estabelecidas. Assim, as proposições ideológicas dos militares não se chocavam com a ideologia das classes dominantes, [...]” (CORRÊA, 1976, p.54).

O situacionismo político, sob o comando de Artur Bernardes, realizou transformações na natureza do Estado como forma de garantir a estabilidade e a continuidade do sistema. Com a instauração do Estado de Sítio e a aprovação da Lei de Imprensa, a centralização, por parte das hostes oligárquicas, não implicaria uma ruptura no dique oligárquico, mas uma forma de preservá-lo. Daí a razão para o fortalecimento do Poder Executivo em detrimento do arranjo federalista. Assim, as mudanças no texto constitucional, implantadas por Artur Bernardes, em 1926, buscaram concentrar maiores poderes ao Governo Federal. Para Raymundo Faoro (2012, p. 747), a atitude antiliberal do bloco dominante não perderá de vista o horizonte oligárquico, traduzindo antes, uma tentativa de preservação da ordem.

Quando assumiu a presidência da República, Artur Bernardes, prolongando o estado de sítio proclamado pelo seu antecessor, à época daquela revolta, buscou reprimir as forças militares e civis que haviam empreendido oposição à sua candidatura. Os implicados na sublevação político-militar que ocorreu no Rio de Janeiro, em julho de 1922, foram identificados e submetidos a julgamento. As lideranças políticas dos Estados que compuseram a Reação Republicana, em favor de Nilo Peçanha, sofreram fortes retaliações por parte do Governo Federal:

Um ‘estado de sítio’ (lei marcial atenuada), [...], continuou até depois de sua posse no Distrito Federal e no vizinho Estado do Rio de Janeiro, onde uma intervenção federal derrubou um governo amigo de Nilo Peçanha, o candidato presidencial derrotado. Os dois Estados do Nordeste que haviam apoiado aquele candidato, Pernambuco e Bahia, sentiram a pressão do Rio de Janeiro e escolheram novos governos simpáticos à Artur Bernardes. No extremo sul, o governador Borges de Medeiros, que havia apoiado Nilo Peçanha insistia em permanecer no cargo. Em janeiro de 1923, seu Estado estava mergulhado numa guerra civil. (MACAULAY, 1977, p. 18-19).

No plano econômico, o valor dos produtos alimentícios, nos primeiros anos da década de 1920, subiram vertiginosamente. Não obstante a alta do preço internacional do café, no período subsequente à Primeira Guerra Mundial, o governo federal, na primeira metade dos anos 1920, teve de intervir no setor exportador, como forma de garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda no comércio da rubiácea. Para viabilizar a política de valorização, o poder público recorreu às emissões, colocando, dessa forma, grande quantidade de moeda em circulação. Ainda nos primeiros anos da referida década, ocorreu a desvalorização da moeda nacional, no cenário internacional<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> De acordo com Caio Prado Júnior (1985, p. 233-234), “Terminada a guerra, o café terá, graças ao restabelecimento da normalidade na Europa e ao grande surto de atividades econômicas que o

Os grupos financeiros da Inglaterra, principais credores da dívida externa brasileira, enviaram representantes seus ao Brasil com o objetivo de revisar as contas públicas e o planejamento econômico do governo federal. A missão inglesa acabou por criticar severamente a orientação econômica adotada por Artur Bernardes. Como contrapartida pela renegociação de um montante da dívida, que venceria no ano de 1927, os credores ingleses, diante da fragilidade da economia brasileira, exigiam que lhes fosse facultada a gerência do serviço de cobrança dos tributos aduaneiros.

Porém, tal exigência não precisou ser aceita pelo governo brasileiro. Com a ascensão dos preços do café, no mercado internacional, no ano de 1924, Artur Bernardes pôde levar adiante uma política anti-inflacionária, retirando de circulação grande volume de moeda. Contudo, os efeitos dessa política econômica e da alta de preços do café não se deram de forma instantânea. Dessa forma, os tenentes que ocuparam a cidade de São Paulo, no mês de julho de 1924, ainda criticavam o comportamento do governo federal no campo econômico, responsabilizando-o pelo desequilíbrio financeiro do país e pelas consequências que tal desarranjo poderia provocar no porvir<sup>70</sup>.

---

acompanham, um novo período de prosperidade. O consumo mundial se alarga, os preços sobem. Ocorrerá apenas uma pequena crise, reflexo das dificuldades financeiras que abalam a Europa em 1921. Mas logo depois restabelece-se o curso ascendente. A produção é estimulada, para o que concorre sobretudo o *boom* financeiro de após-guerra, que se refletirá no Brasil com a intensificação geral de seus negócios, o alargamento do crédito, e depois de 1923, o recurso a grandes emissões de papel-moeda destinadas a fazerem frente ao surto dos negócios e ativação da vida financeira que se verificara. Tudo isso provocará um grande incremento das plantações de café. Entre 1918 e 1924 o número de cafeeiros paulistas passará de 828 milhões para 949. E repete-se novamente a velha história da superprodução. Mas desta vez (1924) tomar-se-ão medidas muito mais amplas. Em vez de simples expedientes e operações momentâneas (como fora em 1906), adota-se um largo esquema de valorização permanente”.

<sup>70</sup> Contrapondo-se à natureza regionalista da política tal como esta era praticada no Brasil, ao longo regime republicano, afirmavam os revolucionários de São Paulo, por meio de um manifesto publicado nos jornais, o caráter nacional e “patriótico” do movimento. Este não ficaria limitado somente à deposição de Artur Bernardes, mas, lutaria, também, pela completa purificação da atmosfera política do país, combatendo os maus políticos e as práticas político-administrativas consideradas nocivas ao interesse público, porque eivadas de particularismos e distanciadas das reais necessidades da nação. Além disso, os tenentes criticaram a política econômica praticada pelos últimos presidentes, sendo Artur Bernardes hostilizado por ter consentido que grupos financeiros ingleses organizassem uma missão que seria enviada ao Brasil com o objetivo de perscrutar a situação financeira do país e impor medidas ao governo brasileiro. Quando da deflagração do movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, no final do mês de outubro de 1924, fora expedido à população da cidade de Santo Ângelo, local de onde se iniciaria o movimento, um manifesto assinado por Luiz Carlos Prestes, contendo os ideais pelos quais lutavam os militares revoltosos. No manifesto, clamava-se pela adoção do voto secreto, pela moralização das instituições políticas, fim das fraudes eleitorais, punição para os políticos que utilizavam a máquina do governo e os cofres públicos a seu favor e anistia para os militares implicados no movimento de 1922. Falando em nome do povo brasileiro, que julgava representar, Luiz Carlos Prestes conclamava para que fosse restabelecida a saúde da economia nacional, por meio do resgate do dinheiro público que havia sido saqueado pela classe política do país. Reestruturada a vida financeira do Brasil, poder-se-ia resistir às investidas do governo inglês, cioso em garantir para si o domínio sobre a cobrança dos tributos aduaneiros e sobre a produção de café, como forma de garantir o compromisso da dívida externa.

De acordo com Neil Macaulay, a plataforma lançada por Luiz Carlos Prestes, quando da deflagração do movimento “revolucionário” no sul do país, em outubro de 1924, não guardava diferenças com relação ao manifesto lançado pelos militares que ocuparam a cidade de São Paulo, em julho. Nos dois programas, o referido autor identifica um viés conservador, já que até mesmo “A adoção do voto secreto, um dos poucos propósitos específicos dos rebeldes, teria sido uma inovação, mas muito pouco radical”. (MACAULAY, 1977, p.53). Para o referido autor, os tenentes revolucionários silenciaram quanto a questão da ampliação dos direitos eleitorais aos analfabetos. Além disso, estaria ausente uma consciência quanto à ação imperialista empreendida pelo capital estrangeiro na economia nacional. A ingerência que os interesses estrangeiros exerciam no Brasil era debitada à ineficiência político-administrativa e ao comportamento corrupto que a elite política do país vinha até então apresentando.

Ainda conforme Neil Macaulay (1977, p. 54), no mesmo dia em que a plataforma de Luiz Carlos Prestes veio a público, outro manifesto foi emitido contendo a assinatura de Isidoro Dias Lopes e de outras lideranças do movimento revolucionário. Neste manifesto, declarou-se que o principal objetivo da Revolução seria a salvaguarda dos princípios constitucionais, sendo necessário proceder alguns ajustes no texto da Constituição vigente de forma a impedir que as elites políticas viessem a deturpá-la ou desprezar seus principais ordenamentos. Além disso, exigia-se que fosse regulada a capacidade de intervenção do Executivo Federal nos Estados como, também, a reestruturação do sistema judiciário, de forma a blindá-lo das investidas do poder federal e das oligarquias estaduais. Os revolucionários pediam a criação de organismos educacionais, fiscais e eleitorais que integrassem todas as regiões do país em um complexo unificado. Pleiteavam a obrigatoriedade do ensino para os menores e programas de incentivo à formação profissional; a obrigatoriedade do voto, que seria secreto; redução dos gastos públicos; combate aos políticos identificados com a corrupção; a efetiva aplicação das leis. Vê-se, desta maneira, que os revolucionários exigiam a federalização dos sistemas educacional, eleitoral e fiscal. Da mesma forma queriam que fossem restringidas as competências do Presidente da República.

Segundo Anna Martinez Corrêa (1976, p. 46), as propostas formuladas pela fração militar “rebelde”, na cidade de São Paulo, em 1924, baseavam-se nas seguintes constatações: coube aos militares a implantação do Regime Republicano no ano de 1889, regime este consolidado com a Constituição de 1891. Pouco tempo depois, a liderança política do país foi concedida, pelos militares, “[...] aos políticos civis, [...]” Estes, no

exercício do Poder, degeneraram os princípios constitucionais e os valores republicanos tornando-se, assim, culpados pela decadência política e moral do governo republicano. Para os militares, havia a necessidade de reconduzir o sistema político vigente ao seu curso ideal. Era essa a sua missão. Na impossibilidade de realizá-la por “meios legais”, os militares decidiram utilizar o recurso das armas:

Se os abusos perpetrados pelos governos escapam – mercê das circunstâncias imprevistas- às penalidades da lei, é mister corrigir a anomalia, reformando o estatuto em cuja vigência ela surgiu. A reação pacífica cabe, em primeiro lugar, a solução deste problema. Se ela for, porém, incapaz de resolvê-lo, é natural, imprescindível, recorrer à violência. [...]. A revolução é, assim, o último dos direitos a que se deve recorrer um povo livre, para salvaguardar os interesses coletivos. (TÁVORA, 1926, p.86-87).

De acordo com Raymundo Faoro (2012, p. 746), no pensamento político de Juarez Távora, as elites políticas da nação transgridem os verdadeiros ideais que deveriam nortear sua ação política, ou seja, tutelar, educar e orientar os populares. Embora tal orientação choque-se com os preceitos liberais, já ilustra a concepção de uma “política pedagógica” presente nas lideranças do movimento. Se as elites civis fogem a esse compromisso, cabe ao Exército exercer tal tarefa. Para tanto, legítima se mostra a ação saneadora e purificadora dos militares, amparada legalmente pelo texto constitucional, em seu artigo 14:

Surgirá aqui uma objeção muitas vezes já formulada pelos pretensos defensores do civilismo: - tem a força armada o direito de intervir numa questão que só deve interessar ao povo? Não a impede de fazê-lo o juramento de obediência ao poder constituído? [...] A força Armada é hoje parte integrante do povo de cujo seio saem soldados e oficiais e para onde se voltam aqueles depois de um curto tempo de estágio na caserna. O nosso exército nem é já composto de mercenários, nem mesmo a massa de suas fileiras é constituída de profissionais. Querem, nessas condições, negar-lhe o direito de sentir com a nação e de colocar-se na vanguarda desta, quando os desvarios do poder tentam sufoca-la, é uma incoerência insustentável. [...]. Parece que a Constituição republicana de 91 atribuiu sabiamente à força armada, no seu artigo 14, a função reguladora de volante da ordem social, capaz de compensar os colapsos de funcionamento da máquina política, provocados pelos excessos do povo e pelos arbítrios dos governos. [...]. Quando o governo está com a lei, a força armada deve apoiá-lo, ainda que haja de combater o próprio povo. Quando, porém, os governos mutilam a lei e a desrespeitam a constituição, compete à força armada colocar-se ao lado destas, ainda que seja mister destruir, provisoriamente, o poder constituído. (TÁVORA, 1926, p. 90-91).

Para Maria Spina Forjaz (1977, p. 32), os tenentes cultivavam uma perspectiva elitista de poder, o que limitou a luta por uma maior representatividade do Estado. Tal

elitismo ressalta das palavras de Juarez Távora. Para o militar, ao povo falta as condições necessárias, capacidade organizativa e consciência política, para a tarefa de combater o governo oligárquico. Dessa forma, tal missão caberia ao Exército, ao qual ficaria reservada a função de promover a integridade da nação e defender os valores da nacionalidade. As camadas populares seriam incapazes de furar a rígida couraça da politicalha oligárquica. Uma vez liberto o povo do jugo de um governo que lhe é opressivo, poderia ele eleger, livremente, os seus representantes:

É uma leviandade afirmar que, em tal hipótese, cabe ao povo e não à força armada derrubar o governo que o tiraniza. A massa imbele da nação dificilmente poderá vencer, sozinha, a guarda pretoriana que defende déspotas. E a história não cita, como regra, exemplos de revoluções vitoriosas, em que a força armada não tenha precedido o povo ou, pelo menos, com ele fraternizado, no momento das pugnas decisivas, [...]. E quem, entre nós, seria capaz de prever as últimas consequências da subversão social criada pelo predomínio incontrastável do populacho? (TÁVORA, 1926, p. 91).

Presente nas propostas “revolucionárias” a questão da “soberania popular” apresentava, no ideário tenentista, algumas ressalvas. Embora a “vontade popular” fosse defendida, negava-se a participação direta das massas populares no exercício do Poder. Tal participação ficaria restrita à representatividade por meio do voto. De acordo com Anna Martinez Corrêa (1976, p. 50), para os tenentes que convulsionaram a capital paulista, em 1924<sup>71</sup>, o valor concedido à vontade do povo mostrava-se “coerente” com as propostas nacionalistas, centralizadoras e as que propunham a “[...] uniformização do poder”. Dentro dessa perspectiva elitista, buscaram alianças junto aos setores dominantes dissidentes.

Essa face elitista transparece na ação político-militar dos líderes do movimento revolucionário em São Paulo. Isidoro Dias Lopes, por exemplo, não aceitou a cooperação de “[...] operários organizados que se dispunham a lutar ao seu lado.” (CORRÊA, 1976, p.56). Além disso, durante os dias em que a capital paulista permaneceu sob o domínio dos militares revolucionários, a liderança do movimento buscou aproximação com os grupos política e economicamente dominantes.

---

<sup>71</sup> As propostas referentes ao campo econômico tinham, como objetivo, garantir ‘o bem-estar do povo’ e defender a soberania nacional. Assim, para os “revolucionários” tornava-se indispensável “[...] o saneamento da política financeira, [...]” restringindo, assim, “[...] as emissões e os empréstimos.” Buscava-se, por meio destas medidas, equilibrar os gastos de maneira à garantir o aumento das reservas nos cofres públicos. Enquanto “assalariados”, pertencentes aos “setores médios”, os militares encontravam-se à mercê das situações de estabilidade ou de crise econômica, o que lhes dotava de uma consciência crítica em relação aos “[...]problemas decorrentes da inflação.” (CORRÊA, 1976, p. 52).

De acordo com Maria Spina Forjaz (1978, p.28), esse comportamento elitista pode ser explicado pelo fato de que o movimento tenentista não acreditava na capacidade das massas populares de participar, de maneira independente, nos processos políticos. Nesse sentido, as mudanças político-sociais deveriam ser realizadas em nome do povo, por um setor social que o representasse. Assim, tal movimento concebia a si próprio como uma força capaz de realizá-las. Para Juarez Távora, a intervenção da classe militar na vida pública nacional torna-se legítima pelo fato de que os militares, uma vez oriundos do “povo”, poderiam expressar os anseios e demandas deste, desempenhando, dessa maneira, o papel de “vanguarda” das massas populares. Além disso, a ativa presença das Forças Armadas constituiria, para o “tenente”, fator impeditivo à conversão dos processos revolucionários em “desordens generalizadas”, entregues à livre expressão dos sentimentos passionais da população, cujo desfecho poderia ser trágico (TÁVORA, 1926, p. 91-92).

Juarez Távora defende, assim, um processo de transformação político-social, de cunho centralizador, que seja operado “pelo alto”, ou seja, controlado por uma elite instruída e afinada com os interesses nacionais e que não conduza o país a um estado de grave comoção e agitação popular. Esta força disciplinadora e capaz de empreender a Revolução dentro da ordem seriam as Forças Armadas.

De acordo com Guillaume Saes (2015, p. 138), conquanto a presença de princípios de natureza centralizadora<sup>72</sup> e nacionalista, de modo geral, prevaleceu no Movimento

---

<sup>72</sup> Em sua obra, Guillaume Saes (2015, p. 130-131) elucida as principais concepções que norteavam o pensamento político-social de Joaquim Nunes de Carvalho, oficial do Exército envolvido no movimento militar de São Paulo, em 1924. Segundo o referido autor, o militar denuncia, em sua obra *A Revolução no Brasil 1924-1925: apontamentos para a história – a minha defesa*, composta em 1925, ao longo do exílio, o que entende ser a instrumentalização das instituições republicanas pelos grupos oligárquicos dominantes que vêm se perpetuando no poder por meio de toda uma sorte de práticas e expedientes fraudulentos e corruptos que são reproduzidos no interior das estruturas política e administrativa nacionais, o que leva ao enfraquecimento moral, cultural e econômico do Brasil. Joaquim Nunes de Carvalho reivindica, assim, contra toda esta ordem das coisas, uma reforma constitucional cujos principais pontos são: garantia de autonomia aos três Poderes, mantendo-os articulados de forma harmoniosa; Transformação do Poder Legislativo em Conselho Federal, dentro do qual as unidades da federação estariam representadas igualmente; Federalização da Justiça e do Direito; promover a elevação cultural da população brasileira, por meio de um sistema de ensino que contemple a formação teórica e profissionalizante; fomentar o progresso industrial e agrário do país; concessão de garantias aos pequenos produtores; racionalização e moralização da máquina político-administrativa do governo, de forma a coibir as práticas abusivas e corruptas com relação às finanças públicas. As medidas de cunho desenvolvimentistas, no entanto, segundo Guillaume Saes, aparecem de forma vaga, sem maiores esclarecimentos. Para o referido oficial, a obra transformadora por ele reclamada encontraria no Exército o seu principal fiador, sendo a instituição alçada à condição de protetor e garantidor das instituições republicanas, devendo, assim, resguardá-las de toda ação fraudulenta e corrupta que venha deturpá-las. Contudo, Joaquim Nunes de Carvalho não constitui um entusiasta de um governo militar, colocando este enquanto uma medida de caráter temporário, que deveria permanecer vigente somente enquanto durar a obra regeneradora.

Tenentista, entre os anos de 1924 até o desfecho da Coluna Prestes, uma orientação liberal-democrática, fundamentada no desejo de “purificar” e “regenerar” o regime republicano, moralizando suas estruturas política e administrativa. Dessa forma, a ação política da jovem oficialidade do Exército visava, no essencial, livrar o Estado e suas instituições das amarras da politicagem oligárquica, reestabelecendo o equilíbrio entre os três poderes e reparando os “abusos” provenientes da descentralização política. Ainda que se possa encontrar, em algumas falas e discursos, diretrizes de cunho econômico e social, estas não aparecem desenvolvidas minuciosamente, o que revela que não se empreendera uma crítica radical direcionada aos alicerces socioeconômicos que sustentavam o edifício governamental. Contudo, não se pode desprezar o fato de que a repulsa à República “oligárquica” continha um posicionamento hostil frente à proeminência política e econômica dos principais Estados produtores de café.

Tal constatação vem a reforçar a nossa tese quanto ao decisivo papel que a Coluna Prestes-Miguel Costa desempenhara na inflexão político-ideológica demonstrada por alguns dos “revolucionários” que dela participaram. A Grande Marcha, em nosso entendimento, não fora apenas uma heroica demonstração de coragem e resistência por parte de uma parcela daqueles que, desde 1922, haviam colocado em questionamento o *modus operandi* das forças oligárquicas que comandavam o Brasil. A Coluna representara para os que dela participaram um aprendizado sobre o país. Descortinava-se aos olhos dos militares rebeldes um cenário econômico, cultural e social que lhes era desconhecido e que haveria de despertar, em alguns deles, a consciência de que novos caminhos e formas de luta eram necessários para realizar as transformações que a realidade nacional exigia:

Nessa marcha, amiga, prodigiosa de heroísmo, traçada e conduzida pelo gênio de Prestes, [...], os soldados, e os chefes, e Luís Carlos Prestes, aprenderam do povo os problemas do Brasil. O marxista Luís Carlos Prestes, de hoje, resulta diretamente da marcha da Coluna. Rasgando sertões e rasgando documentos de tomada ilegal de terra pelos grandes coronéis aos pequenos camponeses. Tirando presos inocentes das cadeias tétricas. Cruzando com os cangaceiros, lutando com eles, vendo a sua verdadeira fisionomia. De cada combate uma lição, uma lição em cada quilômetro andado, [...]. (AMADO, 2007, p. 73).

Assim, concordamos com Guillaume Saes quando este sustenta que o processo de reorientação político-ideológica se iniciou justamente após a Coluna Prestes-Miguel Costa, durante o período em que as principais personalidades que participaram da Grande

Marcha estiveram exiladas, e completou-se quando Luiz Carlos tornou pública sua conversão ao marxismo:

Se a transformação ideológica do tenentismo esteve em gestação durante o período de exílio das lideranças do movimento (1927-1930), podemos escolher o mês de maio de 1930 como data precisa para a sua concretização. Tem a data de maio de 1930 o manifesto de Luís Carlos Preste no qual era anunciado o seu rompimento com o movimento em nome de uma ideologia de esquerda, e que revelava a influência intelectual de militantes comunistas brasileiros e latino-americanos com os quais mantivera contato durante o exílio. (SAES, 2015, p. 146-147).

A marcha dos rebeldes pelo Brasil afora constituiu o acontecimento-chave que possibilitou o confronto, na mente dos que da Coluna participaram, entre a plataforma liberal que até então defendiam e o que presenciaram em sua longa trajetória pelo Brasil afora. A realidade do país testou os limites dos ideais políticos dos “tenentes”. Assim, daquele confronto resultam as escolhas que alguns deles fizeram e que provocariam, posteriormente, cisões e rupturas dentro do Tenentismo. Os reflexos da Grande Marcha incidiriam diretamente nos acontecimentos políticos que ocorreriam no país nos anos seguintes<sup>73</sup>.

### 2.3. O Brasil visitado pela Coluna

O Levante de São Paulo, conforme visto, constituiu o epicentro de uma “segunda onda” de levantes militares que ocorreram de norte a sul do país<sup>74</sup>. Na capital paulista, os

<sup>73</sup> “Sem a Coluna não seria possível a Aliança Nacional Libertadora em 35. Sem a Coluna possivelmente Prestes teria feito a revolução de 30e talvez fosse apenas um general do exército. A Coluna dá-lhe a visão exata do drama do Brasil. A ele, a seus soldados e ao Brasil todo. Com a força dos acontecimentos homéricos a Coluna rasga caminhos para a Revolução Brasileira. [...] Já em 30, a Aliança Liberal apresenta reivindicações concretas ao país, resultantes da experiência da Coluna”. (AMADO, 2007, p. 76).

<sup>74</sup> Diante da insurreição tenentista de 5 de Julho de 1924, em São Paulo, começou no Estado de Sergipe um movimento conspiratório em apoio aos rebeldes que, sob a liderança de Isidoro Dias Lopes, sublevaram-se na capital paulista. Capitaneada pelo oficial do Exército Augusto Maynard Gomes, a revolta militar em Sergipe iniciou-se no dia 13 de julho, no 28º Batalhão de Caçadores (BC), sediado na capital do Estado. Conquistando a adesão da referida unidade militar, os insurretos derrubaram o então governador Graco Cardoso, apossando-se das companhias de serviço público e das instituições policiais. Foram derrotados somente no início do mês de agosto. No Estado do Pará, ocorreu a sublevação do 26º Batalhão de Caçadores, em Belém, no dia 26 do mesmo mês, sob a liderança do capitão Augusto Assis de Vasconcelos. Os sediciosos da capital paraense, contudo, foram prontamente dominados. No Amazonas, o tenente Alfredo Augusto Ribeiro Júnior comandou uma sublevação no 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, no dia 23 de julho de 1924, que ocorreu em apoio aos rebeldes que tomaram a capital paulista no dia 05 do mesmo mês. Na capital amazonense o Executivo estadual foi derrubado pelos revoltosos, que organizaram uma junta governativa militar sob a liderança de Ribeiro Júnior. Proclamaram à população, sob forma de um manifesto, as causas do movimento e as demandas dos “revolucionários”. A Junta governativa permaneceu no controle de Manaus até o final de agosto de 1924, quando sucumbiu ao avanço das forças legalistas. Enquanto no poder, os sediciosos tomaram o controle do mercado e de um matadouro que estavam sob a direção de uma empresa estrangeira. No mês de novembro de 1924 houve tentativa de sublevação na Marinha, tendo se rebelado apenas um dos encouraçados, o São Paulo, sob a liderança de

militares revolucionários permaneceram de 5 a 28 de julho quando, acuados diante da ferrenha ofensiva governamental, abandonaram a cidade rumo ao interior do Estado, constituindo, assim, a “Coluna Paulista” que atravessou Mato Grosso instalando-se em Foz do Iguaçu, no Paraná, onde, em abril de 1925, uniu-se aos revolucionários do Rio Grande do Sul, liderados por Luiz Carlos Prestes formando, assim, a Coluna Prestes-Miguel Costa.

A Coluna Prestes constituiu a realização mais grandiosa do Movimento Tenentista. Militarmente, a adoção de uma nova manobra tática, conhecida pelo nome de “guerra de movimento” possibilitou aos militares não apenas escaparem ao cerco legalista, que contava com a participação de oficiais do Exército, das Forças Públicas estaduais e dos chamados “batalhões patrióticos” formados por bandos de jagunços organizados e liderados pelos chefes políticos locais, os “coronéis”<sup>75</sup>, como, também, espriar o ideal de revolução pelo interior do país.

No momento em que se localizava na região do Contestado, Santa Catarina, a caminho para encontrar as tropas rebeldes no oeste do Paraná, Luiz Carlos Prestes expôs, em carta endereçada a Isidoro Dias Lopes, sua concepção de luta armada, em fevereiro de 1925. Nela, o futuro comandante da Coluna Invicta, acreditava que para o sucesso do movimento revolucionário, necessário seria empreender uma tática de “movimento”. De acordo com Neil Macaulay, mais do que uma simples manobra militar, a “guerra de movimento” tinha, para Luiz Carlos Prestes, uma clara conotação política já que “[...] seus objetivos seriam o de demonstrar a firme intransigência dos homens da Coluna e de inspirar outros brasileiros a realizarem uma ação mais concreta contra o governo Bernardes”. (MACAULAY, 1977, p. 115)<sup>76</sup>.

---

Herculino Cascardo e Augusto do Amaral Peixoto. O plano dos insurretos era juntar-se às tropas rebeladas no Rio Grande do Sul, sob o comando de Luiz Carlos Prestes. Após confrontar-se com forças legalistas no Rio de Janeiro, a embarcação seguiu rumo ao Estado gaúcho. Porém, não foi possível atracar na costa do Rio Grande do Sul. Assim, sem condições de continuar a bordo do navio, a tripulação decidiu aportar no Uruguai, onde buscaram exilar-se, deixando o São Paulo nas mãos das autoridades uruguaias.

<sup>75</sup> Ao falar dos “batalhões patrióticos”, em seu testemunho à Lourival Coutinho (1956, p. 35), Góis Monteiro disse que “O Governo apelou para o expediente de organizar esses grupos volantes aproveitando-se do mercenarismo dos jagunços ou cangaceiros, e, deste modo, a muito custo fomos levando a efeito a perseguição com essas tropas irregulares, alistadas pelos chefetes políticos dos sertões, a troco de boa paga, do que se aproveitavam ainda mais os empreiteiros dos grossos negócios para enriquecer com facilidade, a custa da orfandade, da viuvez, da perda dos pequenos bens e do sangue derramado pelos soldados brasileiros. Esses grupos volantes recebiam armamento e fardamento do Exército para executarem essa tarefa macabra. Ainda hoje, há espalhada por todo o Brasil, do Sul ao Norte, numerosa quantidade de armamento pertencente ao Exército e distribuído às forças policiais e irregulares a serviço do mandonismo provinciano, sob a legenda democrática. Assim, há propriedades rurais que possuem verdadeiros arsenais”.

<sup>76</sup> Diante da superioridade numérica e material das tropas legalistas, segundo Anita Prestes (2015, p. 61), Luiz Carlos Prestes compreendeu a necessidade de utilizar uma nova estratégia de luta. Tal estratégia, que apresentava uma face militar e, também, política, consistia em manter-se em constante movimento,

Para Lourenço Moreira Lima, o propósito maior da Coluna era sustentar o movimento revolucionário, mantendo viva a atitude de contestação em relação ao governo de Artur Bernardes, espalhando os ideais de luta dos tenentes pelo território nacional. O plano inicial traçado por Luiz Carlos Prestes, quando ainda no Rio Grande do Sul, de percorrer os Estados de Minas Gerais e São Paulo, para alcançar a Capital Federal, no Rio de Janeiro, teve que ser abortado, em razão dos poucos recursos bélicos que os revolucionários dispunham: “Era impossível tentar uma manobra dessa magnitude com os vinte mil tiros e pouco mais de meia dúzia de metralhadoras que conduzíamos”<sup>77</sup>. (LIMA, 1979, p. 149).

O governo de Artur Bernardes procurou combater a Coluna Prestes-Miguel Costa também por meio da informação. Diante do estado de sítio e da censura sobre a imprensa, as autoridades públicas serviram-se da imprensa legalista para divulgar falsas informações sobre os revolucionários que marchavam pelo país afora. Os rebeldes da Coluna eram retratados como “saqueadores”, “bandidos”, cuja constante marcha era um claro sinal de fraqueza e de debilidade, diante do poderio bélico das tropas governistas. Essa atitude do governo refletia a clara intenção do poder público em dissipar a vaga conspiratória que pairava sobre o país e que a marcha dos revolucionários contribuía para manter viva<sup>78</sup>.

---

fustigando o inimigo sem, contudo, partir para o enfrentamento direto. Daí a extrema importância das chamadas “potreadas”, expedições de reconhecimento empreendidas por alguns dos componentes da Coluna para obter informações quanto às características físicas da região na qual a Coluna se encontrava e, também, sobre a movimentação do exército governista. Prestes, a partir do que vivenciara até então desde a eclosão do movimento revolucionário no Rio Grande do Sul, contrapunha à tática usual do Exército Brasileiro, que era a da “guerra de posição”, uma outra, sob a forma de “guerrilha”.

<sup>77</sup> Jorge Amado discorda da versão de que a mudança na orientação tática da Coluna tenha sido motivada somente por questões referentes ao campo militar. Para o escritor baiano, muito contribuiu para essa revisão o contato com o triste cenário econômico, cultural e social existente nas zonas interioranas do Brasil e a atitude dos líderes da Coluna em “fazer justiça” por onde percorriam, ao destruir sentenças criminais lavradas injustamente, além de anotações referentes à cobrança de tributos, libertar prisioneiros que moravam nas cadeias em razão de arbitrariedades cometidas pelas autoridades públicas, em conluio com os grandes proprietários rurais e inutilizar ferramentas utilizadas para castigos físicos. Segundo Jorge Amado (2007, p. 103) a realidade que se descortinava diante da Coluna já no Estado de Mato Grosso, incutira em Prestes a consciência de que a queda de Bernardes em favor de outro nome, também egresso da mesma ordem oligárquica que aquele, simplesmente não bastaria para resolver os graves problemas econômicos, sociais e culturais que assolavam grande parte da população do país. Para sustentar o seu argumento, o escritor reproduziu, em sua obra dedicada à Luiz Carlos Prestes, parte de uma entrevista concedida pelo “Cavaleiro da Esperança” quando no exílio, após o término da Coluna: “- Quando resolvemos empreender a marcha para o norte do país, já os objetivos militares da Coluna, mesmo tecnicamente falando, haviam passado para um segundo plano. O que tínhamos em vista, principalmente, era despertar as populações do interior, sacudindo-as da apatia em que viviam mergulhadas, indiferentes à sorte do país, desaperançadas de qualquer remédio para os seus males e sofrimentos. Obra sobretudo de caráter político e social, [...]”.

<sup>78</sup> De acordo com João Alberto (1954, p. 100), os militares revolucionários mantinham a crença de que conseguiriam angariar apoio de seus “companheiros” de farda. Daí a importância de sustentar o movimento,

Segundo Anita Prestes há, ainda, outro aspecto a ser levantado quando da análise da propaganda governista contra os revolucionários da Coluna: a vitória, no campo da estratégia e da tática militar, do Comando Revolucionário sobre a alta oficialidade do Exército que não conseguiam enfrentar, de forma eficiente, a “guerra de movimento” proposta pelos tenentes:

“Toda vez que os rebeldes desapareciam da alça de mira do adversário, o comando governista era levado a acreditar que eles tinham sido desbaratados e liquidados. Entrementes, os soldados da Coluna Prestes surgiam em algum outro lugar, de maneira inesperada e desconcertante para os defensores da ‘legalidade’”. (PRESTES, 2015, p. 65).

Para Lourenço Moreira Lima, muito contribuía para o comportamento hostil dos populares para com os “revolucionários”, a propaganda lançada pelas hostes governistas contra a Coluna Prestes-Miguel Costa. Os discursos governistas conclamavam os habitantes à resistirem à passagem dos “rebeldes”, atacando-os. Além de criar uma opinião pública desfavorável à Coluna, de forma a estimular animosidades entre os populares e os militares sediciosos, o governo federal ainda incitou os chefes políticos locais, os “coronéis”, para que estes organizassem, com auxílio dos cofres públicos, tropas formadas por jagunços e capatazes, os “batalhões patrióticos”, que infligiriam grandes perdas aos combatentes em marcha pelo Brasil. Animados pela propaganda governista e pela promessa de grandes recompensas, os “matutos” lançavam-se com todo o vigor contra a Coluna. Assim, “O bernardismo mobilizou contra nós os piores cangaceiros que povoam nossos sertões”. (LIMA, 1979, p. 137).

Durante a marcha da Coluna, os militares depararam-se com a situação de miséria econômica, social e de atraso cultural na qual se encontrava a maioria da população rural. Os tenentes puderam vislumbrar uma realidade que não lhes era familiar, pois contrastava com o universo urbano e desenvolvido que conheciam. Em seu depoimento, Oswaldo Cordeiro de Farias lembra:

A Coluna foi um desafio extraordinário, que nos roubou os prazeres naturais da juventude, fazendo-nos prematuramente adultos. Mas se ela nos fez velhos antes do tempo, deu-nos também uma visão geral do país. Imaginem o que significou naquela época e em condições tão precárias percorrer o Brasil interior, sentir o cerne desta nossa terra. Hoje, ninguém pode avaliar com precisão aquela experiência: para nós, não se tratava apenas de fazer um protesto político; éramos também movidos pelo impulso de conhecer o País. (CAMARGO; GÓES, 2001, p.81-82).

---

já que a continuidade da marcha era a garantia de que os ideias e princípios pelos quais os tenentes haviam se levantado não esmoreceriam. Isto explica, também, a opção pela tática da “guerra de movimento”.

A experiência da Coluna legara aos que dela participaram uma consciência quanto à força política, econômica e social dos chefes políticos locais que, com a complacência das autoridades estaduais e federais, agiam como senhores da justiça, da lei e da ordem, dispondo do poder sobre a vida, os bens e a morte daqueles que se encontravam sob o seu jugo<sup>79</sup>. Em determinada ocasião, segundo Lourenço Moreira Lima (1979, p. 139), um habitante veio reclamar junto à Coluna a atitude de um “coronel” que lhe ameaçava tomar a propriedade agrícola, que pertencia à sua família há mais de um século. A corte arbitral que cuidara do caso era constituída por um magistrado que tinha laços de sangue com o referido chefe político. Ao realizar o escrutínio dos autos processuais, o secretário da Coluna pôde verificar os abusos e arbitrariedades cometidos pelas autoridades públicas em favor do coronel. A destruição do documento não impingiu qualquer prejuízo ao potentado local.

Diante desse quadro, Lourenço Moreira Lima desferiu pesadas críticas com relação à forte influência que o poder privado e os particularismos exercem sobre o Poder Judiciário, instrumentalizando-o. Tal situação não se limita apenas ao âmbito municipal, mas, estende-se, também, às esferas estadual e federal, uma vez que tão viciado e corrompido, na visão dos revolucionários, se encontra o regime republicano no Brasil:

Quem poderá negar que a mentalidade desses magistrados roceiros se equipara a de muitos juizes bernadescos da Capital da República, que se aproveitam da nobre função de que se acham investidos para expectorar vilmente injúrias e calúnias aos acusados, em vômitos de ébrios contumazes, a fazer esgares truanescos do alto das tribunas forenses, desonrando os pretórios com as suas figuras esgrouviadas de Velhas Messalinas de beca na plenitude de uma senilidade miserável? São por demais conhecidas a má fé e a desonestidade que caracterizam os bernadescos. (LIMA, 1979, p. 140).

Anita Prestes (2015, p. 78) chama a atenção para o fato de que, no momento em que os “revolucionários” estavam no Estado do Mato Grosso, a liderança da Coluna, sensibilizando-se com o predomínio, em nosso quadro rural, da grande propriedade

---

<sup>79</sup> Vale a pena destacar que tal consciência sobreveio até mesmo aos que combateram os rebeldes “revolucionários”. Em depoimento à Lourival Coutinho (1956, p. 36), Góis Monteiro diz: “Os navios em que viajávamos – quartel general de tropas – iam subindo vagarosamente o grande curso d’água que corre pelo interior do país e íamos tocando nos vários portos fluviais entre a Bahia e Minas Gerais. [...] Era, [...], a zona da fina-flor da jagunçada, com os respectivos ‘coronéis’, os verdadeiros senhores absolutos da política nos sertões do Brasil colonial, com revestimento ancestral de feudalismo. Travamos conhecimento com muitos desses verdadeiros donos de terra, [...], cheios de mansuetude, mas, no fundo, todos iguais, todos eles vivendo uma existência fascinosa, à margem da Lei e dos ensinamentos de Deus. Eram, entretanto, os grandes eleitores dos governantes e os representantes do pobre povo, explorado pela cupidez dessa gente desalmada”.

fundiária, emitiu, por escrito, um “boletim”, datado de 1925, cujo título é “*Liberdade ou Morte – Título de Domínio*”, no qual os “tenentes” criticam a concentração e o monopólio da terra e defendem a necessidade de serem-se concedidas áreas “devolutas” à população carente, além de criticar a falta de amparo judicial ao pequeno proprietário:

Os abaixo assinados, comandante em chefe das Forças Revolucionárias no Estado do Mato Grosso e oficiais superiores do Estado-Maior das mesmas Forças, considerando que a Revolução Libertadora tem como ideal supremo o bem do povo; considerando que o povo brasileiro, especialmente as classes pobres, vive sob o mais ferrenho despotismo exercido pelas oligarquias que (ilegível). Considerando que tais terras públicas devem ser repartidas pelos pobres para que estes delas auferam os meios necessários à sua subsistência. Considerando que a agricultura é a base da riqueza das nações. Considerando que os governos estaduais, em vez de distribuírem as terras devolutas pelos pequenos trabalhadores, delas fazem um meio de negociatas, dando-as gratuitamente aos seus (ilegível), para que eles constituam vastos latifúndios em detrimento da agricultura e da criação e, portanto, em prejuízo da nação; considerando a bem disso que os pequenos proprietários e os operários agrícolas neste Estado se acham inteiramente desamparados pela ausência de uma justiça que os proteja, devido à degradação a que desceu a Magistratura que constitui atualmente um flagelo para os deserdados da Fortuna; resolvem mandar lavrar títulos de domínio de terras devolutas para qualquer pessoa que pretender adquiri-las, ficando desde já revogados todas as disposições em contrário. Assinados: General Miguel Costa, Coronel Luiz Carlos Prestes e Tenente-Coronel Juarez Távora. Boletim nº (ilegível) de (ilegível) de 1925. (COSTA et al., 1925, n.p.).

Ainda de acordo com a referida autora, não obstante a ausência da expressão “reforma agrária”, os tenentes defenderam, no citado documento, a repartição dos domínios públicos, tendo, até mesmo, o cuidado de elaborar um “[...] modelo de título de domínio, a ser assinado pelos chefes da revolução libertadora, [...]” (COSTA et al., 1925, n.p.). De acordo com este “modelo”, seria concedido a todos aqueles que,

“[...] sabendo ler ou não, agricultor ou o que for, o domínio e posse de um trecho de terra situado em tal município, neste Estado, com os seguintes limites e extensão, [...], para que dele use e goze, para si e para os seus sucessores, de acordo com os princípios do direito e legislação não revogada por essa Resolução, ficando isento, [...], de qualquer imposto, [...]” (COSTA et al., 1925, n.p.).

Em outro trabalho, Anita Prestes (1997, p. 337) afirma que não qualquer tentativa, por parte dos tenentes, de conscientização e mobilização da população rural. Os tenentes mantinham a crença de ser os militares os únicos capazes de contestar o domínio político das oligarquias rurais e promover as transformações necessárias ao desenvolvimento do

país. Tinham uma visão conservadora em relação às classes populares. Estas, para os tenentes, mostravam-se incapazes de atuar de maneira autônoma no cenário político nacional e, assim, de promover qualquer mudança no panorama sócio-político do país.

Ainda segundo a referida autora, o conceito que os militares que atravessaram o Brasil tinham do homem rural era o ser ele ignorante, desprovido de consciência crítica e nenhum sentimento patriótico e totalmente subserviente às estruturas de poder vigentes no âmbito campesino. E por ser assim, o sertanejo não podia compreender o escopo da Coluna e engrossar as fileiras do movimento sedicioso, visto que não tinham a percepção da causa que moviam o Tenentismo.

Em seu relatório acerca da Coluna, Lourenço Moreira Lima (1979, p. 181-182) diz que os militares “revolucionários” angariaram poucas adesões ao longo da marcha pelo território nacional. Apenas nos Estados do Maranhão e do Piauí a Coluna viu reforçadas as suas fileiras. Para o “Bacharel da Coluna”, na região nordestina, quando não se refugiavam mata adentro, ou permaneciam cerrados em suas moradias, os habitantes, diante do atrativo financeiro oferecido pelas autoridades públicas e da violência dos chefes políticos locais, apoiavam os esforços das tropas legalistas. Dessa forma, “Foi ridículo o número de voluntários que se nos apresentaram”. Para o “secretário da Coluna”, o comportamento da população interiorana do Nordeste, diante do movimento revolucionário, reflete a miséria cultural à que aquela está sujeita. Da carência de conhecimento e espírito crítico deriva a total ausência de uma consciência patriótica. Consciência esta que não se vê, também, “[...] nas grandes cidades do litoral”.

Os habitantes do interior, na concepção do “Secretário da Coluna”, porque “semibárbaros” encontram-se despidos de qualquer “sentimento cívico”, uma vez que ainda vivem presos ao espectro do escravismo, o que lhes rouba não só a possibilidade de conceberem a si próprios enquanto sujeitos autônomos, portadores de direitos, como, também, o desejo e o ímpeto de lutar contra os vários grilhões aos quais estão atrelados. Assim, suportam, porque encarado como uma condição que o destino lhes reservara, o jugo dos potentados rurais:

E, no interior, o povo é semibárbaro, não tendo noção nítida da Pátria. Ainda está dominado pelo sentimento de escravidão e vive aterrorizado diante do senhor, que se lhe apresenta sob a forma da Justiça, que lhe toma os bens e o mete nas cadeias, e do ‘gunverno’ que o escorcha de ‘dêrêitos’, o esboroa e o chacina, quando ele ousa esboçar o mais leve gesto de revolta contra as prepotências. [...]. Não possui a menor noção da sua personalidade e dos direitos inerentes ao homem livre. É uma massa amorfa que não tem a idéia de liberdade, um verdadeiro rebanho

de brutos, vivendo uma vida puramente vegetativa. (LIMA, 1979, p.182).

Despossuídos das faculdades da razão, restaria aos “sertanejos” viverem sob o ritmo das necessidades instintivas, as quais lhes desarmam diante das investidas dos coronéis, que os subjagam e os transformam num dócil rebanho, que vive sob a sombra do chicote e do afago. Dessa forma, “O sertanejo, evidentemente, estacionou nos degraus inferiores da escala ascendente da civilização”. (LIMA, 1979, p. 182).

Para João Alberto Lins de Barros, oficial do Exército que viria a desempenhar o cargo de interventor federal em São Paulo, no imediato pós-1930, a população interiorana do Nordeste apresentava um caráter moldado pelas condições naturais da região onde vive, que lhe obrigava a uma existência errante, o que a faz acostumar com uma vida de privações e poucos pertences:

[...] criado para a aventura meio nômade, encarando a luta pela vida como fenômeno permanente, o sertanejo não se amedronta facilmente com o perigo. Sabe evitá-lo até o momento mais propício para a refrega. Só possui bens móveis. Além da família, algumas cabras, vacas, uns dois jumentos e um cavalo completam seu modo econômico e sentimental, fácil de transportar para o lugar mais cômodo e menos perigoso. (BARROS, 1954, p. 142).

Segundo João Alberto, o “sertanejo” apresenta uma natureza pacífica, aferrada a crenças. Respeitadas a sua “liberdade” e “propriedade”, sabe reconhecer a autoridade dos líderes eclesiásticos e políticos. Além disso, a região Nordeste apresentou, ao longo da História, vários acontecimentos nos quais se pôde perceber a grande influência que os párocos e os “coronéis” exerciam sobre os sertanejos:

A tragédia de Canudos, descrita por Euclides da Cunha em ‘Os Sertões’, que surgiu de um simples acontecimento de vida familiar – um caso fortuito – transformou-se numa verdadeira guerra civil, polarizando na figura do Antônio Conselheiro todos os sentimentos de credence e obediência aos chefes por parte de uma população primitiva. (BARROS, 1954, p. 143).

Para o referido “tenente”, o governo federal, uma vez malograda a mobilização das tropas federais e estaduais no combate à Coluna, buscou apoio junto aos chefes políticos locais, os coronéis, servindo-se da influência destes para arregimentar “voluntários” contra os militares revolucionários. Utilizando-se de uma propaganda detratória contra os líderes do movimento e seus ideais políticos, Artur Bernardes conseguiu angariar simpatia dos “sertanejos” que, “iludidos” pela campanha difamatória

do governo, colocaram-se a combater ferozmente os efetivos liderados por Miguel Costa e Luiz Carlos Prestes:

Fracassada a campanha militar contra a Coluna, o governo do Sr. Bernardes, inspirado por aventureiros políticos, mobilizou e armou contra ela o braço nordestino, iludindo-o, pintando-a como horda de celerados sem ideal e sem princípios. [...]. Notícias mentirosas, infâmias baixas, eram espalhadas no Nordeste contra todos nós. [...]. Víamos com tristeza aquele povo pobre, que devia ser beneficiado com a vitória dos ideais revolucionários, atirar-se bravamente contra os homens da Coluna, em combate desigual. (BARROS, 1954, p. 146).

Além disso, em suas memórias, João Alberto afirma que a doutrina comunista ainda não figurava no horizonte político dos líderes da Coluna Prestes-Miguel Costa. Os militares estavam alheios aos acontecimentos que haviam se dado na Rússia, no contexto da revolução bolchevique. Assim, os militares “revolucionários” batiam-se pela emancipação das massas populares interioranas do pesado fardo que lhes impunha as potestades políticas locais, os “coronéis:

Libertar o homem do interior do chefe político ou do coronel despótico, senhor de baração e cutelo, parecia-nos um grande passo para o progresso do País. Restabelecer a ordem, garantir a propriedade e respeitar o direito do cidadão eram reivindicações nobres que deviam merecer, certamente, o apoio dos próprios beneficiados. (BARROS, 1954, p. 149).

Assim sendo, soava estranho para os líderes tenentistas da Coluna o comportamento arredo dos habitantes do Nordeste para com os militares revolucionários, já que vislumbravam nos populares a mesma consciência que tinham quanto aos ideais políticos pelos quais pegaram em armas:

Lutávamos convencidos de que esses eram também os anseios do povo brasileiro e surpreendeu-nos, portanto, a contradição que se verificara na Bahia. Estranhávamos por que motivo o nordestino não se dispunha, como o gaúcho, a ceder seu cavalo e seu gado aos homens da Coluna e, imbuídos de fantasia, fora da realidade, não imaginávamos como era duro para ele perder seus únicos bens em favor de idéias vagas que não compreendia e em que não acreditava. (BARROS, 1954, p. 149-150).

Contudo, de acordo com João Alberto, a resistência do sertanejo nordestino não refletia o ânimo do restante da população nacional, que começava a ter consciência quanto ao valor político e patriótico que a Coluna carregava em sua atitude contestatória. A reação dos habitantes do sertão nordestino constituía “um fenômeno local”, compreensível quando vista a condição “[...] primitiva daquela gente”. (BARROS, 1954, p. 152).

Ao falar do impacto que a experiência da Coluna Prestes-Miguel Costa tivera sobre as concepções político-sociais de natureza pequeno-burguês das quais os tenentes eram portadores, Luiz Carlos Prestes atribui à triste realidade do interior do país, com a qual tivera contato os que da Grande Marcha participaram, a responsabilidade pela transformação da mentalidade que os “revolucionários” até então tinham quanto ao Brasil e as condições em que vivia grande parte da população nacional:

Durante a marcha através de regiões atrasadas do País, sofremos o primeiro e decisivo choque psicológico ao entrar em contato com a realidade brasileira. Filhos da pequena-burguesia urbana e imbuídos de uma arrogância chauvinista que nos proporcionava uma idéia falsa da vida de nosso povo, surpreendemo-nos com o atraso e a miséria em que vivia a população brutalmente explorada e oprimida por uma minoria proprietária da terra. Descobrimos rapidamente que no Brasil, rico e imenso, uma parte considerável dos camponeses não possuía um palmo de terra, via-se obrigada a viver nas terras dos grandes proprietários, submetida ao seu arbítrio e sem ter a quem apelar, já que todas as autoridades locais eram aparentadas com os latifundiários ou estavam submetidas à sua vontade. No interior do Brasil, não tinha vigência a Constituição nem eram respeitadas as leis. (PRESTES, 1998, p. 141).

Ainda de acordo com o “Cavaleiro da Esperança”, a “miséria” física, econômica, cultural e social apresentada pelos habitantes do interior do país provocou uma atitude de revisão, por parte dos “revolucionários”, quanto à “opinião” que nutriam acerca do homem do campo. E seria justamente aquela condição na qual se encontrava a população rural brasileira que lhe impedia de enxergar a Coluna Prestes-Miguel Costa enquanto expressão de luta contra os flagelos e mazelas que lhe atingiam. Ao mesmo tempo, segundo Luiz Carlos Prestes, os “tenentes” não conseguiram mobilizar as massas camponesas pelo fato de que aos “revolucionários” faltava uma profunda e necessária compreensão em relação às questões sociais e as relações de classe existentes no universo agrário brasileiro:

Na realidade, os camponeses não possuíam a consciência política necessária, consciência que não podíamos transmitir-lhes, por sermos incapazes então de compreender a profundidade dos problemas sociais que enfrentávamos, como até mesmo as diferenças de classe no campo. (PRESTES, 1998, p. 142).

Dessa forma, outro fator que concorreu para essa “passividade” do homem do campo frente à ação política empreendida pela Coluna, foi o fato de que a questão fundiária não figurava de maneira “clara” no horizonte político dos líderes do movimento:

[...] a oficialidade da Coluna não tinha uma ideia clara do problema da terra, não avaliava devidamente a importância dessa questão para o

trabalhador rural. Por isso não foi capaz de propor ao homem do campo um programa que o atraísse. Para os ‘tenentes’, a reforma agrária era um assunto desconhecido, aí residindo, provavelmente, a principal causa da passividade revelada pelo sertanejo diante da Marcha dos rebeldes. (PRESTES, 2015, p. 83).

Para Anita Prestes (1997, p.338), os tenentes, quando da marcha da Coluna, mantiveram a crença de que a derrubada do governo de Artur Bernardes deveria ser realizada mediante um golpe armado, puramente militar. Assim jamais tiveram a pretensão de arregimentar um contingente popular para um movimento armado de massas. Além disso, a plataforma liberal sustentada pelos tenentes nesse período concentrava-se nas transformações políticas e eleitorais e no respeito às leis e à Constituição. Não fazia qualquer menção ao universo socioeconômico do meio rural:

[...] a Coluna em momento algum chegou a perceber que se levantasse a bandeira da reforma agrária talvez pudesse arrastar alguns contingentes de homens do campo. O problema social decorrente do monopólio da terra inexistia para os ‘tenentes’. [...]. O discurso liberal da Coluna nada dizia às populações oprimidas do interior, acostumadas ao voto de cabresto e à obediência cega ao poder do ‘coronel’. Representação e justiça – lema dos ‘tenentes’ - nada queria dizer para o trabalhador rural, para o qual não existiam nem os direitos do cidadão, nem os preceitos constitucionais. (PRESTES, 1997, p. 338).

Contudo, em trabalho mais recente, Anita Prestes (2015, p. 84) sustenta que no momento em que a Coluna Prestes-Miguel Costa encontrava-se no Piauí, houve uma aproximação entre os elementos revolucionários e membros do partido Comunista do Brasil (PCB). Ainda de acordo com a referida autora, representantes da liderança do PCB de Pernambuco, ligados ao tenente Cleto Campello, pretendiam comunicar aos líderes tenentistas a “conspiração” que estava em curso na capital pernambucana, buscando angariar a simpatia e o apoio destes últimos. Cleto Campello intentava rebelar uma unidade militar em Recife e unir-se aos segmentos proletários sob a direção do referido partido. Muito embora o Comando da Coluna tenha respondido positivamente aos apelos de Campello e do líder comunista de Pernambuco, Cristiano Cordeiro, o movimento sedicioso foi prontamente sufocado ainda quando em preparação.

Ao mencionar os documentos referentes aos entendimentos entre os “revolucionários” e os conspiradores de Recife, Anita Prestes ressalta que os líderes da “Grande Marcha” concordaram em estabelecer uma aliança com as forças proletárias de Pernambuco e o PCB local. Tal atitude, de acordo com a referida autora, representa um comportamento até então inédito do Tenentismo, já que os jovens militares, nos anos precedentes, não dispensaram nenhum esforço no sentido de aproximar-se do operariado.

Em uma missiva escrita pela liderança da Coluna a um dos representantes do PCB de Recife, Josias Carneiro Leão, os “tenentes” garantem que, uma vez vitorioso o movimento revolucionário, ficaria permitida, às lideranças do movimento operário, a livre manifestação de pensamento e a liberdade de organização. Além disso, assegurar-se-ia, também, os direitos de representação política junto às instituições públicas. Comprometiam-se os próceres da Coluna, ademais, a promover a instrução primária e a formação profissional, o que possibilitaria a “ [...] desanalfabetização do nosso povo e, portanto, uma mais fácil compreensão dos direitos do operariado”. (PRESTES, 2015, p. 85).

Ainda nesta correspondência, a liderança da “Grande Marcha” demonstra preocupação com o encarecimento do custo de vida e seus reflexos no nível de vida das camadas populares, propondo, dessa forma, a modernização da “ [...] legislação social – de maneira a conseguir que a revolução social seja feita no Brasil sem maior derramamento de sangue -, protegerá o operariado contra os abusos do capital”. (PRESTES, 2015, p. 85). Diante do conteúdo desta missiva, Anita Prestes conclui que:

Temos, pois, as lideranças tenentistas da Coluna, provavelmente influenciadas pelos emissários do Partido Comunista, pronunciando-se a favor da *revolução social*, fato inédito nos documentos dos ‘tenentes’, de cunho marcadamente liberal. Tal avanço no posicionamento de Prestes e de pelo menos parte dos chefes da Coluna constitui aspecto extremamente interessante e novo para a historiografia do tenentismo. (PRESTES, 2015, p. 85).

Outro aspecto muito relevante para a nossa tese é que na correspondência dirigida a Josias Carneiro Leão, o Comando Revolucionário mostrou-se favorável a uma política distributiva, assumindo compromisso, caso vitorioso o movimento, de reconhecer e garantir a propriedade da terra ao trabalhador que, assim, tornar-se-ia “ [...] a verdadeira base do progresso econômico nacional” (PRESTES, 2015, p. 86).

Tal preocupação com a situação econômica da população rural, no entender de Anita Prestes (2015, p. 86), constitui um “dado inédito” na compreensão das concepções sociais, políticas e econômicas defendidas pelo Tenentismo. A defesa da concessão de terras aos trabalhadores rurais, para a referida autora, representa um “[...] avanço significativo em relação a posição assumida pelos ‘tenentes’, que não chegaram a levantar seriamente a questão da reforma agrária ou de medidas parciais neste sentido”.

Muito embora a Coluna não tenha tido, inicialmente, vistas à questão agrária, o que defendemos é que uma parcela do tenentismo, ao deparar-se com a condição de

miséria e abandono político e social na qual vegetava imenso contingente que habitava o meio rural brasileiro, percebeu a necessidade de reavaliar, a partir do confronto com o panorama interiorano com o qual conviveram, o conteúdo e o sentido de sua ação política. É o que se pode depreender quando, em suas memórias, Juarez Távora reconhece o importante valor que a Coluna Prestes tivera enquanto experiência decisiva na conformação de uma consciência mais ampla quanto às reais necessidades do país e de sua população:

[...] com o prosseguimento da luta sustentada, em 1925 e 1926, pela Coluna Miguel Costa-Prestes, no interior do Brasil, juntaram-se às implicações políticas iniciais, outras de natureza econômico-social, induzidas pelas impressionantes condições de miséria e de abandono a que estava sendo condenada a quase totalidade de nossas populações interioranas. Para essa enorme massa de deserdados parecia-nos só haver duas manifestações do poder público – a coação brutal da polícia e a cobrança extorsiva de impostos. (TÁVORA, 1976, p. 06).

A consciência que ora brotava é a de que a realidade do país era mais complexa do que o programa liberal que até então esposavam. A Coluna marchava com um ímpeto de mudança, entretanto, foi o quadro social e econômico imperante no campo que fez com que uma fração do Movimento Tenentista mudasse seu olhar e objetivos iniciais. A experiência sobrepujou o que antes movia os militares. Ao falar sobre a experiência revolucionária da Coluna, Luiz Carlos Prestes recorda que:

Eu era um homem pouco lido e com uma vontade enorme de construir um Estado justo, pondo fim às velhas oligarquias. O problema é que eu não sabia como conseguir isso. A Coluna foi algo importantíssimo para mim. Conheci a miséria por onde passei. Vi homens passando fome, outros sem roupas e muitos sem nenhum remédio para as suas doenças. Vi homens ajoelhados no chão, esburacando o solo com facas de cozinha sem cabo. Pegavam nas lâminas das facas, ou seja, estavam mais atrasados do que os índios. Esse quadro terrível - seguramente nunca poderei esquecer o que vi e senti-me convenceu de que não seria a simples substituição de Bernardes por outro que resolveria os nossos problemas. Quando começamos a ver isso, decidimos terminar a marcha da Coluna. (PRESTES, Apud MORAES, VIANA, 1997, p. 53).

A marcha pelo interior do país fez com que se desnudasse, aos olhos dos que da Coluna Prestes-Miguel Costa participaram, um Brasil que lhes era desconhecido. Sendo as propostas de reforma político-administrativa, até então sustentadas pelos “tenentes”, o reflexo da origem social destes enquanto oriundos da pequena burguesia urbana, a realidade política, social, econômica e cultural que o país apresentava longe de seus

principais centros urbanos e econômicos não os movia. Assim, para uma parcela do Movimento Tenentista, a Coluna exerceu um papel “pedagógico”.

Vale ressaltar, porém, que a função “pedagógica” exercida pela “Grande Marcha” não atingira da mesma maneira os homens que dela participaram. Da Coluna Prestes-Miguel Costa emergiram diferentes respostas acerca da necessidade do país, soluções que se amparavam em diferentes matrizes sociológicas, políticas, econômicas e sociais. Desse quadro resultou a primeira grande cisão no seio do Tenentismo, aquela que opôs Luiz Carlos Prestes e seus antigos companheiros que aderiram à Aliança Liberal. Dessa cisão, emergiriam, outro aspecto que procuraremos sustentar em nossa tese, duas propostas distintas no que tange à transformação do panorama agrário nacional<sup>80</sup>.

No exílio, após o internamento da Coluna na Bolívia, no início do ano de 1927, o que anima o “Cavaleiro da Esperança” é a busca por um novo horizonte de pensamento e ação que fosse adequado às necessidades do país que vira ao longo dos cerca de vinte e cinco mil quilômetros que percorrera pelo Brasil. Luiz Carlos Prestes encontraria nas teses marxistas a resposta que procurava:

Para mim teve um influxo decisivo a leitura de ‘O Estado e a Revolução’, a grande obra de Lênin, que me fez compreender o quanto era falsa e errônea a concepção que tinha do Estado, que me havia sido inculcada pelo ensino universitário e que me fazia ver no Estado uma instituição situada acima das classes sociais e encarregadas de distribuir a justiça e de dirigir como árbitro os destinos do país em benefício de toda a população. [...]. O primeiro tomo de ‘O Capital’ revelou-me o segredo da exploração capitalista e tornou-me socialista por convicção científica. O pensamento lógico e a base materialista adquirida no estudo das ciências naturais na Escola Militar me permitiram orientar-me melhor no estudo dos problemas sociopolíticos e me fizeram compreender a inconseqüência do reformismo. (PRESTES, 1998, p. 144).

Assim, em maio de 1930, Luiz Carlos Prestes lançaria um manifesto no qual, convertendo-se ao marxismo-leninismo, rompe com seus antigos companheiros militares, que aderem à Aliança Liberal, e denuncia a dominação política e econômica dos grandes proprietários rurais, “senhores dos meios de produção”, associados às nações imperialistas ciosas em garantir grandes somas com a exploração econômica do país. O sistema de dominação oligárquico, assentado na grande propriedade rural e na aliança

---

<sup>80</sup> Ao falar da experiência da Grande Marcha Juarez Távora diz: “E suas implicações de natureza econômica e social fixaram-se tão fortemente em nosso espírito que, ao processar-se essa revolução, contrapondo-me à posição marxista, preconizada por Prestes, pugnei pelo estabelecimento de uma nova estrutura política que, sem renegar os fundamentos da democracia, pudesse estabelecer, em nome de todas as classes e em benefício do povo, uma nova estrutura econômico-social” (TÁVORA, 1976, p. 07).

com imperialismo, só seria efetivamente combatido por um movimento de cunho revolucionário-popular, no qual seriam partícipes a população das cidades e do campo. O latifúndio e a ingerência dos interesses imperialistas constituem os principais fatores que respondem às crises econômicas e a sujeição política das massas trabalhadoras. Coronelismo e Imperialismo constituem as faces do poder oligárquico.

Em seu Manifesto, Luiz Carlos Prestes criticou veementemente o processo eleitoral de 1930, que opôs ao candidato governista Júlio Prestes, apoiado pelas frações oligárquicas situacionistas, Getúlio Vargas, cuja candidatura era patrocinada pelos grupos oligárquicos dissidentes congregados na Aliança Liberal. Para o Cavaleiro da Esperança, as correntes em disputa constituíam mera expressão de uma mesma mentalidade oligárquica, tendo Júlio Prestes e Getúlio Vargas, enquanto aliado político, os imperialismos inglês e norte-americano respectivamente. A atenção destes últimos estava voltada para a exploração econômica do Brasil.

Reconhecidos os aspectos em comum entre os representantes das duas plataformas políticas que disputavam as eleições presidenciais de 1930, Luiz Carlos Prestes concluiu inútil a luta pela “purificação” das instituições liberal-democráticas e da mentalidade política nacional, lançando, a partir de então, apelos para uma profunda modificação da estrutura econômica e social do país, a ser encaminhada pelos segmentos populares. Identificados o grande domínio rural e os interesses imperialistas enquanto alicerces da ordem oligárquica, à sua liquidação seguiria a constituição de um governo popular, constituído de trabalhadores, soldados e marinheiros, os “soviets”.

Luiz Carlos Prestes conclama à luta contra todas as formas de opressão às quais a população do campo está sujeita (feudais e coloniais), pela tomada, nacionalização e repartição do latifúndio aos trabalhadores. Conclama pelo combate ao imperialismo, pela libertação do país da dominação imperialista, em favor da expropriação e nacionalização das firmas estrangeiras, dos latifúndios, das redes de transporte, serviços públicos, casas bancárias, riquezas naturais. Além disso, prega a extinção das dívidas externas.

Lutemos pela completa libertação de todos os trabalhadores agrícolas, de todas as formas de exploração feudais e coloniais; pela confiscação, nacionalização e divisão das terras; pela entrega da terra gratuitamente aos que a trabalham. Pela libertação do Brasil do jugo do imperialismo. Pela confiscação e nacionalização das empresas estrangeiras, dos latifúndios, concessões, vias de comunicações, serviços públicos, minas, bancos; anulação das dívidas externas. Pela instituição de um governo surgido dos trabalhadores da cidade e das fazendas, em entendimento com os movimentos revolucionários antiimperialistas dos países latino-americanos e capaz de esmagar os privilégios dos atuais

dominadores e sustentar as reivindicações revolucionárias. (PRESTES, 1930, apud CARONE, 1975, p. 350).

A partir de então, o “Cavaleiro da Esperança” atribuiu a situação de estagnação econômica e social do Brasil ao sistema agrário-exportador, baseado no latifúndio e na monocultura e, também, ao imperialismo. O objetivo principal era destruir o poder político, econômico, social e ideológico das oligarquias fundiárias, por meio do combate aos seus pilares de sustentação: latifúndio, imperialismo e sistemas eleitorais fraudulentos.

#### **2.4. Tenentismo e a Questão Agrária nos Anos 1920.**

Ao responder ao Manifesto de Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora afirma que a crise político-social do país não advém somente da inépcia do homem, mas, principalmente das discrepâncias oriundas da tentativa de adequação de princípios constitucionais completamente dissonantes da realidade nacional. Assim, os vícios e práticas tortuosas, que permeiam a esfera política resultam do divórcio existente entre um sistema político-administrativo e o contexto social, econômico e cultural que nos é próprio. Diante desse quadro, faz-se necessário empreender uma reestruturação do arcabouço institucional-legal de forma a adequá-lo ao ambiente do país:

[...] Reforme-se criteriosamente a Constituição. Reforme-se uma, duas, vinte vezes – se tantas forem necessárias para conseguir adaptá-la à mentalidade do povo cuja vida social e política ela deve espelhar como um padrão. E ao elaborar tais reformas- nada de fetichismos doutrinários, de dogmas de política clássica, de transplantações exóticas brilhantes, de liberalismos de fachada – tudo, porém, pela lição prática do nosso século e pouco de existência independente, no afã inflexível de consultar, antes de tudo, as nossas realidades de raça, em formação, de meio especialíssimo e de cultura quase embrionária. Nacionalizar a nossa Constituição – isto é, capaz de torna-la capaz de ser bem executada pela elite deficiente que possuímos – eis o remédio prático para os nossos males. (TÁVORA, 1930, apud CARONE, 1975, p.351-352).

Adepto das teses centralizadoras e nacionalistas sustentadas por Alberto Torres, Juarez Távora discorda das opções políticas de seu antigo companheiro de marcha, procurando estabelecer as linhas mestras que deveriam nortear o movimento revolucionário no país. Respondendo ao Cavaleiro da Esperança, o “tenente” fia-se no argumento, defendido por Alberto Torres, de que existia uma incongruência entre a Carta Constitucional de 1891 e a realidade brasileira. Assim, dever-se-ia encaminhar uma

transformação dos princípios constitucionais de forma a ajustá-los às características de nossa pátria e da população nacional. Contudo, a realização deste escopo político não poderia fazer-se por meio de “[...] uma evolução pacífica legal”:

Nós, revolucionários, não cremos que uma tal reforma possa processar-se, pelo menos em futuro próximo, por uma evolução pacífica legal. [...]. Vivemos, [...], estagnados dentro de um círculo vicioso deprimente. Para sairmos dele e podermos retomar um caminho qualquer de aperfeiçoamento político, é, portanto, indispensável a atuação de uma força extralegal, [...]. (TÁVORA, 1930, apud CARONE, 1975, p. 353).

A revolução da qual Juarez Távora era concorde, não possuía um caráter subversivo, mas modernizador, reformador, purificador. Ela não refletiria somente os interesses de uma classe específica, mas era patrimônio de todos aqueles que se identificassem com os seus propósitos:

A revolução possível no Brasil terá, portanto, de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui. Reconheço que são deficientes e até precários; mas são os mais viáveis e, portanto, os mais práticos. Teremos de fazê-la com o concurso de todos os homens de boa vontade que a mentalidade reacionária e desvairada do poder público conduzir aquele ponto de partida, de onde nós, revolucionários, empreendemos a nossa caminhada: - a descrença na eficácia dos processos legais vigentes, para a solução do problema político nacional. [...]. Penso que a revolução não é privilégio de uma classe ou de alguns poucos indivíduos predestinados: - É o patrimônio comum, universal, de todos os desiludidos e desesperados de proteção legal, com os arbítrios da tirania. (TÁVORA, 1930, apud CARONE, 1975, p. 353).

O movimento revolucionário que Juarez Távora preconiza, não se dará por vias populares, visto que as massas não possuem os requisitos necessários ao empreendimento de tamanha envergadura, visto que lhes faltam consciência política, senso de coletividade, coragem e preparo militar. O “tenente” estava concorde com o jugo opressor que se abatia sobre as classes populares. Contudo, não criam que, invertendo os polos de dominação, com a supressão da dominação burguesa em favor da classe trabalhadora, se alcançaria o equilíbrio entre as classes. Apenas deslocaria o eixo de dominação de uma classe para outra:

Reconheço a iniquidade desta ordem de coisas, em que a maioria proletária se estorce, sem amparo prático, sobre o tacão de leis que a minoria burguesa de banqueiros, industriais e fazendeiros, de patrões, em suma, amassa e amolda ao sabor de suas ambições e egoísmos. Concordo que essa preeminência absoluta de uma classe sobre a outra, na elaboração das normas que ambas hão de reger, é maléfica e injusta. Mas não é invertendo a ordem existente, pela anulação sistemática da burguesia e ascendência universal incontestável do proletariado – que

se chegará ao equilíbrio social. Isso apenas os polos da injustiça combatida. (TÁVORA, 1930, apud CARONE, 1975, p. 355).

Para Juarez Távora, seria necessário a construção de uma ordem político-social na qual os interesses de todas as classes estariam representados no interior de uma estrutura de poder que se converteria em “[...] regulador imparcial de suas dependências e interesses recíprocos” (TÁVORA, 1930, apud CARONE, 1975, p. 355). Para o tenente, assim, haveria a necessidade de um poder centralizado, capaz de, transcendendo as relações e os interesses de classe, e em consonância com a realidade nacional, funcionar como um regulador social e mediador de conflitos, capaz de empreender as reformas necessárias ao país<sup>81</sup>. Se, anteriormente, a atmosfera de corrupção e degeneração política, que pairava sobre o país, devia-se ao caráter dos homens, agora, este estado de coisas passaria a ser oriundo de uma estrutura constitucional inadequada ao universo socioeconômico nacional. O tenente invoca, assim, o nome de Alberto Torres enquanto modelo teórico que nortearia as transformações no que tange à conformação do Estado e de sua estrutura administrativa:

Trataremos, pois, de adaptá-lo às nossas realidades – seguindo a diretriz já apontada por Alberto Torres, na sua Organização Nacional, ou por caminho paralelo, que busque as novas tendências e necessidades do nosso povo e do nosso meio. O fortalecimento da liberdade civil, por uma reforma criteriosa da justiça; o estabelecimento da independência econômica das massas, pela difusão da pequena propriedade; a coibição efetiva e prática dos arbítrios do poder, pela criação de um novo organismo de controle político; o equilíbrio social, estabelecido pela proporcional representação de classe; e, enfim, a continuidade indispensável à obra de solução dos grandes problemas nacionais, pela influência persistente de conselhos técnicos, que se superponham,

---

<sup>81</sup> No terceiro volume de sua obra *À Guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924*, escrito quando no exílio, em 1927, Juarez Távora defende a necessidade de se realizar alterações no texto constitucional, como forma de reparar os abusos provenientes da descentralização política inerente ao sistema federalista. Além disso, o “tenente” reivindica a uniformização das cartas constitucionais dos Estados a partir do modelo federal; unificação do Direito e das etapas processuais; federalização do sistema educacional, abarcando os diversos níveis: primário, secundário, superior e profissionalizante; unificação dos dispositivos que regulamentam os procedimentos eleitorais; federalização do sistema fiscal; estabelecer normas quanto à autonomia dos Estados e municípios; restrição das competências do Poder Executivo, para que este não interfira nos assuntos que constituem prerrogativa exclusiva do Legislativo ou Judiciário; independência dos organismos e serviços de natureza técnica, com vistas a garantir a continuidade das medidas administrativas frente à transitoriedade dos governos; moralização do Poder Legislativo, para que o mesmo consiga traduzir os anseios e demandas da população e possa desempenhar suas funções livremente, sem a interferência do Poder Executivo; reforma do sistema eleitoral, com a implantação do voto secreto e medidas que assegurem a verdade das urnas; garantir a autonomia do Poder Judiciário atribuindo-lhe maior espaço de atuação, podendo, desta maneira, interferir em assuntos e questões de natureza política. Todas estas modificações propostas pelo “tenente” deveriam ser encaminhadas com o concurso das Forças Armadas. No que tange à possibilidade de instalação de um governo tipicamente militar, sob a forma ditatorial, Juarez Távora defende a sua existência em caráter temporário, devendo durar o tempo necessário para a concretização das reformas e transformações por ele sugeridas. Tais diretrizes seriam sustentadas pelo “tenente” nos anos 1930.

permanentemente, à temporariedade dos governos – eis os pontos básicos por que se devem bater, vencidos ou vencedores, os revolucionários brasileiros. (TÁVORA, 1973, p. 353).

No que se refere à questão agrária será por meio das correspondências trocadas entre Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora, no contexto dos preparativos para o movimento revolucionário, que alçaria Getúlio Vargas ao comando do país, em 1930, que se pode apreender as diferentes concepções existentes no seio do movimento tenentista, quanto à ocupação e a exploração da terra, no país. Tais visões aparecem atreladas a distintos modelos de Estado e sociedade.

Em carta datada de vinte e sete de maio de 1930, endereçada por Juarez Távora a Luiz Carlos Prestes, ele, amparando-se na grande extensão territorial do país, defende a concessão de terras de forma gratuita. Contudo, para a realização de medidas distributivas, em favor da pequena propriedade não seria necessária a expropriação de grandes domínios rurais legalmente adquiridos. Fica implícita, portanto, que a questão agrária, para Juarez Távora, não envolveria a contestação da condição da terra enquanto propriedade privada. Assim, a desapropriação ficaria reservada somente às ocupações ilegais:

Admito que, num país de 8,5 milhões de km<sup>2</sup>, se forneça terra gratuita a quantos quiserem lavrá-la. Mas discordo de que seja preciso confiscar o latifúndio honestamente adquirido. Confisquem-se sim, os que houverem sido desonestamente apropriados; e os há muitos em mãos de estrangeiros e de nacionais. Os outros, que se desapropriem, se for necessário. (TÁVORA, 1973, p.268).

Juarez Távora se opõe de forma veemente ao argumento de Luiz Carlos Prestes quanto à necessidade de se erradicar de forma urgente e definitiva o grande domínio rural. Contrapondo-se à radicalidade de Prestes, Juarez bate-se por uma transformação gradativa do panorama agrícola nacional, centrada no combate aos latifúndios improdutivos, por meio de uma rigorosa política tributária, e na disseminação e defesa da pequena propriedade. O “tenente” admite a expropriação das terras, desde que adquiridas ilegalmente. Tal recurso poderia até ser utilizado nos “latifúndios cultivados”, mas, somente, “[...] em último caso”, se a situação assim exigir:

É fácil uma revolução vitoriosa confiscar e dividir o latifúndio, e entregar os seus fragmentos aos antigos assalariados, para que os trabalhem por conta própria. Mas é difícil que eles disponham de recursos para fazê-lo e de aptidão profissional para orientar-se. Por outro lado, nem o Brasil dispõe de dinheiro para auxiliar, em massa, aos necessitados, nem os camponeses brasileiros possuem espírito de solidariedade bastante para organizarem as culturas coletivas. Afigura-

se-me, pois, probabilíssimo que a solução extrema preconizada pelo general Prestes, afundaria a nossa economia agrícola e, portanto, a nacional, que repousa essencialmente sobre a mesma. Mesmo prescindindo o lado imoral dos confiscos sumários, e as rixas e distúrbios que esse fato e a posterior divisão do latifúndio e distribuição de lotes criariam no interior do país – a simples perspectiva daquela síncope econômica bastaria para desaconselhar os excessos de uma tal política. Evidentemente, o que se impõe, no caso, é uma solução moderada ou evolutiva. Impedir legal e terminantemente, a apropriação de novos latifúndios, por nacionais e estrangeiros; declarar caducas todas as concessões deste gênero, feitas a quem quer que seja e por quem quer que seja, ilegal ou desonestamente; onerar, com impostos proibitivos, o latifúndio inexplorado, forçando o latifundiário a cultivá-lo, dividi-lo ou dele desfazer-se; regularizar, legal e eficientemente, em benefício do assalariado, o regime de exploração do latifúndio cultivado; e, por outro lado, ir concedendo, mediante determinadas condições, a nacionais e estrangeiros (imigrantes), que o requeiram, pequenos lotes de terra (divisão das terras atualmente pertencentes ao patrimônio nacional ou a ele revertidas, em consequência de caducidade de concessões ilegais, da desapropriação de latifúndios inexplorados e, em último caso, da divisão dos próprios latifúndios cultivados) – eis o caminho mais seguro, para conduzir-nos do regime agrário do latifúndio, ao da pequena propriedade. É claro que uma tal transformação se estenderá por decênios. (TÁVORA, 1931, p. 15-16).

Quanto ao caráter anti-imperialista da Revolução pregada por Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora concorda quanto à ingerência nefasta que os interesses estrangeiros exercem na vida econômica e política nacional. Contudo, para este, deve-se, em primeiro lugar quebrar as amarras que a elite político-econômica nacional impôs ao país, para, posteriormente, volver os olhos para os grupos financeiros internacionais. Dessa forma, um governo realmente afinado com os sentimentos e interesses pátrios, regulamentaria e controlaria a atuação dos organismos exógenos na economia do Brasil. Da mesma maneira que o faz em relação à terra, Juarez reconhece a legitimidade dos institutos financeiros e das transações econômicas operados pelo capital externo no país. O tenente tributa ao governo nacional a responsabilidade por nossa condição econômica dependente:

Reconheço que a atual atividade do capital estrangeiro é absorvente e voraz. Mas poderá ser limitada e regulada por um governo verdadeiramente patriota, sem que se hajam de confiscar bancos, empresas, empréstimos que, no fim das contas, são propriedades legítimas, que merecem ser estudadas sob outro ponto de vista. Penso, a propósito, que os ingleses e os americanos não têm culpa de que os nossos governos tenham mandado a pedir-lhes esmolas. À Revolução vencedora competiria coibir o abuso; mas não pretender saná-lo com uma desonestidade. Sou partidário decidido da nacionalização das quedas d'água e das riquezas do subsolo. Mas discordo de que isso se

faça por simples confisco. Mesmo porque, não teríamos força para fazê-lo. (TÁVORA, 1973, p. 268).

No tocante à organização de um governo sob a liderança da classe operária, defendida por Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora se posiciona absolutamente contrário, defendendo por meio de argumentos elitistas e conservadores, o seu ponto de vista. Mostra-se concorde com a adoção de uma legislação em favor da classe trabalhadora, porém não crê que se deva instaurar um regime político capitaneado pelo operariado, já que duvida da capacidade intelectual e, até mesmo, da idoneidade daquele setor:

Concordo que o proletariado tenha direito à um lugar sobre o sol: limitação de horas de trabalho, regulamentação e proteção do trabalho de mulheres e crianças; seguros contra acidentes, desemprego, velhice, invalidez e doença; direito de greve, de reunião e de organização. [...]. Mas discordo de que se estabeleça um governo em nome exclusivo de proletários, marinheiros e soldados. Isso é idiotismo comunista. Prefiro um governo de gente esclarecida e honesta estabelecida em nome de todas as classes, capaz de regular, imparcialmente, os interesses de cada uma delas. Sou contra a atual ordem de coisas, porque resulta de um governo de capitalistas que tudo monopoliza em detrimento das demais classes. Sou contra, igualmente, um governo de operários, camponeses e soldados, porque será da mesma forma o governo de uma classe contra as demais. É excesso por excesso – prefiro o que aí está, por me parecer mais esclarecido e menos feroz que o outro. (TÁVORA, 1973, p.268-269).

Para o “tenente”, o comunismo, caso fosse implantado no país, resultaria em um completo fracasso, uma vez que a sua prosperidade dependeria da existência de uma classe operária que, solidamente organizada e politizada, poderia desempenhar o papel de liderança e esteio político na nova ordem. Contudo, diferente era a realidade das massas trabalhadoras brasileiras, das cidades e do campo:

A democracia proletária deve ser sustentada, em primeira linha, pelo operariado urbano ou industrial e reforçada, depois, pela arregimentação das classes camponesas. É o que doutrinam os *leaders* marxistas. Ora, o proletariado industrial é, entre nós, insignificante, porque insignificante é a nossa indústria, e a massa campesina ignorante, dispersa e sem iniciativa, é inapta para ajudá-lo a executar o novo regime. Logo, segundo todas as probabilidades, este teria de ser, como está sendo o atual presidencialismo, como o foi, na monarquia, o parlamentarismo – adulterado, corrompido e desmoralizado, desde o próprio berço. (TÁVORA, 1931, p. 21-22).

Em nova missiva endereçada a Luiz Carlos Prestes, Juarez Távora reafirma concordar com os diagnósticos identificados pelo “Cavaleiro da Esperança” em seu Manifesto. Entretanto, discorda dele quanto à agressividade do tratamento oferecido.

Aceita que o latifúndio seja maléfico e que a pequena propriedade seja benéfica. Entretanto, para ele, tanto um, quanto o outro estão submetidos à condição de relatividade. Em defesa de sua posição, pede a seu interlocutor que reflita quanto tratamento radical em relação ao latifúndio, pois poderia ser desastroso para um país que ainda conservava uma estrutura produtiva cujo principal eixo de acumulação é o setor agroexportador.

Comparando a grande propriedade rural e a escravidão, Juarez Távora, muito embora reconheça os efeitos degradantes e desumanos que ambos possam acarretar, não deixa de ressaltar a importância econômica deles para a nação. No caso do trabalho escravo, o tenente expõe as consequências trágicas oriundas da Abolição, conforme esta foi realizada no país, ou seja, não de forma gradual, mas de forma abrupta. Economicamente, interessante seria “desmontar” lentamente o trabalho escravo para que o país não sentisse de forma traumática os efeitos da mudança na forma de exploração do trabalho:

O trabalho servil era uma ignomínia, enquanto a exploração do latifúndio apenas poderá, sob alguns aspectos ser taxada de iniquidade. Um verdadeiro estadista não se teria contentado, em 88, como os retrógrados, com a Lei do Ventre Livre e a da emancipação dos sexagenários. Mas teria, também divergido do radicalismo humanitário dos abolicionistas. Pugnaria pelo meio-termo de uma solução mais equitativa e sabia, que estabelecesse, por exemplo a alforria da mulher garantindo-lhe a constituição integral do lar; abolição dos castigos corporais e outros direitos dos senhores sobre os escravos que tornavam infame o regime servil; a remuneração parcial do trabalho do escravo varão, capaz de o ir preparando economicamente para a futura liberdade; um prazo razoável de cinco, dez, ou quinze anos, para a extinção total do trabalho servil. Isso teria evitado, da mesma forma, a hediondez da vida das senzalas; teria melhor preparado o negro para os encargos de futuro cidadão; teria evitado a desorganização econômica que evitou de chofre muitos ‘senhores’ e perturbou consideravelmente a própria economia nacional. (TÁVORA, 1973, p. 359).

Assim, para Juarez Távora, o processo revolucionário, no Brasil, deveria apresentar um viés pequeno-burguês, sendo orquestrado por uma vanguarda militar comprometida com os valores nacionais e cônica da importância de seu papel no movimento de regeneração política, social e econômica do país, cujo objetivo principal era garantir o equilíbrio e a justiça social; a moralização da estrutura político-administrativa; o desenvolvimento econômico do Brasil, em bases autônomas. Tudo isso, a ser garantido sem a ocorrência de graves comoções intestinas, violência civil e o acirramento da luta de classes.

A questão agrária esteve presente, também, no ideário político do tenente João Cabanas, oficial da Força Pública de São Paulo que participou ativamente do movimento

tenentista que ocorreu na capital paulista, em 1924<sup>82</sup>. Ao falar, em uma conferência realizada no Edifício do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, em dezembro de 1926, do panorama político, social e econômico quando do governo de Artur Bernardes, o referido tenente expõe a situação precária da população interiorana do Brasil, criticando, severamente, a inércia do governo, a distância do Congresso em relação às necessidades e vicissitudes da população e denunciando o predomínio da grande propriedade e os efeitos nefastos que o comportamento especulativo dos senhores rurais acarretavam aos trabalhadores rurais, colocando-os na dependência daqueles.

Além disso, expõe a situação de miséria e abandono em que se encontram as massas camponesas no Brasil: “As populações do interior, morrendo à mingua, sem um palmo de terra, eram devoradas pelas endemias.” (CABANAS, 2014, p.279). Uma vez vitorioso o movimento revolucionário, com a purificação da atmosfera política e a consequente moralização da máquina pública, tornar-se-ia possível “Dividir as terras com o povo, seu legítimo dono. Terminar com os latifúndios, ou taxa-los com pesados impostos quando inexplorados”. (CABANAS, 2014, p.281).

É possível perceber, com o que até aqui foi exposto, que a questão agrária fez parte do horizonte ideológico do Tenentismo, ainda na década de 1920. Visto que movimento tenentista, ao longo de sua trajetória político-militar, viveu contradições, crises internas, cisões e vicissitudes próprias em consonância com os principais acontecimentos políticos, sociais e econômicos ocorridos no referido decênio, pôde-se localizar, quando revisitadas as diferentes manifestações lideradas por aquela fração dos militares, o momento em que propostas quanto ao universo agrário nacional se fizeram presentes nas plataformas e programas de diferentes parcelas do referido movimento.

Por viabilizar o contato dos jovens militares com a população do interior do país, a Coluna Prestes-Miguel Costa foi decisiva para despertar, em uma parcela do movimento tenentista, a consciência da necessidade de se enfrentar as oligarquias dominantes, por meio do combate ao sistema latifundiário vigente, principal fator de manutenção da situação de miséria e submissão política, econômica e ideológica que assolava a maioria

---

<sup>82</sup> Após a retirada das forças rebeldes da cidade de São Paulo, João Cabanas continuou a luta pelo interior do estado comandando a conhecida Coluna da Morte. Exilou-se, então, no Uruguai, não compondo a Coluna Prestes. Regressou ao Brasil em 1930, tomando parte na conspiração revolucionária que depôs o presidente Washington Luís e levou Getúlio Vargas ao poder. Posteriormente, contudo, decepcionou-se com os rumos do novo governo. Aderiu ao Partido Socialista Brasileiro de São Paulo. Em 1935, foi um dos próceres da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política de caráter antifascista e anti-imperialista lançada oficialmente em março de 1935.

da população rural. É importante ressaltar, mais uma vez, que esta parcela do tenentismo, conforme visto, não constituiu um todo coeso, existindo, assim, profundas divergências no tocante às propostas acerca da questão fundiária.

Assim sendo, no próximo capítulo trataremos da trajetória da fração tenentista que apoiou a candidatura de Getúlio Vargas e compôs o bloco político que ascendeu ao poder em 1930 tendo, como fio condutor, as propostas de modificação do panorama fundiário nacional elaboradas por esta fração, por nós denominada de “centrista”, tanto no *Esboço de Reconstrução Política e Social do Brasil*, formulado pelo Clube 03 de Outubro, como também, em outras frentes como, por exemplo, a Legião Revolucionária de São Paulo.

## **Capítulo 3: Reforma Agrária ou Modernização econômica do campo?**

### **3.1 - Tenentismo e Aliança Liberal**

Os tenentes, quando do término da Coluna Prestes-Miguel Costa, mantiveram-se, no exílio, em ativo trabalho conspirativo até 1929, quando uma parcela destes aceitou colaborar com a Aliança Liberal. Ressalte-se, porém, que a participação dos tenentes na Aliança Liberal fez-se somente no âmbito militar. Além disso, embora tenham ocupado cargos políticos de relevância, durante os primeiros anos do Governo Vargas, os referidos militares não conseguiram manter sob controle os setores oligárquicos estaduais. A aproximação com o Partido Democrático de São Paulo, por exemplo, não consistiu em uma tentativa tenentista de mobilização popular, via partido político, mas para conseguir um financiamento para um movimento revolucionário.

Buscando angariar apoio do movimento tenentista, Getúlio Vargas enviou aliados políticos junto às principais personagens do Tenentismo, que estavam exiladas, com vistas a conquistar suporte para uma plataforma política que girasse em torno da moralização política (reforma eleitoral, voto secreto), reformismo social e concessão de anistia aos militares sediciosos. A habilidade política de Getúlio Vargas o fez perceber a importância que a “popularidade” do Tenentismo conferia às pretensões da Aliança Liberal.

A recusa de Prestes em apoiar a candidatura de Getúlio Vargas não impediu que outras figuras do movimento tenentista, como Juarez Távora e João Alberto, buscassem uma cooperação com os setores oligárquicos dissidentes. Porém, a conversão de Prestes ao marxismo representou um duro golpe para o tenentismo. Abriu-se uma crise na liderança e, respectivamente, na base do movimento. Com a chefia do movimento militar passando às mãos de Góis Monteiro, os tenentes perderam qualquer possibilidade de liderança militar e política no processo revolucionário de 1930.

As oligarquias dissidentes mostravam-se reticentes em relação ao recurso às armas como forma de alcançar o poder. Acreditavam que a luta pela hegemonia política deveria concentrar-se no campo político-eleitoral:

O movimento de ascensão burguesa, que a crise de 1929 viria a agravar e acelerar, abalando toda a estrutura brasileira, estava na dependência, [...], da conjugação de suas componentes, a militar e a civil, melhor dito, a que pretendia uma reforma efetiva e a que apenas pretendia afastar o latifúndio, submetendo-o sem destruí-lo, a radical e a conciliadora, [...]. Enquanto as duas componentes resistissem à conjugação de seus esforços, o governo tinha condições para manter-se, enfrentando a cada

uma, separadamente. O que significa, em última análise, que, sem luta armada, isto é, sem a saída apontada pela componente militar, nada se conseguiria. Foi o que mais demorou a conquistar a consciência dos políticos civis. (SODRÉ, 1965, p. 220).

No Partido Democrático Paulista (PD), agremiação esta cuja formação, em 1926, respondeu à iniciativa de setores oligárquicos paulistas em combater a hegemonia política que o Partido Republicano Paulista desfrutava, no estado bandeirante, por exemplo, a maioria expressou sua reprovação em relação à proposta tenentista, baseada na luta armada. De acordo com Paulo Nogueira Filho (1958, apud SODRÉ, 1965, p. 221),

Restava a grande interrogação: a burguesia que eu integrava, em São Paulo, economicamente satisfeita naquele outono de 1928, aceitaria os riscos da rebelião armada? Para a deposição da oligarquia dominante, não era excessivo para essa burguesia o preço de uma luta cruenta? Afinal, com a oligarquia no governo, não estava provado que não corriam risco os privilégios das elites abastadas? A revolução vitoriosa, ao contrário, não poderia aboli-los?

De acordo com Vavy Pacheco Borges (1992, p. 29), a adesão do PD à campanha da Aliança Liberal só será formalizada, em agosto de 1929, após algumas tentativas de lançamento de candidatos oriundos de suas fileiras e tendo enfrentado crises internas. A referida agremiação se mostrará reticente quanto à adoção do recurso das armas enquanto forma de ação política, daí a pífia presença de seus representantes na fase conspiratória do movimento revolucionário de 1930.

Na verdade, o PD vislumbrou na campanha política da Aliança Liberal e na candidatura de Getúlio Vargas um meio de alcançar o poder no estado de São Paulo. Mesmo não participando ativamente do movimento político-militar que levou à deposição de Washington Luís e a ascensão de Getúlio Vargas ao comando do país, os próceres do referido partido colocam-se, enquanto componentes do “bloco” vencedor, como usufrutuários legítimos do poder, reclamando, assim, o controle político de São Paulo:

O partido se vê como um ‘parceiro da revolução’, além de, conforme menciona, ‘única força política organizada’ paulista, tendo o direito e o dever de governar o estado. Sentindo-se bem perto do poder pelo qual luta há quatro anos, o presidente e o partido se acreditam com direito à interventoria”. (BORGES, 1992, p. 30).

Nesse sentido, a união dos tenentes com as oligarquias dissidentes na Aliança Liberal representava uma “[...] aliança tática de forças políticas com objetivos distintos, e representativas de diferentes forças sociais”. (FORJAZ, 1987, p. 62).

Os setores liberais dissidentes tiveram uma participação secundária nos preparativos para a deflagração do movimento que iria conduzir Getúlio Vargas ao poder. Foi apenas no segundo semestre de 1930 que optaram por apoiar o movimento armado. Justificaram tal atitude com o pretexto de que se deveria evitar uma possível revolução popular. Certamente, mostravam-se receosos diante da reação da população em relação ao manifesto de Luiz Carlos Prestes, que gozava de grande prestígio junto às massas (BORGES, 1992, p. 112). Assim, uma revolução “pelo alto” garantiria a manutenção da ordem social e o “progresso dentro da ordem”.

Para as elites dissidentes, a crise pela qual passava o sistema republicano não tinha suas raízes na Constituição de 1891. Nada havia de errado na Constituição, nem na doutrina liberal que a balizava. O problema estava na conduta dos homens que controlavam a máquina política nacional.

A Constituição de 1891 tinha caráter deliberadamente liberal. Com a descentralização, o poder passou aos estados e, dentro deles, para os municípios. Os estados da Federação possuíam total autonomia para contrair dívidas no exterior e para cobrar impostos. Entretanto, o país sofria com uma inflação alta, com uma dívida externa em franco crescimento e com um incipiente mercado interno.

Havia, no entanto, uma contradição entre os pressupostos constitucionais e a prática política das elites no poder. A permanência destas no comando da nação era garantida por meio de práticas fraudulentas e pela corrupção, cujo maior exemplo é a política inaugurada no governo de Campo Salles, conhecida pelo nome de “Política dos governadores”. Tais práticas geraram uma cisão no bloco do poder.

Para os liberais dissidentes, o liberalismo da Constituição apresentava fracos resultados, por conta da qualidade dos homens que estavam no Poder. A consolidação de um estado liberal pleno, no país, dependia somente da substituição desses políticos corruptos, por meio de uma reforma política que garantisse eleições limpas e honestas. A transformação da realidade brasileira viria por meio de uma reforma institucional. Descartava-se, assim, qualquer outro meio para mudanças, principalmente os que envolvessem a violência e a participação popular. Diante de tais exigências, os grupos oligárquicos dissidentes podem ser denominados como “liberais doutrinários”, conforme Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 97).

Para o autor, os denominados liberais doutrinários seriam aqueles que limitavam suas propostas reformistas ao âmbito legal, ou seja, ao plano político. A plena realização do liberalismo no Brasil estava condicionada, assim, a uma reforma político-institucional

apenas, tendo como elemento desencadeador a aplicação e a execução correta dos pressupostos liberais contidos na carta de 1891. Os doutrinários acreditavam que esse sistema poderia, de forma natural, desenvolver resultados justos e eficientes. As reformas teriam o objetivo de remover quaisquer obstáculos que pudessem impedir o sistema de operar sob bases liberais.

Concordando com as reformas de cunho liberal nas manifestações militares na década de 1920, os tenentes, entretanto, não poderiam ser enquadrados entre os doutrinários, mas, sim, entre os autoritários instrumentais. Da mesma maneira, os grupos oligárquicos dissidentes desejavam purificar a atmosfera política brasileira, combatendo a corrupção e os políticos desonestos. Porém, perceberam que a manutenção do sistema federativo descentralizado consistia em obstáculo ao combate às oligarquias dominantes. Em carta escrita em 24 de junho de 1930, ao tenente Joaquim Monteiro, Juarez Távora expõe a posição política da fração tenentista que apoiaria a Aliança Liberal:

[...] A corrente revolucionária – formada no Brasil pela parte mûça do Exército, ainda não solapada pelo comodismo ou pela subserviência, e por uma apreciável falange de civis que, embora militando na política, ainda não se deixou contagiar por suas podridões – defende ideias muito avançadas que as pregadas pela Aliança Liberal e por todos os grupamentos de oposição que a tem apoiado. [...]. Penso que a revolução, realizada sem o auxílio precombinado de quaisquer correntes partidárias, seria a única capaz de poder realizar integralmente esse programa, lançando os fundamentos de uma racional mudança de organização econômica e social, e visando, pela extinção do atual ambiente de corrupção, a estabelecer as bases reais de um razoável aperfeiçoamento político. Infelizmente, porém, não dispomos hoje, [...], de elementos materiais e humanos, capazes de permitir-nos realizar, sozinhos, essa tarefa. Daí a necessidade de aproveitarmos o descontentamento de determinados elementos políticos. [...]. Me parece lógico que, na hipótese de um movimento vitorioso, a sua consequência imediata será o estabelecimento da ditadura. [...]. Aliás, muitas das reformas, [...], a que me refiro englobadamente, ali, exigem como medida prévia imprescindível, a dissolução do Congresso Nacional, a suspensão dos direitos adquiridos pela magistratura venal e política, e de todos os funcionários relapsos e incapazes, [...]. (TÁVORA, 1973, p. 271-275)

Fica-nos claro, pelas palavras de Juarez Távora, que o referido “tenente” já estava cõscio de que a conspiração revolucionária não poderia lograr êxito se fosse feita à revelia das principais forças políticas locais. A radicalidade das frações concordes com o movimento armado não seria suficiente para levar adiante o seu intento sem o auxílio material e o respaldo simbólico das elites governamentais. Muito embora negassem os instrumentais político-representativos como meio de ação, os adeptos da solução armada

não poderiam desprezar a capacidade de mobilização dos organismos partidários estaduais, os quais, logicamente, funcionariam, na nova composição política derivada da Revolução de 1930, enquanto um “freio” ao ímpeto reformista do Tenentismo. É por essa razão que Juarez Távora, ao defender que mudanças no sistema eleitoral, por si mesmas, não seriam suficientes para a moralização do espaço político, reivindica a extinção do Congresso Nacional e a adoção de um poder centralizado, tendo este como fiador as forças militares<sup>83</sup>.

Dessa forma, de acordo com Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 103), os autoritários instrumentais, ao contrário dos liberais doutrinários, não acreditavam que a sociedade se desenvolvesse “naturalmente”, sendo, portanto, necessária a ação dos homens responsáveis pelas decisões políticas. Assim, consentia-se com a presença de um Estado centralizado nas diversas esferas da sociedade. Em segundo lugar, para os instrumentais, a ação de um estado autoritário seria o meio mais eficaz e rápido para a construção de uma sociedade liberal. Após a consolidação desta, o caráter autoritário poderia ser alvo de críticas e eliminado. O autoritarismo seria apenas transitório<sup>84</sup>.

Para que o liberalismo pudesse desenvolver-se plenamente no Estado brasileiro, de acordo com os liberais doutrinários (SANTOS, 1978, p. 103), não haveria a necessidade de uma mudança na Constituição. Bastaria apenas a substituição dos homens no poder. Até 1930, esta ideia esteve presente no ideário dos políticos liberais. De que maneira a máquina política do Partido Republicano Paulista (PRP) seria combatida: por meio de uma reforma eleitoral, que garantisse eleições honestas, o fim das fraudes e corrupções e, assim, o livre desenvolvimento da sociedade liberal.

Nesse sentido, pode-se compreender o porquê de, passados os acontecimentos revolucionários, e com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, os grupos que apoiaram a Aliança Liberal começaram a divergir em relação aos rumos políticos que deveriam ser tomados pelo Governo. Os grupos políticos dissidentes, que viam na vitória da Revolução a possibilidade de implantar seu projeto de reforma política e social, calcado na doutrina liberal, pleiteavam reformas limitadas ao âmbito político. As bases econômicas e sociais

---

<sup>83</sup> “Continuo a crer que nós, militares, podemos e devemos constituir uma força respeitável diante do novo poder que se erigir – qualquer que ele seja. Não nos esqueçamos de que, depois da luta, seremos os verdadeiros baluartes sobre que terá de apoiar-se a ditadura nascente, pois continuaremos a ter em nossas mãos, direta ou indiretamente, toda a tropa que houvermos comandado na revolução.” (TÁVORA, 1973, p. 276). Góis Monteiro, chefe militar do movimento revolucionário de 1930, endossaria a mesma opinião.

<sup>84</sup> “Creio, portanto, que, vinda a revolução, surgirá, também, como consequência imediata, a ditadura. Encaro-a como um estado transitório, indispensável ao reajustamento da mentalidade de nosso povo à prática de verdadeiro regime republicano, que se lhe há de seguir.” (TÁVORA, 1973, p. 275).

da sociedade não deveriam ser transformadas. Os militares, por sua vez, defendiam a centralização do poder e a tecnocratização da administração pública, no intuito de afastá-la das disputas políticas, pelas quais os partidos buscavam atender apenas aos interesses de uma classe. Deste quadro emergiria, enquanto “[...] forma particular de estrutura política, [...]” (WEFFORT, 2003, p. 79), o “Estado de Compromisso”.

Assim, o encaminhamento da solução armada enquanto via de acesso ao poder deu-se a partir da união estratégica entre forças oligárquicas dissidentes e segmentos do movimento tenentista. Se momentaneamente, a conjunção de forças interessava a ambos os lados, uma vez instalada a nova composição política, com Getúlio Vargas no comando do país, começaram a sobressair as divergências e contradições que existiam no seio do movimento revolucionário. Se a conquista do poder constituiu fator de união entre as componentes, a estruturação do aparelho estatal representou um importante fator de conflito entre Tenentismo e Oligarquias.

### **3.2 – O Governo Provisório: ascensão e apogeu do Tenentismo**

Vitorioso o movimento político-militar que conduziu Getúlio Vargas ao comando do país, a corrente tenentista que aderira à conspiração armada contra Washington Luís começara a mobilizar-se com o intuito de combater a estrutura de poder consolidada pelas hostes oligárquicas ao longo da Primeira República. O objetivo era purificar a máquina político-administrativa do Estado de toda a sorte de regionalismos e facciosismos partidários, impedindo, assim, que as instâncias decisórias do poder pudessem ser novamente instrumentalizadas pelos grupos oligárquicos.

O projeto de governo defendido pelos tenentes “centristas” teria, portanto, como ponto de partida, a negação do quadro político dominante ao longo da Primeira República. Repudiavam-se o sistema federativo e os princípios políticos e econômicos do Liberalismo, colocando-os como antítese em relação ao regime democrático, uma vez que serviam apenas aos interesses de uma parcela da sociedade. Daí a necessidade de adotar uma nova orientação na estruturação do Estado e na organização da coletividade, de forma que o interesse nacional se sobrepusesse aos particularismos e regionalismos e constituísse o fundamento básico da ação dos poderes públicos. Tal seria um dos principais desafios para a fração do Tenentismo que aderira à Aliança Liberal: estabelecer

um programa de governo concreto que funcionasse enquanto polo aglutinador junto às forças ligadas ao Outubrismo<sup>85</sup>.

De acordo com Juarez Távora (1976, p. 07), já se encontrava firmada, entre os chamados revolucionários “históricos”, no contexto da “Revolução de 30”, a necessidade de que se deveriam processar mudanças de ordem social, política e econômica no país. Contudo, segundo o referido “tenente”, já naquele momento uma inquietação o acompanhava: como poderiam as forças ligadas ao Tenentismo atrair a atenção de seus aliados civis, sem que houvesse um programa de cunho reformador plenamente estabelecido. O líder tenentista acreditava que a criação de um projeto de governo representaria um contraponto tanto às ações tático-políticas dos comunistas, que procuravam galvanizar as massas populares com as mesmas ideias expostas por Luiz Carlos Prestes, quando da elaboração, por este, do Manifesto de Maio de 1930, quanto aos princípios defendidos pela Aliança Liberal, cujo programa, segundo Juarez, “[...] não satisfazia, nem mesmo, aos elementos civis mais moços, que dela haviam participado” (TÁVORA, 1976, p. 15).

Para Juarez Távora, a ativa intervenção das Forças Armadas no ambiente político nacional, no imediato ao pós-1930, far-se-ia necessária, embora não devessem os militares dispensar seus esforços visando conquistar cargos políticos ou privilégios no interior das instituições militares. Sua missão, durante a fase discricionária, era zelar pelo fiel cumprimento, pelas elites civis, dos ideais “revolucionários”, não deixando que a consolidação da nova estrutura do poder se fizesse aos moldes do compadrio, fazendo prevalecer os particularismos e regionalismos sobre os interesses nacionais:

[...] assistia-lhes o dever de não cruzar os braços, em impassibilidade de múmias, diante dos erros ou obliterações dessa partilha política; acrescentando não ser o seu lugar, na mesa em que se banquetavam os políticos vitoriosos, mas, sim – como já havia dito, uma vez – permanecer de baionetas caladas, em volta do triclinio, para não permitir que a incontinência dos convivas transformasse a cerimônia do banquete em orgia de ‘rega-bofe’. (TÁVORA, 1976, p. 32).

Assim sendo, deveria a oficialidade “revolucionária” concentrar esforços para que as elites civis que compusessem o consórcio político dominante, após o movimento revolucionário, atentassem para as demandas sustentadas pelas hostes “outubristas”. Daí

---

<sup>85</sup> De acordo com Vavy Pacheco Borges (1992, p. 21), a alcunha “outubrista”, embora seja diretamente associada ao Tenentismo, tem um espectro mais amplo, abarcando, também, os segmentos que foram “[...] vencedores do movimento de outubro e à sua ação, o ‘outubrismo’”.

a importância de se terem já definidas as diretrizes a serem seguidas pelo novo governo para efetivar a obra de reconstrução política, social, econômica e cultural do Brasil.

Com a instituição do Governo Provisório, em novembro de 1930, os “tenentes” conquistam posição importante no bloco político dominante, exercendo funções de grande relevo nas máquinas administrativas federal e estadual. Assim, o Tenentismo agigantara-se na nova conformação do poder, o que proporcionou aos seus representantes grande margem de manobra no interior das instâncias decisórias do Estado nacional, podendo, dessa forma, viabilizar seu projeto político fundamentado, principalmente, no combate aos pilares que sustentavam a dominação oligárquica e na moralização e racionalização da administração pública. Para tanto, as lideranças do referido movimento, segundo Angela Maria de Castro Gomes,

Contam neste momento inicial com poderosos recursos políticos, consagrados pela legislação de exceção do pós-30; o estabelecimento das interventorias; o fechamento da Assembléia e das Câmaras estaduais e municipais; a dissolução dos partidos políticos; a censura à imprensa etc. Enfim, todo um elenco de condições redimensionava a presença e a atuação do tenentismo, golpeando fundamentalmente os mecanismos políticos do domínio oligárquico. (GOMES, 1980, p. 27).

Desfrutando de uma posição proeminente no interior do Estado, os “tenentes” esforçam-se por conquistar bases sociais de sustentação ao seu projeto político. Uma vez dispondo de considerável influência nas instâncias decisórias do poder, o Tenentismo poderia transformar-se num importante polo aglutinador, diante do apelo que sua prestigiosa condição no aparelho estatal poderia exercer nos vários setores da sociedade.

Assim, nos dois primeiros anos do Governo Provisório, os tenentes procuraram se consolidar no interior do bloco dominante, por meio da criação do “Clube 03 de Outubro” e das “Legiões Revolucionárias”, organismos concebidos para funcionarem como núcleos de coordenação e mobilização política a partir do estabelecimento de um projeto de governo unificado. Tais organizações concorreriam para o fortalecimento do Tenentismo junto aos centros de decisão política, ao mesmo tempo em que veriam expandida a sua capacidade de influência sobre os grupos políticos e sociais, pelo fato dos tenentes ocuparem cargos de grande relevância na máquina administrativa do Governo.

### 3.3 – As Legiões Revolucionárias

A criação das Legiões Revolucionárias e a do Clube 03 de Outubro faziam parte da estratégia elaborada por setores do Tenentismo que tinha por objetivo principal a constituição de um organismo partidário de amplitude nacional, no qual deveriam figurar, organizadas em torno de um programa político comum, as forças identificadas com os ideais “revolucionários”. Além disso, este partido deveria exprimir, em sua plataforma de ação, os interesses e demandas da nação como um todo. Pretendia-se, com isso, contrapor-se aos particularismos e regionalismos presentes na estrutura partidária dos grupos oligárquicos, rompendo, assim, com a prática política dominante na Primeira República.

De acordo com Vavy Pacheco Borges (1992, p. 73), a autoria do projeto de criação de um aparelho partidário de dimensões nacionais pertencia à Oswaldo Aranha que, para tanto, vislumbrava criar núcleos “revolucionários” nos estados. Tal ideia ganharia a simpatia de Góis Monteiro. Em novembro de 1930, as duas personalidades lançariam um manifesto intitulado *Legionários de Outubro*, no qual expõem os compromissos firmados com a formação das Legiões:

Vencestes na luta armada! Diante do ímpeto do vosso levante no Sul, no Norte e no Centro, desmoronou o velho sistema e raiou afinal a liberdade com que sonharam os propagandistas da Primeira República. O vosso levante em massa representou a primeira fase do grande trabalho de reconstrução nacional. Abre-se agora a outra fase, mais importante: a da organização nova, modelar, da Segunda República, que deverá ser a República sonhada pelos patriotas. Ainda a Pátria precisa da convergência dos esforços de todos. [...]. Se, sob a bandeira da Legião, cada um cumprir o seu dever, no lugar que ocupa na vida; se cada um conquistar, pelo trabalho meritório, honrado e intenso, a consideração e prestígio desvirtuados no velho regime, a Segunda República, consolidada pelo patriotismo de todos, assentará sobre alicerces sólidos e indestrutíveis. [...]. Em poucos dias serão organizados os centros cívicos encarregados do alistamento em todo o território nacional, [...]. (ARANHA; MONTEIRO, 1930 apud CARONE, 1975, p. 366-367).

A função básica a ser desempenhada pelas Legiões, nos Estados, portanto, era propagar os ideais da Revolução, defendendo a sua existência e continuidade. Vale ressaltar, também, que, para Juarez Távora, seria por intermédio das Legiões, que as correntes “outubristas” aproximar-se-iam da população rural e urbana do país, alinhando-as ao “[...] programa de ação da ditadura”. (TÁVORA, 1976, p. 16).

Contudo, tal projeto terminaria por fracassar. Seria apenas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais que a iniciativa se concretizaria, ainda assim assumindo contornos e orientações distintos do que havia sido preestabelecido:

Somente em São Paulo e em Minas Gerais, [...], a ideia toma corpo, e o faz de forma bem diversa da intenção original, pois não se torna 'nacional', mas da iniciativa acabam se concretizando dois movimentos com feições nitidamente estaduais, com posições e falas bastante divergentes e que não procuram se integrar. (BORGES, 1992, p. 73).

Assim, na prática, as Legiões desviaram-se dos propósitos que animaram a sua organização, uma vez que os "legionários" se envolveram profundamente na vida pública local, arrastando a organização para o terreno das lutas e conchavos políticos com os setores oligárquicos estaduais, o que provocou um completo desvirtuamento, na prática, do fundamento principal que as Legiões deveriam adotar enquanto princípio norteador de sua ação política: a defesa da "Revolução".

Segundo Helena Bomeny (1980, p. 147), o surgimento da Legião de Outubro, em Minas Gerais, respondia ao desejo das forças revolucionárias ligadas ao Movimento Tenentista para que o Governo Federal interviesse no cenário público do referido Estado. A intenção era desmantelar a máquina política da oligarquia mineira, considerada símbolo do antigo situacionismo político. Era preciso reorganizar o quadro político no território mineiro de forma a alinhá-lo às diretrizes do Governo Provisório:

Integrar Minas na revolução, significava, fundamentalmente, esvaziar e desmoralizar a força política da oligarquia que até então detivera o poder no estado e que, na conjuntura revolucionária, lutava para preservá-lo. Esvaziar essa força implicava excluir o PRM como canal de representação política dos interesses oligárquicos do estado. É nesse contexto que se cria a Legião de Outubro, em fevereiro de 1931. (BOMENY, 1980, p. 147).

Porém, a organização da Legião no Estado de Minas Gerais, deveu-se à iniciativa de uma fração da elite política local. Constituiu a referida agremiação, portanto, o instrumento por meio do qual tal fração pôde fazer frente à corrente oligárquica liderada por Artur Bernardes. Reside aí, no entender de Helena Bomeny (1980, p. 144), a contradição que marcou a formação e a atuação da Legião de Outubro em Minas Gerais. Embora concebida pelos "tenentes", a sua existência no cenário político mineiro foi de responsabilidade de uma parcela dos setores dominantes. Além disso, embora constituísse um instrumento por meio do qual se deveria combater a influência dos interesses regionais na estrutura administrativa do poder, a Legião fora operacionalizada, no território mineiro, por um segmento da oligarquia estadual. Dessa forma, a Legião de Outubro, em Minas Gerais, acabou por se estruturar nos moldes oligárquicos, servindo-se dos mesmos instrumentos de representação e coerção política manobrados pelas elites civis.

A formação da Legião Revolucionária de São Paulo, em doze de novembro de 1930, ocorreu já em um momento no qual já se abria uma fase de intensa rivalidade entre Tenentismo e setores oligárquicos dissidentes, que passaram a disputar espaço na nova composição política que então se formava. Um dos principais palcos no qual tal rivalidade alcançou patamar agravante foi São Paulo, em virtude do fato de que o governo deste Estado fora transmitido, no imediato pós-1930, a um tenente, João Alberto, escolhido por Getúlio Vargas para ocupar, no território paulista, o posto de interventor federal. A oposição dos setores oligárquicos paulistas à orientação centralizadora adotada pelo Governo Provisório e à posição de destaque conquistada pelos “tenentes” no bloco político dominante atingiria seu ápice em julho de 1932, quando da deflagração do movimento armado, capitaneado por frações da elite política de São Paulo, contra o governo federal.

Ao longo dos anos de 1931 e 1932, os “tenentes” buscaram atrair a simpatia de diferentes setores da sociedade paulista ao seu programa de governo, de forma a consolidar núcleos de sustentação político-social ao Tenentismo e, assim, possibilitar ao referido movimento um maior potencial para contrapor-se à forte influência que as principais agremiações partidárias paulistas tinham sobre as camadas dominantes de São Paulo. Desta forma, fora organizada a Legião Revolucionária de São Paulo, cuja ação direcionou-se à pequena burguesia e ao proletariado urbanos, e a Federação das Associações dos Lavradores de São Paulo, que apresentava uma orientação mais propriamente sindical e estava voltada para os interesses exclusivos dos cafeicultores.

Em doze de novembro de 1930, a população paulista recebeu, por meio de informes lançados por aviões, a notícia da criação da Legião Revolucionária de São Paulo, uma organização que se apresentava enquanto “[...] um movimento de arregimentação popular ‘a favor da Revolução’ e ‘contra os políticos’ em geral”. Os panfletos espalhados pelas aeronaves contavam com a assinatura de João Alberto e Miguel Costa. Posteriormente, os dirigentes da referida agremiação proclamavam que a constituição da Legião respondia à orientação emanada do círculo político federal, no sentido de que se formasse um aparelho partidário de amplitude nacional, alinhado às aspirações “revolucionárias”. Os informes dos “legionários”, espalhados pela capital paulista pelas aeronaves da Força Pública, dirigiam-se à população, com o objetivo de conscientizá-la e atraí-la para a “Revolução”. A Legião, que tinha em João Alberto e Miguel Costa suas duas principais personalidades, colocava-se como defensora do movimento “revolucionário”, devendo, portanto, zelar pelo cumprimento dos princípios saneadores e

moralizantes que animaram o referido movimento. Ressaltava-se, também, que a organização não possuía uma natureza partidária, nem obedecia a uma orientação personalista. Contudo, não tardaria para que tais princípios, ao longo da atuação política da Legião, fossem desvirtuados, uma vez que a organização se portou, ao longo de sua existência, enquanto um aparelho partidário de dimensão local, disputando funções no interior da máquina administrativa estadual e exercendo influência política na distribuição de cargos.

Além disso, a Legião Revolucionária de São Paulo tornou-se palco de uma ferrenha disputa entre João Alberto e Miguel Costa, o que provoca, entre as duas principais lideranças “revolucionárias” em São Paulo, uma forte animosidade despertada pela disputa por maior poder de influência junto aos diversos segmentos políticos e sociais. João Alberto procurou aproximar-se de uma fração da chamada “Lavoura Paulista”, aproveitando-se das fraturas existentes no seio da cafeicultura de São Paulo e da situação periclitante em que esta se encontrava, naquele período, por causa dos efeitos da crise mundial de 1929, que atingira gravemente o setor agroexportador brasileiro, principal eixo da economia nacional. Miguel Costa, por sua vez, principal liderança da Legião Revolucionária, procurará estabelecer articulações com diversas camadas da população, concentrando seus esforços junto aos setores populares urbanos.

A Legião Revolucionária de São Paulo formulou duas plataformas políticas. A primeira, que veio a público no mês de março de 1931, denominada de *Manifesto à Nação*, e a outra, em forma de programa, contém as teses aprovadas pelo Congresso promovido pela Legião no mês de setembro de 1931. O *Manifesto*, concebido por Plínio Salgado, futuro líder da Ação Integralista Brasileira (AIB), recebera a aprovação, por meio de assinaturas, de elementos civis e militares. Dentre estes últimos, encontra-se Miguel Costa, porém, ficando ausente João Alberto.

O documento<sup>86</sup>, em suas linhas gerais, denuncia o que reconhece como um estado de desordem ideológica e política no qual encontra-se o Brasil. Coloca, enquanto seu público destinatário, a população urbana e rural, abarcando as diferentes posições sociais, embora dedique maior atenção aos “sofredores” da nação. Além disso, faz crítica aos regionalismos e personalismos fortemente presentes no universo da política nacional

No meio da confusão ideológica, por entre as marchas e contra-marchas dessa velha política de sentido regional, em face da indecisão dos tímidos, da intransigência dos teóricos, da displicência dos ecléticos. [...]. A Legião Revolucionária de São Paulo fala às massas da cidade e

---

<sup>86</sup> O Manifesto à Nação encontra-se reproduzido, integralmente, em: (CARONE, 1975, p. 431-450).

às multidões dos campos e dos sertões; fala aos agricultores, industriais, operários, comerciantes, intelectuais, funcionários, classes armadas, aos que trabalham e produzem, e fala, também, aos oprimidos e aos sofrendores; aos que necessitam de pão; aos que anseiam pela felicidade da Pátria comum; mas, principalmente, dirige-se, [...], aos que se batem ou querem se bater por uma afirmação de nacionalidade, libertos de todas as doutrinas exóticas, independentes de todos os conchavos, alheios às competições de campanários e livre de todos os preconceitos. (LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA, 1931, apud CARONE, 1975, p. 431-432).

Tal como fez Alberto Torres, a Legião de São Paulo, em seu Manifesto, atribuiu a situação de desequilíbrio econômico e fragmentação político-social, na qual se encontrava o Brasil, à adoção de modelos de governo não emanados da realidade nacional. Assim, a desorganização da produção, a desigualdade socioeconômica e a dispersão demográfica resultam do descompasso existente entre instituições políticas “exóticas” implantadas em uma realidade que lhes apresenta plenamente incompatível:

Desde a Monarquia, temos vivido sob a preocupação de impor ao nosso país sistemas políticos estrangeiros. Experimentamos o parlamentarismo inglês até 1889; daí, para cá, voltamo-nos para as fórmulas americanas e, agora, é ainda entre os Estados Unidos, a Itália, a Rússia, que oscila certa mentalidade que pretende nos impor nas novas imitações. Assim não deveremos transplantar para o Brasil nem comunismo, nem fascismo, nem outros sistemas exóticos. A nossa Constituição futura deve sair inteira das nossas necessidades. O Brasil até hoje – lembrava Alberto Torres – tem servido à República, é preciso que a República possa servir o Brasil. (LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA, 1931, apud CARONE, 1975, p. 434).

No campo da organização política do país, os “legionários”, fortemente influenciados pelo pensamento político de Alberto Torres, de orientação nacionalista e centralizadora, reclamam o fortalecimento do poder central e uma maior participação do Estado no campo econômico. Ao poder público é confiada a responsabilidade de organização das classes, cabendo aos dirigentes do país promover a igualdade jurídica entre elas e a harmonia entre o capital e o trabalho; a adoção da representação classista e de órgãos técnicos, em detrimento dos de natureza política; Aos Estados, deverá ser concedida plena liberdade administrativa, desde que diminuída a sua autonomia política. Ainda assim, no campo administrativo, aos Estados não competirá decidir sobre questões consideradas de interesse do Brasil; via indireta para a escolha do Executivo federal; Unificação da Justiça e autonomia ao Poder Judiciário.

Nos campos social e econômico, O *Manifesto* empreende, também, um vigoroso combate contra o imperialismo, não importando a maneira com que venha ser exercido;

defende a necessidade de se nacionalizar as instituições bancárias, os recursos minerais e energéticos e as redes de transporte e comunicação; investe contra monopólios e trustes e o açambarcamento das riquezas nacionais pelos órgãos sindicais de origem estrangeira; propõe medidas em prol do mercado interno e uma revisão de nossa política fiscal; demanda auxílio às chamadas “indústrias naturais”.

No que tange ao universo agrário nacional, os “legionários” denunciam o completo esquecimento a que ficou relegada, durante a Primeira República, a população do campo. Desprezados pelas autoridades públicas, os habitantes da zona rural viram-se em meio a toda sorte de mazelas e misérias:

Ao redor das lavouras esplêndidas dos grandes proprietários que criaram a suprema ilusão da riqueza, arrasta-se uma agricultura penosa, que se prolonga pelos nossos sertões, abandonada e esquecida, sem crédito e sem auxílio. É o drama do homem brasileiro. Desse homem, assaltado pelo amarelão, pelo paludismo, pela sífilis, pelo ócio; desse homem, sem instrumentos agrícolas, sem meios de transportes, sem escolas, sem assistência, que vibra, de sol a sol, a enxada heroica, o instrumento primitivo, na exasperante conquista do pão e da roupa. Desse homem, que é capaz de derrubar florestas, que vadeia os rios, que se ergue como um titã enfrentando a natureza; e que não foi capaz ainda de intervir violentamente na vida pública da Nação, clamando por um direito sagrado. (LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA, 1931, apud CARONE, 1975, p. 446-447).

Além disso, afirmam a vocação agrícola do Brasil, para chamar atenção quanto à situação da população rural:

O Brasil, agrícola por fatalidade de suas condições, tem vivido sob o ponto de vista de sua personalidade nacional, uma vida falsa. Podemos chamar à República de 1889, a ‘República dos industriais e grandes latifundiários’. [...]. A República agravou, politicamente, a situação de passividade das massas rurais, desamparadas, desaparelhadas, famintas, sem interferência na vida pública. Assim a encontrou, por toda a extensão do país, a Coluna Prestes, na sua marcha através do território brasileiro. (LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA, 1931, apud CARONE, 1975, p. 437).

Diante do quadro de penúria e abandono que impera no universo rural brasileiro, o *Manifesto* clama por investimentos na elevação moral e cultural do homem do campo, cabendo ao Estado assistir-lhe em suas necessidades físicas e econômicas, integrando-o, por meio do “trabalho”, na vida econômica, social e política do país. Assim, deve-se investir na modernização das técnicas de plantio e cultivo e do setor de transportes, conceder proteção à pequena propriedade e promover, por meio do combate ao “latifúndio particular”, uma “justa” distribuição de terras, de forma a tornar a zona rural atrativa e

almejada, uma vez que “Há, no Brasil, imensos latifúndios e temos, entretanto, o problema dos desocupados”:

O Estado tem de intervir fortemente no sentido de dar a terra ao verdadeiro agricultor, e, uma não deve despertar desconfiança na sua atitude, de defensor supremo dos que querem trabalhar e produzir. [...]. Ao meio tempo, cumpre ao Estado reintegrar na posse da Nação os latifúndios a ela arrancados pelos erros políticos do passado, pelo espírito de aventura que dominou largamente, durante tantos anos, apoiado na inconsciência dos políticos profissionais. (LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA, 1931, apud CARONE, 1975, p. 447).

Segundo Vavy Pacheco Borges (1992, p. 95-96), o *Manifesto* recebeu pesadas críticas por parte dos principais meios de comunicação paulistas e dos grupos políticos ligados às principais organizações partidárias de São Paulo. Curiosamente, o referido documento não ganharia uma ressonância positiva nem mesmo na imprensa ligada à Legião Revolucionária. Em suas páginas, não houve um forte alarde com relação às diretrizes propostas. Não houve, até mesmo, esforço por parte do principal líder da Legião, Miguel Costa, em promover publicamente as teses sustentadas na referida plataforma.

Embora um tanto quanto desprestigiado e desprezado pelos “legionários” de São Paulo, o *Manifesto à Nação*, redigido por Plínio Salgado, teve alguns de seus princípios reconhecidos no programa<sup>87</sup> aprovado pelo Congresso da Legião, realizado em setembro de 1931, no qual ficou decidido a conversão da agremiação em um partido político, o Partido Popular Paulista.

Na esfera política, os “legionários” paulistas defendem a centralização do Poder, a adoção do voto secreto e da via indireta para a escolha do Executivo Federal. A representação das classes deveria ser efetuada por meio de conselhos técnicos, que tomariam o lugar do Poder Legislativo. No universo jurídico, o programa reivindica, entre outros pontos, a federalização do sistema judiciário e a autonomia dos magistrados.

No campo das relações de trabalho, a Legião defende a regulamentação da jornada de trabalho; a organização social em bases cooperativas; instituição do salário mínimo; direito à férias; organização sindical da classe trabalhadora; regulamentação do trabalho feminino, infantil e dos “incapazes”; direito de greve. Dentre as medidas

---

<sup>87</sup> O programa partidário da Legião Revolucionária de São Paulo encontra-se reproduzido, integralmente, em (CARONE, 1975, p. 450-456).

presentes, destaca-se a que defende o deslocamento da mão-de-obra excedente, no meio urbano, para a zona rural. Para tanto, caberia ao Estado promover uma:

“Política sistemática para tornar os meios rurais desejados pela população, criando-lhes o conforto indispensável mediante leis de proteção especial que garantam e facilitem a obtenção dos melhoramentos que a ciência vulgarizou nas cidades” (LEGIÃO REVOLUCIONÁRIA, 1931, apud CARONE, 1975, p. 453).

No plano cultural, propõe a criação de um projeto nacional de educação, sendo sistematizadas a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário e profissionalizante. No campo do ensino técnico-profissional, reivindica a criação de centros educacionais de natureza agrícola e industrial, voltado para a instrução dos adultos. Além disso, estabelece um plano de ensino fundamentado na “cultura popular”, que deveria ser aplicado de diferente maneira nas cidades e nas áreas agrícolas, e a promoção da educação física.

No que tange ao universo agrário, o programa defende: o desenvolvimento da policultura; a formalização de uma política de créditos; a obrigação de serem aproveitadas as faixas de terras localizadas nas proximidades das vias de transporte; o aproveitamento das áreas devolutas para a criação de núcleos coloniais sob bases cooperativas; a instituição de um tribunal de terras; a “redução” dos latifúndios, principalmente os localizados na zona litorânea. Tais medidas respondem ao objetivo de reduzir os latifúndios, impedir a concentração e o monopólio da propriedade e garantir uma legislação voltada para a defesa do trabalhador rural. Contudo, a Legião Revolucionária adequa a sua política fundiária à defesa da propriedade privada e à adoção de uma “Legislação uniforme para as desapropriações por utilidade e por necessidade pública”. Assim, as transformações no panorama agrário nacional deveriam estar amparadas no preceito que sustenta a proeminência do interesse social sobre a conformação do direito de propriedade.

Além disso, o programa reclama a proteção jurídica e medidas reguladoras para a exploração e o aproveitamento dos recursos hídricos e minerais; o desenvolvimento da siderurgia e a promoção das atividades voltadas para a piscicultura; a revogação dos tributos alfandegários, de natureza protecionista, para os produtos que possam ser encontrados no mercado interno; a modernização das redes de comunicação e transporte; revisão do sistema fiscal; extinção dos impostos interestaduais e intermunicipais; a dissolução da tributação sobre o consumo e a exportação e sua substituição pelo imposto “territorial”; o exclusivo controle das dívidas externa por parte da União; a normalização dos monopólios e a proibição dos trustes; a padronização dos produtos exportáveis.

Mais uma vez, as teses sustentadas pelo programa da Legião receberam pesadas críticas por parte dos principais jornais de São Paulo, além das elites civis que congregavam o PD e o PRP. A contrapropaganda destes setores concentrou-se na associação dos “legionários” e seu programa com a doutrina comunista.

Também por parte da Legião, mesmo depois de convertida em partido, não houve uma preocupação de divulgar, de forma ampla e efusiva, o conteúdo do programa aprovado em congresso. Tal comportamento se explica pelos impasses e contradições que acompanharam uma organização, a qual, “[...] tendo tido um ponto de partida ‘nacional’ e ‘revolucionário’ – acaba se efetivando como partido político estadual, com práticas e discursos regionalistas”, e que, “[...] começando ‘revolucionária’, acaba querendo uma constituição e eleições, como a FUP<sup>88</sup>, com a qual quer disputar eleitores e votos” (BORGES, 1992, p. 100).

Assim, se, em sua fase inicial, a Legião Revolucionária se opõe ao retorno do país aos moldes constitucionais, já nos momentos que antecedem a sua conversão em uma organização partidária, a organização passa a defender o processo de constitucionalização, adotando uma orientação política semelhante aos das frações oligárquicas que compunham a Frente Única Paulista (FUP).

O pragmatismo apresentado pelos “legionários”, imposto pelas circunstâncias de uma conjuntura política cujas rédeas não estavam em suas mãos, no caso, a condução do processo de constitucionalização do país, não constituiu sinal de arrojo e força, mas, pelo contrário, atestou sua debilidade e desorganização frente à ação de seus adversários. Desta forma, a Legião Revolucionária de São Paulo, já rebatizada como Partido Popular Paulista (PPP), não resistindo ao embate contra as forças oligárquicas de São Paulo, reunidas na Frente Única Paulista, perde força e expressão política já antes da deflagração da rebelião paulista, em julho de 1932.

---

<sup>88</sup> A Frente Única Paulista (FUP), organizada em fevereiro de 1932, congregava setores oligárquicos paulistas pertencentes ao Partido Republicano Paulista e ao Partido Democrático. Sua formação está ligada à campanha de oposição movida pelas elites políticas de São Paulo contra o Governo Provisório em favor do retorno do país aos moldes constitucionais.

### 3.4 – O Clube 03 de Outubro

O Clube 03 de outubro<sup>89</sup> surgiu no mês de fevereiro de 1931 quando, por iniciativa de Góis Monteiro, alguns nomes ligados ao movimento tenentista encontraram-se na residência do ministro das relações exteriores, Afrânio de Melo Franco. O General e as outras figuras do referido movimento, ao fundar a agremiação, desejavam agir como um “grupo de pressão” junto a Getúlio Vargas, além de defender os pressupostos revolucionários dos tenentes, propósitos que as Legiões não conseguiram realizar, pois se imiscuíram nas questões políticas estaduais<sup>90</sup>.

Assim, o citado encontro reuniu cerca de trinta personalidades ligadas aos “tenentes”, convidados pelo “tenente-civil”, o médico Pedro Ernesto Batista. A primeira liderança do Clube contou com a presença de Pedro Aurélio de Góis Monteiro como Presidente, Pedro Ernesto, primeiro vice-presidente, Herculino Cascardo, segundo vice-presidente, Osvaldo Aranha, terceiro vice-presidente, Augusto Amaral Peixoto, tesoureiro, Temístocles Cavalcanti, primeiro-secretário e Hugo Napoleão, segundo-secretário. A escolha de membros ficava subordinada à comprovação de que o “candidato” estava alinhado aos ideais revolucionários, ou seja, fosse um revolucionário “autêntico”. O propósito era afastar do Clube os representantes das frações oligárquicas que apoiaram Getúlio Vargas. Além disso, é importante ressaltar que a agremiação não pretendia transformar-se em um partido político ou em uma associação de cunho popular.

Conforme Juarez Távora (1976, p. 59), deveria ser, da mesma forma que as Legiões, um órgão capaz de promover a aglutinação das correntes “outubristas” a partir da discussão e formalização de um programa político.

---

<sup>89</sup> As informações a respeito do Clube 3 de Outubro expostas neste trabalho foram elaboradas a partir do capítulo escrito por Michael Conniff publicado na obra organizada por Eurico de Lima Figueiredo (FIGUEIREDO, 1979: 131-161) e, também, dos trabalhos de Guillaume Saes (2015) e Maria Cecília Spina Forjaz (1988), dentre outros.

<sup>90</sup> Em depoimento à Lourival Coutinho (1956, p. 157), Góis Monteiro afirmou que a criação do Clube seria uma forma de “[...] impedir que os ‘Tenentes’ levassem questões políticas para os quartéis, ficando estas adstritas ao Club, o que resguardaria a disciplina e daria oportunidade de uma reconciliação entre os militares revolucionários e seus antagonistas”. O fortalecimento institucional e Político das Forças Armadas, para Góis Monteiro, far-se-ia por meio do restabelecimento da ordem hierárquica e da disciplina no interior das instituições militares. Daí o receio quanto ao efeito desagregador e dispersivo que a presença dos “Tenentes” na máquina administrativa do Estado poderia acarretar no seio da classe militar: “Logo em Vitória, no Palácio do Governo, encontrei o ‘Tenente’ Punaro Bley, Interventor, desfrutando pelo cargo que exercia, não só as delícias do Poder, com todos os privilégios e honras, como a vantagem hierárquica sobre o funcionalismo e os próprios companheiros de uniforme mais graduados, Na Bahia, já governada pelo Sr. Juracy Magalhães, outro ‘Tenente’, [...], verifiquei a mesma ascendência sobre o funcionalismo, a magistratura, etc. Em Sergipe, [...], e Alagoas, [...], todos no gozo do mesmos privilégios. [...]. Tratava-se de um grave inconveniente e despertaria novas ambições e o desejo dos demais oficiais de usufruírem essas comodidades e vantagens e não mais se dedicarem à instrução nem se submeterem aos percalços da carreira na tropa” (COUTINHO, 1956, p. 240).

O Clube buscou aproximar-se de Getúlio Vargas como forma de “blindá-lo” das investidas dos setores oligárquicos que pleiteavam o retorno a um regime constitucional e, também, pressioná-lo para que os princípios revolucionários, que nortearam a Revolução de 30, fossem implantados. Para os membros do Clube 03 de outubro a reconstitucionalização do país simbolizava o fortalecimento das oligarquias estaduais e suas máquinas eleitorais. Nesse sentido, os tenentes mostraram-se desfavoráveis à volta de um governo constitucional, defendendo a manutenção do regime ditatorial como forma de viabilizar o projeto revolucionário.

De acordo com Juarez Távora (1976, p. 86), as forças do “Tenentismo” não repudiavam a ordem constitucional em si mesma, mas o prematuro retorno do país aos moldes de uma Constituição, ou seja, no momento em que o Governo Provisório ainda não cumprira com os objetivos e ideais pelos quais os “tenentes” vinham lutando desde os anos 1920, e que motivaram sua adesão à Revolução de 30. A constitucionalização, na visão deste grupo, constituía processo natural e inexorável. Contudo, o país ainda não apresentava, naquele momento, condições favoráveis para o início daquele. Era preciso, antes, expurgar o ambiente político nacional e a máquina administrativa do Estado de toda a sorte de vícios e práticas espúrias legadas pelos governantes da Primeira República, cuja administração assumira feições oligárquicas pelo fato de fazer das instituições políticas um instrumento para perpetuarem-se no poder.

Contra todas as imperfeições e desacertos de ordem social, política, econômica e cultural, que compunham o cenário da antiga ordem política, não bastariam, para Juarez Távora, as soluções propostas pelas elites políticas dissidentes que aderiram à campanha da Aliança Liberal e foram complacentes para com o movimento político-militar que destronara Washington Luís. A adoção do voto secreto e a instituição de um órgão que deveria organizar e fiscalizar as eleições, a chamada Justiça Eleitoral, não seriam suficientes para completar a obra revolucionária:

Compreendo, hoje, que os políticos associados à Revolução de 1930 – menos exigentes que seus companheiros militares, e descontentes com atos criticáveis da Ditadura – julgassem viável essa retificação de fatos e de hábitos, através de eleições realizadas sob regime de voto secreto, e sujeitas, em todas as fases de seu processo, a fiscalização e a decisões da Justiça Eleitoral. Mas os ‘Tenentes’, de que haviam sentido, na própria carne, ao longo de vários anos de lutas, as terríveis deformações democráticas de que apenas acabávamos de sair; e que, durante esse período de provações, haviam tido como adversários, muitos destes aliados políticos, na revolução vitoriosa – não acreditavam que a simples substituição de adversários de ontem, por outros de anteontem, pudesse realizar – sem uma decantação mais prolongada de seus hábitos

políticos – o quase-milagre de nossa almejada regeneração democrática (TÁVORA, 1976, p. 86).

Diante da forte oposição oligárquica, que congregava tanto os setores vencedores, quanto os derrotados, em 1930, o Clube desempenhou, para Getúlio Vargas, um importante papel de “contrapeso político”, com o qual buscou fortalecer-se. No segundo semestre de 1931, por exemplo, várias personalidades ligadas ao movimento tenentista e ao Clube ascenderam ao comando dos Executivos estaduais. A proximidade com o círculo governamental, além de uma imagem prestigiosa junto aos quadros de oficiais das Forças Armadas, era um reflexo da importância política e, também, militar que a agremiação conquistou.

Segundo Juarez Távora (1976, p. 60), fora somente no findar do ano de 1931 que se organizaram e se definiram as normas e regimentos do Clube 03 de Outubro, sendo definido, no final do mês de dezembro, um “Manifesto à Nação” que chegou ao público por meio do jornal Correio da Manhã. Neste documento, os membros do Clube expuseram seus pontos de vista em relação ao retorno do país aos moldes constitucionais, assunto que se tornara candente, naquele contexto. Não se criticou o regime constitucional em si mesmo, mas, a sua instituição de maneira prematura, precoce, sem as condições necessárias para o seu efetivo e ideal funcionamento:

[...] o Clube 3 de Outubro quer a Constituição. Não, porém, qualquer Constituição. Pedi-la-á, quando notar ser possível a adoção de um sistema, se não perfeito, pelo menos assegurador da ordem, por período razoavelmente longo, e depois de verificar que as medidas imediatas e indispensáveis à sua execução já foram tomadas. (CLUBE 3 de OUTUBRO, 1931, apud TÁVORA, 1976, p. 60).

Nesse sentido, sob a presidência de Pedro Ernesto, o Clube iniciou uma “ofensiva” em defesa do governo Vargas, diante da forte oposição dos grupos oligárquicos, principalmente os de São Paulo. Fez parte dessa ofensiva, a elaboração dos princípios políticos do Clube, que se tornaram públicos em fevereiro de 1932, no *Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil*. Discutidas as propostas dos membros da entidade, a redação do Esboço ficou sob responsabilidade de uma comissão formada por Augusto Amaral Peixoto, oficial da Marinha, Estênio Caio de Albuquerque Lima, oficial do Exército, Valdemar Falcão, que ocuparia o Ministério do Trabalho durante o Estado Novo e o tenente-civil Abelardo Marinho. No documento, o projeto político, econômico, social e cultural dos tenentes do Clube 03 de outubro aparece

dividido nos seguintes itens: nacionalidade; economia; finanças; administração pública; sociedade brasileira; política; justiça; defesa nacional; relações exteriores.

No que compete à organização dos poderes, no *Esboço* podemos apreender o esforço dos “tenentes” em promover a unidade nacional a partir do combate às fórmulas e instituições políticas consideradas “inadequadas” à realidade econômica e social que, uma vez vigentes na antiga ordem oligárquica, serviram para consagrar a ascendência dos regionalismos e particularismos frente aos valores e interesses do país, aqueles elevados enquanto expressão destes:

A República passada foi toda uma mentira. Estudos e indagações determinaram, nitidamente, os principais fatores da falência do regime político inaugurado em 89; a falta de cultura do povo e o divórcio entre a Constituição de 24 fevereiro e a realidade brasileira. Apurando bem, a responsabilidade maior deve caber ao pacto de 91. Houvesse, na lei das leis, dispositivos que cuidassem, precavida e eficientemente, da educação do povo, problema primordial, outros teriam sido a evolução e o desenvolvimento da Primeira República. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 05).

Como resultante dessa dissonância entre princípios legais e aspectos legitimamente nacionais tivemos

[...]um legislativo subserviente; uma justiça complacente com o executivo, se não obediente ao mesmo; o desaparecimento da estirpe de estadistas, que se creára na monarquia; a desorientação absoluta em economia e finanças; a advocacia administrativa ostensiva, entrelaçada ao industrialismo político; a ausência de partidos em torno de programas; a descontinuidade administrativa; o encarceramento do pensamento; a procrastinação sem fim das reformas sociais reclamadas pelas classes trabalhadoras e produtoras; o Exército desorganizado, desfalcado e reduzido; a Marinha de Guerra insuficiente, desmantelada e desenganada nos seus sonhos de soerguimento; o mal estar e a intranquilidade em todas as classes; certa de oitenta por cento de analfabetos, etc. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 05-06).

Diante desse estado das coisas, necessário seria, e neste ponto procura-se legitimar a intervenção dos militares no cenário público, empreender obra transformadora, moralizante, procurando corrigir os “abusos” e “excessos” oriundos da relação discrepante entre os princípios legais “importados” e a condição social e cultural dos nacionais:

Realizemos a democracia, entregando o governo aos que trabalham e produzem; Asseguremos bom rumo à administração, facultando aos especialistas interferência eficiente na gestão dos negócios públicos; Evitemos o arbítrio, dando o governo à órgãos coletivos; Ergamos uma justiça autônoma, uma e independente. Promovamos a educação intensiva da massa popular, generalizando o culto pelo Direito; E

teremos assim operado a verdadeira reconstrução político-social do Brasil. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 08).

Embora ficasse mantida a estrutura federativa, formada por Estados autônomos, os “tenentes” do Clube 03 de Outubro propunham a limitação da competência do Poder Executivo, nas esferas municipal, estadual e federal, devendo a este ficarem reservadas atribuições de caráter administrativo. Além disso, a sua ação seria respaldada e direcionada por organismos de caráter técnico, que velariam pela continuidade das medidas administrativas diante da transitoriedade dos governos. É importante ressaltar que o mandato dos escolhidos para compor os Conselhos Técnicos deveria ser superior aos dos membros do Poder Executivo.

As instâncias legislativas municipal, estadual e federal deveriam ser estruturadas sob a forma bicameral, compostas, portanto, por uma Câmara Política e outra Profissional<sup>91</sup>. No que tange à organização da Justiça, o Esboço reivindica a federalização do Direito e unificação do sistema judiciário. O planejamento da economia, a organização das finanças, da administração e dos serviços públicos deveriam ser, também, federalizados. No que tange ao sistema fiscal, o Clube 03 de Outubro ao mesmo tempo em que reivindica a adoção de uma tributação sobre a propriedade e, também, de um imposto sobre a renda, reclama, entre outros, a extinção gradual das taxas de exportação; dissolução dos tributos intermunicipais e interestaduais.

Na esfera militar, o Clube 03 de Outubro clama por uma reestruturação técnica e material das Forças Armadas, ao mesmo tempo que exige a desmilitarização dos órgãos policiais estaduais, que deveriam ser federalizadas. O serviço policial nos Estados e Municípios ficaria a cargo de uma força policial de natureza civil, que atuaria conjuntamente com as unidades federais.

No campo social, o programa reclama a organização das classes em moldes associativos, sob base profissional. No que tange aos direitos da classe trabalhadora, das cidades e dos campos, o *Esboço* apresenta considerável número de diretrizes dentre as quais, podemos destacar: salário mínimo; regulamentação das horas de trabalho; a obrigatoriedade das férias e do descanso semanal;

---

<sup>91</sup> Os componentes destes dois organismos seriam escolhidos mediante eleições indiretas, nas quais teriam direito de voto os representantes políticos e profissionais eleitos diretamente pela população e pelos órgãos associativos profissionais ou culturais respectivamente. Caberia, por sua vez, às Câmaras Política e Profissional, por meio de uma “Convenção Especial”, eleger o chefe do Executivo. Haveria dois vice-presidentes, nos Estados e no plano Federal, cada um eleito por uma determinada Câmara. O mesmo ocorreria nos municípios.

As políticas econômicas do Estado deveriam ser concebidas e assistidas, em sua implantação, pelos organismos de natureza técnica; o Clube 03 de Outubro se opõe terminantemente à adoção de medidas de auxílio e proteção que ficassem restritas a um determinado produto apenas, tal como fora feito com o café, durante a Primeira República, por meio dos planos de valorização artificial dos preços. Além disso, critica-se o protecionismo alfandegário. O *Esboço*, ainda que reconhecesse a legitimidade da propriedade privada, firmaria compromisso com a função social desta. Dessa forma, o poder público poderia expropriar os empreendimentos particulares, desde que reconhecida a necessidade de sua coletivização/nacionalização e realizado o pagamento de indenização aos antigos proprietários:

Respeitar o direito patrimonial de propriedade, mas evitar que venha isso a favorecer o parasitismo negociista, insaciável e dissimulado, para o que sempre se terá em vista a função social da propriedade. No conceito da propriedade, não se pode sobrepor à função social o interesse individual. O Estado pode transferir para a coletividade a propriedade das empresas particulares, susceptíveis de socialização, desde que indenize os seus donos segundo o valor da aquisição e dos capitais aí investidos, mais os juros legais, podendo ainda basear-se sobre o último balanço ou sobre os impostos pagos. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 48).

Os “tenentes” do Clube 03 de Outubro defendem a nacionalização dos recursos naturais, alçando-os à condição de patrimônio coletivo. Da mesma forma, reclamam o estabelecimento de diretrizes que regulamentem as formas de exploração das riquezas minerais e energéticas, por meio da criação de Códigos; o desenvolvimento da produção siderúrgica, desde que alinhada aos interesses nacionais; proteção às chamadas “indústrias naturais”, ou seja, as quais utilizavam matéria-prima de origem nacional, como, também, das que produzissem produtos alimentícios e gêneros de primeira necessidade.

A orientação protecionista deveria contemplar somente as atividades industriais que estivessem articuladas com as demandas e necessidades do país, ficando excluídas as chamadas “indústrias artificiais”, que processavam matérias-primas estrangeiras; a promoção da policultura, concedendo auxílio à produção de gêneros alimentícios básicos, vestimentas e os artigos imprescindíveis ao bem-estar da coletividade. Para tanto, seria necessário que o poder público agisse junto aos produtores, auxiliando-o e coordenando as atividades agrícolas, distribuindo maquinários e disseminando técnicas que propiciassem uma exploração mais racional e efetiva do solo;

Ainda no campo dos interesses econômicos, o programa defende a nacionalização das rotas de transporte e vias de comunicação, dos empreendimentos que exploram a navegação de cabotagem e os que controlam as zonas portuárias; aperfeiçoamento e expansão da infraestrutura de transportes em consonância com os interesses do Brasil e com as exigências relativas à estratégia de defesa nacional.

No plano educacional, o *Esboço* privilegia a formação profissionalizante, orientação essa alinhada a uma concepção de organização social a partir do trabalho. Assim, a plataforma reclama a criação de organismos de ensino voltados para a especialização profissional do trabalhador urbano e do homem rural.

Quanto à organização econômica e social do campo, o programa propõe uma reestruturação do panorama agrícola nacional a partir do combate ao latifúndio improdutivo e/ou estabelecido de forma irregular, além dos localizados em áreas consideradas estratégicas do ponto de vista militar. Assim, caberia ao Poder público:

Promover a utilização social das terras devolutas e das que tenham sido ilegalmente ocupadas e usufruídas por terceiros, afim de que, depois de revertidas ao patrimônio público, possam ser utilizadas na localização de núcleos coloniais cooperativos. Estabelecer a obrigatoriedade, por parte dos governos, de reduzir ao mínimo possível todas as formas de latifúndios, especialmente nas faixas de território próximas ao litoral e às vias de comunicação. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 47).

Além da criação de estabelecimentos coloniais de base cooperativa nos espaços devolutos ou nas áreas ocupadas de maneira ilegal, o *Esboço* exige que os espaços localizados nas proximidades das rotas de comunicação e transporte sejam aproveitados produtivamente, caso contrário, seriam tais regiões utilizadas pelo Estado para a instalação de núcleos coloniais. Tais medidas ligam-se ao escopo maior de promover a ocupação dos territórios nacionais de uma forma a dinamizar o mercado e a produção interna e, assim, garantir a integração do país e o desenvolvimento econômico, em condições de igualdade, das diferentes regiões do país. Para tanto, o Clube 03 de Outubro reivindica o incentivo à policultura, valorizando, principalmente, os gêneros considerados de primeira necessidade, como, por exemplo, os alimentícios e os que são utilizados na fabricação de vestimentas.

A atenção especial concedida à atividade agrícola e pecuária voltada primordialmente às necessidades básicas da população brasileira liga-se ao problema da carência de suprimentos alimentares que o país, há muito, já experimentava, em razão da

posição hegemônica que o setor agroexportador sempre desfrutou no sistema econômico nacional.

Vale a pena ressaltar que grande parte dos víveres consumidos no Brasil era trazido do exterior, o que encarecia, obviamente, o seu custo. Desenvolver a produção interna, neste caso, serviria para atenuar dependência que o país tinha com o mercado exterior, tanto no que se refere à reprodução do capital, que deveria ser realizada, também, no plano interno, quanto no que tange à redução de nossa pauta de importações. Tal era a ideia quando reclamado o fomento à “[...] policultura do solo, [...], abandonada tanto quanto possível a miragem da monocultura de produtos exóticos, artificialmente valorizados pela ação dos governos”. (CLUBE 03 de OUTUBRO, 1932, p. 49). Daí a reivindicação para que o governo intensificasse o processo de colonização das áreas incultas.

Contudo, além da concessão de lotes de terra, caberia ao Estado<sup>92</sup> assistir os colonos, dando-lhes condições materiais<sup>93</sup> e culturais para que pudessem permanecer nas propriedades, garantir a sua subsistência e conseguir, por meio da exploração do solo, adquirir condições para poder desfrutar de qualidade de vida e formar seu “patrimônio. Para tanto, dever-se-ia:

Preparar racionalmente o aproveitamento das terras localizadas em regiões sujeitas a crises climáticas, de modo a fixar o homem ao seu habitat, transformando um e outro em fatores verdadeiros de riqueza; Proteger e estimular o mais possível a formação e a manutenção da pequena propriedade rural, mediante a transferência direta de lotes de terras cultiváveis para o trabalhador agrícola, de preferência o nacional, auxiliando-o a formar, em terra própria, a concretização de seu modesto patrimônio, como elemento básico da sua prosperidade e do seu bem estar. (CLUBE 03 de OUTUBRO, 1932, p. 37).

Caberia ao Estado promover a instrução técnico-profissionalizante do homem rural. Esta última ficaria à cargo dos núcleos de ensino agrícola, instalados em várias

---

<sup>92</sup> A efetiva fixação de populares no meio rural, de acordo com os “tenentes” do Clube 03 de Outubro, exigiria das autoridades públicas o esforço em promover a vida no campo e o trabalho agrícola como forma de atrair os colonos: “Trabalhar sistematicamente por tornar os meios rurais desejados pelas populações, proporcionando-lhes, para tal, a salubridade, a segurança e o conforto indispensáveis, mercê de medidas adequadas e de leis de proteção especial”. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 47).

<sup>93</sup> “Fazer adquirir pelos governos e distribuir pelos municípios agrícolas maquinarias e instrumentos destinados à racionalização e ao aperfeiçoamento da atividade produtiva do agricultor”. (CLUBE 03 de OUTUBRO, 1932, p. 48). Em outra passagem do *Esboço*, os “tenentes” propõem: “Considerar o problema das secas como eminentemente econômico, ao invés de um simples tema sentimental. Nesta ordem de idéas, procurar solucioná-lo sistemática e progressivamente, segundo um plano geral, cientificamente organizado, desenvolvendo-se a criação de açudes, promovendo-se a irrigação das terras secas pelos meios e processos mais condizentes com os preceitos da técnica, e estimulando-se a localização de uma parte das populações flageladas em núcleos coloniais, organizados em zonas férteis e favoráveis à cultura do solo”. (CLUBE 03 de OUTUBRO, 1932, p. 48).

localidades do país, nos quais seriam concedidos cursos sobre “[...] agricultura propriamente dita, veterinária, pecuária, horticultura, silvicultura, culturas cafeeira, algodoeira, cacaueteira, etc.” O aprimoramento técnico do trabalhador rural seria realizado concomitantemente ao ensino das humanidades, por meio das

[...] escolas populares, destinadas à mocidade dos campos e das zonas rurais, nas quais se professarão noções gerais de história, literatura, sociologia, higiene, agronomia e economia agrícola. Tais escolas, que equivalerão a verdadeiras universidades populares, terão uma importante missão no desenvolvimento cultural da juventude campesina e do proletariado dos campos e das cidades do interior, buscando elevar o seu nível mental e habilitando-os a se tornarem cada vez mais úteis à Humanidade e a Pátria. (CLUBE 03 de OUTUBRO, 1932, p. 59-60).

Fica explícito nesta passagem a intenção dos “tenentes” em integrar social e economicamente o homem do campo por meio, principalmente, da instrução voltada para o trabalho, garantindo o reconhecimento do seu valor, enquanto sujeito dotado de direitos e deveres, oficialmente reconhecidos, a partir de sua transformação enquanto gerador de riquezas e consumidor de produtos, o que seria fundamental para o desenvolvimento industrial do país. Além disso, o ensino humanístico lhe concederia uma consciência política e social que proporcionaria aos habitantes do campo a capacidade de organizar-se, em moldes sindicais e cooperativos, a partir do estabelecimento de laços de solidariedade econômica, cultural e profissional. Somente por meio de projetos educacionais é que se poderia

Fomentar e auxiliar por todos os meios a formação de cooperativas de produção e de crédito, afim de permitir e estimular a disseminação da propriedade, com o surgimento e a multiplicação da pequena propriedade, à qual poderão assim praticamente aspirar os trabalhadores das cidades e dos campos; Incentivar e ajudar, por todas as formas, a criação e o desenvolvimento de cooperativas de consumo, que defendam o consumidor da exploração dos intermediários, em tudo quanto disser respeito à aquisição das utilidades necessárias à vida das classes desfavorecidas da fortuna. (CLUBE 03 de OUTUBRO, 1932, p. 57).

Outro ponto importante que podemos considerar nesse contexto é que, enquanto membro da comunidade política nacional, uma vez dotada de condições de garantir a sua subsistência e o seu “patrimônio” de maneira autônoma, além de possuir a capacidade de expressar os seus interesses de forma independente, a população rural não mais viveria sob o jugo econômico e cultural dos grandes proprietários rurais e dos chefes políticos locais, os “coronéis”.

Ainda quanto ao universo rural, o *Esboço* defende a instituição de um tributo a incidir sobre a terra<sup>94</sup> e, também, quando firmado contrato de arrendamento, uma vez que “[...]só quem trabalha a terra é digno de lhe usufruir os proventos”. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 48); a criação de instituições de trabalho no meio rural como forma de garantir ocupação aos desempregados das cidades e da zona agrícola<sup>95</sup>; organização de um tribunal de terras, cuja responsabilidade seria a de regulamentar a apropriação e utilização da terra, com vistas a pôr fim aos conflitos e disputas ligadas a esta questão.

Em relação à organização do sistema de crédito, a ação do poder público deverá contemplar a produção e o produtor nacionais, de forma a promover a integração e desenvolvimento de todas as regiões do país. Assim, a concessão de linhas de crédito deveria ser direcionada para:

A organização da pequena propriedade; a colonização das terras inaproveitadas; o aproveitamento das riquezas naturais; o desenvolvimento da pequena indústria; o desenvolvimento da produção poliagrícola; o incremento da pecuária pelo selecionamento; o auxílio às indústrias que empreguem matéria prima verdadeiramente nacional e às que relacionem com a fabricação de artigos de primeira necessidade, de gêneros alimentícios ou de instrumentos e utensílios atinentes à agricultura e à pecuária. (CLUBE 03 de OUTUBRO, 1932, p. 50).

No *Esboço*, Clube 03 de Outubro se opõe terminantemente à adoção de medidas de auxílio e proteção que ficassem restritas a um determinado produto apenas, tal como fora feito com o café, durante a Primeira República, por meio dos planos de valorização artificial dos preços. O Estado não deveria utilizar as instituições financeiras do país para contemplar exclusivamente um setor ou produto, empregando expedientes que concorressem para gerar uma situação de instabilidade econômica no país. Além disso, critica-se o protecionismo alfandegário. No *Esboço* faz-se o combate a todas as formas de monopólio e *trustes* responsáveis pelo encarecimento do valor dos artigos alimentícios e mercadorias de primeira necessidade.

As orientações expostas no *Esboço*, no que se refere à organização social e econômica do campo nortearam as ações de Juarez Távora quando este ocupou o cargo de Ministro da Agricultura, entre 1932 e 1934. No discurso que proferira quando investido

---

<sup>94</sup> “Fazer decretar, imediatamente, um imposto territorial que atenda às várias zonas do território brasileiro e encare resolutamente o problema dos latifúndios em nosso país”. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 75).

<sup>95</sup> “Organizar patronatos agrícolas, de modo a assegurar o trabalho aos desocupados, provindos dos meios urbanos ou dos próprios centros rurais”. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 47).

oficialmente no cargo, o “tenente” expôs seus pontos de vista quanto à organização da população rural e da produção agrícola. No que tange ao homem do campo, Juarez defende a sua organização em moldes corporativos, devendo-se, assim, promover o associativismo em bases profissionais, sob a forma cooperativa. Fundamental para a realização deste objetivo seria o investimento na educação primária e profissional da população rural. Assim, para o “tenente” indispensável seria

[...] incentivar, praticamente, o sindicalismo cooperativista, em todas as suas modalidades, de forma a favorecer, ao mesmo tempo, o produtor dos campos e o consumidor das cidades, pela supressão racional do maior número possível de intermediários; de orientar, enfim, utilitariamente, a educação das massas sertanejas, ensinando-lhes, ao lado ou dentro da própria escola primária, rudimentos práticos de agricultura e pecuária, de cooperação e previdências sociais, que me parecem ser bem mais indispensáveis, para a vida do trabalhador rural, do que a simples alfabetização que ora, ali, se lhes proporciona”. (TÁVORA, 1976, p. 91-92)

No interior Ministério da Agricultura, fora criado o serviço de “Organização e Defesa da Produção”, para cuja execução seria necessária a implantação do modelo corporativo sustentado por Juarez Távora, que defendia organização dos produtores agrícolas, em bases sindicais e cooperativas. Criados os organismos de representação profissional, que operariam, de forma articulada, nas esferas municipal, estadual e federal, poderia o referido ministério atender os interesses da população rural e dos que desenvolviam atividades de natureza agrícola:

Era mister, para isso, induzir estes agentes a se associarem, em cada município; reunir, depois, essas associações municipais, em *federações estaduais*, funcionando na capital de cada Estado; e, finalmente, concentrá-las em *confederações nacionais*, com sede na capital da República. Isso posto, as solicitações de serviços do Ministério não mais se fariam, diretamente, pelos interessados mas por intermédio das associações municipais a que estivessem filiados; é só por intermédio delas, em ligação com os órgãos correlatos das administrações estaduais, o ministro da Agricultura as atenderia. (TÁVORA, 1976, p. 94).

Além disso, por meio do decreto-lei nº 19.611, de 20 de dezembro de 1933, ficara regulamentada a formação, na esfera municipal, de associações de natureza cooperativista que deveriam ser pautadas pelo modelo de sindicalização profissional, ou seja, nas quais deveriam figurar todos os que desenvolvessem atividades agrícolas nos limites dos municípios aos quais pertencessem. Assim, haveria lugar para os “[...] empregados, parceiros, colonos, trabalhadores avulsos, arrendatários e proprietários, [...]”. Poder-se-ia

organizar, também, organismos cooperativos sob um formato mais restritivo, baseado na especialização produtiva, onde congregariam somente aqueles que desenvolvessem uma atividade agrário-pastoril, ou, extrativista, específica. Todas estas associações deveriam ser organizadas no padrão das *federações estaduais* e das *confederações nacionais*.

A organização do consumo e do crédito respeitaria, também, os mesmos moldes associativos e sindicais pelos quais se regulamentou a produção. Tal foi a orientação proposta no Decreto-Lei nº 24.647, promulgado em julho de 1934, que instituiu a criação de entidades cooperativas, em bases profissionais, de produção, crédito e consumo. No que tange à concessão de auxílio material, fora encaminhada, por meio do Decreto-Lei nº 24.641, de julho de 1934, a fundação do Banco Nacional de Crédito Rural, que operaria junto às *confederações nacionais* e às *federações estaduais*. Estas últimas cuidariam do repasse às organizações cooperativistas municipais de crédito que, por sua vez, deveria atender diretamente os produtores.

Todo este edifício organizativo acima exposto constituía o princípio básico do chamado Plano Nacional de Organização e Defesa da Produção Agrária que, segundo Juarez Távora, tinha, por objetivo principal, promover economicamente as atividades agropastoris garantindo-lhes “[...] importância econômica e política equivalente ou superior à que já vinham gozando as atividades industriais e comerciais” (TÁVORA, 1976, p. 96). Quando do momento de sua saída do Ministério da Agricultura, em julho de 1934, o Plano já apresentava resultados positivos, uma vez que já se tinha dado início à formação de associações cooperativistas envolvendo os produtores de café, banana, laranja, algodão e erva-mate. Contudo, tal projeto, ao não receber uma entusiasta atenção por parte da União, logo fracassaria. Juarez Távora, ainda que implicitamente, dá-nos uma pista do porquê desta atitude de Getúlio Vargas. Ela se encontra no próprio escopo deste Plano Nacional, acima exposto, ou seja, o desejo de elevar a produção rural e, conseqüentemente, o mercado interno, ao mesmo patamar no qual se encontram os setores industrial e exportador, pretendendo, até mesmo, suplantá-los em importância no quadro econômico nacional. Dessa forma, “Talvez por isso, o governo federal tenha sido induzido a deixá-lo morrer no nascedouro” (TÁVORA, 1976, p. 96).

Da análise das plataformas de organização política, social, econômica e cultural elaboradas pela Legião Revolucionária de São Paulo e pelo Clube 03 de Outubro, podemos vislumbrar alguns pontos em comum, dentre os quais pode-se destacar o fortalecimento do poder central, a instituição de órgãos de natureza técnica e a moralização e “purificação” das instituições políticas e administrativas do Estado.

No que diz respeito à questão agrária, objeto principal de nossa tese, pode-se destacar a profunda influência, na conformação das diretrizes traçadas pela vertente “centrista” do Tenentismo, do pensamento político, social e econômico de Alberto Torres e Oliveira Vianna<sup>96</sup>.

Alberto Torres, em sua obra *A Organização Nacional* (2002), questiona a preponderância do comércio exportador na vida econômica do país, reclamando uma maior atenção para a produção voltada para o mercado interno, com o objetivo de suprir as necessidades básicas da população brasileira, tendo em vista que a satisfação alimentar dos habitantes nativos deve se sobrepor, em importância, à economia agroexportadora:

A nossa tradição de país exportador de produtos tropicais firmou o preconceito de que o problema da riqueza nacional está circunscrito ao nosso papel de unidade comercial exportadora. Não temos, absolutamente, em vista a riqueza interna, produtora da imensa porção de gêneros e mercadorias que mais interessam a todo o mundo, porque servem para nutrir, vestir e satisfazer as primeiras necessidades humanas, e que dariam trabalho e prosperidade, justamente por isso, a um número muito maior de brasileiros. (TORRES, 2002, p. 202).

Além disso, o predomínio do setor exportador não implica a generalização das riquezas, uma vez que o primado do comércio sobre a produção acarreta profunda desigualdade econômica e social, instabilidade financeira e prejuízo aos produtores e consumidores, em favor dos elementos ligados à fase mercantil:

A produção que se exporta – fruto, em regra, de grandes capitais – produzindo fortunas, não representa sempre riqueza generalizada; e exatamente porque consiste em mercadorias que excedem das necessidades, ou de que o país não carece, provoca especulações avultadas, e acumula-se, quer na produção, quer nas transações, em mãos de um grupo ou uma classe, transformando-se em instrumento manejável de oscilação de crédito e, portanto, de instabilidade da riqueza geral. A exportação demanda uma concentração de operações do comércio: daí a singularidade de seu tráfico, onde o elemento mercantil domina o elemento produtor, [...]. (TORRES, 2002, p. 223).

A reorganização social e econômica do país, diante desse quadro, para Alberto Torres, demandaria o esforço do Estado no sentido de promover a elevação moral e cultural da população nacional, capacitando-a a desenvolver atividades produtivas e a

---

<sup>96</sup> Tão grande era o prestígio de Alberto Torres no cenário nacional que, no mês de novembro de 1932, fora fundada a Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, no Rio de Janeiro, com o objetivo de atuar junto à Assembleia Nacional Constituinte. Para tanto, promoveu-se intenso debate quanto à organização política, social e econômica do país a partir das reflexões empreendidas pelo pensador fluminense. Entre seus fundadores, estão Oliveira Vianna, Juarez Távora e Plínio Salgado. De acordo com Barbosa Lima Sobrinho (1968, p. 510), a organização sobrevivera até o ano de 1945. Sobre a atuação da Sociedade durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ver o texto de Dulce Chaves Pandolfi (1980).

conquistar, por meio do trabalho, seu sustento físico e material. Assim, o desenvolvimento do mercado interno, tendo como base a produção agrícola, “vocação” natural do Brasil, é o principal caminho para que a Nação se desenvolva de forma autônoma:

A terra nos pode suprir tudo que carecemos para viver. Com a criação das indústrias agrícolas comuns, capazes de produção para o comércio, e com a localização do maior número possível de brasileiros em situação de poderem obter da terra, [...], tudo de que pode carecer uma família, solveríamos dois problemas: o de suprir, nas cidades, as populações ocupadas com outras indústrias, dos gêneros indispensáveis à vida ordinária, e o de criar conforto e prosperidade, para grande número de patrícios nossos. [...]. Demos terras a todos os homens válidos; instrução primária, a todos os que podem ver e ouvir; instrução secundária e superior, a todos os que são capazes, não a dando a nenhum que não seja; educação social e profissional, também a todos; e não temamos o futuro. (TORRES, 2002, p. 202-203).

Para tanto é necessário fazer da zona rural um lugar atrativo, capaz de oferecer ao trabalhador todos os recursos necessários para o seu desenvolvimento material, cultural e físico. Por meio da proteção ao trabalhador agrícola e da pequena propriedade, poder-se-ia fixar o homem no campo e integrá-lo à comunidade nacional, enquanto produtor de riquezas e consumidor de produtos. Além disso, constava, do programa de Alberto Torres, a organização do mundo do trabalho de maneira disciplinada e “dentro da ordem”:

Instituições de mutualidade entre produtores, associadas a mutualidades de crédito; armazéns gerais e entrepostos de exportação e de consumo, matadouros, feiras, mercados e depósitos, nos centros populosos, combinados com as cooperativas: publicação frequente de cotações de preços correntes; um regime de fiscalização e de polícia econômica, destinado a facilitar os negócios entre produtores e consumidores; remodelação dos impostos, de forma a torná-los favoráveis a este regime; tudo, em suma, quanto possa concorrer para garantir ao produtor a maior quota possível dos lucros das vendas, e ao consumidor, aquisição a justo preço dos gêneros de que precisa; um serviço permanente de concessão de terras a nacionais e estrangeiros já estabelecidos no país, com instrumentos de trabalho, sementes, plantas, aves animais de tração e meios de subsistência por algum tempo, são medidas que devem formar o esqueleto dessa política – vital para a nossa nacionalidade. (TORRES, 2002, p. 344-345).

Contudo o fomento à policultura e a política de concessão de lotes de terra não implicaria o menosprezo ao direito de propriedade. Visaria, apenas, garantir uma distribuição “mais larga” de riquezas como, também, o bem-estar dos habitantes brasileiros:

“Nossa política deve mesmo caminhar com mais coragem – sem atacar a propriedade e os direitos constituídos – no sentido de uma distribuição mais larga de

riquezas e de um nivelamento mais completo das possibilidades e dos meios de ação.” (TORRES, 2002, p. 302).

Dessa forma, o programa reformador de Alberto Torres não questionava o direito de propriedade nem a existência do latifúndio monocultor/exportador. Reconhecia-se a importância deste como gerador de riquezas para o país. Havia, no entanto, uma proposta para limitá-lo, minimizando-se, assim, os efeitos negativos e desagregadores do capital externo e do imperialismo<sup>97</sup>. Assim, havia a necessidade de se regulamentar a organização econômica baseada na grande propriedade, para que esta não ameaçasse a construção e solidificação da nacionalidade. Além de se preocupar com a ruína e com a decadência dos proprietários, Alberto Torres mostrava-se receoso em relação à situação das massas ociosas, abandonadas, pelo poder público, aos vícios e doenças. A fixação do trabalhador nacional no campo, em pequenas propriedades, seria uma das medidas a serem adotadas.

O programa nacionalista de Alberto Torres concentrava-se na questão da manutenção da unidade nacional, ameaçada com a descentralização política defendida pela Constituição de 1891. Embora a salvaguarda desta unidade nacional fosse a tarefa de um Estado centralizado, o pensador não suprimia os direitos do indivíduo em favor da coletividade. Torres não só defendeu os direitos e liberdades individuais, como, também, buscou maneiras de efetivá-los. Suas concepções políticas, econômicas e sociais tinham como principal objetivo a defesa da nacionalidade e da unidade do país, buscando, assim, uma reorganização do organismo social.

Oliveira Vianna, por sua vez, acreditava que a atuação das elites políticas no período republicano foi pautada por um idealismo, marcado pela adoção de um modelo jurídico-político “importado”, em franco desacordo com a nossa realidade. Todas as

---

<sup>97</sup> De acordo com Adalberto Marson (1979, p.67), a presença do nacionalismo em Alberto Torres liga-se a questões da dependência financeira e do imperialismo. O imperialismo, para Alberto Torres, configura-se como resultante da fase monopolista do capitalismo, no qual os países hegemônicos buscaram dinamizar economicamente os países menos desenvolvidos, com o objetivo de transformá-los em fonte de lucro, por meio de financiamentos em vários setores, como o de comunicação, serviços urbanos, dentre outros. A concessão de empréstimos e o consumo de produtos importados também ajudaram a consolidar um estado de dependência financeira. Dessa forma, Alberto Torres condenou o capital monopolizador, por prejudicar economias baseadas no livre mercado, isto é, quando é a livre concorrência que norteia as relações comerciais entre os países. A monopolização do mercado beneficiou apenas os Estados mais desenvolvidos, levando a economia dos países mais fracos à dependência, por serem incapazes de fazer frente à hegemonia daqueles. A defesa da livre-concorrência e da igualdade de oportunidades nas relações comerciais entre os países balizou a crítica à política imperialista e aos agentes que serviam aos interesses do capital monopolista. Buscava-se, com isso, modificar a maneira como o capital externo e o imperialismo agiam no país. Os excessos e a monopolização que constituíam um entrave ao funcionamento do mercado baseado na livre-concorrência deveriam ser combatidos. Necessário seria o estabelecimento de uma nova relação com o capital externo, baseada na cooperação e na livre e justa relação de mercado. O erário estrangeiro seria bem-vindo, desde que não constituísse um obstáculo ao crescimento econômico do Brasil.

prerrogativas liberais adotadas e defendidas na Constituição de 1891 mostraram-se impraticáveis: descentralização política, partidos, sufrágio direto e universal (VIEIRA, 2010, p. 121).

Dessa forma, a incapacidade política do povo, o idealismo das elites governantes e a inutilidade dos partidos explicariam a desorganização e a incapacidade de autonomia da sociedade brasileira. Fazia-se necessária, então, a presença de um Estado que se comportasse como representante dos interesses da coletividade, protegendo-os contra as influências desagregadoras geradas pelos particularismos.

Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (1978, p. 93), no pensamento de Oliveira Vianna, não haveria a possibilidade de implantação de um sistema político liberal em uma sociedade não liberal. O Brasil, para este, caracterizava-se como uma sociedade autoritária e patriarcal. Assim, o sistema liberal não conseguiria produzir aqui os efeitos desejados. O pensador rejeitava a concepção evolucionista, ao considerar impossível a evolução da sociedade brasileira para os moldes do liberalismo. Necessitava-se, assim, de um estado centralizado e autoritário, que teria a função de eliminar os obstáculos para a transformação da sociedade brasileira. Uma sociedade liberal seria fruto da ação de um Estado autoritário.

Assim, o caráter instrumental da política autoritária pode ser observado claramente na análise do pensamento de Oliveira Vianna. A consolidação e expansão da propriedade latifundiária, nos dois primeiros séculos de colonização, marcaram o padrão político, econômico e social da sociedade brasileira, nos anos subsequentes. Marcadas pelo autarquismo, as propriedades rurais consistiam na única possibilidade de emprego para os não-escravos.

Monopolizando o mercado de trabalho, o latifúndio praticamente controlava a vida de todos aqueles que lhe eram dependentes. Assim, tanto o poder, quanto as decisões políticas tornaram-se oligárquicas. Para Oliveira Vianna, a República não rompeu com o padrão de dominação do latifúndio, persistindo o domínio político das oligarquias rurais. A sociedade mantinha-se patriarcal, autoritária. A descentralização favoreceria o domínio e a hegemonia política dos oligarcas. Nesse caso, a presença do Estado autoritário significaria o rompimento com esse tipo de sociedade e, conseqüentemente, a possibilidade de desenvolvimento da sociedade liberal.

Outro pensador cujas ideias acerca da questão agrária dialogam com as concepções defendidas pela corrente “centrista” do Tenentismo é Virgínio Santa Rosa. Em sua obra *O sentido do Tenentismo*, escrita nos primeiros anos da década de 1930, o

autor em questão sustenta a importância de que, na Assembleia Nacional Constituinte, os tenentes defendessem um programa que não ficasse restrito às camadas médias urbanas, mas que atendesse, também, a população rural, economicamente e ideologicamente dependente em relação ao latifundiário. Além disso, era preciso conceder a essa população o acesso à propriedade, como forma de fixá-la no campo (SANTA ROSA, 1976, p. 117).

A grande propriedade, base do poder oligárquico, deveria, para Virgínio Santa Rosa, ser combatida, visto que é por meio da subordinação da população rural, que constitui maioria no país, que os setores oligárquicos conseguem sair vitoriosos nos pleitos eleitorais. Dessa forma, sem destruir o sustentáculo do poder oligárquico, o latifúndio, qualquer luta contra os setores regionais dominantes resultaria em fracasso.

O latifúndio significa um entrave para a evolução político-econômica do país, uma vez que constitui um obstáculo à ocupação do campo já que concentra espaços que permanecem ociosos:

[...] o latifúndio ainda perturba a economia nacional: é como o disseminador de nossas populações. As grandes extensões de terra em mãos de um único proprietário impedem o crescimento da densidade demográfica em cada quilômetro quadrado. As divisas de cada fazenda estorvam o estabelecimento de novas famílias naqueles campos incultos. E diante de infindáveis léguas de terrenos inaproveitáveis, os novos braços têm de bater em retirada, cada vez mais para dentro do país. (SANTA ROSA, 1976, p. 120).

Dado o esgotamento funcional do latifúndio, cabia ao Estado intervir diretamente na coordenação da produção e na regulamentação do uso social da propriedade. Neste sentido, haveria a necessidade de promulgar uma lei agrária que regulamentasse e limitasse o latifúndio, de forma a minimizar seus efeitos negativos e abusos:

Torna-se indispensável, portanto, a promulgação de uma lei agrária que, atendendo às condições peculiares do meio brasileiro, venha pôr cobro em certos abusos e nos prejuízos causados pelo feudalismo emperrado dos nossos fazendeiros. Urge uma legislação eficaz, uma série de medidas reguladoras da propriedade, como fonte de produção e cultura social. Entre elas, primeiramente, para coibir vários abusos vigentes, necessitamos de uma fiscalização tenaz e intransigente da quitação dos impostos territoriais e das falsas declarações de valor dos latifúndios, nos registros de lançamentos das municipalidades. [...]. Depois, entre as leis a decretar, deveria vir o imposto progressivo sobre as terras sem cultivo, visando a reversão do domínio à União, que ficaria obrigada a subdividi-las em lotes destinados aos trabalhadores agrícolas. (SANTA ROSA, 1976, p. 121-122).

Assim sendo, além da limitação do latifúndio, Virgínio Santa Rosa defende, também, a concessão de propriedade ao trabalhador do campo. Para o referido autor, o solo deveria pertencer ao Estado que poderia, mediante indenização, desapropriar lotes de terra que julgasse de interesse para a coletividade. Além disso, competiria ao poder público o estabelecimento de “núcleos coloniais agrícolas” baseados na pequena propriedade e localizados próximos às cidades interioranas. (SANTA ROSA, 1976, p. 122).

Não se pode negar que as medidas propostas pelas duas agremiações tenentistas por nós analisadas, neste capítulo, constituíam um contundente golpe aos interesses do setor agroexportador, uma vez que se contestava a proeminência da exportação, no quadro econômico do Brasil, em detrimento da produção de gêneros agrícolas e artigos de primeira necessidade para o mercado interno. Além disso, conforme exposto, há, também, a oposição a planos de defesa econômica que visassem exclusivamente um produto, no caso, o café, e a reivindicação de um tributo territorial, por meio do qual se combateriam os latifúndios improdutivos. Por outro lado, as transformações reclamadas pela ala “centrista” do Tenentismo, no que compete à estrutura vigente no universo rural brasileiro, em nosso entendimento, devem ser enquadradas enquanto conservadoras ou moderadas, uma vez que o combate ao latifúndio, em favor da pequena propriedade, deveria ser conduzido de maneira gradual, por meio de um processo que, conduzido pelo Estado, não implicasse a contestação ao direito de propriedade e não envolvesse grandes e imediatos traumas na vida política, social e econômica do país.

Assim, pode-se classificar a orientação política da ala “centrista” do Tenentismo como pequeno-burguesa<sup>98</sup>, fundamentada no nacionalismo e na defesa da pequena propriedade.

A atuação política do Clube 03 de Outubro, tal como acontecera com a Legião Revolucionária de São Paulo, fora, em muito, pontuada pelo ambiente político tumultuado que se instalara no país a partir do recrudescimento da campanha pela constitucionalização do país, promovida por frações das oligarquias dos Estados do eixo

---

<sup>98</sup> Para Virgínio Santa Rosa (1976, p. 81-82), “O programa de reformas sociais do tenentismo, embora ainda em fase inteiramente primitiva, inclinava-se a uma aliança mais estreita com a pequena burguesia brasileira. E nesse sentido, adotava uma orientação de cunho social-democrata. Programa de classe média, igualmente longe dos extremos burgueses e proletários. Um capitalismo moderado, pequeno burguês – o individualismo democrático recheado com organizações sindicais, cooperativas de produção e consumo, leis de salário mínimo, legislação sobre o número de horas de trabalho, regularização do trabalho de mulheres e menores, etc. E, ainda mais, como tendências pronunciadas, o combate gradativo ao latifúndio, a nacionalização das minas, quedas d’água e do comércio a varejo”.

Sudeste-Sul do Brasil, entre os anos de 1931 e 1932. A forte polarização que rapidamente se processou entre as correntes oligárquicas e as hostes “outubristas”, em torno do debate acerca do processo constitucional, não deixou de arrastar o Clube 03 de Outubro para o centro do conflito, já que era identificado pelas elites civis enquanto núcleo central do pensamento “tenentista”.

De acordo com Juarez Távora (1976, p. 64), uma vez instituído o Código Eleitoral e definido o calendário das eleições para a escolha dos candidatos à Assembleia Nacional Constituinte, a atenção das correntes “revolucionárias” deveria concentrar-se na formação de aparelhos partidários. Assim, teriam os interventores estaduais que arregimentar eleitores, aglutinando-os em partidos estaduais cuja orientação programática deveria respeitar os princípios defendidos pelo Clube 03 de Outubro no *Esboço* e que foram aprovados em sua Convenção Nacional, realizada em julho de 1932.

O pragmatismo tático adotado por muitos dos “tenentes”, diante da impossibilidade de se conter o processo de abertura política inerente à constitucionalização do país, provocou uma reorientação na tese, sustentada até então, de que dever-se-iam as forças “revolucionárias” baterem-se pela continuidade do Governo Provisório. O objetivo mais urgente, naquele momento, para algumas lideranças do Clube 03 de Outubro e outras expressões do movimento tenentista, era defender o programa político “revolucionário” no interior da Assembleia Nacional Constituinte.

Esta nova linha tática levaria a uma desestruturação organizativa e política do Clube 03 de Outubro, fruto da debandada de algumas de suas lideranças, que a partir de então seguem diferentes veredas, por vezes adotando atitudes conciliatórias transigentes em relação ao *modus operandi* das estruturas de poder oligárquicas.

Assim, quando o retorno do país a uma ordem legal torna-se uma realidade, após o término do conflito armado liderado pelas frações oligárquicas de São Paulo, em outubro de 1932, as correntes “outubristas” enfeixadas até então em favor da continuidade do Governo Provisório, se dispersam por diferentes caminhos. Muitos dos “revolucionários históricos”, conformando-se com o horizonte que se avizinha, passam a adotar estratégias adequadas ao novo campo de ação que se forma com a abertura política inerente ao processo de constitucionalização do país: formação de aparelhos partidários, arregimentação eleitoral e propaganda política. Tal fato atesta a debilidade política do Tenentismo, uma vez que não conseguira impor um modelo político que lhe fosse próprio.

Na tentativa dos “tenentes” em reunir as correntes “revolucionárias” em torno de um núcleo coordenador e de um projeto político comum, transparece as grandes

dificuldades que o Tenentismo sempre encontrou, em sua trajetória histórica no pós-1930, em concretizar-se enquanto uma força dotada de um conteúdo político-ideológico plenamente estabelecido e que lhe emprestasse uma identidade própria.

O movimento político-militar que pôs fim à Primeira República não pôs fim à capacidade de mobilização e o poder político e econômico dos grupos oligárquicos estaduais, como, também, não conduziu o Tenentismo, enquanto um núcleo coeso, a uma posição hegemônica na nova conformação do poder. O ímpeto reformista dos tenentes não fora traduzido em uma plataforma de ação unificada.

Assim, se, por um lado, havia concordância quanto à necessidade de superar o ambiente político-administrativo viciado e turvo legado pelas hostes oligárquicas, destruindo seus mecanismos e estruturas de poder, por outro, reinava profundo desencontro quando da construção de um modelo alternativo de organização política e social. Se existia uma sintonia na crítica à ordem oligárquica, o mesmo não se poderia dizer quando da formulação das propostas de cunho reformador e moralizante.

Dessa forma, paulatinamente, o desejo de destruir as máquinas partidárias sob controle das elites regionais foi se arrefecendo face à impotência diante da dificuldade em erradicar uma forma de fazer política utilizada há muito tempo. Além disso, os órgãos tenentistas como, por exemplo, as Legiões, conforme visto, não lograram êxito na arregimentação das forças oligárquicas locais, nem conseguiram anular a capacidade de mobilização destes grupos.

O encaminhamento do processo de constitucionalização do país simbolizava uma grande ameaça ao futuro político do Tenentismo, uma vez que a “Revolução de 30” não destruiu por completo as estruturas de poder controladas pelas elites políticas estaduais. Para uma corrente do movimento tenentista, fundamental era, naquele momento de construção de alianças e articulações políticas, com vistas às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, formar um sólido núcleo de apoio político para fazer frente aos partidos oligárquicos. Havia, no entanto, vários dos tenentes que, interpretando o processo constitucional enquanto um acontecimento que obstruiu a implementação dos ideais “revolucionários”, permaneceram inflexíveis em relação a seu posicionamento contrário à abertura política, mantendo-se rigidamente fiéis à postura crítica com relação aos organismos e instituições de representação política, identificados estes com a velha ordem oligárquica que a Revolução de 30 pusera fim.

Estes últimos, desiludidos com os rumos constitucionais tomados pelo Governo Provisório, não aceitaram participar das eleições e dos debates na Assembleia

Constituinte, visto não acreditarem que as mudanças pudessem ser realizadas por meio de lutas político-partidárias, mas, sim, por meio de golpes militares. Assim, organizados em frentes políticas, decidiram lutar pela regeneração das aspirações revolucionárias de 1930. Uma dessas frentes seria a Aliança Nacional Libertadora (ANL) que, conforme veremos no próximo capítulo, constituía-se em uma frente popular cujo objetivo era a regeneração dos princípios revolucionários de 1930 e o combate às oligarquias estaduais, por meio da luta contra o imperialismo, contra a Lei de Segurança Nacional, contra o latifúndio e o integralismo.

## Capítulo 4 – A Reforma Agrária vem pela esquerda

### 4.1 – O rural e a Revolução Brasileira

Para Paulo Ribeiro da Cunha (2012), em sua análise sobre os escritos de Octávio Brandão<sup>99</sup> e Leôncio Basbaum<sup>100</sup>, tais autores e suas respectivas obras estão indissociáveis da conjuntura das décadas de 1920 e 1930, tanto no que se refere ao conjunto da sociedade, apreendida em sua dimensão econômica, social e política, quanto no específico quadro da teoria e práxis da esquerda, marcado pela criação do PCB, em 1922; pela tentativa de se pensar o Brasil e o papel revolucionário da classe operária pela ótica do marxismo; pela ação política da Internacional Comunista (IC) e a sua forte influência teórico-revolucionária na vida partidária dos comunistas brasileiros, na virada da década de 1930.

O objetivo principal de Octavio Brandão, quando da elaboração de *Agrarismo e Industrialismo*<sup>101</sup>, era apreender a revolta tenentista de 1924, em todas as suas condicionantes, política, social, econômica e até mesmo “psicológica”, tendo como suporte os referenciais do materialismo dialético. Assim, aplicada a teoria marxista na compreensão da revolta dos jovens oficiais das Forças Armadas, Brandão estabelece o seguinte quadro esquemático:

[...] a *tese* estaria associada à fase do agrarismo feudal e seu expoente, Artur Bernardes. O industrialismo, corporificado na pequena burguesia e no capital industrial capitaneados pela sublevação de Isidoro Dias Lopes, seria a *antítese*; e a *síntese* inicia-se com o período da revolução proletária, historicamente demarcado com a fundação do PCB. (CUNHA, 2012, p. 90).

As rebeliões tenentistas, para o pensador comunista, estão associadas ao movimento contestatório da pequena burguesia brasileira, que gravitava no universo ideológico do “industrialismo”, contra as forças político-econômicas ligadas ao setor cafeeiro que, representantes do “agrarismo”, gozavam de uma posição hegemônica no cenário político nacional.

Dada a superioridade da produção agrícola frente ao setor industrial, no que tange ao número de estabelecimentos, valor da produção e mão-de-obra empregada, Octavio Brandão conclui que “[...] economicamente, o Brasil é um país agrário, país dominado

<sup>99</sup> A obra em questão é *Agrarismo e Industrialismo*.

<sup>100</sup> O texto de Leôncio Basbaum chama-se *A caminho da Revolução Operário-camponesa*.

<sup>101</sup> A obra fora composta no ano de 1924, sendo publicada somente no ano de 1926, ainda que de forma clandestina, tendo Brandão o cuidado de, diante da forte repressão policial, utilizar-se de pseudônimo, no caso: Fritz Mayer.

pelo agrarismo e não pelo industrialismo, [...]”. (BRANDÃO, 2006, p. 34). Além disso, dada a ínfima presença da pequena propriedade<sup>102</sup> em nossa estrutura agrícola, o “agrarismo” simbolizaria, basicamente, o grande domínio rural, ou seja, o latifúndio, organizado em moldes capitalistas ou feudais<sup>103</sup>, cuja proeminência remonta ao período colonial:

A pequena propriedade rural não alcança sequer a décima parte do território: 9%. Portanto, o agrarismo nacional é o da grande propriedade, do latifúndio. Há quatro séculos que domina a grande propriedade. Há um século apenas que se forma lentamente a pequena propriedade. Portanto, a grande propriedade tem raízes profundas na história do Brasil. (BRANDÃO, 2006, p. 34).

À hegemonia econômica do “agrarismo” seguir-se-ia, em complemento, a sua dominação política:

Corolariamente: a política, a psicologia e a hierarquia social reinantes são cafeeiras. Quem manda na política nacional são os fazendeiros de café. A política tem de girar fatalmente em torno dos dois estados mais produtores de café – São Paulo e Minas Gerais. A miséria econômica e política da nação provem, em primeiro lugar, dos fazendeiros de café de São Paulo e Minas. Tudo é para eles. As leis são aprovadas ou repelidas conforme o seu desejo. Os impostos caem implacavelmente sobre a burguesia industrial e comercial, mas não sobre eles. (BRANDÃO, 2006, p. 37-38).

Octávio Brandão ainda teve o cuidado de articular as crises e conflitos internos com os impasses e contradições vividos pelo sistema capitalista, em sua fase imperialista, em escala global. Dessa forma, o que se assistia no território paulista constituía um componente de uma conjuntura maior, que acontecia mundialmente, marcada pelo acirramento dos conflitos entre as classes: “Se a isolarmos do cenário mundial, a revolta de 1924, em São Paulo, perderá uma de suas significações fundamentais”. (BRANDÃO, 2006, p. 28). Desta forma, a manifestação armada empreendida pelos “tenentes, naquele ano, constituiria “[...] um episódio, uma escaramuça local de uma grande batalha

---

<sup>102</sup> Para Marcos Del Roio (1990, p. 43) Octávio Brandão “[...] faz referência ao proletariado rural, mas não aos camponeses, pois, além de essa expressão ser pouco utilizada no Brasil, a pequena propriedade tinha pouco potencial revolucionário na formação social brasileira, já que surgia na zona de fronteira econômica ou na esteira da grande propriedade de produção declinante ou ainda em regiões de pouca importância para a economia de exportação”.

<sup>103</sup> Para Octávio Brandão (2006, p. 36), “O agrarismo político é a dominação política do grande proprietário. O grande no Brasil é o fazendeiro de café, de São Paulo e Minas. O fazendeiro de café, no Sul, como o senhor de engenho, no Norte, é o senhor feudal. O senhor feudal implica a existência do servo. O servo é o colono sulista das fazendas de café, é o trabalhador de enxada dos engenhos nortistas. A organização social proveniente daí é o feudalismo na cumieira e a servidão nos alicerces. Idade Média”. Em outra parte da obra, Brandão considera o coronel enquanto uma versão atualizada do “barão feudal” (BRANDÃO, 2006, p. 48).

internacional: a guerra internacional de classes”. (BRANDÃO, 2006, p. 31). Porém, diferentemente da forma pela qual a luta de classes se apresentava no continente europeu, ou seja, pelo embate entre burguesia e proletariado, no Brasil, a polarização dava-se entre a pequena burguesia e o setor agroexportador ligado ao café, este último identificado enquanto símbolo do arcaísmo, além de representar a face feudal da sociedade.

O quadro da sociedade brasileira se apresentava, para Octávio Brandão, da seguinte maneira: de um lado, enquanto grupo hegemônico, encontravam-se as forças ligadas ao setor agroexportador, principalmente as de São Paulo e Minas Gerais. Estas, associadas aos grupos financeiros internacionais<sup>104</sup>, formariam um bloco que conjugaria “feudalismo” e “colonialismo”. Em oposição a esta composição, estariam uma burguesia industrial de fraca expressividade, um movimento operário ainda incipiente e a pequena burguesia, esta última apresentando um comportamento vacilante e volúvel que lhe arrastava para soluções conciliatórias. Assim, diante de uma oposição débil e desorganizada, o “agrarismo” mantinha-se dominante na vida política e econômica do país. À sombra do latifúndio e, contra ele, tinha-se uma frágil resistência por parte da pequena burguesia e da classe operária e sua principal força de representação, o PCB, partido que ainda carecia de uma melhor estrutura para desempenhar seu mais importante papel.

Para Octávio Brandão, o principal equívoco da jovem oficialidade, quando da deflagração das rebeliões de 1922 e 1924, residiu na sua imaturidade política e no despreparo quanto às estratégias de ação que envolvem um movimento armado. Em 1922, não houve qualquer proclamação escrita que contivesse os ideais e as aspirações do movimento. Não se cuidou em provocar manifestações de massa ou insuflar o operariado. No plano ideológico, reinava toda a sorte de vacilos e hesitações típicos de uma mentalidade pequeno-burguesa que permanecia, assim, acorrentada à uma visão “estreita” da realidade. Assim sendo, os “tenentes”, enquanto militares, se tinham o conhecimento técnico com relação à insurreição armada, faltava-lhes, no entanto, a dimensão política que esta comportava:

---

<sup>104</sup> As rebeliões tenentistas, encaradas enquanto uma disputa entre a pequena burguesia e o agrarismo feudal, tem, enquanto uma de suas principais condicionantes, a guerra travada entre os imperialismos inglês e norte-americano por um maior espaço de influência na economia brasileira. Assim, enquanto os ingleses aliam-se ao situacionismo oligárquico, representado na figura de Artur Bernardes e, também, no latifúndio cafeeiro, representante do “agrarismo”, o capital ianque aproxima-se dos setores pequeno-burgueses, em torno dos quais figura a fração burguesa industrial (industrialismo): De um lado, o fazendeiro de café alia-se, nacional, [...], e internacionalmente, [...], ao financeiro. Do outro lado, o pequeno-burguês alia-se, nacional, [...], e internacionalmente, [...], ao burguês industrial”. (BRANDÃO, 2006, p. 103).

A visão do especialista é sempre estreita. Se, além de especialista, tem uma mentalidade pequeno-burguesa, a visão é duplamente estreita. E, se além de especialista e pequeno-burguês é positivista, a visão é triplamente estreita. Ele só vê a sua especialidade. [...]. Julga que sua especialidade resume o universo. O técnico só vê a técnica. Por isso, o bom artilheiro é geralmente um péssimo político. Não sabe combinar as forças para uma luta ampla. Não sabe dividir as forças do inimigo. Entende que a voz do canhão é o único elemento sério. O pior é que o técnico, não tendo a visão dilatada do político, não vê o principal. Quase sempre concentra as forças sobre elementos secundários. (BRANDÃO, 2006, p. 54-55).

A “estreita” consciência política e social da pequena-burguesia, fator fundamental para a sua derrota, impediu-a de perceber que “O fazendeiro de café só será derrubado pela frente única momentânea do proletariado com a pequena-burguesia e a grande burguesia industrial”. (BRANDÃO, 2006, p. 61).

Ante a possibilidade real de uma nova vaga contestatória com relação ao “agrarismo”, derrotadas a primeira, em 1922, e a segunda, em 1924, necessário se faz, primeiramente, estruturar organicamente o proletariado urbano, principal e único fator de natureza revolucionária, proporcionando-lhe sólida organização e formação política. Dessa forma, organicamente estruturado e politicamente amadurecido, sob a liderança do Partido Comunista, o operariado fabril converter-se-ia na “[...] vanguarda de todas as forças revolucionárias na luta contra o feudalismo nacional e o dirigente de todos os oprimidos; operários agrícolas, meeiros, rendeiros, pequenos funcionários, mulheres trabalhadoras, pequena burguesia rural e urbana etc.” (BRANDÃO, 2006, p. 131).

Diante dessa perspectiva que se abria para o proletariado urbano e, sendo o Brasil uma nação “agrária”, fundamental seria a realização de um intenso trabalho de organização e arregimentação na zona rural, de forma a atrair o homem do campo para a causa revolucionária, transformando-o em força auxiliar dos operários “industriais”:

Procuremos arrastar as grandes massas operárias e camponesas em torno de palavras de ordem simples, concretas, práticas, imediatas. Não esqueçamos de que o Brasil, como a Rússia, é um país agrário. Incluamos em todos os nossos planos e cálculos, o elemento rural e seus correlativos: os vaqueiros, os lavradores pobres, os caboclos dos engenhos e das usinas, os seringueiros, os hervateiros, os colonos-servos, os rendeiros, os meeiros e até os pequenos proprietários que não vivam do suor alheio. Empreguemos todos os esforços para conquistar estes elementos, torná-los os aliados dos trabalhadores industriais, ligando-os numa solda indestrutível. Trabalhemos para desagrarizar, desfazendeirar, desmineirar, desbernardizar o Brasil. (BRANDÃO, 2006, p. 132).

Assim, de acordo com Paulo Ribeiro da Cunha (2012, p. 98), pode-se perceber em *Agrarismo e Industrialismo* a ausência de uma perspectiva que reservasse ao homem do campo a condição de um importante fator revolucionário. A construção analítica do rural, em Octávio Brandão, é realizada tendo como base as características inerentes ao universo feudal. Assim sendo, gozando de uma posição hegemônica no cenário nacional, a fração cafeicultora opunha-se veementemente aos reclames por uma modificação nas estruturas econômica, política e social. Essa forte resistência oferecida pelas classes agrárias é o que explicava a forma violenta por meio da qual se davam as relações sociais no campo, marcadas pelo reacionarismo da burguesia agrária; a completa sujeição do trabalhador rural, conformado com a sua realidade, e a ação brutal empreendida pelo cangaço.

Octávio Brandão reservaria, então, ao universo agrário e ao homem rural uma importância menor no quadro da Revolução, ainda que reclamasse uma aproximação do PCB com relação à população do campo, vista agora como uma componente relevante na preparação do movimento revolucionário, o que implicaria a necessidade sua organização e arregimentação. O espaço dedicado por Brandão à trajetória histórica do homem do campo, se comparado a dedicação do autor em explicar o amadurecimento político do proletariado urbano, é sintomático de sua concepção de Revolução, na qual “A base de ação atual é o proletariado da grande indústria” (BRANDÃO, 2006, p. 118), e o “[...] comunismo é, em primeiro lugar, uma teoria para os operários da grande indústria, da alta indústria centralizada, [...]” (BRANDÃO, 2006, p. 127-128).

Dessa forma, Octávio Brandão empreende esforço, em *Agrarismo e Industrialismo*, para inserir a classe operária, enquanto fator revolucionário de primeira grandeza, na esteira das manifestações político-militares empreendida pela pequena-burguesia contra a ordem oligárquica vigente, resultantes das contradições de ordem política, econômica e social que vinham corroendo os alicerces que sustentavam a condição hegemônica de que gozava uma fração das elites oligárquicas que compunham o bloco político dominante ao longo da Primeira República. Daí a importância de se estabelecer uma aliança estratégica com o movimento tenentista, em que pese as fortes desconfianças com relação à pequena-burguesia. É importante assinalar que, para Octávio Brandão, caberia ao operariado e sua vanguarda, o PCB, assumir o protagonismo no processo de transformação da realidade nacional, condição imprescindível para o sucesso do movimento. Contudo, esta posição proeminente da classe operária e seu partido dar-se-ia posteriormente à revolução de caráter democrático-burguesa, quando estivessem

presentes, no palco da luta de classes, as condições necessárias para a derrota das correntes ligadas ao *industrialismo*<sup>105</sup>.

O Terceiro Congresso do PCB, realizado entre o final do ano de 1928 e o início de 1929, por meio das teses aprovadas, ratificaria o compromisso com a revolução de natureza “democrático-burguesa” e a orientação tática de uma aliança estratégica com a pequena burguesia, posicionamento que já vinha sendo explicitado, conforme visto, pelas lideranças partidárias. Contudo, é importante salientar que, mais uma vez, a questão agrária não receberia uma atenção especial, permanecendo, assim, várias lacunas e incertezas no que se refere ao posicionamento do partido frente aos interesses dos trabalhadores rurais e perante as relações sociais de produção vigentes na estrutura agrícola nacional:

Durante o processo congressual iniciou-se o debate sobre a questão agrária e camponesa, mas este era extremamente limitado pela carência teórica e de informações mais precisas sobre o campo brasileiro. Limitou-se a constatar o predomínio da grande propriedade e as condições de trabalho, sem, no entanto, determinar-se as relações de produção e as camadas sociais existentes. [...]. Julgavam ser mais realista propor um programa de defesa dos direitos sociais e de condições de vida, o que em si não mudava as relações de produção, mas poderia levar a patamares mais elevados a luta política. (DEL ROIO, 1990, p. 74).

De acordo com Marcos Del Roio (1990, p. 53), o panorama rural brasileiro, em suas dimensões socioeconômicas, só tardiamente ganharia relevância nas reflexões teórico-políticas do PCB<sup>106</sup>. Ainda assim, as análises acerca do universo agrário não tocavam no problema da concentração fundiária e no monopólio da propriedade agrícola, ficando ausente a questão do combate ao latifúndio, compreendido enquanto núcleo de sustentação do poder político e econômico das elites agrárias. Reflexo deste quadro é o esforço empreendido por Leôncio Basbaum, em *A caminho da Revolução Operário-*

---

<sup>105</sup> Percebe-se, em Brandão, a presença da perspectiva “etapista” na formulação das características da Revolução Brasileira, concepção essa que marcaria profundamente a produção intelectual dos comunistas brasileiros nos anos posteriores. Dada a condição do Brasil enquanto um país “semicolonial”, dominado pelo bloco burguês-feudal com o respaldado do imperialismo, a revolução democrático-burguesa constituiria o primeiro e importante passo em direção à revolução proletária, por meio da qual se alcançaria o comunismo.

<sup>106</sup> Segundo o referido autor (1990, p. 28), quando da criação do Bloco Operário Camponês (BOC), em 1927, por iniciativa do próprio PCB, o partido, ao expor as intenções que motivaram a formação da frente única, sequer deu atenção ao problema da concentração fundiária e do monopólio da propriedade. A chamada “questão agrária” reduziu-se à apelos em favor da aplicação dos direitos sociais aos trabalhadores agrícolas. Para o referido autor, o tratamento dispensado ao campo, pelos comunistas brasileiros, refletia “[...] a visão de quem ainda encontrava dificuldade em sair do mundo do trabalho urbano e apenas lutava por sua unidade, [...]”.

*Camponesa*, escrito na década de 1930<sup>107</sup>, em (re) pensar o lugar do rural na estratégia da Revolução Brasileira.

Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2012, p. 106), a intenção de Leôncio Basbaum, nesse texto, era tecer considerações acerca da Revolução Constitucionalista de 1932, tratando das condicionantes e resultantes desse movimento. Além de uma postura crítica em relação ao PCB, a obra contém, também, importantes reflexões quanto ao panorama agrário nacional.

Basbaum invoca a necessidade de se estudar a realidade brasileira a partir dela mesma, ou seja, entender o que é o Brasil por meio do que lhe é característico e específico: população; antecedentes históricos; modos de produção; estrutura social; relações de poder e de propriedade. Da análise destas componentes, o autor em questão atesta a posição hegemônica que a grande propriedade agrícola desfruta no cenário nacional, circunstância essa que explica a triste condição em que vivia grande parte dos habitantes do país, localizada no campo e submetida a regimes de exploração do trabalho de natureza “semifeudal” e/ou “semiescravista”. Nas várias regiões do país, podia-se, assim, encontrar diversas formas de relações de trabalho: escravista; servil; capitalista:

Segundo ele, a população rural vivia em atraso, sob o regime de rendeiros e meeiros, na maioria das vezes como assalariada ou quase escrava em áreas de São Paulo e Rio de Janeiro. Também chamou a atenção para a existência de trabalho escravo na Bahia, Goiás, Mato Grosso, entre outros Estados. (CUNHA, 2012, p. 107).

Dessa coexistência entre diferentes regimes de produção e relações de poder nasceria um consórcio político dominante que, formado pela burguesia agroexportadora e pelos grandes latifundiários “feudais”, tinha nos principais Estados produtores de café o seu núcleo mais importante. Quanto à fração burguesa ligada à atividade industrial, Basbaum considera que a debilidade ideológico-organizativa, a dependência para com o capital estrangeiro e a postura conservadora diante dos movimentos populares, apresentadas por este grupo, representam fatores que lhe impediam de construir um projeto de poder próprio, enquanto alternativa ao do bloco agrário-feudal. Este e os seus aliados estrangeiros seriam os responsáveis diretos pelo quadro de dependência e instabilidade econômica, fruto da manutenção de um sistema produtivo que privilegiava

---

<sup>107</sup> Não conseguimos ter acesso ao texto, sendo, por isso mesmo, nossas reflexões pautadas no estudo crítico-analítico empreendido por Paulo Ribeiro da Cunha (2012). O referido autor chama-nos a atenção para o fato de que a obra fora publicada em 1933, sob condições um tanto quanto adversas – prisão, conflitos no interior do PCB, carência de fontes, perseguição política. Além disso, o texto de Basbaum teve pouca receptividade nos círculos comunistas.

a monocultura para exportação e, por isso mesmo, servia-lhes de sustentáculo político. Daí a complementaridade que se estabelecia, no Brasil, entre capitalismo e feudalismo, antitéticos à princípio, enquanto núcleos de apoio aos interesses imperialistas.

Diante desse quadro, Basbaum reclamava um movimento revolucionário que, apresentando um caráter agrário e anti-imperialista, com a decisiva participação das massas camponesas e do proletariado urbano, tinha por principal finalidade a erradicação do latifúndio; a distribuição de lotes de terra aos que cultivam; o combate ao imperialismo; a nacionalização das empresas estrangeiras; o não reconhecimento dos compromissos com os credores internacionais; nacionalização e coletivização dos meios de produção e da infraestrutura de transporte. Além disso, o militante comunista ainda reivindicava a formação de uma estrutura governativa sob o modelo dos soviets, ou seja, na qual figurariam, como protagonistas, os operários da cidade e os trabalhadores do campo.

Dessa forma, a Revolução no país deveria apresentar uma natureza “democrático-burguesa” ou, sob outro nome, mas conservando o mesmo sentido, “agrária anti-imperialista”, cujo vetor principal estaria direcionado contra o latifúndio e contra o feudalismo, pilares de sustentação da burguesia agrária e dos latifundiários feudais que, em aliança com o imperialismo, formavam o bloco “feudal-burguês”, hegemônico na vida política do país. Nessa empreitada, o operariado urbano deveria contar, enquanto principal força de auxílio, com as massas rurais. Para Leôncio Basbaum, contudo, o PCB, em razão de sua debilidade organizativa e política, não conseguira fazer-se pujante entre os habitantes das cidades e do meio rural. No campo, o partido nem havia sequer, ainda, estabelecido qualquer tipo de aproximação com as massas rurais, as quais desempenhariam fundamental papel na Revolução. Por tais motivos, o intelectual comunista concluiu inviável, naquele momento, o desencadeamento da Revolução.

Visto constituir o rural, para Leôncio Basbaum, enquanto fator imprescindível para a Revolução Brasileira, fundamental era conhecê-lo em seus aspectos sociais, políticos e econômicos e culturais. Dessa forma, utilizando de um viés analítico que tinha como princípio básico a coexistência de diferentes relações de produção no campo, Basbaum procurou identificar os diferentes segmentos que compõem o panorama agrário nacional, ressaltando, a partir das características socioeconômicas apresentadas por cada um deles, a postura que teriam diante da perspectiva de um movimento revolucionário<sup>108</sup>.

---

<sup>108</sup> O balanço final desta análise de Basbaum fora assim descrito por Paulo Ribeiro da Cunha (2012, p. 124-125): “O trabalhador agrícola é considerado o grupo aliado e potencialmente revolucionário, [...], e

Para Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2012, p. 127), a obra em questão *A caminho da Revolução operário-camponesa* representou a tentativa de Leôncio Basbaum de, debruçando-se sobre a realidade nacional em seus múltiplos aspectos, apreendidos estes sob uma ótica marxista, estabelecer tanto os protagonistas, quanto as características da Revolução Brasileira. Nesta, o rural desempenharia um papel crucial, daí a importância de se conhecer o contexto campesino em suas mais variadas matizes e nuances e, coerentemente a uma proposta de transformação radical do universo agrário brasileiro, tornar o PCB mais forte e participativo entre as massas rurais.

Segundo Marcos Del Roio (1990, p. 15), no período que se estende de 1927 até uma parte de 1929 assistiu-se, no interior do PCB, a emergência de uma liderança que, a partir da análise da realidade nacional por meio dos instrumentais analíticos do marxismo, intentava construir uma plataforma política de cunho revolucionário, tendo o operariado enquanto ator principal. Naquela fase puderam os comunistas brasileiros desfrutar de uma “relativa” liberdade com relação à Internacional Comunista (IC) na construção de uma teoria e de uma ação partidárias. Contudo, inaugurada a fase ditatorial na União Soviética, com Stalin no poder, a partir de 1929, deu-se início a um intenso processo de forte ingerência da IC no interior do PCB cujos resultados, conforme será visto adiante, foram desastrosos para o partido

#### **4.2 – O PCB e o Movimento Tenentista**

De acordo com Marly Vianna (2003, p. 71), embora mostrasse uma atitude favorável, O PCB não participou dos movimentos tenentistas de 1922 e 1924. A admiração pelos tenentes, por parte de alguns membros do partido, levou Astrojildo Pereira, secretário-geral do PCB, a procurar Luiz Carlos Prestes, em 1927, com o intuito de lhe propor uma aliança com os comunistas, para a organização de uma terceira revolta. Entretanto, o “Cavaleiro da Esperança” recusou a proposta. Até 1929, os membros do PCB procuraram aproximar-se do líder tenentista.

Naquele mesmo ano, Leôncio Basbaum encontrou-se com a liderança tenentista, com o objetivo de, por parte do partido, entregar um convite a Prestes, para este candidatar-se à Presidência da República, pelo PCB. Porém, mais uma vez, o encontro

---

Basbaum entende que, após a posse da terra, ele virá a compreender facilmente a necessidade de socialização colocada pelo proletariado. Também é o caso do colono, particularmente quando é despertado seu potencial revolucionário e sua capacidade de superar a luta contra o grande proprietário e as hipotecas, e pela necessidade de socialização. O proletariado, segundo ele, deverá aliar-se ao rendeiro e ao camponês na luta contra os grandes proprietários, visando o alívio dos encargos que pesam sobre ele. O camponês rico, [...], e o camponês médio, [...], deverão apoiar em parte a revolução”.

não resultou em qualquer acordo. Os tenentes mostravam-se reticentes em relação aos comunistas.

No terceiro congresso do PCB, realizado entre dezembro de 1928 e janeiro de 1929, as teses formuladas pela Internacional Comunista (IC), em seu Sexto Congresso, de 1928, foram incorporadas à linha política do partido. A IC caracterizava o Brasil como um país semicolonial, onde o imperialismo exercia seu domínio econômico por meio dos latifúndios e da exploração da população rural. Assim, definia-se a revolução como “agrária e anti-imperialista”. Além disso, o partido acatou as teses explicativas da IC sobre a realidade brasileira, nas quais essa aparecia marcada por um embate entre o imperialismo inglês e o norte-americano pela conquista de uma hegemonia política. (PRESTES, 1997, p. 43)

Para o PCB, a disputa política entre o candidato governista, Júlio Prestes, e o da Aliança Liberal, Getúlio Vargas, representava o embate entre o imperialismo inglês e o norte-americano. Para o partido, Washington Luís governava o país com o objetivo de favorecer o capital inglês, que financiava e, assim, sustentava a hegemonia da oligarquia paulista no cenário nacional. No sentido de minar a influência inglesa no Brasil, os norte-americanos apoiaram a Aliança Liberal. Assim, nenhum dos dois candidatos poderia defender uma plataforma anti-imperialista.

As teses aprovadas no terceiro pleno do Comitê Central do PCB, em outubro de 1929, modificaram radicalmente as relações dos comunistas em relação aos tenentes. Seguindo orientações da Internacional Comunista acerca da pequena burguesia, considerada volúvel e pouco confiável, o partido deixou de enxergá-la como um fator revolucionário:

A pequena burguesia não é homogênea, não tem um interesse único, uma só base econômica. Ela é constituída, nos campos e nas cidades, das mais variadas camadas, com interesses muitas vezes opostos, rolando, umas para o proletariado, e outras para a burguesia. Vive dispersa, não concentrada, sem instinto revolucionário de classe. Oscila sempre entre a burguesia e o proletariado. E, no poder, acaba por se entregar à burguesia. Na direção da luta revolucionária, a pequena-burguesia, inconscientemente ou não, acabará por trair a revolução, porque contrairá compromissos com a burguesia e com o imperialismo, e esmagará o proletariado e as próprias massas pequeno-burguesas, [...] (A Classe Operária, 1930, apud CARONE, 1982, p. 85)

As principais forças revolucionárias seriam, assim, o proletariado e as massas camponesas:

Só o proletariado pode levar a revolução agrária e antiimperialista ao triunfo definitivo. Porque o proletariado (operários das grandes empresas industriais, em primeiro lugar, operários da indústria em geral, operários dos campos, dos transportes etc.) é a única classe consequentemente revolucionária, [...]. É, enfim, a única classe que não possui propriedade privada, que só dispõe dos seus braços para o trabalho. É, por conseguinte, a única classe que luta historicamente para, com a própria libertação, libertar toda a humanidade. Só o proletariado, dirigido pelo Partido Comunista, poderá conduzir as vastas massas laboriosas dos campos e das cidades do Brasil para a sua libertação do jugo imperialista e dos senhores de terras. Nenhuma outra classe, nem pessoa alguma, individualmente, poderá levar essa revolução até a vitória. [...] Aos milhões de trabalhadores das cidades e dos campos, aos operários, camponeses, soldados e marinheiros, lançamos o nosso grito de guerra: [...] criai o governo operário e camponês baseado nos Soviets, isto é, nos Conselhos de Operários e Camponeses, Soldados e Marinheiros! [...] (A Classe Operária, 1930, apud CARONE, 1982, p. 85-87).

Deu-se, então, o início do processo de proletarização do partido, a partir do qual, por imposição da IC, buscou-se uma reconfiguração da liderança partidária, que deveria, assim, ser preenchida por militantes que comprovassem sua origem proletária; procurava-se, dessa forma, garantir que, entre os componentes do PCB, não houvesse “elementos liquidacionistas”, nem “oportunistas de direita”. (A Classe Operária, 1930, apud CARONE, 1982, p. 101-102).

Com a adoção de uma política obreirista, no final dos anos 20, muitos membros foram expulsos, até aqueles que participaram da fundação do partido e que ocupavam os cargos na direção, como Astrojildo Pereira. No plano sindical, se, nos anos 20, os comunistas sofreram forte concorrência dos anarquistas, na década de 30 foram os sindicatos pertencentes ao governo que imprimiram ao partido pesadas derrotas. Além disto, várias cisões internas levaram muitos adeptos a abandonarem o partido.

De acordo com Marly Vianna (2003, p.73), a total submissão do PCB em relação aos pressupostos defendidos pela IC, a partir de 1929, ocasionou “[...] a estruturação de uma forma de pensar sectária, que supria a falta de cultura política dos comunistas brasileiros pela aceitação religiosa de verdadeiros dogmas estabelecidos em Moscou, [...]”.

Para a IC, no início dos anos 30, havia no Brasil uma clara situação revolucionária, graças à crise econômica pela qual o país passava. Assim,

Sob a hegemonia do proletariado, a revolução brasileira resolverá todas as tarefas burguesas democráticas essenciais, que se lhe apresentarão: 1) revolução agrária (libertação das massas camponesas e dos operários agrícolas das formas feudais e coloniais de exploração, confiscação,

nacionalização e entrega da terra aos camponeses e aos operários agrícolas); 2) libertação do Brasil do jugo do imperialismo (confiscação e nacionalização das empresas, das minas, dos domínios, das concessões, das vias de comunicação, dos bancos dos imperialistas e anulação das dívidas externas); 3) instauração da República Operária e Camponesa sobre a base dos *Soviets*, agrupando a classe operária e a massa camponesa (ditadura democrática revolucionária do proletariado e da massa camponesa). (VIANNA, 2003, p. 99).

Tal hegemonia somente seria conquistada sob a condição de o proletariado organizar seu próprio partido, firmado nos preceitos revolucionários de Marx e Lênin, além de formular uma ação política autônoma. Tais fatores, somados, fariam da referida crise econômica uma revolução socialista.

Durante o processo de proletarianização, o PCB criticou duramente o manifesto de Luiz Carlos Prestes de maio de 1930<sup>109</sup>, sob o argumento de que o “Cavaleiro da Esperança” não reconhecia o papel hegemônico do proletariado e do partido na revolução. O chefe da “Coluna Invicta” passou a ser qualificado como um caudilho pequeno-burguês, cujo prestígio e influência poderiam constituir uma ameaça aos comunistas:

[...] mas apesar de sua nova posição, esses elementos revolucionários da Coluna Prestes não perderam a sua natureza de pequeno-burgueses. É como pequeno-burgueses que eles querem dirigir a revolução, porque não salientam no manifesto que a direção da revolução agrária e antiimperialista tem de ser do proletariado. O manifesto não diz que o governo dos conselhos de operários, camponeses, soldados e marinheiros tem de concentrar em suas mãos todo o poder e deve ser sustentado pelos operários e camponeses armados contra a burguesia desarmada totalmente. E esse é o ponto básico, fundamental, da revolução agrária e antiimperialista. As forças pequeno-burguesas, mesmo revolucionárias, não podem levar as massas à vitória, nem realizar as próprias palavras de ordem que lançam, [...]. (VIANNA, 2003, p. 84-85)

De acordo com Anita Prestes (2015, p. 129), o comportamento do PCB com relação à Prestes era o mesmo adotado pelo Secretariado Latino-Americano da IC que se localizava na cidade de Moscou. O Secretariado pregava palavras de ordem contra Luiz Carlos Prestes, pois o líder da Coluna representava, na visão dos próceres do movimento comunista internacional, uma ameaça ao papel de vanguarda que o PCB deveria desempenhar no movimento revolucionário que ocorreria no Brasil, visto o prestígio político e o forte apelo popular que Luiz Carlos Prestes conquistara no país. Assim, “O

---

<sup>109</sup> Com o manifesto de maio de 1930, Prestes irá fundar a Liga de Ação Revolucionária (LAR), que teve curta existência.

Secretariado Latino-Americano orientava os comunistas brasileiros a travar uma luta sem tréguas contra Prestes, [...]”.

Ainda segundo a referida autora, quando criou a Liga de Ação Revolucionária (LAR), no mês de julho de 1930, Luiz Carlos Prestes reconheceu o papel de vanguarda que a classe operária deveria ter no movimento revolucionário, porém, defendeu a formação de uma frente política que, ainda que estivesse alinhada às palavras de ordem dos comunistas, deveria manter-se independente com relação ao PCB. Assim, a formação da LAR simbolizava

[...] a criação de um bloco capaz de congregar e organizar revolucionariamente aqueles elementos que, embora dispostos a realizar a verdadeira revolução democrática, a revolução agrária e anti-imperialista, não estão identificados com o proletariado para todas as suas finalidades. [...]. Será um órgão técnico de preparação do levante das massas, pela propaganda, pela agitação, pela criação de núcleos irradiadores do pensamento revolucionário e preparadores materialmente das massas, que deverão no momento oportuno estar prontas para tomar o poder. Deverá, pois, contar com o estímulo do PC, embora esse não perca sua autonomia de ação (PRESTES, 2015, p. 130).

Luiz Carlos Prestes foi, assim, duramente criticado pelas lideranças da IC e do PCB. A formação da LAR representava, para tais lideranças, a tentativa de criação de um partido de caráter “pequeno-burguês” que não serviria aos interesses da classe operária. Dessa forma,

Frente ao ‘perigo’ representado por sua influência ideológica ‘pequeno-burguesa’, o PCB levantou a bandeira do combate ao ‘prestismo’, que seria a expressão de tais concepções perniciosas no meio proletário. E tanto o secretariado Latino-Americano quanto o Bureau Sul-Americano da IC continuavam a orientar o partido no sentido do combate às posições de Prestes e ao ‘prestismo’ (PRESTES, 2015, p. 131).

Quase todos os tenentes companheiros de Luiz Carlos Prestes repudiaram veementemente a mudança ideológica de seu chefe. Surpreenderam-se com o Manifesto, e tentaram demovê-lo dessa nova posição política. Os comunistas, a partir da fase obreirista, repudiavam qualquer aliança com o movimento tenentista, considerado pequeno-burguês. Por outro lado, para os tenentes que apoiaram a Aliança Liberal, a função revolucionária não cabia às massas proletárias. Ao responder ao Manifesto, Juarez Távora disse:

[...] mas a revolução por que me tenho batido, [...], não é a revolução que acaba de preconizar, em manifesto político, o meu prezado amigo, camarada e ex-chefe, General Luís Carlos Prestes. [...] Não creio na

exequibilidade da revolução desencadeada pela massa inerme do proletariado das cidades, dos colonos das fazendas, dos peões das estâncias, dos habitantes esparsos dos nossos sertões. A essa massa, faltam-lhe todos os atributos essenciais para realizar uma insurreição generalizada, nos moldes que preconiza o manifesto do General Prestes: - coesão, iniciativa, audácia e, sobretudo, eficiência bélica. [...] A revolução possível no Brasil terá, portanto, de continuar a apoiar-se nos mesmos meios em que tem sido alicerçada até aqui, [...]. (TÁVORA, 1930, apud CARONE, 1975, p. 352- 353).

Na explicação dada por Juarez Távora, acerca da tática revolucionária considerada viável para as condições em que se encontrava o país, pode-se perceber, claramente, a presença do ideário tenentista na organização da ANL. Para o tenente, a revolução tinha um caráter universal, não ficando, portanto, no âmbito individual ou de um grupo. Pressupunha, assim, ações coletivas, frutos da conjunção de diversas vertentes políticas e de classes sociais, unidas pelo mesmo sentimento de insatisfação e desilusão frente a uma situação política reinante. Contudo, apesar de existir algumas diferenças entre a plataforma política dos tenentes dos anos 1920 e o programa da ANL, os tenentes aliancistas permaneceram investidos de uma visão paternalista, elitista, autoritária, com forte tendência golpista.

Nesse sentido, pode-se discordar de Anita Prestes quanto à formação da ANL. De acordo com a autora (1997, p. 41-42), os setores descontentes com o governo de Getúlio Vargas, simpatizando com as propostas publicadas por Luiz Carlos Prestes, no Manifesto de maio de 1930, aglutinaram-se em torno da figura do “Cavaleiro da Esperança”. A ANL representaria, assim, o resultado deste processo de aglutinação, em que os diversos segmentos sociais, descontentes com os rumos tomados pelo Governo Federal, uniram-se sob a liderança de Prestes. De acordo com Anita, sem o prestígio e o mito criado em torno da Figura de Prestes, “dificilmente a ANL teria existido” (PRESTES, 1997, p. 42).

Entretanto, a formação da ANL, conforme se destacará mais adiante, resultou de um sentimento de descontentamento, por parte de alguns tenentes que apoiaram a Aliança Liberal, em relação à maneira pela qual Getúlio Vargas conduzia a política nacional. Ao contrário de Prestes e dos comunistas, a parcela do movimento tenentista reunida na Aliança “não questionava o regime político de Vargas, desejando apenas regenerá-lo, colocar nos eixos a Revolução de 30 que, segundo eles, tinha sido traída e desvirtuada” (VIANNA, 1992, p. 26).

Porém, em primeiro lugar, conforme visto, já havia entre os tenentes “centristas”, nos anos 1930, uma clara consciência anti-imperialista e antilatifundiária, por meio da qual se buscava combater o poder das oligarquias estaduais. Assim, as propostas contra o

imperialismo e o latifúndio, presentes no programa da ANL, refletiam um sentimento nacionalista e anti-oligárquico, já presente no ideário tenentista desde aqueles anos.

Em segundo lugar, a política obreirista, apesar de perder força a partir de 1933, marcou a mentalidade partidária e influenciou as atitudes do PCB até meados de 1935. No ano de 1934, o partido chegou a organizar comitês, com o objetivo de combater a guerra e o fascismo:

[...] Organizemos comitês contra a guerra, a reação e o fascismo, nos locais de produção guerreira, nas estradas de ferro, nos navios, nos portos, em toda a parte; para impedir que se fabriquem armas e munições, para impedir o embarque de armas, tropas e gêneros alimentícios ou para qualquer fim destinados às tropas imperialistas, [...] (A Classe Operária, 1934, apud CARONE, 1982, p. 168)

Entretanto, somente em outubro de 1934, frente à radicalização da luta entre antifascistas e integralistas e o recrudescimento da ação repressiva do Estado, é que o PCB priorizou a necessidade de união entre os segmentos democráticos no embate contra o Integralismo e a reação coercitiva de Getúlio Vargas. Mesmo assim, o partido mostrava-se reticente quanto a uma aliança com outros setores de esquerda, como, por exemplo, os trotskistas, além dos “prestistas” e a pequena-burguesia:

[...] Ao mesmo tempo que o BP aceita a adesão de Prestes às fileiras do Partido, chama todo o nosso partido para intensificar o fogo contra o prestismo dentro e fora de nossas fileiras, contra essa teoria e prática de conteúdo contra-revolucionário, pequeno burguês, que consiste na subestimação das forças do proletariado como única classe revolucionária, nas ilusões dos chefetes e caudilhos pequeno-burgueses, ‘salvadores’, ‘cavaleiros da esperança’ etc., no colaboracionismo com os inimigos de classe e seus agentes, no espontaneísmo e na passividade diante das lutas das massas. Contra todos os erros e desvios de direita (falta de confiança no proletariado) e de esquerda (que alimentam o ‘heroísmo’ partidário sem nenhum trabalho concreto entre as massas), [...] (Sentinela Vermelha, outubro de 1934, apud VIANNA, 1995, p. 26)

Além do mais, o objetivo tático do partido manteve-se inalterado, ou seja, para os comunistas o processo revolucionário deveria desembocar em um governo baseado nos soviets - conselhos de operários, camponeses, marinheiros e soldados:

[...] paralelamente à entrada de Prestes no PCB e à intensificação da luta ideológica dentro e fora do Partido, contra o prestismo e todas as ideologias estranhas, o Bureau Político apela para todo o Partido para um forte e amplo recrutamento, [...], a fim de formarmos o Partido como partido de massas do proletariado, através do desencadeamento de novas e combativas lutas dos trabalhadores das cidades e do campo e encaminharmos estas lutas para as batalhas decisivas de classe pelo

poder e instauração do governo de sovietes (conselhos) de operários, camponeses, soldados e marinheiros! (Sentinela Vermelha, outubro de 1934, apud VIANNA, 1995, p. 26-27)

A ideia de formar uma grande mobilização contra os integralistas nasce conjuntamente dos socialistas, dos anarquistas, dos trotskistas e dos comunistas, simpatizando com ela políticos e segmentos de várias classes. Desse esforço, resulta a criação, em 25 de junho de 1933, da Frente Única Antifascista (FUA). Para os comunistas, o fascismo representava uma vertente política formulada pela burguesia, em reação à situação de crise do capitalismo.

Esta Frente, com o passar dos meses, não se limitou apenas à luta contra os fascistas, mas ampliou-a para o campo político-eleitoral e sindical. Entretanto, foi no combate direto aos integralistas que a Frente obteve êxito. Vários conflitos entre os seguidores de Plínio Salgado e os antifascistas acabaram de forma trágica. A radicalização dessa luta, que se encaminhou progressivamente, teve seus maiores momentos na Batalha da Praça da Sé, em 1934<sup>110</sup>, e na formação da ANL, em março de 1935.

O PCB, visto que parte de sua liderança encontrava-se em Moscou no final do ano de 1934, para o encontro dos partidos comunistas latino-americanos, não participou ativamente na organização da ANL. Assim, embora vários grupos participassem da organização da Aliança<sup>111</sup>, o papel de destaque coube aos tenentes, que se mostraram descontentes em relação a Getúlio Vargas<sup>112</sup>. Aos que participaram dos movimentos de 1922, 1924 e 1930, iriam juntar-se outras figuras do movimento tenentista, pertencentes a uma nova geração. Tais figuras não pertenciam ao PCB. Aliaram-se ao partido quando já congregavam a ANL. Luiz Carlos Prestes, embora membro do partido, ainda era visto como um general tenentista. Assim, sua imagem como “Cavaleiro da Esperança”

---

<sup>110</sup> Em janeiro deste ano, o PCB afastou-se da FUA pelo fato de que, para os comunistas brasileiros, a organização chocava-se com a orientação partidária, alicerçada na formação de frentes pela base (ROIO, 1990, p. 240).

<sup>111</sup> Marcos Del Roio (2007, p.58), ressalta o importante papel que desempenhou, na formação da ANL, a Comissão Jurídica Popular de Inquérito (CJPI), organizada em novembro de 1934, com o objetivo de esclarecer as ações repressivas empregadas pelos integralistas e, também, identificar as bases de apoio financeiro da Ação Integralista. Essa comissão contava, entre os seus membros, com a participação de nomes expressivos, tais como Tarsila do Amaral e Astrojildo Pereira, ex-secretário-geral do PCB.

<sup>112</sup> Segundo Marly Vianna (1992, p. 108) “a história da ANL começou no segundo semestre de 1934. Seu lançamento, em março de 1935, foi o coroamento de um processo de lutas concretas, de organizações parciais, de acumulação de forças por parte dos setores antifascistas da sociedade. Passou pelas lutas grevistas reivindicatórias da classe operária, pelas discussões de programas de ação entre grupos e partidos de esquerda e pelos tenentes inconformados com os rumos que tomara o movimento de 1930 – lideranças, grupos e reivindicações que encontraram um denominador comum na luta contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional”

sobrepuja-se em relação à do revolucionário comunista. Neste sentido, a ANL não foi uma organização comunista, nem mesmo uma entidade de fachada do PCB (SILVA, 1969, p. 43).

A liderança do partido, embora não tenha participado na organização da Aliança, decidiu apoiá-la:

Um grupo de intelectuais médicos, engenheiros, advogados, professores, de oficiais do Exército e da Marinha, de representantes de organizações proletárias, de soldados, marinheiros, camponeses, estudantes, acaba de lançar o manifesto da Aliança Nacional Libertadora. [...] todos nós comunistas que sofremos as torturas dos cárceres, das ilhas infectas, os massacres e suplícios, nós que somos lutadores consequentes contra o imperialismo e o latifúndio, apoiamos o movimento da Aliança Nacional Libertadora porque ela se propõe a combater tenaz e firmemente os bandos de sanguessugas que sorvem até a última gota o suor do operariado, que reforçam a exploração e a opressão latifundiária, [...] (A Classe Operária, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 28)

Contudo, os comunistas, ainda sob influência da política de proletarização, mantiveram-se independentes em relação à ANL, não aderindo a esta:

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (S. da IC), único partido revolucionário do proletariado, já explicou amplamente porque apóia a ANL. O partido não adere e nunca aderirá à ANL. O partido está de acordo com as reivindicações constantes do programa da ANL e retirará seu apoio, desmascarará perante o proletariado e as massas populares o papel contra-revolucionário ou fascista da ANL ou de qualquer outra organização semelhante se ela deixar de defender as reivindicações e interesses das massas, [...]. (A Classe Operária, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 34).

Assim, ao falar sobre a relação entre os tenentes e os comunistas na ANL, Marly Vianna ressalta que os primeiros

[...] irão unir-se aos comunistas, não por aceitá-los como partido, mas por fidelidade à liderança de Prestes, que identificavam com as propostas mais radicalmente nacionalistas (antiimperialistas), antilatifundiárias (entendido o latifúndio como principal entrave à industrialização do país) e democráticas, no sentido de antiintegralistas (antifascistas), [...]. (VIANNA, 1992, p. 26).

Os comunistas, por sua vez, enxergavam, na ANL, um instrumento para a realização de suas aspirações revolucionárias. Imbuídos de uma concepção golpista e convencidos de que havia no país um clima favorável à realização de um levante armado de base popular, não perceberam que, naquele momento, por não terem uma força que sobrepujasse à do inimigo, deveriam, no interior da Aliança, concentrar-se, antes, no

fortalecimento desta. Parece não terem eles levado em conta que qualquer estratégia de combate, que se queria vitoriosa, deveria avaliar as relações de força presentes no campo de batalha.

### **4.3 – Aliança Nacional Libertadora: formação e programa**

A ANL constituiu-se na primeira frente nacional brasileira de massas, organizada a partir das lutas contra o integralismo e a Lei de Segurança Nacional<sup>113</sup>, promulgada em quatro de abril de 1935. Em doze de março de 1935, seus estatutos foram aprovados e eleito seu Diretório Nacional Provisório (DNP). Para os seus idealizadores, a Aliança não representava um órgão partidário, mas uma frente de natureza popular, com o objetivo de combater a ação dos interesses imperialistas sobre a economia do país e lutar pela democratização do espaço público nacional, ameaçada pela Lei de Segurança Nacional, que se encontrava em votação no Congresso à época de formação da ANL.

O DNP era composto por militares e civis ligados ao movimento tenentista<sup>114</sup>. No dia 30 de março do mesmo ano, a Aliança foi oficialmente fundada na cidade do Rio de Janeiro, em um comício realizado no teatro João Caetano. Luiz Carlos Prestes foi aclamado presidente de honra.

O programa da ANL, como se destacará adiante, de cunho nacionalista, caracterizava o país como subserviente ao sistema capitalista mundial. Seus estatutos também conclamavam à defesa das liberdades civis em geral e dos interesses da classe trabalhadora, por meio da reivindicação de melhores salários, impostos mais baixos, proteção à pequena propriedade e nacionalização das riquezas do subsolo:

[...] A Aliança Nacional Libertadora tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultive; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo

<sup>113</sup> A Lei de Segurança Nacional tipificava os crimes contra a ordem política e social; seu principal objetivo foi enquadrá-los no âmbito de uma legislação especial, submetendo os possíveis infratores a uma pena mais rigorosa, excluindo-se, inclusive, as garantias processuais.

<sup>114</sup> De acordo com Marly Vianna (2015, p. 12), entre todos os que compunham o DNP, no total de dezessete pessoas, oito pertenciam às Forças Armadas: Herculino Cascardo e Roberto Sisson – Comandantes da Marinha; Carlos Amorety Osório (vice-presidência) André Trifino Corrêa, Antônio Rolemberg e José Augusto de Medeiros, ocupavam o posto de capitão no Exército; Carlos da Costa Leite, major do Exército; Antônio Rodrigues Gouvêia, capitão da Marinha Mercante e líder sindical da categoria. Os civis que repartiam com os referidos militares a liderança da ANL constituíam personalidades ligadas ao movimento tenentista: Francisco Mangabeira; Abguar Bastos; Armando Leydner; Manoel Venâncio Campos da Paz; Benjamin Soares Cabello; Horácio Valadares; Fernando Muniz Freire; Marcelo Curvelo de Mendonça; Walfrido Caldas.

arrendamento da terra, etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária. Queremos que a formidável quantia evadida do Brasil para os cofres dos magnatas estrangeiros seja empregada em benefício do próprio povo brasileiro; [...] Diminuindo todos os impostos que pesam sobre a nossa população laboriosa e com isso baixando o custo de vida e desafogando o comércio; Aumentando os salários e ordenados de todos os operários, empregados e funcionários; Efetivando e ampliando todas as medidas de amparo e assistência social aos trabalhadores, e Desenvolvendo em enorme escala a instrução e protegendo realmente a saúde pública, [...] (Manifesto-Programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora, apud VIANNA, 1995, p. 284)

Roberto Sisson, ao expor os motivos que levaram à organização da Aliança, disse que, jamais almejando um regime comunista para o Brasil, considerava-se um nacional-libertador, que lutava contra a dominação imperialista do país, pois ao imperialismo só interessava a exploração lucrativa do Brasil (VIANNA, 1992, p. 122). Além do anti-imperialismo, a ANL tinha em seu programa uma plataforma antilatifundiária e democrática:

Para os ‘tenentes de esquerda’, o imperialismo era o responsável pelo ‘latifúndio feudal’, que mantinha o país essencialmente agrícola, impedindo o florescimento da democracia burguesa; através de seu domínio, explorava-se o regionalismo malsão, não deixando que se formassem partidos políticos nacionais; o imperialismo era culpado também pela fraqueza das Forças Armadas, era o grande inimigo do país e o governo de Getúlio Vargas estava a seu serviço. Sisson definia a democracia como direito do povo de reivindicar e ser atendido em suas necessidades pelo governo, [...] (VIANNA, 1992, p. 122).

Assim, pode-se claramente perceber que a luta contra o imperialismo era também uma luta contra o latifúndio, pois a manutenção deste interessava aos interesses do capital estrangeiro, já que os empréstimos que o governo brasileiro efetuava no exterior serviam aos interesses do café, principal produto da economia do país. O ônus destes empréstimos recaía sobre as massas populares. Além do mais, o latifúndio era a expressão do poderio e domínio das oligarquias regionais, principalmente dos Estados do Sul. Neste sentido, combater o latifúndio significava, também, combater as bases do poder oligarca. Além do mais, a manutenção do latifúndio era um entrave à industrialização e ao fortalecimento das Forças Armadas. Roberto Sisson, que integrava o DNP,

considerava que o único programa viável para o Brasil era o nacional-libertador, justamente por ser comum a todas as classes: antiimperialista, antifeudal e democrático, não exigia para a sua realização mudança da Constituição e muito menos do regime político e social. (VIANNA, 1992, p. 123)

Assim, a Aliança buscou influência principalmente entre alguns dos principais setores da população: operários, estudantes, militares e intelectuais urbanos. Na tentativa de garantir maior apoio destas camadas, seu programa era de natureza nacionalista e democrática. No plano da classe trabalhadora, por exemplo, o programa reivindicava jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, seguro-desemprego, melhores condições de trabalho e salário igual para trabalho igual. Segundo Leôncio Martins Rodrigues, “[...] as escassas referências à questão operária limitam-se a certos aspectos de proteção ao trabalhador que não vai mais além do que determinava a legislação trabalhista de Vargas”. (2004, p. 399).

Neste sentido, vê-se que as demandas não tinham nada de radical, pois se circunscreviam a direitos garantidos pela Constituição. Aliás, muito do seu sucesso provinha dos esforços para atacar a propaganda do governo em relação aos sucessos de sua política trabalhista.

No plano estudantil, surgiram células na maior parte das faculdades, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, que tratavam dos interesses específicos dos estudantes: desconto em livros, diminuição de tempo de trabalho, liberdade religiosa e de pensamento e direito de livre união e organização. Dos meios usados pela organização para ganhar apoio popular, os principais foram os comícios e discursos em locais públicos, ocasiões em que era exaltado o programa da Aliança.

A imprensa da ANL, por meio de suas publicações, como *A Manhã*<sup>115</sup>, de orientação comunista, fez incansáveis campanhas contra os abusos socioeconômicos. Atacava também a concentração da propriedade rural e o abandono do trabalhador rural, pelo governo. Havia, ainda, publicações de âmbito cultural, com artigos de intelectuais e sobre literatura, e a reprodução de artigos de imprensa estrangeira denunciando o avanço do nazi-fascismo.

Vários nomes importantes, como Jorge Amado e José Lins do Rego, compuseram parte do corpo editorial (CARONE, 1991, p. 173). Os panfletos denunciavam a inflação, a corrupção e o governo federal. Embora oferecesse poucas soluções, a Aliança denunciava as irregularidades e o descaso governamental.

---

<sup>115</sup> O jornal era editado por Pedro Motta Lima, no Rio de Janeiro. Ver: (CHILCOTE, 1982, p. 78). Contudo, deve-se ressaltar que o periódico não se constituía em órgão oficial da ANL, mas, sim, oficioso (ROIO, 1990, p. 284).

Foi entre a classe média urbana, profissionais liberais, intelectuais e empregados de escritório, que o movimento teve grande prestígio, em consequência da agitação promovida, a favor dos consumidores, pela redução dos preços e do barateamento dos serviços públicos e do aluguel. Entretanto, somente na Capital Federal e, em menor proporção, em São Paulo, a ANL foi suficientemente forte para realizar tais manifestações (LEVINE, 1980, p. 118). Nos demais Estados, a organização contou com poucos simpatizantes, e teve sua ação sufocada pelos violentos conflitos travados com os integralistas e pela repressão policial.

Tanto para uma parte da opinião pública, quanto para as autoridades, a nomeação de Prestes, como presidente de honra, selava a ligação da ANL com o Partido Comunista. Anulou-se, assim, para aqueles setores, qualquer possibilidade de a Aliança existir independente do Partido. Cinco dias após a reunião que fundou a ANL, em quatro de abril, o governo decretou a Lei de Segurança Nacional. Para Robert Levine, “Se houvera dúvidas sobre a atitude do governo em face do novo movimento, a eleição simbólica de Prestes dissipou-as e selou o destino da ANL” (LEVINE, 1980, p. 109).

Entretanto, em nosso entendimento, os anos de marcha da Coluna foram fundamentais para a construção da figura mitológica de Prestes e consolidar, assim, sua figura de líder do movimento tenentista. Dessa forma, embora não esposassem a ideologia comunista, os “tenentes” que conceberam a Aliança nutriam um sentimento de reverência e “admiração” por Luiz Carlos Prestes.

Hercolino Cascardo (CASCARDO, 2007, p. 467), diante da nomeação de Prestes como presidente de honra da Aliança, reforçou o compromisso nacionalista e democrático da ANL, ressaltando que o programa nacional-libertador não almejava a subversão da ordem política e social. Assim, todos os objetivos de tal programa deveriam ser conquistados de maneira pacífica, não desrespeitando, portanto, os limites constitucionais<sup>116</sup>.

Por outro lado, as propostas aliancistas, de cunho nacional-reformador, foram duramente criticadas pelo PCB. Para a direção do partido, a liderança da ANL era composta por “pequeno-burgueses”, que descartavam a via revolucionária para a tomada do poder:

A ANL surgiu sob a influência dos grandes movimentos operários de 1933 e 1934, como uma organização de frente única antiimperialista. Mas a ANL surgiu num momento de descenso das lutas operárias, [...].

---

<sup>116</sup> De acordo com Marcos Del Roio (2007, p. 63), parte dos aliancistas supunha que a execução do programa da ANL não iria ferir a Constituição; não visualizavam, no entanto, que isso seria impossível.

Parte dos elementos que compõem a direção da ANL (pequeno-burgueses sujeitos a vacilações) não compreendendo o processo de desenvolvimento revolucionário do proletariado como a única classe capaz de dirigir conseqüentemente as lutas revolucionárias pela libertação nacional, não compreendendo o processo zig-zagueante da formação revolucionária do proletariado, de suas organizações de classe e de seu partido, vacilam e começam a querer conduzir a ANL pelo caminho do nacional-reformismo. Que significa o nacional-reformismo? Significa desviar a luta concreta e real contra o imperialismo e o latifúndio para o terreno das concessões, do palavreiro vazio. [...]. Significa pensar em resolver a situação nacional dentro dos quadros do atual regime, com Getúlio ou outro Getúlio qualquer no governo, dentro da ordem e da lei feudal-burguesa, [...]. (Classe Operária, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 41).

Nesse sentido,

[...] Muitas confusões, muitas acusações falsas estão surgindo e surgirão ao redor deste fato, contra o Partido e contra a Aliança Nacional Libertadora e que queremos aqui esclarecer e combater. [...]. A Aliança Nacional Libertadora ‘não é comunista e não pode se dizer comunista’; se assim fosse não lhe daríamos jamais o nosso apoio e desmascararíamos a sua traição, atacaríamos o seu programa e ação, pois só há e pode haver um só P. Comunista. [...] Se a ANL se dissesse comunista estaria traindo e dividindo o movimento revolucionário do proletariado e fazendo um papel contra-revolucionário. [...]. Muitos elementos acusam o nosso Partido de, com seu apoio à ANL, pôr-se à sombra da pequena burguesia e do tenentismo. O Partido, dando seu apoio à ANL, não desiste da luta por seu programa, não desiste da luta ideológica nem da sua atividade, [...] (A Classe Operária, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 36-38)

Os aliancistas sempre enfatizaram o caráter não partidário da organização<sup>117</sup>. Apresentavam um programa de reivindicações e de luta, porém, não aspiravam conquistar o poder. Tal comportamento representaria a mentalidade nacionalista e democrática dos tenentes, que acreditavam, assim, poder transformar economicamente e socialmente o país, sem modificar o regime. Havia apenas um programa, porém, não havia qualquer indicação ou orientação para cumpri-lo. Herculino Cascardo (1935, apud VIANNA, 1995, p. 296), ao ser entrevistado em julho de 1935, afirmou:

[...] O presidente Vargas sabe perfeitamente de todos os nossos planos e intuítos. [...] A sua idéia fixa é o voto. Ele fez a revolução porque se considerou usurpado nos votos que teve. Fez a revolução e quer que todos os partidos no Brasil, inclusive o Comunista, apelem para o voto para subir ao poder. [...] E a Aliança, não vai votar? Não. Ela quer fazer doutrina, de tal forma que os candidatos de todos os partidos que aceitarem o programa da Aliança serão, por força dos mesmos

<sup>117</sup> No dia vinte e seis de junho de 1935, o jornal *O Estado de S. Paulo* publicou uma nota, na qual o secretário da ANL justifica perante os órgãos da imprensa a iniciativa de não registrar a Aliança como partido político no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral pelo fato daquela constituir-se uma “frente única”.

princípios, candidatos da Aliança. A Aliança quer a libertação do Brasil. Quer anular as algemas do imperialismo. O partido político, ou homem, ou partido proletário, ou sociedade civil que conseguir fazer isso terá executado o programa da Aliança, [...]

No mês de maio de 1935, Prestes tornou pública sua adesão à ANL, por meio de uma carta à Hercolino Cascardo, e passou a atuar mais diretamente na organização. Nessa carta, o Cavaleiro da Esperança expôs claramente a questão do poder e da revolução popular. Para Marly Vianna (1992, p. 126), o conteúdo da missiva passou a circular junto com o programa e o estatuto da ANL. A palavra de ordem por um governo popular nacional revolucionário preencheu, assim, o vácuo que o programa aliancista apresentava quanto à conquista do poder.

Explicando as suas intenções, ao lançar a palavra de ordem para um Governo Popular Nacional Revolucionário (GPNR), Prestes afirmou que tal plataforma de ação não guardava nenhuma relação com o comunismo, nem almejava a formação de soviets. Apenas enfatizava a necessidade de uma luta armada para a construção de um novo governo:

[...] Tanto o programa que apresentei não é comunista como o governo que pensamos implantar estará ainda muito longe de ser um governo soviético. Nós queremos agora defender as liberdades populares e não permitir que o Brasil marche para a tragédia terrível de um governo fascista, [...] (PRESTES, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 348)

De acordo com Anita Prestes, as concepções de Prestes quanto à formação do GPNR foram encampadas pela ANL em seu programa, porém, a entidade fez questão de ressaltar que tais diretrizes não tinham por finalidade a formação de um governo de natureza comunista. Não se pleiteava, com a adoção das palavras de ordem lançadas pelo Cavaleiro da Esperança, a abolição da propriedade privada e a coletivização dos meios de produção. A questão do “poder”, enquanto forma de luta nos moldes insurrecionais, presentes agora no programa aliancista, não levaria à formação de um regime nos moldes soviéticos. Embora integrasse a plataforma da ANL, a nova orientação tática não ganhou consenso entre os dirigentes da ANL: “Cascardo, presidente da ANL, comandante da Marinha e ‘tenente histórico’, manter-se-ia fiel às concepções legalistas, externadas por ele desde o momento da criação da ANL, [...]” (PRESTES, 2015, p. 172).

Somente quando Luiz Carlos Prestes lançou a ordem por um Governo Popular Nacional Revolucionário, é que o PCB concentrou seus esforços na ANL, ressaltando, entretanto, que não havia abandonado a luta armada.

Apesar de não discutir em seu programa as questões relativas ao poder e aos meios para conquistá-lo, os tenentes reunidos na Aliança, da mesma forma que os comunistas, consideravam o movimento armado como a única maneira de se conquistar o poder. Os tenentes aliancistas ainda conservavam uma mentalidade na qual as Forças Armadas representavam os interesses da nacionalidade. Assim,

“O PCB via, na luta armada, o único caminho para alcançar seus objetivos, e a união dos tenentes da ANL com o PCB - que se deu com a adesão de Prestes à ANL - reforçava o viés conspiratório que só fez fortalecer-se com o fechamento da entidade” (VIANNA, 2007, p. 346).

A oposição aos aliancistas, por parte do governo e de setores que não simpatizavam com organizações populares, recrudescia na medida em que a frente conquistava maior simpatia entre a população. A principal tática de propaganda daqueles que atacavam a Aliança era identificá-la com o comunismo, obrigando a ANL, em diversas ocasiões, a sair em público desmentindo tais acusações.

Diante do recrudescimento do movimento antifascista, o aparelho repressivo do governo, amparando-se na Lei de Segurança Nacional, concentrava seus esforços no combate às forças identificadas com o comunismo e às correntes democráticas que integravam as fileiras da ANL, que foi associada ao movimento comunista internacional. Se as autoridades públicas se mostravam intransigentes com relação às ações da ANL e de seus simpatizantes, como, também, de outros setores ligados à campanha contra o Integralismo, eram condescendentes com as manifestações violentas promovidas por este último. Tal atitude deve-se ao fato de que

O ambiente político tornava-se visivelmente mais tenso, e era evidente que o governo sentia-se ameaçado pelo avanço do movimento antifascista e os êxitos alcançados pela ANL e demais entidades democráticas e populares, cujo inegável crescimento atraía setores ponderáveis da opinião pública nacional, incluindo parte das Forças Armadas. (PRESTES, 2015, p. 173).

Em onze de julho, Getúlio Vargas, amparado na Lei de Segurança Nacional, fechou provisoriamente a ANL. O principal motivo para o fechamento foi o discurso, elaborado por Prestes, e lido em cinco de julho de 1935, durante manifestação em que era comemorado o aniversário das revoluções de 1922 e 1924. Nesse discurso, Prestes assumiu um tom revolucionário, ao propor a derrubada do governo por meio das armas. O discurso terminava com a frase: “Todo poder à ANL”. Era o pretexto que o governo

precisava para acabar com a instituição. Após o onze de julho de 1935, vários núcleos da Aliança em todo o país foram fechados.

O manifesto causou indignação entre os dirigentes não-comunistas da ANL. Segundo Herculino Cascardo, ao ser entrevistado pelo jornal “Terceira República”, no dia cinco de julho,

[...] se a imprensa venal e os chefes do imperialismo conseguirem persuadir o Presidente Vargas que a Aliança Nacional Libertadora é uma agente do Comunismo Internacional, a Aliança seria, pela força das próprias leis, fechada. Mas a nossa sorte é que uma coisa é ser e outra não ser. Nós não somos comunistas. E os comunistas não aprovam nada do que estamos fazendo. Eles só aprovam aquilo que eles determinam. E quem não obedece eles expulsam. [...] Estamos dentro da Constituição. Vamos ficar onde estamos, [...] (CASCARDO, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 295-297)

Para Luiz Carlos Prestes, o fechamento da organização aconteceria independentemente de seu manifesto<sup>118</sup>. De acordo com o Cavaleiro da Esperança, já havia, por parte do Governo, a intenção de torná-la ilegal (VIANNA, 1995, p. 361). De fato, no dia anterior às comemorações, Getúlio Vargas comentou em seu diário: “Sendo amanhã o dia histórico das revoluções, foram tomadas várias providências para evitar perturbações da ordem pública, reuniões da Aliança Nacional Libertadora, greves, etc.”. (VARGAS, 1995, p. 401).

Houve resistências e manifestações contra o fechamento da ANL em várias localidades, realizadas pelos comunistas e pelos poucos adeptos que ainda restavam. Entretanto, isolados e de pouca expressão, estes atos de nada adiantaram. Depois do fechamento, a Aliança “[...] expirou como organização legal de massa. O que restou de sua estrutura passou à clandestinidade, e manteve-se viva, para o PCB, [...]”. (LEVINE, 1980, p. 159).

Foi feito, por parte da minoria parlamentar, um pedido para que o Ministro da Justiça expusesse os motivos que levaram o Poder Executivo a colocar a ANL na ilegalidade. Porém, o requerimento foi indeferido pela Câmara dos Deputados. Além desse requerimento, foi impetrado um Mandado de Segurança em favor da Aliança. Contudo, o pedido foi negado pela Corte Suprema.

---

<sup>118</sup> Para Marly Vianna (2003, p. 87), o manifesto de Prestes refletia os ideais de luta presentes no movimento tenentista. De fato, Prestes começa o seu discurso com as seguintes palavras: “[...] 5 de julho de 1922 e 5 de julho de 1924. Troam os canhões de Copacabana. Tombam os heróis companheiros de Siqueira Campos!, [...]” (PRESTES, 1935, apud CARONE, 1982, p. 172)

Após ser posta na ilegalidade, a Aliança perdeu todo o seu prestígio conquistado nas várias camadas sociais, principalmente na classe média. “Apesar do delirante entusiasmo popular pela ANL, demonstrado em inúmeras ocasiões, ‘as massas’ assistiram passivas ao seu fechamento” (VIANNA, 2007, p. 147). A partir desse momento, o controle da organização ficou nas mãos dos comunistas e dos tenentes ligados ao PCB, que prepararam um levante armado em nome dela. Para Prestes e os enviados da Internacional Comunista (IC), a deposição de Vargas viria por meio das armas.

Desse momento em diante, a ANL transformava-se em um movimento ilegal, dirigido por um partido que também estava na ilegalidade. As células da Aliança, que ainda funcionavam depois de julho, transformaram-se em células do Partido Comunista.

A propaganda do partido ainda girava em torno do manifesto de Prestes e era feita em nome da Aliança: um governo popular e revolucionário, de todos os democratas e antifascistas, encabeçado por Prestes; liberdades civis e igualdade racial e religiosa; legislação social abrangente, com salário igual para igual trabalho; salário mínimo e seguro-desemprego; eliminação do poder feudal dos donos de terras. Entretanto, mesmo na ilegalidade e controlada pelo PCB, a ANL colocava-se “[...] como uma legítima continuadora não só das lutas tenentistas mas de todo o Exército, dentro do espírito progressista de Benjamin Constant e da energia de Floriano Peixoto” (VIANNA, 2003, p. 86). Assim, vê-se que a doutrina positivista, fortemente presente no ideário do Exército Brasileiro impunha-se, no Brasil, à marxista<sup>119</sup>.

#### **4.4 - Os preparativos para o Golpe**

Embora o clima político tenha ficado mais tenso após o fechamento da ANL e as críticas ao governo Vargas assumissem um tom mais radical, a ideia de revolução consolidou-se, para parte dos quadros dirigentes do PCB, ainda em 1934. Neste mesmo ano, alguns membros do Comitê Central do Partido Comunista, em Moscou, durante a Terceira Conferência Comunista da América Latina, tentavam convencer os dirigentes da Internacional Comunista de que havia no Brasil um clima favorável para o desencadeamento de um movimento insurrecional.

---

<sup>119</sup> Em entrevista à Revista ISTOÉ, em setembro de 1979 (PRESTES, 1979, apud RODRIGUES, 2004, p. 376), Luiz Carlos Prestes declarou que os quartéis constituíam, nos anos 1920 e 1930, terrenos mais férteis do que as fábricas para a construção do Partido. Em outra ocasião, chegou a declarar à Marly Vianna (1992, p. 305) que, em 1935, considerava-se “um tenente” ainda muito distante do marxismo.

Os comunistas do PCB, ao serem questionados sobre a situação do partido, expunham dados exagerados acerca do número de membros e da influência deste nas diferentes camadas sociais, nos sindicatos, forças armadas e, principalmente, entre os proletários. Convencidos de que assim era, tanto Luiz Carlos Prestes, que desde o fim da Coluna Prestes ainda não havia retornado ao Brasil, como também os dirigentes da IC começaram os preparativos para uma revolução.

Entretanto, deve-se ressaltar que os países das Américas Latina e do Sul, na estratégia revolucionária estabelecida pela Internacional Comunista, ocupavam um lugar periférico. O desconhecimento, por parte da IC, acerca das características políticas, econômicas e sociais dos referidos países, era completo. Para os teóricos da IC, o Brasil era um país semifeudal, cujo desenrolar político era consequência do embate entre dois imperialismos: o inglês e o norte americano (PINHEIRO, 1991). Essa visão levava à adoção de uma mesma linha de ação para países completamente diferentes em seus vários aspectos.

A IC, por desconhecer a realidade brasileira, mostrou-se convencida pelas informações um tanto exageradas do secretário-geral do PCB, Antônio Maciel Bonfim, o “Miranda”. Acreditando que havia no Brasil uma situação revolucionária e que os comunistas exerciam uma forte liderança nos diversos setores civis e militares, decidiu apoiar os preparativos revolucionários, enviando ajuda material e quadros políticos para auxiliar nos preparativos da insurreição. Entretanto, ao contrário do que afirmam alguns autores como, por exemplo, William Waack (1993), a Internacional Comunista limitou-se à posição de expectadora, deixando aos comunistas brasileiros o papel de protagonistas em relação a quaisquer ações revolucionárias, cumprindo, assim, a orientação interna de não assumir o comando de qualquer movimento insurgente em países considerados não prioritários, como era o caso do Brasil. Assim,

Os encontros de Moscou foram decisivos para os levantes de novembro de 1935. Miranda, que chefiava a delegação brasileira, era um homem vaidoso e, querendo mostrar-se importante, [...], mentiu à vontade. Por sua vez, o responsável da IC pela América Latina, Dimitri Manuilski, ficou maravilhado com o palavrório mentiroso de Miranda, em especial quando este forneceu detalhes sobre a pretensa situação revolucionária no Brasil. Miranda insistia em que o país estava às vésperas de um grande movimento revolucionário; contou que os cangaceiros de Lampião estavam prontos a seguir as ordens do PCB; que o governo, cada vez mais fraco, seria facilmente derrubado; que o PCB estava organizado em todo o Brasil, da capital da República ao mais distante município do interior; e que havia movimento guerrilheiro por todo o país, [...]" (VIANNA, 2003, p. 76).

Nos primeiros meses de 1935, agentes da Internacional Comunista, como Rodolfo Ghioldi e Arthur Ewert (Harry Berger), chegaram ao Brasil, com a tarefa de auxiliar Prestes na organização da revolução. Este chegaria ao Brasil em abril, acompanhado de sua esposa, Olga Benário. Olga, após o fracasso do levante armado, seria presa e enviada à Alemanha, onde morreria em um campo de concentração. Com a chegada dos dirigentes, ocorreu a transferência do Bureau Sul Americano, de Montevideu para o Rio de Janeiro<sup>120</sup>.

Entretanto, contestando a versão corrente de que os Levantes de 1935 foram gestados durante o VII Congresso da Internacional Comunista, que ocorrera em agosto de 1935, Prestes afirmou que não houvera, por parte dos comunistas soviéticos, qualquer tipo de determinação para que eclodissem as insurreições de novembro de 35. O Cavaleiro da Esperança atribuiu toda responsabilidade ao Partido e ao seu Secretário-Geral, “Miranda”, a quem acusou de fazer uso de discursos exagerados e mentirosos quanto ao contexto da realidade política brasileira. O General da Coluna justificou, ainda, que, ao contrário do que se afirmava, a presença de Harry Berger no Brasil se dava apenas a pedido do próprio PCB, desejoso na época de receber “[...] alguma assessoria de alto nível. Então, veio Berger. Mas ele recebeu recomendações para não se envolver nos assuntos internos do partido. Ele era um conselheiro, [...]. (PRESTES, apud MORAES, VIANA, 1982, p. 59),

Enquanto Prestes e os agentes do *Comintern* chegavam ao país, a ANL continuava a pregar seu programa, em várias manifestações. Muitos de seus dirigentes e filiados desconheciam os planos do PCB quanto à realização de um levante armado para tomar o poder. De acordo com Leôncio Basbaum (1975, p. 77), “[...] a própria base do partido tudo ignorava. Somente alguns sabiam da presença de Prestes, e que o objetivo designado para a ANL era uma revolução”<sup>121</sup>. Dentro do PCB, existia uma forte desconfiança em relação à Aliança. Duvidavam de sua capacidade para conquistar as massas, e temiam que o partido se dissolvesse dentro da organização<sup>122</sup>.

---

<sup>120</sup> Para Marly Vianna (2003, p. 79), “Em função da situação política da Argentina, a IC já resolvera transferir seu *bureau* sul-americano (que coordenava as atividades dos partidos comunistas da América do Sul) de Buenos Aires para o Rio de Janeiro. Isso, com a ajuda que estava disposta a dar ao Brasil, pela situação pretensamente revolucionária que aqui estaria se dando, fez com que a IC enviasse alguns de seus quadros para cá, [...]”.

<sup>121</sup> Leôncio Basbaum (1975, p. 79) ainda afirmou que “[...] não se pode atribuir propósitos revolucionários à ANL. Seu belo programa era uma plataforma de luta que muitos acreditavam poder ser conduzida somente pela agitação e sem apelo às armas. O que havia de revolucionário na ANL era o seu presidente de honra, Luiz Carlos Prestes, e alguns dos seus adeptos”.

<sup>122</sup> Esse temor certamente provinha da experiência com o Bloco Operário e Camponês (BOC), criado pelo partido em 1926. O BOC, cujo programa reivindicava, entre outros pontos, “[...]o reconhecimento da URSS

Contudo, a tarefa dos comunistas, ao participarem da Aliança, era “[...] ampliar a ANL de modo a gerar um levante nacional na base do programa popular revolucionário contra os bandidos imperialistas e contra os opressores e reacionários internos, representados pelo governo de Getúlio”. (PRESTES, apud MORAES; VIANNA, 1982, p. 67). No momento em que anunciou sua adesão à ANL, por meio de uma carta endereçada à Herculino Cascardo, Luiz Carlos Prestes afirmou:

[...] Mas a tarefa da ANL consiste, no momento atual, em reunir e mobilizar rapidamente para a luta todos os que estejam de acordo com o seu programa e que por ele queiram realmente lutar. Aderindo à ANL, faço por meio desta minha primeira carta um veemente apelo a todos os que no Brasil querem lutar pela libertação nacional, a todos os que querem evitar o terror fascista, a todos os que querem lutar contra o latifundismo: Unamo-nos para a luta! Apesar das diferenças de opinião que possam existir, formemos lado a lado, na luta por um tal programa! [...] Através de tais lutas a ANL transformar-se-á num grande movimento de massas e, nas condições atuais do Brasil, pode chegar rapidamente a ser uma grande organização popular nacional revolucionária, capaz de sustentar a luta de massa no Brasil, [...]. (PRESTES, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 288).

Em outra carta, desta vez destinada à Silo Meireles, o Cavaleiro da Esperança expõe a necessidade de expansão da Aliança como requisito fundamental para a organização de um amplo movimento “nacional-libertador”:

Autorizo-te, [...], a procurar em meu nome todos os que nos possam e queiram ajudar. O movimento da ANL é bastante amplo para que nele caibam todos os que queiram lutar contra o imperialismo, contra o feudalismo e pelos direitos democráticos; todos os que queiram lutar por um governo realmente popular e revolucionário, capaz de executar o programa da ANL. [...] A ANL precisa ser e será a maior organização até hoje existente no país para a luta consciente pela libertação nacional e contra o fascismo. [...] A todos podes dizer que já trabalhamos ativamente na organização do grande movimento nacional libertador, [...] (PRESTES, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 314-315).

Em 1935, de acordo com alguns autores, dentre os quais Marly Vianna (1992) e Marcos Del Roio (1990), não havia condições para um levante armado de base popular. Embora tenha conquistado inúmeros adeptos, a ANL não teve grande repercussão entre

---

pelo governo brasileiro, a anistia aos presos políticos, a autonomia do Distrito Federal, a elaboração de um código de trabalho de proteção do empregado, [...]” (RODRIGUES, 2004, p. 366) propiciou, ao PCB, a possibilidade de atuar legalmente por meio de uma frente. Os líderes políticos da IC, posteriormente, criticaram veementemente a atuação política do partido no Bloco, por considerar que no interior deste, a classe operária permaneceu sob a liderança da burguesia. Além disso, para a IC, o próprio PCB “ter-se-ia dissolvido no Bloco” (RODRIGUES, 2004, p. 370).

o proletariado e as camadas camponesas. E, por figurar na ilegalidade, ela praticamente deixou de existir, pouco tempo depois. Por outro lado, apesar de pressionado pela situação socioeconômica, o governo ainda tinha o apoio de parcelas da população. A classe trabalhadora, por sua vez, teria ficado satisfeita com as conquistas garantidas pelo Ministério do Trabalho. Acreditava que suas reivindicações poderiam ser alcançadas por pressão popular, não se entusiasmando, assim, com a possibilidade de uma revolução. Além disso, o próprio PCB, naquele ano, apresentava-se ainda imaturo, além do que, instável, pois enfrentava, já nos primeiros anos de existência, desde perseguições e forte resistência por parte das camadas governantes a conflitos pessoais, rompimentos internos e constantes mudanças em relação à orientação partidária (RODRIGUES, 2004, p. 376). Nessas circunstâncias, qualquer ação não passaria de uma aventura militar.

Entretanto, uma parcela dos comunistas brasileiros vislumbrava uma realidade que não existia, ou seja, a pretensão de transformar uma crise econômica em superação, em uma situação revolucionária. Tampouco havia, pelo menos em grau de suficiência para que acontecesse o que o partido esperava, uma mobilização e conscientização política dos camponeses, da classe operária e das mobilizações grevistas. Desprezando as aspirações políticas dos outros setores que participavam da ANL, o PCB acreditava poder utilizar a Aliança em seus planos insurrecionais. Nesta direção, “supondo ver a tomada do poder descortinar-se no horizonte, [...] decidiu lançar a palavra de ordem ‘Todo poder à ANL’, [...], e denunciando o viés golpista, previu que a insurreição poderia se dar em meados de agosto” (DEL ROIO, 1990, p. 289).

De acordo com Anita Prestes, a partir do ano de 1929, os próceres da IC e do PCB passaram identificar, no Brasil, a existência de uma situação “revolucionária”, o que tornava possível/exequível a concretização da primeira fase do movimento revolucionário de cunho socialista, chamada de “democrático-burguesa” ou “agrária e anti-imperialista”. O alvo principal desta primeira fase consistia em combater a influência hegemônica exercido pelo imperialismo e abolir as relações feudais imperantes no meio rural, como forma de possibilitar a expansão do sistema capitalista no país em bases autônomas. Somente quando alcançado este objetivo é que poder-se-ia vislumbrar o sucesso “[...] da etapa socialista do processo revolucionário” (PRESTES, 2015, p.154). Assim,

“Era a visão *etapista* da revolução, aceita e amplamente difundida, durante décadas, entre os partidos comunistas dos países ‘coloniais e semicoloniais’, de acordo com as teses aprovadas no VI Congresso da IC, realizado em 1928”. (PRESTES, 2015, p. 155).

No Terceiro Pleno do Comitê Central do PCB, que ocorreu em outubro de 1929, sob o influxo das questões suscitadas no VI Congresso da IC e da Primeira Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, que ocorreu na capital argentina no mês de julho de 1929, o partido atribuiu aos trabalhadores urbanos e do campo, juntamente com a população miserável que habita o meio rural, o principal papel no movimento revolucionário. Acreditando haver no Brasil uma atmosfera revolucionária e confiando na exequibilidade de uma sublevação das classes trabalhadoras, os comunistas brasileiros e os próceres da IC pregavam o caminho das armas e a organização de um governo pautado nos Sovietes.

Segundo Anita Prestes, a reunião dos comunistas brasileiros com a liderança da IC, em Moscou, colocou no horizonte de ação do PCB a realização da primeira fase da revolução socialista. Não foi manifesto o desejo de instalar, imediatamente, um governo de cunho socialista ou comunista. Primeiramente, seria necessária “[...] a conquista de um poder dos trabalhadores, que libertasse a nação do jugo do imperialismo e de seus agentes internos, [...], os grandes proprietários de terras, [...]” (PRESTES, 2015, p. 154).

Em seu manifesto, lido no dia cinco de julho de 1935<sup>123</sup>, Luiz Carlos Prestes defendeu as propostas nacionalistas da ANL. Porém, a proposta para a derrubada do governo por meio do “povo em armas” constituiu pretexto para que Getúlio Vargas, amparado na LSN, decretasse a ilegalidade do movimento. Embora os tenentes aliancistas fossem favoráveis à luta armada, como condição para atingir o poder, para os comunistas esta já figurava como prioridade.

Para Miguel Costa, companheiro de Luiz Carlos Prestes durante a marcha da Coluna, o conteúdo revolucionário do manifesto não refletia as reais condições da situação político-econômica do país:

[...] vem o 5 de julho. V., naturalmente pouco ou mal informado, supondo que o movimento da ANL tivesse tanto de profundidade como de extensão, lançou seu manifesto dando a palavra de ordem ‘todo poder à ANL’. Brado profundamente revolucionário, subversivo, só aconselhável nos momentos que devessem preceder à ação. Grito que deveria, para estar certo, ser respondido pela insurreição. No entanto, aí estão os fatos: veio o seu manifesto, veio o decreto de fechamento da ANL e este movimento popular que parecia, à primeira vista, ter tomado todo o país, não reagiu nem com duas greves organizadas. Faltavam-

---

<sup>123</sup> “[...] as massas trabalhadoras, todos os membros da Aliança precisam estar atentos e vigilantes. A situação é de guerra e cada um precisa ocupar o seu posto. Cabe à iniciativa das próprias massas organizar a defesa de suas reuniões, garantir a vida dos seus chefes e preparar-se ativamente para o momento do assalto. A idéia do assalto amadurece na consciência das grandes massas. Cabe a seu chefe organizá-las e dirigi-las. [...]. Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora” (PRESTES, 1935, apud CARONE, 1982, p. 180-181).

lhe profundidade e organização. [...]. Os companheiros do Exército e da Marinha que se encontravam à frente da agitação estão uns presos, outros transferidos para os confins do Judas. As sedes da ANL acham-se fechadas, os seus membros têm que se agitar na ilegalidade, com movimentos muito mais lerdos, muito mais difíceis, muito menos eficientes. [...]. Se V. tivesse, em vez de pregar o assalto ao poder, recomendado a mais viva congregação em torno da ANL, não se teriam precipitado os acontecimentos. [...]. Tal ordem só deveria ser dada quando o governo já se encontrasse na impossibilidade material de reagir. O contrário, foi como atirar uma criança desarmada contra um elefante, [...] (COSTA, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 344).

Após o fechamento da ANL, a organização esvaziou-se, perdeu as suas bases populares, permanecendo nela apenas os comunistas e tenentes que estavam dispostos a seguir em frente na preparação de uma revolução nacional-libertadora. A situação ilegal da Aliança não afetou diretamente a orientação partidária dos comunistas brasileiros<sup>124</sup>. O PCB ainda confiava na existência de uma crise política que colocava em xeque a estabilidade do governo de Getúlio Vargas, e, também, de uma consciência revolucionária presente nas massas populares. Em vinte e nove de julho, poucos dias após o decreto que colocou a Aliança na ilegalidade, Luiz Carlos Prestes, em carta endereçada ao capitão Agostinho Pereira, afirmou:

[...] o movimento da ANL é já, nos dias de hoje, invencível, porque ela realmente traduz os anseios da maioria incontestável do nosso povo. Tanto no Rio, como em São Paulo e no Nordeste a ANL marcha rapidamente para grandes lutas, agora ainda mais precipitadas com o decreto reacionário de Vargas fechando suas sedes. [...]. Disto precisam saber os lutadores do Paraná e tomar as necessárias providências, organizando a ANL em todo o Estado e mobilizando realmente, através de lutas contra o imperialismo e contra o feudalismo, a grande maioria da população do estado, [...]. (PRESTES, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 337).

Em resposta a Miguel Costa, o Cavaleiro da Esperança assim justificou o tom revolucionário de seu manifesto:

[...] nós, agora, no Brasil, já estamos muito mais avançados do que em 1924 e 1930. Nos movimentos anteriores, simples golpes preparados ou nos quartéis (1924) ou nas sedes de alguns governos estaduais (1930), o povo não era fator necessário e ficava para ser mobilizado a posteriori.

---

<sup>124</sup> “[...] das lutas grevistas, das greves de massa, combativas, tendo por base as reivindicações econômicas, da politização dessas lutas, em primeiro termo e do desencadeamento imediato de amplas e numerosas lutas de camponeses e lutas armadas no campo, como também da mobilização do povo pelas reivindicações populares e para a luta pela conquista dessas reivindicações está dependendo o Ascenso do movimento revolucionário em dias e semanas e a própria sorte da revolução. O comitê central faz um apelo para que todos os membros façam todos os esforços para compreender essas tarefas e multiplicarem sua atividade para discuti-las, tomar resoluções concretas e levá-las à prática imediatamente. Disto está dependendo que a revolução seja uma realidade próxima” (PCB, 1935, Apud VIANNA, 1995, p. 80).

Grupos de conspiradores separados das massas, secretos, preparavam os golpes e iniciavam sozinhos a luta pelo poder. [...]. O movimento aliancista é um movimento essencialmente popular e a nós, como chefes, cabe orientar em tempo oportuno o povo que nos segue. Em poucos meses a ANL agrupou em todo o país centenas de milhares de antiimperialistas e antifascistas e todos, em junho, já pediam abertamente uma resposta à questão do poder, [...] (Apud VIANNA, 1995, p. 361).

Entretanto, não havia, por parte da IC, qualquer orientação que incentivasse a organização de lutas armadas. Entre os meses de julho e agosto, realizou-se, em Moscou, o VII Congresso da Internacional Comunista, no qual ficou estabelecida uma nova orientação política para os partidos: suas recomendações concentravam-se na formação de frentes populares para combater o fascismo e a guerra imperialista. Assim, cabia aos comunistas a participação e envolvimento nas organizações populares antiimperialistas, mesmo que sob o comando de outras vertentes políticas como, por exemplo, o nacional reformista. De acordo com Dario Canale (1985, p. 135), a luta contra o imperialismo se tornara, para a direção da IC, mais relevante do que a conquista da hegemonia no interior das referidas organizações.

O referido congresso oficializou a tática de frentes populares contra o fascismo, a guerra e pela defesa da União Soviética (URSS). Palavras de ordem, como “revolução operário-camponesa”, “governo de soviets” foram descartadas. O objetivo, então, era a libertação nacional por meio do combate ao imperialismo. Segundo Marly Vianna (1992, p. 47), as decisões tomadas em Moscou pouco influenciaram a ação dos comunistas brasileiros, que se preparavam para derrubar Getúlio por meio das armas, instalando um “Governo Popular Nacional Revolucionário” sob a liderança de Prestes.

Além do mais, torna-se importante ressaltar que, no momento em que se pregava a formação de amplas frentes populares, a ANL já estava na ilegalidade. Assim, vê-se que

Na verdade, não só os levantes de 1935 estavam enraizados nas tradições tenentistas da sociedade brasileira como a IC não assumiria - como não assumiu - a responsabilidade pela eclosão de um movimento revolucionário em outro país. Para os homens de Moscou, contavam, naquele momento, principalmente as boas relações diplomáticas da URSS com os demais países e não estavam dispostos a arriscá-las. (VIANNA, 2003, p. 77).

No interior da Aliança, pode-se claramente perceber que ainda se fazia presente, entre os comunistas, a orientação política que apontava a perspectiva de uma insurreição popular em um horizonte próximo, totalmente contraditória em relação à política de “frente popular”, a qual exigia a ampliação de forças a partir da formação de alianças com

outros grupos políticos e sociais. Estes, convencidos de que havia no país uma situação francamente revolucionária, não conseguiram concentrar seus esforços na luta contra o integralismo e as propostas corporativistas encaminhadas por Getúlio Vargas para o controle das organizações operárias.

Para Marcos Del Roio,

Prestes e o PCB não perceberam que naquela conjuntura a formação da ANL tinha caráter tático defensivo. O objetivo era deter o processo desencadeado para a instauração de uma ditadura com aspectos fascistas. Então, se deveria lutar pela revogação da LSN, pelo desmantelamento do integralismo, pela laicização do Estado, contra os aspectos corporativos da constituição e pela democratização do Estado e da vida política dentro dos marcos institucionais definidos em 1934, como era propósito declarado de grande parte da direção da ANL. Para se conseguir tais objetivos era necessário um período relativamente longo de acumulação de forças e de fortalecimento da sociedade civil, que permitisse a entrada das massas agrárias na política, ampliando o estatuto da cidadania e que enriquecesse a criação cultural. A partir daí, o projeto democrático revolucionário embutido no programa da ANL poderia se tornar uma estratégica ofensiva de ruptura com a ordem social existente, que levasse ao desenvolvimento das forças de produção capitalistas sob a direção de um Estado democrático, configurando uma alternativa nacional-popular. (DEL ROIO, 1990, p. 293-294).

Em outubro de 1935, teve início, no país, uma fase de agitação política e militar. As eleições estaduais, como as do Distrito Federal e a do Rio Grande do Norte, permeadas por acirradas disputas entre as forças políticas concorrentes, exigiram uma forte intervenção governamental. Além do mais, no Rio Grande do Sul, as manobras políticas de Flores Da Cunha, então governador do Estado, ameaçavam as bases de apoio do Governo Federal. No âmbito militar, a redução dos efetivos e a questão do desengajamento de oficiais suscitaram pesadas críticas, por parte de setores das Forças Armadas, contra o governo. Tais fatos provocaram um otimismo nos comunistas, pois, para estes, esta instabilidade política era o sinal de que a situação revolucionária no país estava plenamente amadurecida. Para o PCB, em suas resoluções de novembro de 1935,

[...] depois de uma curta e aparente tranqüilidade do movimento de massas depois da proibição da ANL, levantou-se no último mês de outubro uma grande onda de movimentos econômicos e políticos das amplas massas populares, uma série dos quais tem tido um intenso caráter revolucionário. [...]. As amplas greves, as greves de massas, as greves econômicas dos operários, os amplos começos dos movimentos camponeses e guerrilheiros, [...], o formidável fermento revolucionário no Exército e na Marinha e o alto grau de capacidade revolucionária e organizativa existente entre as forças armadas são provas de que [...]

estão maduras as condições para a revolução no Brasil. [...] A revolução nacional no Brasil tem a tarefa e finalidade seguinte: o derrubamento do governo Getúlio Vargas e dos governos reacionários dos estados; estabelecimento de um governo popular nacional revolucionário com Luis Carlos Prestes a sua frente, [...]. (PCB, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 128-130).

Ressalte-se, em primeiro lugar, que, para os comunistas brasileiros, o “Governo Popular Nacional Revolucionário” caracterizava-se como um movimento popular-democrático que não pretendia implantar um regime comunista no Brasil<sup>125</sup>, mas, sim, assegurar “[...] os mais amplos direitos populares democráticos”. (PCB, 1935, apud VIANNA, 1995 p. 132) e a satisfação das necessidades cotidianas das massas trabalhadoras. Em segundo lugar, o PCB descartava qualquer possibilidade de utilizar-se de “golpes militares” para alcançar o poder:

O essencial para que a ANL consiga progredir e obter a frente única com os outros partidos está na sua capacidade de arrastar as grandes massas. Todo trabalho da ANL, no momento atual, deve ser orientado no sentido de vencer a difícil situação de ilegalidade. [...] A ANL não pretende tomar o poder por um simples golpe militar, mas através de grandes lutas de massas que irão até a insurreição. [...] Os golpes sem mobilização de massas em torno de um programa levarão ao poder pessoas que, mesmo quando são honestas, poderão trair os interesses das massas. A garantia de execução de qualquer programa está exclusivamente nas forças que manifestarem as massas. A ANL mobiliza a massa de toda a população do Brasil em torno de seu programa (manifesto de Prestes de 5 de julho) e de um governo popular nacional revolucionário com Prestes à frente, porque sabe que só a força das massas garantirá a execução de tal programa. (PCB, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 93-94).

De acordo com Anita Prestes (1997, p. 128-129), existia, entre os comunistas do PCB, um forte receio em relação à tradição golpista, fortemente enraizada no comportamento político nacional. Neste sentido, “[...] o golpe militar deveria ser

---

<sup>125</sup> Luiz Carlos Prestes, em carta enviada a um companheiro identificado como ‘Meu Caro Amigo’ (PRESTES, 1935, apud VIANNA, 1995, p. 369), disse: “[...] a reação, o governo cnicamente obediente ao ‘Intelligence Service’, os lacaios despudorados do capital financeiro imperialista, frente ao assombroso crescimento da ANL sentiram o perigo e trataram de agitar, mais uma vez, o espantinho do ‘olho de Moscou’, ou do ‘ouro de Moscou’, procurando assim afastar da ANL os elementos vacilantes que temem o comunismo e os comunistas (o comunismo para muita gente é extremismo, liquidação imediata da propriedade privada, quando, na verdade, nós comunistas, no momento, lutamos pelas liberdades populares e pela independência nacional, somos os combatentes de vanguarda e os mais consequentes, pela democracia e pela emancipação nacional de nosso país). [...] A ANL não pode ser confundida com o Partido Comunista, não é uma máscara de tal Partido, nem pretende instalar um governo soviético. Nós, comunistas, lutamos com a ANL, apoiamos com todas as nossas forças o movimento aliancista porque sabemos que, no momento atual, o que é necessário, indispensável, inevitável é a implantação de um governo realmente democrata, [...]”

encarado, portanto, como uma solução elitista, antipopular e anti-revolucionária”. Porém, para a autora,

Havia, [...], uma enorme distância entre os propósitos dos comunistas, enfatizados com tanta insistência em seus documentos, e a avassaladora influência das concepções golpistas, das quais os comunistas não conseguiriam escapar. Influência que haveria de marcar tanto a sua prática quanto o seu discurso, embora, neste, essas concepções, conforme veremos, aparecessem conjugadas com as declarações enfáticas de sua condenação. (PRESTES, 1997, p. 129).

Por meio de um Comitê Antimilitar, “Antimil”, criado em 1929, os comunistas mantinham um constante trabalho de cooptação e organização de células em várias unidades militares. Acreditavam que um levante militar serviria de estopim para uma revolta popular. Tal fato demonstra que, no entender de Marcos Del Roio (2007, p. 65), predominava, até mesmo entre os membros do Bureau Sul Americano da IC, “ [...] uma perspectiva jacobino-militar e positivista que não era estranha à luta social e política no Brasil, [...]”<sup>126</sup>. Nesse sentido, o processo revolucionário das massas seria desencadeado por um movimento armado. Para o PCB, devido à origem social de uma parcela das Forças Armadas, identificada com as camadas mais humildes da população, uma boa parte da oficialidade nutria simpatia pelos movimentos populares, mostrando, assim, uma consciência democrática.

O partido conseguiu formar bases e contatos nas Forças armadas. Entretanto, os comunistas superestimaram a influência do Partido entre a oficialidade. Qualquer sinal de revolta nos quartéis era interpretado como uma situação revolucionária que envolveria todo o corpo de militares. Formou-se, assim, a ideia de que havia uma situação de desagregação nas Forças Armadas e que, por isso, a mobilização e sublevação das unidades não dispensariam grandes esforços.

Além disso, a situação dos comitês regionais do partido contradizia a visão otimista e surreal que os comunistas tinham, sobre sua influência em relação aos diversos setores da sociedade como, por exemplo, a classe operária e os militares. Em diversos Estados, a organização partidária e o trabalho de militância encontravam-se em situação caótica.

---

<sup>126</sup> Segundo João Quartim de Moraes (1994, p. 81), “A explosiva aproximação da esquerda militar, [...], com a esquerda comunista constituiu, no plano intelectual, uma aproximação entre Auguste Comte e Karl Marx. Este havia facilmente suplantado o superficial Bakunin entre os intelectuais orgânicos da classe operária. Aquele permanecia, para os intelectuais progressistas, quer como *a* referência filosófica, [...], quer como um dos componentes de peculiar síntese do positivismo e do marxismo característico do pensamento comunista brasileiro, [...]”.

Mesmo diante desta situação pouco animadora, com o partido debilitado, sem apoio das massas e sem uma sólida influência nas forças armadas, Prestes continuava a acreditar no sucesso da revolução. Bastaria, para ele, apenas decidir qual o melhor momento para o início do movimento armado.

#### **4.5 - A eclosão dos levantes: Natal, Recife e Rio de Janeiro**

Nos dias 23, 25 e 27 de novembro de 1935, três insurreições ocorreram em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente. As três eclodiram em nome da revolução popular e da ANL. Entretanto, nenhuma das três teve apoio popular, e foram sufocadas em poucas horas. Somente em Natal, os revolucionários obtiveram algum sucesso, organizando um governo popular revolucionário, que permaneceu no poder durante quatro dias. Isolados, esses levantes deram o aval a Getúlio Vargas para suspender a vigência da Constituição e, apoiado pelo Congresso e pela opinião pública, colocar o país em um longo estado de sítio.

A deflagração do movimento, antes do previsto pelos dirigentes da conspiração, mostra que, além do deficiente esquema de comunicação entre o “quartel general”, situado no Rio de Janeiro, e as células regionais, que tinham ficado com a responsabilidade de coordenar o movimento em sua localidade, fatores políticos e sociais locais tiveram primordial relevância no desencadeamento dos conflitos.

É importante ressaltar que a iniciativa dos levantes não obedeceu a uma ordem do Comitê Central do PCB. Não houve, por parte deste, qualquer orientação para que as células de Pernambuco e Rio Grande do Norte organizassem movimentos armados. Não havia qualquer plano traçado para que ocorressem, naquele momento, levantes em outras partes do país. Os acontecimentos ocorridos em Natal surpreenderam até mesmo os comunistas brasileiros.

Embora sabendo que os levantes haviam ocorrido prematuramente, Prestes deu ordens para o desencadeamento da insurreição no dia 27 de novembro, em apoio aos levantes no Rio Grande do Norte e Pernambuco. Coube a ele a responsabilidade pela deflagração da insurreição no Rio, em apoio aos revolucionários do Nordeste. O Cavaleiro da Esperança estava convencido, pelas informações passadas pela direção partidária acerca da influência do PCB junto à classe operária e entre os militares, de que aquele era o momento oportuno.

Assim como em Natal e Recife, o sucesso da revolução no Rio de Janeiro dependia da participação popular, principalmente das massas trabalhadoras, por meio de greves que paralisassem quase toda a cidade. O apoio popular com que contavam os estrategistas da insurreição não se materializou: não tiveram nenhum apoio, quer seja no âmbito civil, quer no militar.

Assim, o sonho de instauração de um governo popular, nacional e revolucionário chegou ao fim. A reação do governo se fez com prisões e torturas dos envolvidos e suspeitos, por meio de uma violenta repressão policial, comandada pelo chefe de polícia Filinto Müller. Por trás do argumento de que a ação enérgica do Estado foi empregada como forma de “[...] satisfazer a opinião pública, revoltada, ante a brutalidade dos fatos, [...]” (PEIXOTO, 1960, p. 210) estava, certamente, a intenção de Getúlio Vargas de manipulá-la em seu favor. Por meio de uma prática discursiva, na qual o comunismo figurava como sinônimo de barbárie, ameaça aos bons costumes, a moral e a religião, o presidente conseguiu a aproximação até de setores antes opositores, que, diante do “perigo vermelho”, identificaram em Vargas um grande líder na “cruzada” contra os “bolcheviques”.

Com uma exagerada, e arbitrária, campanha anticomunista de repressão que se seguiu ao fim dos levantes, Vargas habilmente usou as insurreições como veículo para a ampliação do poder do Executivo e, com a promulgação do estado de sítio, firmar o crescimento e a ação das forças armadas e calar a oposição. A forte tendência para a centralização do poder assumiu, a partir de novembro de 1935, claras e irrefreáveis proporções.

Getúlio Vargas, por meio da propaganda anticomunista, buscou habilmente manipular a seu favor o sentimento de repúdio que os liberais nutriam em relação aos conflitos sociais e também ao comunismo. Assim, ao explorar de maneira surreal o “perigo vermelho”, o chefe do Executivo conseguiu o apoio necessário para ampliar seus poderes, por meio de medidas de exceção, como a Lei de Segurança Nacional, em janeiro de 1935, e os estados de sítio e de guerra, após novembro daquele mesmo ano.

Assim sendo, a trajetória histórico-política da corrente do Tenentismo que adotou um comportamento ideológico à esquerda, congregando movimentos políticos de natureza popular, como, por exemplo, a ANL, ou partidos, como foi o caso dos militares que aderiam ao PCB, fora interrompida bruscamente por meio de uma violenta campanha de difamação e repressão promovida pelo governo Vargas.

Além disso, vale a pena ressaltar que, no que tange à questão fundiária, tanto a ANL, quanto o PCB não lograram uma efetiva aproximação com a população rural, permanecendo o trabalhador do campo alheio à plataformas políticas que pleiteavam profundas modificações no panorama agrícola. Daí o impasse que se estabeleceu na trajetória política dos comunistas e, também, dos aliancistas: entendendo necessária uma contundente reestruturação na organização socioeconômica do campo, não construíram uma sólida articulação com os habitantes do campo.

## **Capítulo 5 – Da conciliação às políticas de colonização: a questão agrária na Era Vargas.**

### **5.1 A Revolução de 1930 e a reestruturação econômica do país**

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder, em outubro de 1930, simbolizou uma profunda transformação na conformação ideológica, política e social do aparelho estatal. Ruía o edifício oligárquico até então dominante, em favor de uma composição de forças da qual faziam parte frações oligárquicas dissidentes em relação ao antigo situacionismo político e setores da pequena burguesia, os “tenentes”. Neste novo arranjo político, imprimia-se uma nova orientação do poder público nos campos econômico e social. Desta forma, nos centros de decisão política, tornou-se dominante um comportamento industrializante, frente aos interesses do setor agroexportador. A inserção das massas populares na órbita do poder seria realizada mediante cooptação política e controle social.

No campo social, buscou-se a inserção das massas trabalhadoras na órbita do Estado, por meio da formalização legal dos direitos e das reivindicações da classe operária. As “concessões” governamentais, no campo das relações de trabalho, tinham como objetivo principal o controle institucional e produtivo dos trabalhadores urbanos, de forma a ajustar, por meio da cooptação, a ação política do proletariado aos interesses das políticas de Estado. O tratamento da chamada “questão social” no pós-30, muito embora não tenha dispensado a polícia, combinava repressão com novas formas de garantir a submissão e a domesticação do movimento operário. Assim, as referidas concessões constituíam um expediente necessário para a (re)afirmação da dominação e da liderança política, a partir da construção de novas relações de poder no interior de uma estrutura política, econômica, social e ideológica que se modificava (VIANNA, 1978).

Estabelecendo como essencial a reforma política do país, o programa da Aliança Liberal, composição política criada em 1929, propunha, porque encarada como urgente, uma reforma política no país, por meio da instituição do voto secreto e da Justiça Eleitoral. Além disso, a plataforma aliancista defendia a independência do Judiciário, a concessão de anistia para os que participaram das manifestações militares de 1922, 1924 e 1925-27, e a promoção de políticas econômicas em favor de outros produtos primários, além do café.

A Aliança Liberal propunha, também, medidas de proteção aos trabalhadores, como, por exemplo, a extensão do direito à aposentadoria, a lei de férias e a regulamentação do trabalho infantil e da mulher. Contudo, flagrante é a ausência do

trabalhador rural nas propostas de regulamentação do trabalho. Segundo Manuel Correia de Andrade (2002, p.155),

A própria legislação trabalhista, consolidada em 1943, reconheceu alguns direitos, como férias e aviso prévio na rescisão do contrato de trabalho do trabalhador rural, mas estes direitos só vieram a ser reconhecidos, vinte anos depois, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural.

A crise econômica mundial, resultante da quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929, desestruturou por completo o setor agroexportador brasileiro, centrado no comércio cafeeiro e sustentado pelos mecanismos implementados pela política de valorização do café<sup>127</sup>. O complexo cafeeiro, no imediato pós-1930, encontrava-se em uma situação econômica delicada, mergulhado em um cenário crítico composto de falências, venda de propriedades, superprodução e grande volume de café estocado sem condições de escoamento. A desordem financeira global exigiria maior intervenção governamental no complexo cafeeiro, coordenando e auxiliando a produção e o comércio do café, eixo principal de nossa economia, e um dos pilares que sustentavam o poder. Desta forma, vê-se que a fragilidade e a instabilidade que se abatem sobre o café, em razão da crise econômica, exigem maior poder de intervenção do Estado, no campo econômico, o que, por sua vez, provocará uma reestruturação do poder central, em bases centralizadoras e autoritárias, sobrepondo a União em relação aos Estados.

Getúlio Vargas, cômico quanto à dependência do país em relação ao setor cafeeiro, principal gerador de divisas, não deixará de prestar auxílio aos cafeeiros. Contudo, o socorro material prestado pelo poder público não implicava concessão de “privilégios” à classe cafeeira, no interior das instituições econômicas e políticas do Estado.

Ao longo da Primeira República, conforme visto, os grupos oligárquicos dominantes dos principais Estados produtores desfrutaram de uma posição hegemônica, no cenário político-econômico nacional. Sendo o café o principal produto de nossa pauta de exportação, puderam aqueles grupos atrelarem os interesses nacionais aos seus interesses particulares. O pacto federativo, que garantia ampla autonomia política e

---

<sup>127</sup> A situação da economia cafeeira do Brasil quando da deflagração da crise econômica mundial de 1929 pode ser sintetizada desta maneira: alta produtividade com expectativas que o volume produzido aumentasse ainda mais em razão do crescimento das lavouras. De acordo com Celso Furtado (2007, p. 263), o pico na taxa de produção seria atingido no ano de 1933, ainda resultante da expansão das áreas cultivadas. Agravando ainda mais a situação, não se poderia recorrer ao auxílio financeiro externo para patrocinar a formação de estoques, pois a circulação financeira, no plano internacional, em razão da crise, havia se retraído. O governo brasileiro, em razão do esgotamento das reservas metálicas, não dispunha de crédito.

administrativa aos Estados, possibilitava uma grande margem de manobra às elites paulistas, no interior das instâncias decisórias do poder.

Após a “Revolução de 30”, porém, as orientações de natureza centralizadora e intervencionista adotadas por Getúlio Vargas, quando da reestruturação do aparelho estatal, alterarão as bases por meio das quais se darão as relações entre Estados e Governo Federal. As frações oligárquicas de São Paulo, conseqüentemente, não mais poderiam controlar, de forma autônoma, a vida econômica do país e de seu próprio Estado, nem mais determinar, a partir dos seus interesses particulares, os rumos da política nacional.

Para o Governo Provisório, fundamental era a defesa econômica do café, dada a importância deste produto em nosso saldo comercial. Para tanto, Getúlio Vargas centralizou, no Estado, a organização e a defesa da produção e do comércio cafeeiro:

[...] O governo, ao levar para a pasta da Fazenda o paulista José Maria Whitaker, opta pela compra do café estocado, reorganizando o Instituto do Café local, tornando-o dependente do interventor, João Alberto. Sobre o órgão exerce-se a vigilância do governo federal, [...]. O Conselho Nacional do Café (30 de junho de 1931), depois Departamento Nacional do Café (1933), retira o controle da área estadual, [...]. (FAORO, 2012, p. 802).

Getúlio Vargas, quando ascendeu ao poder, não pôde prescindir dos mecanismos protecionistas em relação ao café, pois o setor agroexportador ainda representava o principal eixo da economia brasileira<sup>128</sup>. Uma vez que fosse desamparado o complexo cafeeiro, a crise se tornaria mais aguda. A recuperação da economia nacional dependeria, portanto, da produção agrícola para a exportação:

[...] O país, nos primeiros anos que se sucederam ao colapso de 1929, dependia em grande escala da importação de bens de consumo. Após a expansão da industrialização substitutiva, passou a depender também da importação de matérias-primas e de bens de capital. O governo, portanto, por mais que apoiasse a industrialização, jamais poderia deixar de dispensar tratamento especial à agricultura de exportação, principalmente do café, do cacau e do algodão, mormente pelo papel que esses produtos possuíam na geração dos recursos necessários ao desenvolvimento industrial. (MENDONÇA; PIRES, 2015, p.227).

---

<sup>128</sup> A primeira maneira de contornar a crise consistiu na tentativa de manter os índices do setor exportador por meio, também, da promoção de outros gêneros primários como, por exemplo, o algodão. De acordo com Nelson Werneck Sodré (1990, p. 322), disputas econômicas no cenário externo, possibilitam uma conjuntura favorável para o comércio algodoeiro. Diante do protecionismo adotado pelos EUA em seu comércio, outros países voltaram-se para o Brasil. No plano interno, de acordo com o referido autor, a crise da lavoura cafeeira deixou disponível uma estrutura produtiva necessária para atender ao setor exportador: grande disponibilidade de terras e mão-de-obra, vias de transporte, técnicas de cultivo, dentre outras. Assim, a produção do algodão se desenvolverá nos espaços onde outrora reinava o café. O algodão ascenderá na pauta de exportações do país.

Desta forma, os mecanismos adotados em favor da economia cafeeira foram fundamentais para a sustentação da demanda interna, em razão da manutenção das taxas de renda e do emprego, não apenas no setor exportador, mas, também, nas outras atividades econômicas. Diante da depreciação externa da moeda nacional e o consequente encarecimento dos produtos importados, além da queda dos níveis de renda do setor exportador, buscou-se atender aquela demanda por meio da produção interna (substituição de importações). Assim, os setores econômicos ligados ao mercado interno tornaram-se mais atrativos, porque mais compensadores do que a economia exportadora, transformando-se na principal fonte de acumulação de capital:

[...] o fator dinâmico principal, nos anos que se seguem à crise, passa a ser, sem nenhuma dúvida, o mercado interno, [...]. É evidente que, mantendo-se elevado o nível da procura e represando-se uma maior parte dessa procura dentro do país, através do corte das importações, as atividades ligadas ao mercado interno puderam manter, na maioria dos casos, e em alguns, aumentar, sua taxa de rentabilidade. Esse aumento da taxa de rentabilidade se fazia concomitantemente com a queda dos lucros no setor ligado ao mercado externo. Explica-se, portanto, a preocupação de desviar capitais de um para outro setor. As atividades ligadas ao mercado interno não somente cresciam impulsionadas por seus maiores lucros, mas ainda recebiam novo impulso ao atrair capitais que se formavam ou desinvertiam no setor de exportação. (FURTADO, 2007, p. 278).

A sustentação de uma posição proeminente, ainda que não mais hegemônica, por parte das frações burguesas ligadas ao complexo agroexportador, posteriormente à Revolução de 1930, deveu-se, também, à atitude do Estado em auxiliar o setor cafeeiro, promovendo a sustentação de preços vantajosos para o café, no cenário internacional. Muito embora a crise econômica de 1929 tenha colocado em xeque-mate o modelo de organização econômica pautado na produção agrícola para o comércio externo, ele ainda constituía o alicerce do sistema econômico do Brasil. Sabia o governo que o país não poderia prescindir do café, já que não teria condições para tanto.

Assim, tão grande era a força política e econômica do latifúndio, no Brasil, que Getúlio Vargas, quando ascendeu ao Poder, não pôde desprezar os interesses das frações oligárquicas ligadas ao setor agroexportador, já que o comércio cafeeiro constituía a mais importante fonte de capitais estrangeiros, exigindo a manutenção das operações de valorização do preço do café como forma de garantir a viabilidade do processo de substituição de importações, via industrialização.

## 5.2 – Crise política e acomodação oligárquica

De acordo com Décio Saes (1996, p. 459), o movimento revolucionário de 1930 constituiu o segundo período da chamada “Revolução Burguesa no Brasil”, sendo o primeiro a fase política que compreende o contexto político-social da Abolição da escravatura e da instauração do governo republicano. Esta segunda fase caracterizar-se-ia como um movimento revolucionário “pelo alto”, encerrado dentro de certos limites. Tais limites podem ser observados na própria composição político-social que o movimento apresentou: participação passiva das classes trabalhadoras, ausência das massas camponesas, presença de frações da burguesia ligadas ao comércio agroexportador e ao latifúndio e grande parte do movimento tenentista, sob a liderança de sua ala “centrista”. Esta composição heterogênea e, por isso mesmo, contraditória, refletiu no aspecto conservador e antidemocrático que as mudanças suscitadas pela nova estrutura política apresentaram.

Entretanto, ainda segundo o referido autor, o conservadorismo e o autoritarismo presentes no projeto político que norteou o movimento político-militar de 1930 não implica que se deva negar que o mesmo tenha apresentado uma face revolucionária, vide, por exemplo, as modificações, encabeçadas pela fração do Tenentismo que se aproximara de Getúlio Vargas, que atingem a estrutura política e administrativa do Estado, calcadas na centralização política e no intervencionismo.

Neste sentido, o aspecto revolucionário daquele movimento encontra-se pontualmente na perda da condição hegemônica, até então desfrutada pelas correntes oligárquicas agroexportadoras, por meio da construção de um novo modelo de Estado, a partir de novas bases ideológicas. A presença de novos atores sociais na composição dos aparelhos burocráticos da máquina estatal, destacando-se, entre eles, os representantes do movimento tenentista, provoca uma reconfiguração nas estratégias político-econômicas que norteiam a ação do Poder:

A revolução de 1930 não só põe em xeque o domínio dos grandes Estados e permite a ascensão do Rio Grande do Sul, mas há uma participação nova de forças sociais dinâmicas, que são as das classes médias e do proletariado, abafadas e proibidas de se manifestarem organizadamente antes de 1930. O resultado é que se forma um jogo de poder diferente: as classes agrárias dominam, apesar de dívidas e das lutas intensas entre si; mas elas são obrigadas a aceitar a colaboração ou a presença de outras classes, apesar de suas vitórias contra o tenentismo e o proletariado. (CARONE, 1976, p. 144).

Contudo, a ascensão de Getúlio Vargas e dos segmentos que compunham a Aliança Liberal ao controle da política nacional não representou a conquista de uma posição hegemônica, no bloco político dominante, por parte da fração burguesa ligada à produção industrial ou pelas forças ligadas ao Tenentismo. Da mesma forma, a Revolução de 1930 não importou o completo desmonte das estruturas que conferiam poder político e econômico ao antigo situacionismo oligárquico:

[...] merece referência, em primeiro lugar, a decadência dos grupos oligárquicos como fator de poder. Eles se viram obrigados a deixar as funções de domínio político, que até 1930 mantiveram em forma ostensiva e quase exclusiva, para subsistir nas sombras (embora sempre presentes no novo regime, em nível regional<sup>129</sup> ou municipal<sup>130</sup> em muitas partes do país) até 1945, quando passam a ter representação privilegiada no Congresso. (WEFFORT, 2003, p.71)

Assim, embora o movimento político-militar de 1930 tenha simbolizado a quebra da hegemonia que as elites agrárias gozavam, no interior do Estado, tal fato não significa que elas tenham saído completamente da órbita das instâncias do Poder. Suas aspirações e demandas ainda se fazem presentes nos conflitos e contradições existentes entre os vários interesses que compõem o jogo político, do qual resultam o conteúdo e o sentido do comportamento político do Estado. Desta forma, concordamos com Maria do Carmo Campello de Souza, quando esta autora diz que:

O desmantelamento da velha ordem não ultrapassou os limites de uma ‘modernização conservadora’: sem qualquer reformulação radical da estrutura sócio-econômica existente encaixavam-se no sistema político novos grupos e interesses, devidamente cooptados e burocratizados.

<sup>129</sup> Torna-se interessante ressaltar, o fato de que os textos constitucionais da década de 1930 concederam certa liberdade aos Estados no que tange à organização do aparelho judiciário. Assim, “[...] continuaram a permitir a criação, pelos Estados, de juízes temporários, com a importante atribuição, entre outras, de substituir os vitalícios.” (LEAL, 2012, p. 194).

<sup>130</sup> Visto o caráter saneador que se revestiu, pelo menos para setores que congregaram a Aliança Liberal, o episódio revolucionário de 1930, caberia ao novo bloco político dominante a missão de desbaratar os mecanismos político-administrativo que davam fôlego à antiga situação. Segundo Victor Nunes Leal (2012, p. 94), tal desmonte atingiria, também a estrutura municipal, uma vez que a remodelação do aparato estatal compunha um projeto modernizador do aparelho administrativo em todas as esferas, de forma a torná-lo mais eficiente e despido de qualquer tendencialismo político. Este esquema centralizador, no tocante aos municípios, uma vez concebido dentro de uma fase de natureza discricionária, qual foi o Governo Provisório, perdurou, nas fase subsequente, regida por uma Constituição, por meio da manutenção de um organismo nomeado como “departamento de municipalidades”, cuja tarefa consistia dos seguintes princípios: auxílio administrativo aos municípios, integrando-os nos projetos concebidos no plano estadual; controle sobre as receitas municipais; funcionar como órgão de natureza consultiva no tocante aos assuntos de interesse do município. Este órgão ficaria sob a tutela do interventor. Na Constituição de 1934, de acordo com Victor Nunes Leal, ficou estabelecido o caráter eletivo das autoridades municipais (quadro administrativo), o incremento orçamentário dos municípios e a adoção dos mecanismos de intervenção nos moldes do Departamento de Municipalidades. Desta forma, “[...] Houve, pois, contradição na obra da Constituinte de 1934: ao mesmo tempo em que procurava, por um lado, garantir melhor a autonomia municipal, por outro, conscientemente ou não, permitia aos Estados, através dos departamentos de municipalidades, exercer tutela administrativa e política sobre as comunas”. (LEAL, 2012, p.101).

Assim, dadas as características sociais do movimento de trinta, e dado o quadro internacional de crescente polarização do entre-guerras, a almejada implantação de um Estado forte e centralizado significou, de fato, não a marginalização dos interesses econômicos dominantes do período anterior, mas sim uma redefinição dos canais de acesso e influência para a articulação de todos os interesses, velhos ou novos, com o Poder Central. (SOUZA, 1976, p. 85).

Os conflitos surgem, portanto, a partir do momento em que, neste jogo político, as correntes oligárquicas, cientes de que não dispõem mais de uma condição privilegiada na condução da máquina político-administrativa estatal, decidem reaver a hegemonia perdida.

O recrudescimento da influência dos tenentes na condução da máquina administrativa do Estado, atuando este grupo em favor da centralização do poder, causou forte descontentamento entre os grupos oligárquicos do eixo Sudeste-Sul, não querendo estes figurar em segundo plano na nova conformação do Poder. Vendo-se marginalizadas na constelação política que se estruturava, as correntes oligárquicas tomariam o caminho da contestação ao Governo Provisório e aos “tenentes”, articulando-se em frentes partidárias, com o objetivo de conquistar posição hegemônica no círculo governante.

A partir de então, assiste-se a uma polarização entre os segmentos políticos e sociais que constituem os alicerces sobre os quais se apoia Getúlio Vargas: enquanto as forças do Tenentismo se aproximam das lideranças políticas dos Estados das regiões Norte e Nordeste<sup>131</sup>, há a articulação dos grupos oligárquicos dos Estados da região centro-sul. Se as animosidades entre tais forças<sup>132</sup> foram benéficas a Vargas, no sentido de lhe propiciar maior espaço de manobra, agindo o governante como um mediador de

---

<sup>131</sup> Segundo Dulce Chaves Pandolfi (1980, p. 342-343), a “Revolução de 30”, ao efetivar um rearranjo nas estruturas de comando político até então vigentes, em prejuízo das correntes oligárquicas das regiões Sudeste e Sul, abria uma possibilidade real para que as regiões outrora marginalizadas pudessem conquistar maior capacidade de influência nas instâncias decisórias do Estado. Constituindo uma zona sob grande influência dos “tenentes”, o eixo Norte-Nordeste funcionava como um importante aliado de Getúlio Vargas, possibilitando a este manobrar, em seu próprio favor, a balança política que continha de um lado, as forças ligadas ao Tenentismo, e, de outro, os setores oligárquicos dissidentes que apoiaram o Movimento Revolucionário de 1930. Durante a campanha em prol da constitucionalização do país, aquelas regiões desempenham o papel de anteparo frente às investidas das frações oligárquicas do centro-sul contra o Governo Provisório.

<sup>132</sup> Vale ressaltar, também, que as disputas envolvendo estas duas forças, constitui, apenas, uma das faces que a instabilidade político-social do período apresenta. Muito embora tenha o Estado empreendido esforços para controlar o movimento sindical e canalizar o movimento dos trabalhadores para o interior das políticas de Estado, houve momentos em que estas ações de contenção e controle não impediram a eclosão de movimentos de cunho popular e operário. A partir destes movimentos organizaram-se instituições e agremiações proletárias não integradas às rédeas governamentais. Essas vagas populares contribuem para agravar a situação instável provocada pelo conflito entre os setores da classe dominante e os grupos instalados no aparelho estatal.

conflitos, o recrudescimento das hostilidades começou a ameaçar a estabilidade política do Governo.

Uma vez preservados os mecanismos de poder das frações oligárquicas estaduais, puderam estas impor resistência ao processo de centralização política, em curso no plano federal, e fazer frente à escalada dos “tenentes” no bloco político dominante. A recusa em aderir a um arranjo político que enxergavam desfavorável aos seus interesses, os grupos oligárquicos provocaram uma situação de instabilidade política, dado o peso que tinha para o governo o apoio desses segmentos.

De acordo com Angela Maria de Castro Gomes (1980, p. 28), a constitucionalização do país representava, tanto para aqueles segmentos oligárquicos que haviam sido alijados do comando político da nação e dos Estados pela Revolução de 30, quanto para os que se sentiram menosprezados pelo novo governo, um meio para reaver ou apossar-se das posições de mando ocupadas, em sua maioria, pelos “tenentes”. O intuito destas frações oligárquicas era consolidar um ambiente político no qual poderiam valer-se de seus organismos partidários e de seus mecanismos de mobilização eleitoral, cuja pujança derivava da capacidade destas elites civis em realizar toda sorte de coerção sobre a população rural, uma vez que podiam contar com o poder de influência dos grandes proprietários rurais sobre a imensa massa de trabalhadores e demais habitantes do campo.

Os tenentes não ignoravam este fato. Pelas razões acima elencadas, sabiam eles que, nos limites de uma ordem constitucional, as correntes oligárquicas poderiam se fortalecer politicamente, representando, assim, uma ameaça tanto à posição que ocupavam no interior do bloco dominante, quanto na implantação das propostas que defendiam, no que tange à estruturação da sociedade e do Poder. Assim, o embate entre os “tenentes” e as hostes oligárquicas “[...] não se esgotava numa simples luta do poder pelo poder. [...]. O que estava em jogo era toda uma diretriz de organização institucional do Estado do Brasil” (GOMES, 1980, p. 28).

A deflagração do movimento armado pró-constitucionalização, em julho de 1932, exigiu de Getúlio Vargas um esforço no sentido de buscar novas bases de sustentação para seu governo, o que provocaria um enfraquecimento das forças tenentistas. A campanha armada pró Constituição pôs em xeque a continuidade do período discricionário e colocou no campo das estratégias de Vargas a necessidade de construir outra coalizão política. Ao mesmo tempo, a vitória no campo de batalha deu ao líder nacional a possibilidade de conduzir o processo de constitucionalização do país.

Figurando esta no horizonte próximo, cabia a Vargas a exigência de trabalhar com vistas a garantir a sua permanência no poder. E assim o fez, determinando os limites dentro dos quais as diferentes forças políticas poderiam expressar as suas demandas. Coube a Getúlio a escrita do *script* a ser seguido, desde os preparativos iniciais para o rito que levaria à elaboração do texto constitucional. Por meio da ação do governante, foram definidas as peças que poderiam figurar no tabuleiro político e quais os movimentos possíveis que estas poderiam realizar.

Com a abertura política e a reorganização das máquinas partidárias estaduais, Getúlio Vargas não poderia desprezar a força e a influência que os grupos oligárquicos ainda detinham nos municípios e nos aparelhos político-administrativos dos Estados. Daí a importância do interventor federal, enquanto peça-chave na montagem de uma nova composição política, por meio da formação de partidos, que prestasse apoio ao Governo Federal. Este compromisso fora vital para o projeto continuísta de Getúlio Vargas, a ser desenvolvido ao longo dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, uma vez que conseguira, por intermédio das interventorias, angariar apoio do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo.

Nomeados diretamente pelo chefe do Executivo Federal, os interventores tinham a missão de coordenar e organizar as forças políticas locais em torno das diretrizes emanadas do poder central. Para tanto, fora instituído por Getúlio Vargas um conjunto de princípios que deveriam ser respeitados pelos governantes, o chamado Código dos Interventores. Por meio das interventorias, pôde o Governo Provisório conquistar ampla margem de manobra no interior das estruturas de poder estaduais.

A estabilidade política do interventor resultava de dois fatores: da anuência do Governo Federal, uma vez que o cargo representava uma transferência de poder daquele, e a aceitação dos segmentos políticos estaduais. Por isso mesmo, o interventor deveria exercer a função mediadora entre o Governo Federal e os segmentos políticos estaduais. O bom desempenho desta função constituiria condição para se preservar no comando político do Estado e ganhar destaque no cenário político nacional. Porém, é importante ressaltar que, mesmo escolhidos pelo governo federal, os interventores não poderiam, ou, até mesmo, não deveriam distanciar-se das elites políticas estaduais, com as quais deveria compor-se, uma vez que

“O sistema de interventorias pouco ou nada interferia com os pilares econômicos do poder político nos estados, nem era esse o seu intuito. Não obstante, enfraquecia as antigas situações, na medida em que o interventor, embora ligado à elite estadual, não devia a ela a sua

permanência no controle do estado, mas sim ao beneplácito do Executivo federal. Removia-se, assim, boa parte dos empecilhos à centralização administrativa e estabelecia-se, através do interventor, uma convivência entre as diversas correntes da política regional, sem que o governo central entrasse em conflito aberto com elas ou sequer acenasse com qualquer ameaça a seus interesses econômicos. Compatibilizava-se assim o mínimo necessário e o máximo possível de mudança: configurava-se a ditadura modernizante no combate à descentralização oligárquica da República Velha, forjando um novo modo de articulação entre as forças políticas, padrão esse que garantia, ou visava garantir, certo grau de autonomia ao poder federal para a efetivação de medidas econômicas urgentes e de grande envergadura para o período. (SOUZA, 1976, p. 88-89).

Edgard Carone (1976, p. 144) é outro autor que também chama a atenção para o fato de que, nas fases discricionárias do Governo de Getúlio Vargas, ou seja, durante o Governo Provisório e o Estado Novo, na balança das relações clientelísticas entre coronéis, municípios e Estado, acrescentar-se-ia o peso do Governo Federal e de seus núcleos de apoio, que atuariam decisivamente na conformação do Executivo Estadual.

Uma das formas encontradas por Getúlio Vargas, para fazer valer a sua influência política nos Estados, foi escolher, para exercer o cargo de interventor federal, personalidades que fossem indiferentes e não familiarizadas com as forças oligárquicas estaduais.

De acordo com Dulce Chaves Pandolfi (1980, p. 343), é importante salientar que os representantes do Tenentismo, no eixo Norte-Nordeste, mostravam-se empenhados em combater de forma veemente as estruturas de poder e os mecanismos de ação política típicos dos segmentos oligárquicos. A crítica à politização da administração pública vinha acompanhada do desejo de realizar um governo apartidário, não sujeito, portanto, aos interesses e vontades oriundos de um determinado segmento social ou círculo político. Daí a exigência de que fossem escolhidos, para as interventorias, nomes que não possuíssem laços de parentesco ou qualquer compromisso com as elites locais. Desta forma, poder-se-ia garantir a promoção dos interesses da coletividade nacional em detrimento dos particularismos e regionalismos que constituíam o cerne da vida pública brasileira ao longo da Primeira República.

Porém, segundo a referida autora, a atmosfera política do Norte e do Nordeste, a partir da instalação do regime de interventorias, sempre se mostrou instável, em razão das fortes divergências e desentendimentos que opuseram as lideranças políticas locais e os interventores federais. Tais desconcertos foram motivados, de um lado, pela atitude de alguns destes últimos em não transigir frente aos interesses das frações oligárquicas, e, de

outro, pelo descontentamento das elites civis, que passaram a reclamar maior poder de barganha no interior das instâncias decisórias estaduais: “Essas crises são provocadas tanto por elementos tenentistas descontentes com a conciliação entre interventor e os setores oligárquicos, como pelos próprios setores oligárquicos insatisfeitos com sua pouca representatividade na interventoria”. (PANDOLFI, 1980, p. 350). Assim, Juarez Távora, ainda que não concorde com a presença de militares no desempenho de funções político-administrativas, teve que recorrer a eles no preenchimento das interventorias.

Dessa maneira, os interventores, ainda que “estranhos” à vida política local, não conseguiriam desempenhar suas funções administrativas de forma autônoma com relação àqueles grupos. Haveria, pois, para governar, a necessidade de criar bases de apoio junto às elites civis, o que demonstra o quanto de poder político e econômico estas ainda dispunham:

A consolidação ou declínio de novos ou velhos grupos oligárquicos se explica, no Estado Novo, em parte, pelo poder de decisão de um elemento estranho, isto é, o Governo Federal. Mesmo assim, a modificação estrutural é relativa, pois quando é indicado elemento de fora do Estado e não pertencente aos grupos locais, este só governa se obtiver apoio de parte das forças locais; senão, quando a escolha recai sobre pessoa pertencente aos grupos do Estado, isso significa permanência e consolidação de uma oligarquia. Nos dois casos, as exigências federais são formas de interferência decisória, mas elas não modificam o essencial, que é a existência dos poderes das oligarquias – a terra, o controle de cargos administrativos e políticos etc. (CARONE, 1976, p. 150-151).

Desta forma, a interferência do Governo Federal na vida pública dos Estados não concorreria para a dissolução das máquinas políticas e dos mecanismos de coerção e dominação dos setores oligárquicos. Ainda que pudesse atuar decisivamente na escolha do chefe do Poder Executivo Estadual, este não poderia desprezar os interesses e a capacidade de mobilização e influência das lideranças locais.

Com o encaminhamento para a organização constitucional do país, uma parcela do Tenentismo, especialmente de sua ala “centrista”, começou a mobilizar-se para enfrentar as hostes oligárquicas na arena política que então se instalava. Conclamava-se para que as hostes “revolucionárias” se unissem com vistas a enfrentar as correntes oligárquicas, identificadas com a antiga ordem política, econômica e social. Embora demonstrassem profundo desapontamento diante do processo de abertura política, os tenentes afirmavam que sua intervenção no processo de constitucionalização do país resultara da pressão oriunda das circunstâncias políticas pelas quais o país atravessava,

não constituindo, assim, um comportamento preestabelecido a partir de diretrizes político-ideológicas. Ficar alheio a tal processo poderia resultar em uma situação de ostracismo político. Daí a necessidade de defender, na Assembleia Nacional Constituinte, as diretrizes políticas sustentadas até então<sup>133</sup>, conforme veremos adiante.

Interessante é que, da mesma forma que no caso de Getúlio Vargas, para a construção do aparelho partidário dos “tenentes”, fundamental seria a atuação dos interventores federais na formação de bases políticas de apoio, nos Estados, como, também, na concatenação destas diferentes forças estaduais no interior de um núcleo coordenador. Contudo, foi somente nas regiões Norte e Nordeste que as forças “revolucionárias” lograram conquistar a simpatia de grupos políticos regionais locais, em

---

<sup>133</sup> Em discurso proferido na Assembleia Nacional Constituinte, no mês de dezembro de 1933, Juarez Távora, enquanto Ministro da Agricultura, propõe as seguintes diretrizes: “1) Forma de governo republicano federativo, sob regime representativo, e garantido o direito de cassação dos mandatos eletivos, pelos respectivos eleitores. 2) Sufrágio universal direto apenas na esfera municipal – como meio de assegurar a escolha consciente dos candidatos, pelos eleitores – procedendo-se às eleições estaduais e federais por sufrágio indireto, em graus sucessivos. 3) Distribuição das funções governamentais entre os três poderes limitados, autônomos e harmônicos – o Legislativo, o Executivo e o Judiciário – assistidos e coordenados pela ação moderadora de um Conselho Federal, com funções simultaneamente legislativas, executivas e judiciárias. 4) Autonomia dos Estados, como garantia imprescindível de descentralização administrativa a ser exercida, realmente, na esfera municipal – excluída, porém, qualquer capacidade de soberania, e sem prejuízo da necessária interferência coordenadora do Conselho Federal na sua esfera político-administrativa. 5) Regime presidencial, com ministros responsáveis, comparecendo perante a Assembleia Nacional e podendo ser destituídos, individualmente, do cargo, quando encontrados em prevaricação, ou ficar provada sua incapacidade funcional. 6) Conselhos Técnicos organizados dentro de cada Ministério, com o fim de proporem soluções adequadas aos problemas nacionais, e funcionando como órgãos consultivos junto aos respectivos Ministros, à Assembléia Nacional e ao Conselho Federal – assegurando-se-lhes direito excepcional de veto em assuntos de suas especialidades. 7) Criação de um Conselho Federal, órgão supremo de supervisão administrativa do conjunto governamental do país, com as funções preeminentes de: a) coordenar e garantir o funcionamento autônomo e harmônico dos três poderes – Legislativo, Executivo e Judiciário – dentro da alçada federal. b) estabelecer e garantir a cooperação racional desses três poderes federais com os poderes homólogos estaduais, através de soluções gerais preestabelecidas de acordo com as realidades nacionais. c) assegurar a continuidade da administração pública, através da transitoriedade dos governos republicanos. d) garantir, efetivamente o equilíbrio federativo, outrora assegurado, teoricamente, pelo Senado federal. 8) Assembléia Legislativa unicameral, composta de representantes políticos, restritamente proporcionais aos eleitorados dos Estados; e de representações profissionais, na proporção de um terço do efetivo total da Assembléia. 9) Unidade do processo e da organização judiciária. 10) Fortalecimento da unidade nacional pela uniformização da atividade governamental, em relação, também, a tudo que disser respeito à saúde, ao ensino público e à segurança nacional, consagrando o princípio da centralização doutrinária, sem prejuízo da necessária descentralização administrativa. 11) Adotar o princípio da independência entre os poderes temporal e espiritual, sem prejuízo de sua necessária colaboração recíproca na solução dos problemas morais da nacionalidade. 12) Garantia plena da manifestação do pensamento – oral e escrita – estabelecido o regime de liberdade e responsabilidade correlativa. 13) Dar às prerrogativas individuais asseguradas pela declaração de Direitos da Constituição de 1891 um sentido mais prático e humano, com o duplo objetivo de torná-las uma realidade para o cidadão, e de subordinar, a cada passo, o interesse do indivíduo às conveniências superiores da comunidade (Visava esse dispositivo a assegurar, de um lado o direito ao trabalho a todos os cidadãos válidos; e, de outro lado, socializar as riquezas naturais, como as jazidas minerais e as fontes de energia hidráulica. 14) considerar a família como a célula fundamental da sociedade, por cujo desenvolvimento, bem-estar e estabilidade deve zelar o Estado. 15) Distribuição equitativa das rendas dos tributos, entre as três esferas administrativas – federal, estadual e municipal (repartindo-as em proporção com os encargos próprios e comuns que lhes couberem), [...]”. (TÁVORA, 1976, p. 263-264).

razão do ressentimento nutrido por estes com relação à posição subordinada que seus Estados ocupavam no cenário político e econômico nacional. Para tais segmentos, a plataforma centralizadora sustentada pelos “tenentes”, ao atribuir maior poder de intervenção à União, enfraquecendo a autonomia política dos Estados, constituía uma via para transformar a condição hegemônica gozada pelos Estados da região Sul do país.

A estrutura e o conteúdo ideológico das agremiações partidárias construídas pelas hostes oligárquicas que se opunham ao “bloco” tenentista apresentavam uma tônica nitidamente regional, em contraste com a dimensão nacional impressa pelos tenentes em seus organismos de ação e representação política. Reavivando os antigos aparelhos partidários que reinaram soberanos ao longo da Primeira República, ou concebendo novas agremiações a partir da ação dos interventores federais, é fato que os grupos oligárquicos que se opunham às forças políticas alinhadas ao ideário tenentista, embora apresentassem alguns deles relativa aceitação quanto a uma maior participação do União na vida política e econômica do país, firmavam-se na defesa de uma ampla autonomia política aos Estados (GOMES, 1980, p. 32).

De acordo com Dulce Chaves Pandolfi (1980, p. 403), a crítica à estrutura político-eleitoral que sustentara o poder oligárquico ao longo da Primeira República, que animara a campanha da Aliança Liberal nas eleições presidenciais de 1930, continuara viva quando dos debates no interior da Assembleia Nacional Constituinte, em 1934. Se o repúdio à ordem oligárquica constituiu sentimento comum entre militares e oligarquias dissidentes que apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas, as alternativas propostas para a resolução das deficiências e distorções presentes no antigo modelo acabam por distanciá-las uma da outra.

As correntes oligárquicas que se opuseram ao Governo Provisório, em especial as dos Estados do centro-sul do país, não rejeitavam os princípios e instituições liberal-democráticos defendidos pela Constituição de 1891. Entendiam, apenas, serem necessários apenas alguns ajustes para o seu perfeito funcionamento. A instrumentalização do Estado e de seus instrumentos legais, econômicos, políticos e coercitivos pelas frações oligárquicas dominantes, ao longo da Primeira República, acabara por impedir a plena efetivação daqueles princípios e instituições. Como resultante deste quadro, aparecem as graves disparidades entre as diferentes regiões do país e a exclusão política de grande parcela da população nacional.

Como forma de corrigir o sistema, propunha-se uma reforma político-eleitoral que garantisse a “verdade” das urnas, que respeitasse a vontade soberana do povo. Assim, os

setores oligárquicos reclamavam apenas modificações pontuais, de natureza política, como, por exemplo, a estruturação de uma Justiça Eleitoral e a elaboração de um aparato jurídico que regulamentasse o processo eleitoral no país, ou seja, um Código Eleitoral. Escolhidos os representantes, deveriam estes zelar para que os interesses e demandas de seus representados pudessem ser viabilizados no interior dos centros de decisão política. Caberia aos governantes não apenas zelar pelo cumprimento do compromisso político ratificado pelas urnas, como, também, promover o crescimento material do país, de forma a tornar possível, futuramente, uma política distributiva ampla o suficiente para atenuar as disparidades socioeconômicas existentes no Brasil.

Para os “tenentes”, mudanças superficiais, tais quais sustentadas pelas frações oligárquicas, não bastariam para pôr fim ao ambiente fraudulento e corrupto que reinara no país até então. O problema atingia o próprio Liberalismo, enquanto modelo de organização política e econômica adotado pelo Estado brasileiro. Para o Tenentismo, não haveria uma correspondência direta entre os princípios e instituições liberais e o regime democrático. Ao contrário, aqueles constituíam fatores obstruentes à plena realização deste último.

A democracia, na visão dos que congregavam a fração tenentista que aderiu à Revolução de 30, constituía um compromisso futuro, cujas bases deveriam ser construídas no tempo presente, como forma de assegurar o seu real e sólido desenvolvimento no porvir. Assim, necessário seria, naquele momento, cuidar do desenvolvimento cultural da população brasileira, tornando-a capaz de expressar-se de forma consciente e autônoma quando reclamada a sua intervenção na vida política nacional.

Ao longo dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, setores ligados ao Tenentismo demonstraram-se insatisfeitos quanto à instauração de um sistema democrático no país. Os “tenentes”, ainda que as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte tenham ocorrido já na vigência de um Código Eleitoral, não deixaram de lançar suspeitas sobre o sistema de representação político-partidário. Para a fração do Tenentismo que decidira participar ativamente nos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a “verdade” das urnas estava atrelada ao grau de instrução do público votante, tornando-se o nível cultural da população o critério para a adoção do sistema democrático. Em um dos seus discursos na Assembleia, Juarez Távora discorreu sobre tal assunto:

Devo dizer que pouco importa, para a verdade da representação, que se faça um pleito com todas as exigências do estilo, com o comparecimento integral da massa eleitoral, com o respeito à sua vontade, pelo menos aparentemente expressa na cédula que depositar na urna, que nesse pleito sejam apurados e reconhecidos os nomes mais sufragados, sem nenhuma transgressão da lei. Pouco importa tudo isso à existência de um verdadeiro regime representativo – se os cidadãos que, por esse meio, o exercitarem, não fizeram uma delegação consciente de atribuições àqueles que deverão deliberar por eles nos concílios governamentais, de que dependem, afinal, o seu bem estar e o de sua comunidade. Do contrário, deveríamos por coerência pegar também os analfabetos e até os inconscientes e ensinar-lhes, mecanicamente, a fazer essas coisas, assegurando-se-lhes, isso feito, o direito de se integrarem no conjunto de cédulas ativas da representação nacional. (TÁVORA, s/d, apud PANDOLFI, 1980, p. 403-404).

Daí a opção política defendida pelo Tenentismo, quanto à adoção da via indireta para os pleitos federais e estaduais, reservando o voto direto apenas à esfera municipal. Nos municípios, a proximidade entre candidatos e eleitores asseguraria o “[...] voto de real compromisso pessoal, [...]” (PANDOLFI, 1980, p. 404). Mais importante do que estabelecer parâmetros legais e instituições de caráter coordenador para as eleições, era investir no desenvolvimento cultural da massa eleitoral.

Além disso, segmentos ligados ao Tenentismo sustentam a necessidade, como forma de atenuar os malefícios oriundos do analfabetismo político, de se aliar representatividade política com um sistema de representação profissional, calcado na organização sindical das classes sociais. A implantação deste último constituiria um importante meio para transformar positivamente o cenário eleitoral brasileiro, abrindo as portas, portanto, para o advento da democracia.

Fundamental para a efetiva implantação deste sistema de representação profissional, seria o incentivo à organização das classes em moldes sindicais ou por meio de órgãos profissionais, de forma que, no interior destes organismos, elas definissem quais seriam os escolhidos para representarem-nas na Assembleia. A defesa da representação profissional, para a composição da Assembleia Nacional Constituinte, tinha a clara intenção de contrapor o peso político dos representantes dos estados mais desenvolvidos do país.

Além disso, o referido modelo de participação política, fundamentado na organização sindical das classes, constituiria medida essencial para a transformação do cenário eleitoral nacional, no qual sobressaía o poder econômico e político das lideranças locais, os chamados “coronéis”, e das frações oligárquicas estaduais. Desta forma, a

maioria do público votante encontrava-se à mercê dos mecanismos de coerção e dominação desses grupos, incapaz, portanto, de se expressar autonomamente quando exigida a sua presença nas urnas.

Sendo assim, a implantação do voto secreto e a constituição de um organismo de coordenação e fiscalização das eleições, no caso, a Justiça Eleitoral, muito embora tenham concorrido positivamente para enfraquecer, durante o pleito realizado para a Assembleia Nacional Constituinte, os esquemas e compromissos fraudulentos, não conseguiram abalar as estruturas de poder que sustentavam os potentados locais e estaduais, os quais, por meio destas, ainda poderiam fazer vitoriosos os seus aliados.

Assim, o modelo de representação profissional e a organização da sociedade em moldes sindicais constituiriam fatores imprescindíveis para o desmantelamento das estruturas de poder e dominação oligárquicas, condição fundamental para o pleno exercício do regime democrático no Brasil, no qual seriam respeitados a vontade popular e os interesses da nação.

No que tange à conformação da estrutura fundiária, a Constituição de 1934 assegurou o direito de propriedade, ressaltando a sua submissão ao interesse social e garantindo o pagamento de indenização em caso de expropriação, conforme defendiam os tenentes “centristas”<sup>134</sup>. Além disso, em seu artigo nº 130, o texto constitucional assegurava que “Nenhuma concessão de terras de superfície, superior a dez mil hectares poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal” (BRASIL, 1934)<sup>135</sup>.

Com relação às propostas ligadas ao campo da defesa e segurança nacional, sustentadas por aquela fração do Tenentismo, o texto constitucional, em seu Artigo nº 166, estabelecia que:

Dentro de uma faixa de cem kilometros ao longo das fronteiras, nenhuma concessão de terras ou de vias de comunicação e a abertura destas se effectuarão sem audiencia do Conselho Superior da Segurança Nacional, estabelecendo este o predomínio de capitaes e trabalhadores

---

<sup>134</sup> Este princípio seria mantido na Constituição de 1937, outorgada por Getúlio Vargas no dia dez de novembro, em seu artigo nº 122. Luiz Antônio Norder ressalta que, com a consagração, pela Constituição de 1934, da função social da propriedade, “Consolidava-se a noção de que a reforma agrária implicava na realização de desapropriações, realizadas através de diferentes formas, mas incluindo, necessariamente, o pagamento de indenização aos proprietários que apresentassem titulação regular. Argumentava-se que esta seria uma das características dos países democráticos, diferentemente das políticas de confisco, tal como vinha sendo supostamente apregoado e praticado em países comunistas adeptos de uma revolução agrária, isto é, de uma “reforma agrária violenta” ou ‘radical’”. (NORDER, 2014, p. 137).

<sup>135</sup> A Constituição de 1937, por meio do artigo nº 155, conservaria esta prerrogativa, substituindo o Senado pelo Conselho Federal.

nacionais e determinando as ligações interiores necessárias á defesa das zonas servidas pelas estradas de penetração. (BRASIL, 1934)<sup>136</sup>.

A Constituição de 1934, em seu artigo nº 10, reservava à União e aos Estados a competência para “promover a colonização”. O projeto de colonização defendido pelo Clube 03 de Outubro e pela Legião Revolucionária de São Paulo, conforme visto no terceiro capítulo, seria consagrado nos parágrafos quarto e quinto do artigo 121:

§ 4º. O trabalho agrícola será objeto de regulamentação especial em que se atenderá, quanto possível, o disposto neste artigo. Procurar-se-á fixar o homem no campo, cuidar de sua educação rural, e assegurar ao trabalhador nacional a preferência na colonização e aproveitamento das terras públicas. § 5º. A União promoverá, em cooperação com os estados, a organização de colônias, para onde serão encaminhados os habitantes de zonas empobrecidas que o desejarem e os sem trabalho. (BRASIL, 1934).

Contudo, o artigo nº 8 restringia aos Estados a faculdade de instituir imposto sobre a propriedade territorial, salvo na área urbana. Assim, o combate ao latifúndio por meio da criação de um tributo sobre a terra, bandeira levantada pelos tenentes “centristas”, ficaria à mercê da decisão dos governos estaduais<sup>137</sup>.

Segundo Braz José de Araújo (ARAÚJO et al., 1987, p. 81), na Assembleia Nacional Constituinte, a utilização econômica da terra a partir da sua ocupação e a concessão do direito de posse e propriedade foram debatidos tendo como pano de fundo o aproveitamento dos territórios devolutos<sup>138</sup>. O equacionamento desta questão seria encaminhado por meio do reconhecimento, no artigo nº 125<sup>139</sup>, do direito de propriedade à

Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio do solo,

<sup>136</sup> No *Esboço*, os tenentes do Clube 03 de Outubro reivindicavam enquanto exclusividade da União, “[...] como zona de segurança nas fronteiras terrestres, uma faixa territorial de largura mínima de 30 quilômetros”. Além disso, reclamavam “[...] a obrigatoriedade de que nenhum traçado de via férrea, rodovia ou rota aérea possa ser executado sem que previamente seja ouvido o Conselho Técnico de Defesa Nacional”. (CLUBE 03 DE OUTUBRO, 1932, p. 72). No texto constitucional de 1937, em seu artigo nº 165, houve uma alteração no tamanho da faixa territorial a ser preservada, passando-se a considerar cento e cinquenta quilômetros.

<sup>137</sup> A Constituição de 1937, de cunho centralizador, por meio do Artigo nº 23, preservaria esta prerrogativa.

<sup>138</sup> O mesmo autor sustenta que, quando do debate acerca do auxílio material à pequena propriedade, “Às discussões sobre o crédito rural, que estariam ligadas ao atendimento dos interesses do pequeno proprietário, liga-se a questão da reforma agrária que, nesse momento, é apenas sugerida e, mesmo assim, com muito cuidado, para não ferir os interesses dos grandes proprietários, também ligados à indústria”. (ARAÚJO et al., 1987, p. 77).

<sup>139</sup> A Constituição do Estado Novo preservaria este entendimento em seu artigo nº 148.

mediante sentença declaratória devidamente transcrita. (BRASIL, 1934).

De acordo com Dulce Chaves Pandolfi (1980, p. 408), alguns dos representantes pernambucanos, alinhados ao ideário tenentista ao longo dos trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, não se mostraram alheios frente ao panorama agrário regional. Além de pleitearem maior atenção do Estado no que tange à concessão de crédito agrícola, elogiaram a proposta sustentada por Juarez Távora, que estabelecia a criação de “bancos rurais” no país. Alguns membros da bancada de Pernambuco proclamaram-se favoráveis à pequena propriedade, exigindo a ativa participação do Estado “[...] nos domínios da propriedade privada para efetuar a expropriação dos latifúndios”. (PANDOLFI, 1980, p. 409). Vale ressaltar que os mesmos não investem contra a propriedade privada, defendendo o “retalhamento” dos grandes domínios agrícolas mediante o pagamento de indenizações. Assim sendo, combatiam o chamado “latifúndio improdutivo”. Vale lembrar que a região do Nordeste assistia, naquele contexto, a um processo de concentração fundiária empreendida pelas usinas de açúcar, desejosas de obter maiores espaços para desenvolver o plantio e cultivo da cana.

Ainda para a referida autora, as propostas de defesa da pequena propriedade, de concessão de auxílio financeiro por meio dos “bancos rurais” e de utilização de terras devolutas, sustentadas por alguns dos parlamentares pernambucanos, embora não desconectadas do ambiente rural local, figuravam no *Esboço* elaborado pelo Clube 03 de Outubro, em fevereiro de 1932. (PANDOLFI, 1980, p. 410). Não obstante o esforço destes em inserir a defesa da pequena propriedade no texto constitucional, suas demandas acabaram sendo derrotadas<sup>140</sup>.

Não obstante a presença de algumas diretrizes propostas pela ala “centrista” do Tenentismo, na Constituição de 1934<sup>141</sup>, esta fração saíra da “batalha” da Constituinte totalmente derrotada. Suas considerações quanto à organização política, social, econômica e cultural do país não se enquadravam no interior de um concerto político que contava, também, com setores oligárquicos dissidentes, para os quais a Revolução de

---

<sup>140</sup> Com relação à defesa da pequena propriedade, durante os trabalhos na Assembleia Nacional Constituinte, Gabriela Bescow (2010, p. 82) afirma que “A emenda 1104, à qual aderiram deputados classistas foi rejeitada pela Comissão Constitucional. Nela, propunha-se a desapropriação dos grandes latifúndios não utilizados, cujas terras seriam repartidas entre trabalhadores rurais, da forma mais conveniente e de acordo com a capacidade de utilização de cada trabalhador”.

<sup>141</sup> A nacionalização e coletivização dos recursos minerais e energéticos; a representação profissional; a adoção do modelo administrativo de natureza tecnocrática, com a instituição de organismos técnicos em cada Ministério.

1930 deveria fazer ruir a hegemonia política das elites agroexportadoras dominantes ao longo da Primeira República, sem importar na contestação dos alicerces que sustentavam o edifício oligárquico.

Assim, nos Estados em que os “tenentes” conseguem manter-se no poder, tal permanência, contudo, ficou condicionada à alianças e conciliações com grupos oligárquicos locais<sup>142</sup>. O comportamento político adotado por Juraci Magalhães, no Estado da Bahia, por exemplo, tem forte teor oligárquico: submete os chefes locais, utiliza a violência como expediente para impor-se aos grupos oposicionistas, além de formar um círculo de “afilhados” sob sua proteção. Sua eleição para governador se faz à base de acordos e concessões materiais.

A acomodação entre Getúlio Vargas e as oligarquias dominantes do eixo Sudeste-Sul pautava-se pela manutenção do sistema federalista e, assim, da plena autonomia político-administrativa dos estados, tendo, como contrapartida, um relativo fortalecimento do poder central. Embora não abrissem mão dos fundamentos políticos e econômicos do Liberalismo e do sistema federativo de governo, os setores oligárquicos mostram-se convencidos quanto à necessidade de reforçar a capacidade de intervenção do Estado, em razão das profundas modificações de ordem social e econômica que a sociedade brasileira passava:

Neste momento é que se consolida toda uma relação, profunda e contínua, entre Estado e classes produtoras, que não apresenta o sentido só de oportunismo e aventureirismo político. A origem verdadeira dessa ligação é a ação fundamental do Estado, que abrange não só medidas de sustentação da produção agrícola e industrial, mas forma órgãos consultivos e executivos, compostos em parte de pessoas das classes produtoras, e que se destinam a encontrar remédio para a carente economia brasileira em geral. Daí relações novas que se formam e explicam a cordialidade entre as classes produtoras e governo. (CARONE, 1976, p. 115).

---

<sup>142</sup>Para Dulce Chaves Pandolfi (1980, p. 342), embora oriundo dos círculos dominantes locais, Carlos de Lima Cavalcanti, uma vez ocupando o cargo de interventor federal em Pernambuco, realizará uma administração em moldes diferentes do que se esperaria de um típico representante dos setores tradicionais da vida econômica e política local. Alinhado ao projeto político defendido pelos “tenentes”, procurará dismantelar as estruturas de poder que sustentavam, até então, o antigo situacionismo oligárquico. Além disso, desenvolverá uma estratégia de aproximação juntos aos setores do operariado urbano, incentivando a organização deste segmento nos moldes sindicais preconizados pelo Governo Provisório. Em seus discursos, voltados para os trabalhadores, o interventor também faz menção aos trabalhadores rurais. (p. 377). No que tange ao universo agrário, Carlos de Lima Cavalcanti não se furta em reconhecer os efeitos perniciosos que a concentração fundiária trazia para a zona rural, comprometendo-se em taxar as terras devolutas, com o objetivo de combater a expansão dos latifúndios: “O governo, [...], reconhecia ser o latifúndio um dos grandes males do sertão, e se propunha a criar um imposto progressivo sobre as terras incultas, a fim de provocar a extinção dos mesmos”. (PANDOLFI, 1980, p. 376).

Deste compromisso, resulta o viés conservador pelo qual a questão agrária foi tratada nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, sendo a orientação predominante nos debates aquela que advogava uma reestruturação do panorama agrícola nacional a partir de critérios econômicos, ou seja, a dinamização da produção sob bases capitalistas, ficando ausente a componente social que aquela transformação deveria comportar, ou seja, a que toca na questão das condições de vida e trabalho das populações rurais e na democratização da posse e do acesso à terra:

Em relação ao trabalhador rural poucos benefícios foram conferidos, mesmo no sentido de simples proteção ou o reconhecimento de alguns de seus direitos básicos. Em geral, a legislação trabalhista, tal como foi formulada nessa Constituição, tem como ponto de referência o meio urbano e o trabalhador da cidade. (ARAÚJO et al., 1987, p. 81).

Segundo Gabriela Carames Beskow (2010, p. 69), o poder público justificava da seguinte maneira a não inclusão da população rural na legislação trabalhista: os trabalhadores rurais, consideradas as características existentes na zona rural, ainda careciam de certos atributos que lhes possibilitassem desfrutar, de forma adequada, dos direitos concedidos pelo Estado. Desta forma, a universalização das diretrizes referentes à organização do trabalho deveria respeitar as diferenças existentes entre o campo e os núcleos urbanos, cabendo ao governo promover transformações graduais nas regiões interioranas para que o universo agrário pudesse ser contemplado pela política de proteção ao trabalhador:

Na explicação elaborada pelo próprio governo para a exclusão do homem rural, é possível identificarmos a existência de uma perspectiva ‘etapista’: devido às especificidades do campo, o trabalhador rural precisava passar por um processo ‘evolutivo’, mais lento, para que pudesse ser mais bem atendido pela legislação. Campo e cidade possuíam suas particularidades, e era necessário criar no espaço rural uma série de condições prévias para que o trabalhador pudesse ser incluído em uma legislação de caráter universal. (BESKOW, 2010, p. 70).

Em nosso entendimento, esta concepção de transformação explicitada pelo Estado, entendida enquanto um processo “lento” e gradual, estava articulada com a proposta de uma modernização conservadora do panorama agrário, que a preparasse, enquanto unidade econômica, para atender as exigências do sistema capitalista, funcionando, assim, como um espaço de consumo de técnicas, equipamentos modernos e artigos industrializados, e de produção de diversos gêneros agrícolas para atender as demandas da população urbana. Além disso, tal orientação tinha a vantagem de não

provocar uma profunda desordem política e social no campo, uma vez que não contestaria diretamente os interesses das oligarquias rurais e os alicerces que sustentavam a sua dominação. Isto explicaria o fato de que os discursos lançados pelo governo, no que tange ao trabalhador agrícola e ao universo rural, muito embora não tenham sido completamente ignorados na prática, não ganharam, na realidade, a dimensão que lhes fora concedida pela propaganda oficial<sup>143</sup>.

Tal quadro explica muito bem o fato de que, muito embora o desenvolvimento industrial e financeiro do país tenha sido viabilizado, ao longo do governo Vargas, a concentração fundiária e o monopólio da propriedade da terra foram mantidos, assim como, também, o poder econômico e político sobre a população rural: “O novo governo terá, portanto, que se mover sempre dentro de uma complicada faixa de compromissos e conciliações entre interesses diferentes e por vezes contraditórios, [...]”. (WEFFORT, 2003, p. 77).

Desta forma, o “Estado de Compromisso”, erigido em 1930, logrou promover o desenvolvimento do país a partir de um viés industrializante e, também, conseguiu apascentar, por meio de mecanismos institucionais, os interesses e demandas das diferentes frações da burguesia e das camadas populares. É importante salientar, por um lado, que, no caso dos vários segmentos burgueses, o ajustamento das frações ligadas ao setor agroexportador e industrial a um Estado centralizador e portador de um projeto de desenvolvimento nacional, deveu-se, em primeiro lugar, à própria incapacidade destas frações de impor seus interesses em condições de hegemonia. Em segundo lugar, tal ajustamento se fez por meio da manutenção das bases de poder e da dominação dos grupos oligárquicos até então hegemônicos. Daí a essência do “Estado de Compromisso”, essência essa que, sob uma ótica conciliadora, ainda que apresentasse um viés desenvolvimentista, impunha fortes limites à ascensão política das correntes reformistas (Tenentismo) e dos segmentos populares.

---

<sup>143</sup> Segundo Gabriela Beskow (2010, p. 76), “[...] a questão do saneamento do interior e o combate as endemias eram os pontos principais das propostas para a saúde durante o Primeiro Governo Vargas. Essas medidas visavam, principalmente, criar um ambiente favorável à exploração econômica e preparar, em parte, o trabalhador ‘ideal’ para promover essa exploração. Como apontam os discursos do governo, a salubridade do ambiente e do homem rural eram fundamentais para o progresso econômico do país. Os objetivos das políticas econômicas e de saúde se confundiam, nesse sentido. Através do combate às grandes epidemias que assolavam o campo brasileiro, o estado, finalmente, cumpria o seu papel de oferecer ao homem rural as condições necessárias à sua produtividade, [...]. Porém, como o próprio discurso de Vargas afirmava, a regeneração do homem brasileiro dependia ainda de sua formação, por meio da educação, e de sua oportunidade de contribuir para o progresso da nação, por meio dos processos de ocupação e exploração dos espaços ‘vazios’ do Brasil”.

É importante ressaltar que, para o declínio do poder privado, expresso no pacto coronelista, concorreu a ascensão de novas forças sociais e políticas, como, por exemplo, os industriais, as frações burguesas ligadas ao comércio, o proletariado urbano, em consonância com as modificações que vinham ocorrendo na estrutura econômica do país e com a expansão e modernização dos núcleos urbanos, dos serviços públicos, do setor de comunicações e transporte, ao longo da Primeira República. A Revolução de 1930 representaria, assim, a tentativa de adequar uma estrutura de poder às aquelas transformações e à emergência de novos atores políticos e sociais.

Contudo, os ajustes e rearranjos da estrutura política, promovidos pelos grupos que ascendem ao poder em 1930, mantiveram-se dentro dos limites do conservadorismo<sup>144</sup>, da desigualdade econômica e social, e da exclusão política<sup>145</sup>. Desta maneira, certas estruturas e relações de poder puderam ser preservadas, pois seus alicerces foram mantidos e reforçados<sup>146</sup>:

[...] Mas o ajustamento aludido foi incompleto e superficial, porque não atingiu a base de sustentação do ‘coronelismo’, que é a estrutura agrária. Essa estrutura continua em decadência pela ação corrosiva de fatores diversos, mas nenhuma providência política de maior envergadura procurou modificá-la profundamente, como se vê, de modo sintomático, na legislação trabalhista, que se detém, com cautela, na porteira das fazendas. O resultado é a subsistência do ‘coronelismo, que se adapta, aqui e ali, para sobreviver, abandonado os anéis para conservar os dedos. (LEAL, 2012, p. 237).

<sup>144</sup> Alçado como um dos principais pontos do programa da Aliança Liberal, o combate às fraudes e corrupções eleitorais foi levado à termo por Getúlio Vargas por meio da criação do código eleitoral, em fevereiro de 1932. O código concedia o direito de voto para as mulheres, instituía a idade mínima de 18 anos para exercício do voto além de estabelecer um organismo, a justiça eleitoral, que seria responsável pela organização e condução dos pleitos. Muito embora tenha logrado relativo êxito em seu propósito principal, estes mecanismos legais não conseguiram garantir plena autonomia/independência política aos eleitores: “[...]O código de 1932, [...], apesar dos louvores que mereceu, não punha fim à costumeira coação dos partidos oficiais. Não nos referimos à coação direta e material no dia do pleito ou no ato de votar. [...]. Aludimos à coação difusa mas efetiva, [...], ao ambiente de insegurança adrede criado para os eleitores da oposição, que nos menores municípios toda a gente conhece; a violência preparatória, atual ou iminente, manifestada com pertinácia em pequenas ou grandes façanhas, dias, semanas e até meses a fio”. (LEAL, 2012, p. 218).

<sup>145</sup> “Não se julgue, por isso, que houve uma ruptura completa e definitiva entre a burguesia e o latifúndio. A velha aliança anteriormente existente fazia-se agora sob uma nova fórmula, nua inversão de papéis: quem estava por baixo passa por cima. O conluio continua”. (FACÓ, 2009, p.213).

<sup>146</sup> De acordo com Lígia Osório Silva, o governo de Getúlio Vargas impediu a utilização do usucapião para os patrimônios públicos. Contudo, a Constituição de 1934 garantiu a validade deste recurso jurídico: “[...]Embora sofrendo do mal crônico que afetou, desde o início, a legislação de terras brasileira- a falta de clareza – a consagração do usucapião das terras públicas significou a adaptação da legislação às características assumidas pela ocupação territorial desde os tempos coloniais”. (SILVA, 1996, p.341). Segundo Manuel Correia de Andrade (2002, p. 55), “No que diz respeito ao direito de propriedade, a Constituição de 14 de julho de 1934, estabeleceu em seu artigo 113, item 17, que a mesma não poderia ser exercida contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinasse. Contudo, a sua desapropriação por necessidade ou utilidade pública só se faria com ‘prévia e justa indenização’. Desse modo, a propriedade da terra continuou praticamente intocável e os reclamos dos trabalhadores rurais e dos partidos e blocos políticos de esquerda foram postergados”.

Neste sentido, de acordo com Aspásia Camargo (1996, p. 126), as frações político-sociais correntemente denominadas “oligarquias”, sendo o termo portador de um duplo sentido, ou seja, o de poder fundiário e o de domínio eleitoral, compuseram, a partir da década de 1930, o bloco dominante, sendo que sua participação nas instâncias decisórias não importou algo contraditório com relação à orientação industrializante impressa pelo Governo de Getúlio Vargas. O poder de barganha dos setores oligárquicos foi fundamental tanto para sua sobrevivência política quanto para resguardar uma capacidade de exercer influência no ritmo das transformações que concorreriam para quebrar sua situação hegemônica.

### **5.3 – Colonizar é ocupar: o espaço rural na política do Estado Novo**

Com a instauração do Estado Novo, adotou-se um sistema de governo calcado na centralização política e na ampliação da capacidade de intervenção do Estado, absorvendo este, por meio de mecanismos de base corporativa, as demandas sociais e os conflitos de classe, buscando equacioná-los dentro dos canais institucionais, de forma a garantir o controle oficial sobre a sociedade e, assim, manter o equilíbrio e a estabilidade do regime. Contudo, muito embora tenha o Estado articulado novas relações com os grupos políticos regionais, de forma a garantir alianças e compromissos institucionais entre os entes federativos e o Governo Federal, a contrapartida desta aproximação residia na preservação dos meios tradicionais, por meio dos quais os pactos políticos regionais eram costurados. Ficava resguardada, assim, as estruturas de dominação oligárquica que sustentavam as elites políticas estaduais. Neste sentido,

[...] a reformulação agrária, que atinge o âmago da ordem política dominante, sustentada pelo poder fundiário, será, de maneira ainda mais radical, postergada: eram sólidos e organizados os interesses que as reformas porventura atingissem e, inversamente, frágeis e desarticulados os seus prováveis beneficiados. Visivelmente, o poder central filtrará as medidas tenentistas incorporando apenas propostas residuais inócuas ou facilmente digeríveis. (CAMARGO, 1996, p. 141).

A política econômica idealizada por Getúlio Vargas, segundo Gabriela Beskow (2010, p. 08), no que tange ao universo rural, apresentou uma orientação que estabelecia uma articulação entre a produção agrícola e o setor industrial, com o objetivo de garantir o desenvolvimento do país em bases autônomas, reduzindo-se a dependência com relação ao mercado externo, tanto no que se referia à acumulação capitalista, quanto na necessidade de se importar artigos manufaturados e gêneros de primeira necessidade.

Nesta inter-relação entre o campo e a cidade, a zona rural deveria constituir o espaço de produção de matérias-primas para a atividade manufatureira e de consumo dos artigos industrializados, a partir do incremento do mercado interno<sup>147</sup>. No programa político da Aliança Liberal, Vargas afirmaria que

O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente de nossas necessidades. Só assim poderemos dar sólida base econômica ao nosso equilíbrio monetário, libertando-nos, não só dos perigos da monocultura, sujeita a crises espasmódicas, como também, das valorizações artificiais, que sobrecarregam o lavrador em benefício dos intermediários. A agricultura, embora florescente em muitas zonas, ressenete-se, por toda a parte, da falta de organização e método. (VARGAS, 1938a, p. 38).

Assim, para combater efeitos maléficos advindos do modelo econômico hegemônico adotado ao longo da Primeira República, calcado na monocultura para a exportação e na dependência para com mercado externo, Getúlio Vargas estabelecia, como medida imperiosa, a diversificação da produção para o mercado interno, que deveria suplantar, em importância, o comércio exterior. O político gaúcho atribuía à primazia da atividade exportadora, sujeita às crises cíclicas do sistema econômico mundial, e à adoção de planos de auxílio ao setor agroexportador, a responsabilidade pela situação de fragilidade e instabilidade financeira que assolava o Brasil. Contudo, a dinamização, modernização e diversificação da atividade agrícola para o comércio interno não importaria no abandono da produção para o mercado externo, fundamentada na grande propriedade monocultora.

Para a realização deste objetivo, ainda na plataforma da Aliança Liberal, Getúlio Vargas chamou a atenção para a situação de miséria e abandono à qual estava relegada a população rural. Caberia ao Estado promover a organização da população do campo, educando-a para o trabalho e dando-lhe condições culturais e materiais para desenvolver-

---

<sup>147</sup> Dentre os documentos pertencentes ao arquivo de Gustavo Capanema, que se encontra no acervo do CPDOC-FVG, reunidos por Simon Schwartzman na obra *Estado Novo: um autorretrato* há um intitulado “Colônias Agrícolas e Cooperativismo” que diz: “Hoje, porém, procura-se realizar uma política de povoamento do solo e de fixação do homem à terra, que é ao mesmo tempo preventiva e de readaptação imediata das condições da vida rural aos verdadeiros rumos do desenvolvimento econômico do país. Ela tem em vista preparar, desde já, os futuros núcleos consumidores dos instrumentos da lavoura que as fábricas oriundas da grande siderurgia nacional lançarão no mercado interno. Ela prevê que o novo surto industrial, prestes a revolucionar o país, pode determinar novas migrações de despovoamento do sertão em busca de trabalho nos centros urbanos. Então cuida de desenvolver a mentalidade do sertanejo, concedendo-lhe facilidades de crédito e ensinando-lhe as vantagens do regime de cooperação e da pequena propriedade, para que se torne psicologicamente favorável à harmonização dos interesses do campo com os da cidade” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 350).

se economicamente e socialmente, de forma a inseri-la na coletividade nacional, enquanto produtora e consumidora

[...] é necessário atender à sorte de centenas de milhares de brasileiros que vivem nos sertões, sem instrução, sem higiene, mal alimentados e mal vestidos, tendo contato com os agentes do poder público, apenas, através de impostos extorsivos que pagam. É preciso grupá-los, instituindo colônias agrícolas; investi-los na propriedade da terra, fornecendo-lhes os instrumentos de trabalho, o transporte fácil, para a venda da produção excedente às necessidades do seu sustento; despertar-lhes, em suma, o interesse, inculcando-lhes hábitos de atividade e economia. Tal é a valorização básica, esta sim, que nos cumpre iniciar quanto antes – a valorização do capital humano, por isso que a medida da utilidade social do homem é dada pela sua capacidade de produção. (VARGAS, 1938a, p. 28)

Além disso, Getúlio Vargas reconheceria no latifúndio um obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do interior do país e das massas rurais:

Em não poucas das regiões mais próprias para a agricultura, impera ainda o latifúndio, causa comum do desamparo em que vive, geralmente, o proletariado rural, reduzido à condição de escravo da gleba. Nessas regiões, seria conveniente, para os seus possuidores e para a coletividade, subdividir a terra, afim de colonizá-la, fazendo-se concessões de lotes a estrangeiros, como a nacionais, a preços módicos, mediante pagamento a prestações, além do fornecimento de máquinas agrícolas, mudas e sementes. (VARGAS, 1938a, p. 39).

Neste sentido, também na plataforma política da Aliança Liberal, Getúlio Vargas já anunciava, enquanto projeto de governo, a formação e a defesa da pequena propriedade, mediante a desagregação do grande domínio rural. O lento, mas contínuo, desaparecimento do latifúndio, em favor da pequena produção agrícola, alinhava-se à concepção de que uma nova configuração do panorama agrícola nacional se fazia necessária, face a necessidade de industrialização do país.

De acordo com Gabriela Bescow (2010, p. 82), o conteúdo crítico que Getúlio Vargas dispensara ao latifúndio, transigindo com a sua desagregação em favor da pequena propriedade, passaria, ao longo de seu governo, por um processo de reorientação, que teve como desenlace, no Estado Novo, a promoção de políticas de colonização, cujo principal escopo era a ocupação e o aproveitamento econômico de espaços “vazios”, integrando-os, também, a partir de uma ótica sustentada pelos tenentes “centristas”, no que tange às estratégias de Defesa e Segurança Nacional:

A colonização foi concebida a partir de diferentes modalidades. Uma delas era a das colônias localizadas nas faixas de fronteira, consideradas estratégicas na defesa do território nacional. Segundo o determinado na Constituição de 1937, em uma faixa de cem

quilômetros ao longo das fronteiras não poderiam ser realizadas concessões de terras ou de vias de comunicação sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional. A lei providenciaria, ainda para que nas indústrias situadas no interior da referida faixa predominassem os capitais e trabalhadores de origem nacional. [...]. Os latifúndios na região seriam extintos com a limitação das propriedades fixada em dois mil hectares no máximo. Estas terras poderiam ser distribuídas, quando da propriedade da União, de forma gratuita aos reservistas de primeira categoria, aos militares reformados, aos funcionários públicos aposentados e aos retirantes das áreas que, porventura, sofressem por qualquer calamidade pública. (BESCOW, 2010, p. 83).

Vale recordar que, com relação ao universo agrário, a fração “centrista” do Tenentismo reivindicava, do Estado, o combate gradual ao latifúndio e a promoção e defesa da pequena propriedade, além da formação de núcleos coloniais agrícolas para os desempregados do campo e das cidades. Estas orientações seriam readequadas e incorporadas pelo Estado Novo, quando da elaboração da política de ocupação denominada de “Marcha para o Oeste”.

Em nosso entender, a reorientação impressa pelo Governo, quanto à questão agrária, reflete a própria conformação das diferentes forças no interior do consórcio dominante, em cujo seio encontravam-se, embora não mais em condição hegemônica, as oligarquias agrárias. A forma com que Getúlio Vargas buscou atrai-las para o seu projeto econômico, de sentido industrializante, foi a acomodação dessas elites rurais em uma estrutura de poder que preservava os pilares que sustentavam a sua dominação econômica e política. Da mesma forma, o projeto de formação de colônias agrícolas atendia, também, aos reclames das Forças Armadas quanto à estratégia militar de Defesa, visto serem estas os promotores e principal sustentáculo do Estado Novo<sup>148</sup>. Desta maneira, segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2007, p. 154), este modelo de política agrária, que viria a ser reproduzido posteriormente, em outras conjunturas políticas, “[...] procurava o equacionamento do problema fundiário, [...], procurando manter inalterada a estrutura agrária vigente”.

---

<sup>148</sup> “Por toda a parte, a maior soma de esforços para atender às necessidades das classes armadas. As indústrias bélicas foram incrementadas. Em breve, poderemos produzir quase tudo de que o Exército necessita para o seu aparelhamento e para a renovação da sua estrutura material. O que a indústria brasileira ainda não produz já foi encomendado no estrangeiro. Dentro em pouco, estará o Exército em condições de atender a todas as eventualidades da defesa do país. [...]. As forças armadas, que eram e continuam a ser única força nacional organizada, sentiram, nas suas reservas de civismo e nas suas resistências patrióticas, que, para salvar a Pátria, era preciso o apelo ao recurso extremo da reação contra um estado de coisas que nos ia conduzindo, vertiginosamente, à perda de nossa existência nacional, de nossa independência e da nossa soberania. O Estado Novo foi instituído por vós, e, para a sua sustentação, está empenhada a vossa responsabilidade”. (VARGAS, 1938c, p. 242-244).

A política de colonização visaria a integração econômica do Brasil, a partir da dinamização da produção para o mercado interno e a expansão das rotas e meios de transporte, além de comportar um sentido estratégico-militar. Getúlio Vargas falava do Brasil enquanto composto por ilhas as quais, apresentando um considerável nível de desenvolvimento econômico, eram circundadas por espaços “vazios”. Assim, o “imperialismo do Brasil” deveria comportar um sentido endógeno, tendo como principal objetivo a articulação dos Estados e regiões do país:

O imperialismo do Brasil consiste em ampliar as suas fronteiras econômicas e integrar um sistema coerente, em que a circulação de riquezas e utilidades se faça livre e rapidamente, baseada em meios de transporte eficientes, que aniquilam as forças desintegradoras da nacionalidade. O sertão, o isolamento, a falta de contato são os únicos inimigos temíveis para a integridade do país. Os localismos, as tendências centrífugas, são o resultado da formação estanque de economias regionais fechadas. Desde que o mercado nacional tenha a sua unidade assegurada, crescendo-se a sua capacidade de absorção, estará solidificada a federação política. A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres. No momento nacional só a existência de um governo central forte, dotado de recursos suficientes, poderá trazer o resultado desejado. [...]. Seguramente é trabalho para muitos anos, talvez para mais de uma geração, mas a existência da Nação conta-se por séculos, e a continuidade do desenvolvimento do país reclama um incessante esforço. (VARGAS, 1938c, p. 164-165).

O território brasileiro, no que se refere ao seu interior, era pouco habitado e, conseqüentemente, quase nada explorado, sendo tão somente utilizado para subsistência daqueles que ali moravam. Essa realidade interiorana, primitiva e pouco produtiva, necessitava dar lugar ao povoamento, à técnica e à modernização. Assim nasceu o que se chamou de “Marcha para o Oeste”, movimento que visava a integração do território nacional e, ao mesmo tempo, garantir a presença e o controle do Estado, naquelas regiões:

A civilização brasileira, mercê dos fatores geográficos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizaram os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir obstáculos, encurtar distâncias, abrir caminhos e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para o Oeste. No século XVIII, de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventureiras. E lá teremos de ir buscar: - dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e

fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos da nossa defesa e do nosso progresso industrial. Para tanto, empenharemos todas as energias disponíveis. (VARGAS, 1938c, p. 124).

O Estado, valendo-se do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), grande responsável pela difusão do que propunha o referido movimento<sup>149</sup>, iniciou a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN). Segundo Wagner de Freitas e Marcelo de Mello (2014, p. 472), essa política agrária provocou tensões, especialmente entre os pioneiros e os fazendeiros, pois, conforme as lavouras de café avançavam para o Oeste, ocupando novos espaços, redesenhavam-se o território e também as relações de poder.

Nesse cenário de conflitos, tem importância o Decreto Federal nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, que, em seus quarenta e sete artigos, regulamentava a implantação, a manutenção e a administração dos chamados “Núcleos Coloniais”. Estabelecia, ainda, critérios para o envio de trabalhadores, tanto rurais quanto urbanos, às áreas tidas como ideais para tal projeto. Tais núcleos representaram a gênese do que seriam, depois, as Colônias Agrícolas Nacionais.

O Decreto Federal nº 3.059, de 14 de fevereiro de 1941, estabeleceu a criação das Colônias Agrícolas Nacionais (CAN), conforme seu Artigo Primeiro:

Além dos núcleos coloniais a que se refere o decreto-lei nº 2.009, de 9 de fevereiro de 1940, o Governo Federal, em colaboração com os Governos estaduais e municipais e todos os órgãos da administração pública federal e por intermédio do Ministério da Agricultura, promoverá a fundação e instalação de grandes Colônias Agrícolas Nacionais, as quais serão destinadas a receber e fixar, como proprietários rurais, cidadãos brasileiros reconhecidamente pobres que revelem aptidão para os trabalhos agrícolas e, excepcionalmente, agricultores qualificados estrangeiros. (BRASIL, 1941).

No conteúdo do referido Decreto-Lei, a criação das Colônias ficaria reservada, no interior de uma estrutura centralizada, ao Ministério da Agricultura. A dimensão das Colônias deveria compreender faixas de território delimitadas entre vinte a cinquenta

---

<sup>149</sup> Nesta campanha de reavivamento do espírito e da prática do bandeirantismo, assumida pela propaganda oficial, no que tange à Marcha para o Oeste, teve destaque a figura de Cassiano Ricardo, intelectual que dedicou muito de seus esforços na promoção do Estado Novo. De acordo com Alessandro Antônio Rodrigues (2010, p. 89), escrevendo na Revista *Política e Cultura*, órgão de divulgação da política e da ideologia oficiais, Cassiano Ricardo faz apologia ao Governo de Vargas, por este possuir um governo firme e democrático, evidenciado na valorização da brasilidade, na chamada “Marcha para o Oeste” e na projeção do Brasil no mundo moderno. O Escritor propôs, então, um governo forte, comandado por Vargas, que livrasse o Brasil do feudalismo, da aristocracia e de doutrinas que atacassem o sentimento de nacionalidade. O Estado Brasileiro incluiria o branco, o negro e o índio, dentro de uma “democracia racial” e de unidade nacional. À semelhança das bandeiras, o País deveria estar sempre em movimento, promovendo a integração de todos os brasileiros.

hectares, sendo gratuita a concessão de terras, moradias, instrumentos e insumos agrícolas. Porém, o reconhecimento da propriedade do solo estaria subordinado ao aproveitamento econômico deste, em um prazo determinado. Além disso, a política distributiva do governo priorizaria o elemento nacional, desde que comprovado seu preparo para o trabalho agrícola e a vontade em permanecer no campo. Incentivar-se-ia a organização da produção, da comercialização e do consumo em moldes associativos, por meio da criação de cooperativas agrícolas.

Diante da função que caberia ao universo agrário, o Estado, por meio de sua máquina de propaganda, desenvolveu uma intensa campanha de promoção do campo, enquanto expressão “[...] da verdadeira nacionalidade brasileira, [...]” (BESKOW, 2010, p. 10), e da atividade agrícola, exaltando as vantagens de se viver na zona rural e destacando o importante papel reservado ao trabalhador rural enquanto agente promotor da cultura e da economia nacionais:

Para esses homens do campo – fibra mais resistente do povo – é que o chefe da Nação estabeleceu um processo de organização profissional capaz de elevá-los na sociedade e defender perante o Estado seus interesses mais legítimos. Com a sindicalização rural, ficou reconhecida a base agrária de nossa riqueza e se promoveu a ruralização do país, pela marcha para o oeste, porque só as explorações rurais radicam os homens ao solo e fixam os grandes movimentos de penetração humana. [...]. Para afastar o homem brasileiro do fascínio do mar, houve que recorrer-se à ação governamental, imposta pela necessidade imperiosa de valorizar as nossas riquezas potenciais, incorporando-as ao patrimônio nacional. (SCWARTZMAN, 1983, p. 542).

Neste processo de elevação do campo e do homem rural, o cenário agrário brasileiro é descrito enquanto um lugar paradisíaco, onde inexiste qualquer tipo de conflito ou lutas sociais, reinando, assim, a plena paz e harmonia entre o capital e o trabalho:

O trabalho rural brasileiro apresenta ainda aspectos semipatriarcais. Felizmente, os nossos proprietários rurais possuem equilíbrio mental e moral. A índole boa de nossa gente e as condições geoeconômicas da formação brasileira evitaram excessos comuns em outras terras, podendo-se afirmar que no trabalho dos campos não existe ódio e a luta social. A verdade é que, no purificador do trabalho da terra, o patrão e o empregado se confraternizam, unidos por laços saltares de afeto e colaboração. (SCWARTZMAN, 1983, p. 543).

Fundamental era, para a consolidação do mercado interno e a ampliação da produção agrícola, além da estratégia de defesa e segurança nacional, ocupar espaços vazios e garantir, por meio de investimentos em infraestrutura, educação e saneamento

básico, que a população interiorana não abandonasse o campo, o qual se converteria em um espaço integrado à economia nacional<sup>150</sup>:

O homem sente-se preso à terra quando ela corresponde generosamente ao seu esforço. Para que tal aconteça, torna-se necessário saber aproveitá-la, escolhendo-a onde seja fértil à semente e saudável à vida. A consecução desse objetivo exige, como soluções primárias, educar as populações rurais e, ao mesmo tempo, valorizar economicamente o interior, povoando-o e saneando-o. [...]. Povoar não é somente acumular elementos humanos em determinada região. Sem prévia verificação das condições do meio físico, sob o tríplice aspecto da terra fértil, salubre e de fácil acessibilidade aos escoadouros normais da produção; sem assistência social e auxílios técnicos, não é possível fixar, com segurança de êxito, populações que apenas dispõem, para progredir, do esforço próprio e do trabalho rudimentar. (VARGAS, 1938b, p. 116).

A primeira Colônia Agrícola Nacional foi implantada no Estado de Goiás, e chamada de Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), mediante o Decreto nº 6.872, de 19 de fevereiro de 1941. A essa, seguiu-se a criação de outras sete: Colônia Agrícola Nacional do Amazonas (Dec. 8.506, de 30/12/1941); Colônia Agrícola Nacional do Maranhão (Dec. 10.325, de 27/08/1942); Colônia Agrícola Nacional do Pará (Dec. 5.240, de 10/02/1943); Colônia Agrícola Nacional “General Osório”, no Paraná (Dec. 12.417, de 12/05/1943); Colônia Agrícola Nacional de Dourados (Dec. 5.941, de 28/10/1943); Colônia Agrícola Nacional do Piauí (Dec. 16.780, de 10/10/1944); Colônia Agrícola Nacional de Jaíba (Dec. 25.547, de 21/09/1948) (FREITAS; MELLO, 2014, p. 474).

Porém, as resultantes da política de colonização, ao findar do Estado Novo, não foram promissoras, em razão dos grandes obstáculos de ordem material que surgiram tanto para a construção da infraestrutura exigida, quanto para o deslocamento e fixação dos trabalhadores<sup>151</sup>. Na prática, os trabalhadores que foram atraídos pela propaganda

---

<sup>150</sup> Contudo, o projeto governamental guardava um sentido conservador, uma vez que “Transparecia, [...], a existência de uma dualidade entre o Brasil das cidades e o Brasil dos sertões. Tornava-se necessário, portanto, voltar-se para dentro do país, integrando estes espaços na economia nacional. Mas a integração do campo seria realizada a partir de novos parâmetros, elaborados para proporcionar o nascimento de uma agricultura moderna, adaptada às novas realidades tecnológicas e às demandas da nova fase do capitalismo mundial”. (BESKOW, 2010, p. 20).

<sup>151</sup> De acordo com Gabriela Brescow (2010, p. 84) “No Amazonas houve falta de trabalhadores especializados e o transporte elevava muito o preço da produção. A colônia do Pará obteve certo êxito, mas, principalmente, pelo fato de ser uma região onde o terreno anteriormente fora preparado por imigrantes japoneses que haviam formado um núcleo colonial na região. A do Maranhão, [...], ainda encontrava-se em trabalhos preliminares, [...]. Dourados, apresentada como colônia-modelo na propaganda do governo, funcionou apenas simbolicamente, sendo apenas em 1948 demarcada a área de sua futura instalação”.

oficial depararam-se com uma realidade outra que não aquela “idílica”, alardeada pelo Governo<sup>152</sup>.

Desta forma, diante de regimes de governo de cunho autoritário, como foi a fase ditatorial do governo de Getúlio Vargas, que vai de 1937 a 1945, a base que sustenta os mecanismos oligárquicos de poder e domínio foi preservada, embora tenha o Estado ampliado seu controle sobre os chefes locais. Com o fim do Estado Novo e a decorrente quebra da centralização política, os grupos oligárquicos lograram reforçar suas posições, mediante o funcionamento de sua máquina política que lhes possibilitava converter poder econômico e social em vitória nas urnas. Por meio dos currais eleitorais, de acordo com Aspásia Camargo (1996, p. 127), as oligarquias agrárias lograram a conquista de um maior poder de manobra política que lhe permitia atenuar os efeitos negativos advindos da expansão industrial e urbana.

Assim, o quadro apresentado por nossa estrutura fundiária, na Primeira República e, também, nos períodos subsequentes, é marcado pela expansão da grande propriedade em detrimento dos pequenos e médios produtores e dos trabalhadores rurais, da cultura de subsistência e da produção para o mercado interno. A gravidade deste quadro transcende o meio rural, atingindo, também, os centros urbanos, por meio do encarecimento dos produtos alimentícios e a baixa oferta destes produtos, em razão dos baixos índices de produtividade apresentados pela atividade agrícola voltada para o mercado interno. A pequena lavoura, assim, encontra-se abandonada, marginalizada pelo poder público. A resultante deste privilégio aos grandes domínios rurais, em detrimento da pequena propriedade, é a carência e o alto custo de gêneros alimentícios. Esta carência leva à inflação, o que acarreta enormes perdas para a população economicamente ativa, para a atividade agrícola voltada para o mercado interno e para o setor industrial, diante da contração do mercado interno:

Usando exclusivamente em seu benefício esse duplo monopólio, o da propriedade e o da renda agrária, o sistema latifundiário transfere para o povo as sobrecargas do processo espoliativo resultantes da pressão baixista, sobre os preços dos produtos primários, exercida pelos trustes estrangeiros. E torna-se responsável, como intermediário e como fator, pelo retardado e insuficiente desenvolvimento do mercado interno, pelo irrisório poder aquisitivo das populações rurais e até mesmo das populações urbanas. (GUIMARÃES, 1968, p.203).

---

<sup>152</sup> Segundo Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha (2007, p. 155), quando da análise da Colônia Agrícola de Goiás, “As condições e facilidades propostas não foram cumpridas e problemas de toda a ordem apareciam, como questões políticas e administrativas dos assentamentos, as indenizações dos pequenos proprietários”.

Segundo Caio Prado Júnior (1985, p. 255), todos estes aspectos que envolvem a questão fundiária, ou mais precisamente, que se apresentam diante de uma possibilidade de reestruturação do panorama agrícola nacional, são frutos da forte presença, em nossa organização econômica, do “sentido” original que norteou nossa formação, enquanto colônia de Portugal, e que condicionou nossa evolução econômica para além da Independência, permanecendo vivo e latente em grande parte do século XX.

Do ponto de vista político ao econômico, no que tange à agricultura, nossas estruturas estiveram todas elas voltadas principalmente aos interesses da grande lavoura e do setor exportador. Embora em algumas regiões a grande propriedade monocultora tenha se mostrado decadente e já não se mostra economicamente rentável, estando em vias de extinção, nenhuma outra forma de organização produtiva tomou-lhe o lugar. A pequena propriedade que floresceu nos interstícios daquele sistema tradicional, sem gozar de qualquer subvenção ou amparo, caminha com dificuldade em sua trajetória evolutiva, apresentado, ainda, uma existência marginal e precária.

## Considerações Finais

Este trabalho teve por objetivo principal analisar as propostas de reforma agrária formuladas pelo movimento tenentista, no período de 1930 a 1935. Para tanto, primeiramente, necessário foi apreendê-lo em sua gênese e evolução histórico-política, na década de 1920, para que pudéssemos localizar em que momento a questão fundiária passou a ter relevância para os tenentes, em sua trajetória político-ideológica.

A irrupção do movimento tenentista na vida política nacional respondeu a uma conjuntura marcada por um clima de insatisfação com relação à estrutura política, econômica e social na qual assentava-se o domínio do bloco oligárquico ligado ao setor agroexportador. Transformando-se em um dos principais atores políticos da década de 1920, os “tenentes” converteram-se em uma das forças que puseram fim à Primeira República.

A reação dos tenentes diante do atraso econômico e social do país, em nosso entendimento, corresponde à classe de origem destes oficiais, ou seja, a pequena burguesia. Além da questão social, há de se considerar, também, a posição da jovem oficialidade enquanto membros da burocracia estatal, particularmente de uma instituição, o Exército, que simbolizava, para muitos, a possibilidade de ascensão na escala social ou, até mesmo, de sustento de suas famílias. A educação militar daria a eles a consciência do papel do Exército na construção de uma consciência nacional e na promoção da modernização do país.

Assim, de 1922 até o desfecho da Coluna Prestes-Miguel Costa, em que pese algumas manifestações de cunho centralizador, autoritário e nacionalista, o Tenentismo, baseando-se nos preceitos liberal-democráticos, pautou sua ação político-militar na defesa dos princípios estabelecidos na Constituição de 1891 e pelo efetivo, transparente e honesto funcionamento das instituições republicanas. Desta forma, os militares “revolucionários” expressavam o mesmo conteúdo crítico presente nas manifestações dos setores oligárquicos dissidentes, centrado na adoção do voto secreto, na luta contra as fraudes eleitorais e pela “purificação” da máquina administrativa e burocrática do Estado.

A consciência acerca do atraso político e econômico do país amadureceu durante os anos de marcha da Coluna Prestes. Ao conhecer o interior do Brasil, os tenentes encontraram populações vivendo na mais absoluta miséria, submetidas ao poder econômico e político dos chefes municipais, os coronéis. Abandonados pelo Poder Público, a triste realidade dos habitantes do interior do país não escapou aos olhos e ao

testemunho dos que da “Grande Marcha” participaram. Tais relatos, por nós aqui expostos, deram-nos a dimensão do sentimento misto de surpresa e revolta que tomou conta dos militares “rebeldes”, diante de toda sorte de arbitrariedade e violência a que estava sujeito o homem rural.

A marcha da Coluna foi decisiva, portanto, para uma mudança da consciência de uma fração dos tenentes quanto à necessidade de transformação do panorama agrário nacional. Este grupo percebeu a insuficiência de um programa calcado nos princípios liberais, diante do desnudar da realidade interiorana que até então era desconhecida.

Conforme demonstrado, aquela fração, contudo, dividiu-se, nos anos posteriores à Coluna, e seus principais personagens passaram a defender distintos projetos de transformação social, política, econômica e social do país. Se da marcha pelo interior do Brasil resultou um diagnóstico semelhante, diferentes seriam as formas do tratamento.

Sob a influência do marxismo, Luiz Carlos Prestes atribuiu a situação de estagnação econômica e social do Brasil ao sistema agrário-exportador, fundamentado este no latifúndio monocultor e nas forças do imperialismo. Assim, necessário seria destruir, por meio de um movimento revolucionário de cunho popular, o poder político, econômico, social e ideológico das oligarquias fundiárias, combatendo seus pilares de sustentação: grande propriedade agrícola e o capital estrangeiro.

Juarez Távora, por sua vez, ao responder ao Manifesto de Prestes, localiza a questão agrária no interior de um programa político que deveria ser conduzido “pelo alto”, sem o concurso das massas populares que, desorganizadas e despreparadas intelectualmente, não poderiam assumir, visto não terem condições para tanto, o papel de vanguarda em um movimento de transformação política. Além disso, para o “tenente”, o combate ao latifúndio, em favor da pequena propriedade, deveria ser encaminhado de uma forma gradual, sem que se causasse uma profunda convulsão na vida econômica e social do país.

Dessa forma, a partir destas duas orientações que nasceram após a Coluna Prestes-Miguel Costa, pudemos atestar a nossa segunda hipótese, a de que a parcela do movimento tenentista que se propôs a refletir acerca do quadro agrário nacional se mostrou dividida, no decorrer dos anos, quanto às propostas acerca da questão fundiária. Assim sendo, a fração considerada conservadora, e por nós denominada de “centrista”, sustentava, a partir da influência do pensamento de Alberto Torres e Oliveira Vianna, um modelo de modernização capitalista do campo, no qual ao Poder Público caberia a tarefa de organização e desenvolvimento de núcleos coloniais, da pequena propriedade, por

meio do incentivo à policultura e da organização social, cultural e econômica da população rural, a qual seria integrada à economia nacional, enquanto produtora e consumidora. Além disso, a ocupação e exploração do solo guardava um sentido estratégico, no campo militar, uma vez que se articulava com as propostas de Soberania e Defesa Nacional.

A outra fração tenentista, objeto principal de nossa análise, ao assumir uma postura política à esquerda, aproximando-se dos comunistas brasileiros, apresentou uma conduta mais radical no que tange às transformações no panorama agrícola nacional, compreendendo a reforma agrária enquanto parte de um projeto revolucionário que, uma vez subvertidas as relações sociais vigentes no campo e derrotadas as forças internas (latifúndio) e externas (imperialismo) responsáveis pela estagnação econômica e social do Brasil, teria, como desfecho, um governo conduzido pelo operariado urbano e pelos trabalhadores do campo.

O movimento revolucionário de 1930 originou-se de uma cisão intra-oligárquica, a qual possibilitou a aproximação de uma fração das oligarquias a setores da pequena burguesia que haviam participado ativamente das convulsões armadas da década de 1920. Naquele movimento havia, pois, duas forças que se distinguiam: setores da elite política do país, que compunham a classe dominante e forças político-sociais expressas no Tenentismo, especialmente a sua ala “centrista”.

Não tardaria para que, unidas estrategicamente, as forças que compuseram a Aliança Liberal e empreenderam o movimento político-militar que provocou a ascensão de Getúlio Vargas ao comando do País, se colocassem em franca oposição uma em relação à outra e começassem a divergir quanto às orientações impressas pelo novo Governo.

A atitude centralizadora e intervencionista que marcou o comportamento do Estado nos anos 1930, nos campos econômico, político e social, sob o apoio da fração tenentista que apoiou a campanha da Aliança Liberal, desencadeou uma forte oposição entre os setores oligárquicos ligados ao complexo cafeeiro, principalmente os de São Paulo. A radicalidade que assumiu esta oposição possibilitou a aglutinação destes setores em torno da luta pelo retorno da ordem político-social que lhes garantia a hegemonia no seio do bloco dominante. Assim, frações oligárquicas que representavam o antigo situacionismo unem-se aos setores que lhes eram dissidentes em prol da constitucionalização do país, pela volta do pacto federativo-oligárquico e pelo expurgo dos militares do Governo.

Embora os tenentes “centristas” tenham conquistado, no imediato pós-1930, posições de proa na vida pública nacional, tal situação durou pouco tempo, pois não conseguiram garantir estabilidade e o equilíbrio político diante das forças oligárquicas. Esta corrente do tenentismo até buscou maior organização nos estados e em âmbito Federal, porém sucumbiu em seu intento.

O imediato pós-1930 seria marcado pela fundação do Clube 03 de Outubro, entidade que conquistou o status de “quartel-general” da fração “centrista” do tenentismo; da Legião de Outubro, organização fundada na capital mineira e que congregava militares e civis; da Legião Revolucionária de São Paulo, sob a liderança dos “tenentes” João Alberto e Miguel Costa.

Assim, a fração tenentista “centralizadora”, concentrando seus esforços na reestruturação do poder estatal como forma de fazer ruir o edifício político oligárquico de sustentação à condição hegemônica das frações burguesas ligadas ao setor exportador/importador, reclamava medidas de cunho autoritário: fortalecimento do Estado e de sua capacidade de intervenção nos campos econômico, político e social.

Contudo, a fragilidade de sua capacidade organizativa transpareceu na formação das Legiões e do Clube 03 de Outubro, entidades politicamente débeis que, embora tenham buscado aproximar-se de vários setores sociais, ao encampar em seu programa a defesa da pequena propriedade e dos direitos da classe trabalhadora rural e urbana, perdem seu prestígio político em pouco tempo. Não conseguiram fazer frente às oligarquias dissidentes, cuja máquina política mostrava-se forte, devido à manutenção, na década de 1930, de uma estrutura social e econômica que preservava as relações de poder que lhes garantiu o domínio.

Diante deste quadro, houve um processo de absorção pelo Estado e/ou pelas instituições militares de vários dos expoentes da corrente “centrista” que, então, reassumiram suas antigas funções nas Forças Armadas ou acomodaram-se na máquina administrativa do governo, ocupando, nesta, funções políticas ou administrativas. Porém, mesmo diante da fragmentação e dispersão, esta fração do Tenentismo deixou seu legado, tendo várias de suas proposições adotadas pelo Poder central, ainda que retraduzidas e enquadradas sob ótica da conciliação e acomodação políticas. Quanto às propostas formuladas pela ala “centrista”, que tocam o universo rural nacional, a política agrária gestada durante Estado Novo adaptou-as a um modelo de colonização que, fundamentado na ocupação dos espaços “vazios”, garantiria não só a integração econômica das regiões, criando núcleos agrícolas de produção e consumo, como, também, a viabilização, no

campo da estratégia militar, dos princípios de Defesa e Segurança nacionais. Assim, a partir de um maciço uso da máquina de propaganda do governo, proclamando a “Marcha para o Oeste” enquanto sentido de nosso ímpeto imperialista, surgiram as “colônias agrícolas nacionais” (CAN), em vários pontos do território nacional. Contudo, diante das dificuldades políticas e materiais para a instalação e subsistência das CANs, os resultados destas ações oficiais mostraram-se pouco animadores. Além disso, os trabalhadores do campo permanecerão à margem dos direitos trabalhistas estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943.

A expansão das manifestações reivindicatórias de massa e o desgaste do projeto autoritário-reformista da corrente “centrista” do Tenentismo constituirão fatores impulsionadores para a organização, em março de 1935, sob a regência de uma fração do movimento tenentista, de uma frente ampla de massas que conjugava seus esforços na luta contra o latifúndio, o imperialismo e o fascismo: a Aliança Nacional Libertadora. Dentre os diversos pontos de sua plataforma política, destacam-se: anulação das dívidas com as nações imperialistas; afirmação das liberdades individuais frente à ascensão dos regimes fascistas; extinção das relações feudais e semifeudais; a concessão das grandes propriedades aos trabalhadores rurais. Desde a sua fundação até o mês de julho, a ANL atrairia grande contingente de adeptos e simpatizantes, conhecendo uma expansão vertiginosa em tão pouco tempo.

Contudo, fato foi que tal crescimento ficou limitado ao contexto urbano, já que a Aliança não conseguiu se fazer presente entre a população rural. Esta não fora nem sensibilizada e nem atraída pela plataforma aliancista, em que pese o seu propósito de transformação da estrutura agrária nacional. Eis aí o grande paradoxo que marcou a curta existência da organização.

Tal contradição, que acompanhara a ANL, também se fez presente, desde os anos 1920, no PCB, pois nas teorias revolucionárias concebidas pelos comunistas brasileiros, a partir da análise da realidade nacional em suas múltiplas faces, ao homem rural sempre coube um papel menor, se comparado ao reservado ao proletariado industrial, em um cenário de lutas no qual o latifúndio, tomado enquanto fator de dominação econômica, política e social, constituía um dos principais inimigos a serem combatidos. Nos anos 1930 tal sina ainda acompanharia o partido que, por sua vez, encontrava-se debilitado. A política “obreirista”, empregada no final dos anos 20, por imposição da IC, provocou não só o isolamento do partido, como, também, a expulsão de vários de seus membros. No plano sindical, a criação tanto da legislação trabalhista como dos sindicatos governistas

dificultou a ação dos comunistas junto à classe operária. Além disto, conflitos internos provocaram a saída de muitos adeptos.

Convictos de que existia no Brasil um clima favorável à deflagração de um levante armado, de base popular, os comunistas brasileiros decidiram participar da ANL, com o firme propósito de transformá-la em instrumento para a realização de seus objetivos revolucionários. Os comunistas brasileiros repartiam com os tenentes aliancistas não só a liderança de Luiz Carlos Prestes como, também, a convicção de que a conquista do poder se faria por meio das armas. Esta tradição golpista, fortemente presente na cultura política nacional, exercendo grande influência no interior do PCB, constituiu um fator preponderante para a eclosão dos movimentos nacional-libertadores, em novembro de 1935, nas cidades de Natal, Recife e Rio de Janeiro. Restritos aos quartéis e destituídos de apoio popular, os levantes foram sufocados em poucas horas.

Se institucionalmente o tenentismo, por meio de fração “centrista”, fracassou, a situação não se mostrou diferente, também, quando uma parcela dos tenentes se organizou sob a forma de movimentos populares (ANL) e/ou revolucionários (PCB) para expressar seu descontentamento em relação à conjuntura social, política e econômica vigente na primeira metade da década de 1930.

Tanto os tenentes ligados ao PCB quanto os que pertenciam à Aliança Nacional Libertadora foram vítimas da máquina repressiva do Estado que, por meio de intensa propaganda, associava as propostas agrárias dos comunistas e dos aliancistas a graves ameaças à propriedade privada, o que suscitou violenta reação e oposição das correntes políticas liberais que concordaram com o fortalecimento do Executivo Federal e a adoção de medidas de exceção mediante ao iminente “perigo vermelho”.

O latifúndio, herança colonial, manteve-se, assim, ao longo do período contemplado por este trabalho, intocado. Assim sendo, o grande domínio rural, tomado em seus mais variados aspectos, continuou sendo o grande divisor de águas entre os dominantes e dominados, sedimentando e conservando o poder econômico e político das elites agrárias. A concentração fundiária e o monopólio da propriedade, realidade desde há muito presente no Brasil, fez do universo rural um palco onde poucos reinavam soberanos sobre uma população tolhida na ação e calada na voz. Dessa forma, fragilizados e sem nenhuma forma de proteção, aos sofridos trabalhadores rurais sobraram a obediência, a miséria e a resignação. O Governo Vargas deixaria, portanto, a zona rural e os trabalhadores do campo tal como a Coluna Prestes-Miguel Costa os encontrou.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Primárias

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

BRASIL. **Decreto Lei 2009. Diário Oficial. 9 fevereiro de 1940**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2009-9-fevereiro-1940-411911-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

BRASIL. **Decreto Lei 3059. Diário Oficial. 14 fevereiro de 1941**. Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3059-14-fevereiro-1941-413001-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 de junho de 2016.

CLUB 03 DE OUTUBRO – **Esboço do Programa Revolucionário de Reconstrução Política e Social do Brasil** – 1932-fevereiro.

COSTA, Miguel et al. **Liberdade ou Morte** – Título de Domínio. 1925. n.p. Arquivo Juarez Távora, FGV/CPDOC, JT 1924.05.10, IV-118.

FGV/CPDOC. Documentos dos arquivos **Juarez Távora, Augusto do Amaral Peixoto, Club 3 de Outubro e Oswaldo Aranha**.

MONTEIRO, Góis. **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército (esboço histórico)**. Rio de Janeiro: Andersen, 1931.

TÁVORA, Juarez. **Razões porque diverge das idéas comunistas de Luiz Carlos Prestes**. João Pessoa: Secretaria da Segurança e Assistência Pública do Estado da Paraíba, 1931. Arquivo Juarez Távora, FGV/CPDOC, JT-71f.

### Fontes Secundárias

ALEXANDER, Robert J. Os Tenentes depois da Revolução de 1930. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima. **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 163 -188.

ANDRADE, Manuel Correia de. A questão da Terra na Primeira República. In: SILVA, Sérgio; SZMRECSÁNYI, Tamás (Orgs.). **História Econômica da Primeira República**. São Paulo: Edusp, 2002, p.143-156.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Feudo: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário (1ª parte: A Marcha da Coluna)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953.

BASTOS, Pedro Paulo; FONSECA, Pedro César (Orgs.). **A Era Vargas: Desenvolvimentismo, Economia e Sociedade**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BESKOW, Gabriela Carames. “**A pátria é a terra**”: As representações sobre o campo e o homem rural construídas pelo Estado Novo. 2010. p. 164. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Centro de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

BOITO JÚNIOR, Armando. **O Sindicalismo na Política Brasileira**. Campinas: UNICAMP, 2005.

BOMENY, Helena Maria. A estratégia da conciliação: Minas Gerais e a abertura política dos anos 1930. In: GOMES, Angela Maria de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BORGES, Vavy. **Tenentismo e Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BRANDÃO, Octávio. **Agrarismo e Industrialismo**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2006.

BRAZ, José de Araújo et al. A questão agrária nas Assembleias Constituintes de 1934 e 1946. In: **Revista Novos Rumos**, V. 2, nº 1, 1987, p. 65-109.

CABANAS, João. **A Coluna da Morte**. São Paulo: UNESP, 2014.

CAMARGO, Aspásia. A questão agrária: crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano – Sociedade e Política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.121-224.

CAMARGO, Aspásia; Walder de Góes. **Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001.

CANALE, Dario. VIANA, Francisco. TAVARES, José Nilo. **Novembro de 1935: meio século depois**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930 – 1937)**. São Paulo: Difel, 1974.

\_\_\_\_\_. **O Tenentismo**. São Paulo: DIFEL, 1975.

\_\_\_\_\_. **A Primeira República (1889-1930)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

\_\_\_\_\_. **O Estado Novo (1937-1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

\_\_\_\_\_. **O P.C.B (1922 – 1943)**. São Paulo: Difusão Editorial S/A, 1982

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

CASCARDO, Francisco. A Aliança Nacional Libertadora: novas abordagens. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. **As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro – Conflito e Integração – 1922 – 1972**. Trad. de Celso Mauro Paciornik. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CONIFF, Michael. Os tenentes no poder: uma nova perspectiva da Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CORRÊA, Anna Martinez. **A rebelião de 1924 em São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1976.

COSTA, Emília Viotti. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe**. Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho Branco, 1956.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

\_\_\_\_\_. **Aconteceu longe demais: a luta pela terra dos posseiros em Formoso e Trombas e a Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

\_\_\_\_\_. **O Campesinato, a Teoria da Organização e a Questão Agrária: apontamentos para uma reflexão**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

\_\_\_\_\_; CABRAL, Fátima (Orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DELFIN NETTO, Antônio. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

DEL ROIO, Marcos Tadeu. **A classe operária na revolução burguesa- A política de alianças do PCB: 1928-1935**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. Os Comunistas, a Luta Social e o Marxismo (1920 – 1940). In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo (orgs.). **História do Marxismo no Brasil: Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, volume V.

\_\_\_\_\_. Sodré e o feudalismo no Brasil: uma tentativa de atualização do problema. In: CABRAL, Fátima, CUNHA, Paulo Ribeiro da (orgs.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

DRUMMOND, José Augusto. **O Movimento Tenentista: A intervenção política dos oficiais jovens (1922-1935)**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos: gênese e lutas**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FAORO, Raymundo. **Os donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. São Paulo: Globo, 2012.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 30: Historiografia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global, 2008.

FERREIRA, Marieta; PINTO, Surama. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano - O tempo do Liberalismo Excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.1, p. 387-415.

FLYNN, Peter. A Legião Revolucionária e a Revolução de 30. In: FIGUEIREDO, Eurico de Lima (org.). **Os militares e a Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília. **Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

\_\_\_\_\_. **Tenentismo e Política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

\_\_\_\_\_. **Tenentismo e Aliança Liberal**. São Paulo: Polis, 1978.

FREITAS, Wagner; MELLO, Marcelo. A Colônia Agrícola Nacional de Goiás e a Redefinição nos usos do Território. In: **Soc. & Nat**, nº 26, set/dez 2014, p. 471-482.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. São Paulo: Global, 2004.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “All the world was América” – John Locke, liberalismo e propriedade como conceito antropológico. In: **Revista USP**, 1993, p. 30-53.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOMES, Angela Maria de Castro (org.). **Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos anos 30**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, Octávio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. **Pensamento Social no Brasil**. Bauru: EDUSC, 2004.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber. Tenentismo e crises políticas na Primeira República. In: DELGADO, Lucilia de Almeida, FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 313-350.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEVINE, Robert M. **O Regime de Vargas, Os Anos Críticos, 1934 – 1938**. Trad. de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MACAULAY, Neil. **A Coluna Prestes**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

MARSON, Adalberto. **A ideologia nacionalista em Alberto Torres**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

McCANN, Frank. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDONÇA, Marina Gusmão de; PIRES, Marcos C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: LCTE Editora, 2015.

MERCADANTE, Paulo. **A consciência conservadora no Brasil**. São Paulo: Top Books, 2003.

MORAES, Denis; VIANA, Francisco. **Prestes: lutas e autocríticas**. Petrópolis: MAUAD, 1997.

MORAES, João Quartim. **A Esquerda Militar no Brasil**: Da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005, vol. I.

MOREIRA LIMA, Lourenço. **A Coluna Prestes**. Marchas e Combates. São Paulo: Alfa-Omega, 1987.

NORDER, Luiz Antônio. Controvérsias sobre a Reforma Agrária no Brasil (1934-1964). In: **Revista NERA**, ano 17, nº 24, 2014, p. 133-145.

PANDOLFI, Dulce. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela de Castro (coord.). **Regionalismo e Centralização Política**: Partidos e Constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquia 1889-1934** (Bahia na Primeira República Brasileira). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação. In: Rouquié, Alain (Org.). **Os Partidos Militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed Record, 1980. p. 27-42.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Estratégias da Ilusão**: a Revolução Mundial e o Brasil (1922-1935). São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Formação do Brasil Contemporâneo**: São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRESTES, Anita L. **A Coluna Prestes**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora** – Os caminhos da luta antifascista no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. **Luiz Carlos Prestes**: um comunista brasileiro. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

PRESTES, Luiz. “Como cheguei ao Comunismo”. In: **Cultura Vozes**, nº2, março-abril, 1998, p. 137-151.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. O Brasil republicano. São Paulo: Difel, 1975, t.III, v. 1, pp.153-190.

RODRIGUES, Alessandro Antônio. **Os projetos para o desenvolvimento da Nação na Revista Cultura Política durante o Governo Vargas**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2010.

RODRIGUES, Leôncio M. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, v.3.

SAES, Décio. Classe Média e Política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (dir). **História Geral da Civilização Brasileira**, v.3: o Brasil republicano, sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

SAES, Guillaume Azevedo de. **O Desenvolvimento Brasileiro Segundo a Visão Militar 1880-1945**. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

SANTA ROSA, Virgínio. **O sentido do tenentismo**. São Paulo: Alfa Ômega, 1976.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem Burguesa e Liberalismo Político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor, as batatas**: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Estado Novo**: um Auto-Retrato (Arquivo Gustavo Capanema)

SILVA, Hélio. **1922**: Sangue na areia de Copacabana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

\_\_\_\_\_. **1926: A Grande Marcha**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **1930**: A Revolução Traída. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

\_\_\_\_\_. **1933**: A crise do Tenentismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968

\_\_\_\_\_. **1935**: a Revolta Vermelha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.

\_\_\_\_\_. **1937**: todos os golpes se parecem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SILVA, Lígia Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **Presença de Alberto Torres (sua vida e pensamento)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. **A verdade sobre a Revolução de Outubro- 1930**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

SODRÉ, Nelson W. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **A Coluna Prestes (análise e depoimentos)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. **O Tenentismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

\_\_\_\_\_. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

SOUZA, Maria do Carmo C. **Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1934)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

TÁVORA, Juarez. **A guisa de depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924**. São Paulo: O Combate, 1927, 1ºvol.

\_\_\_\_\_. **À guisa de depoimento sobre a revolução brasileira de 1924**. Rio de Janeiro: Mendonça, Machado & C., 1928, 3º vol.

\_\_\_\_\_. **Uma vida e muitas lutas**. 1º volume. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

\_\_\_\_\_. **Uma vida e muitas lutas**. 2º volume: A caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1974.

TORRES, Alberto. **A organização Nacional**. São Paulo: TopBook, 2002.

VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

VIANNA, Marly. **Revolucionários de 35: sonho e realidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pão, Terra e Liberdade** –Memória do Movimento Comunista de 1935 Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, São Carlos: UFSCar, 1995.

\_\_\_\_\_. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: DELGADO, Lucilia de Almeida, FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 63-105.

\_\_\_\_\_. O PCB: 1929-43. In: FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel. **As Esquerdas no Brasil: a formação das tradições (1889-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. **A Insurreição da ANL em 1935: o Relatório Bellens Porto**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2015.

VARGAS, Getúlio. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938a, vol.1.

\_\_\_\_\_. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938b, vol. 2.

\_\_\_\_\_. **A Nova Política do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1938c, vol. 5

VIEIRA, Evaldo. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil** (Oliveira Vianna e Companhia). São Paulo: EDUNESP, 2010.

VIVIANI, Fabrícia Carla. **A trajetória política dos tenentes enquanto processo: do forte de Copacabana ao Clube 03 de Outubro (1922-1932)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, 2009.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

WAACK, William. **Camaradas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

ZIMBARG, Luis Alberto. **O cidadão armado – Comunismo e Tenentismo (1927-1945)**. Dissertação (Mestrado em História) – FCL, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2001.